UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

# A VICTÓRIA NA RENASCENÇA BAHIANA

## A OCUPAÇÃO DO DISTRITO E SUA ARQUITETURA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890 - 1930)



SNATY DE ALMEIDA

SALVADOR, NOVEMBRO DE 1997

# A Victória na Renascença Bahiana

A ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República

(1890-1930)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**
**FACULDADE DE ARQUITETURA**
**MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO**
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSERVAÇÃO E RESTAURO**

# A Victória na Renascença Bahiana

A ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República
(1890-1930)

**Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida**

Orientador: Profª Drª Odete Dourado Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.



Salvador
1997

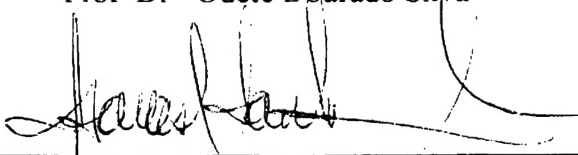
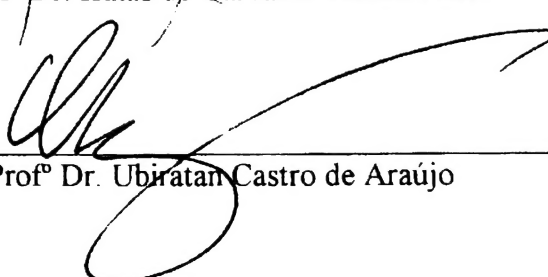
ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty de.

A Victória na Renascença Bahiana; a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República (1890-1930) / Mª do Carmo B. E. de Almeida. -- Salvador: MAU. FAUFBA, 1997.

\- 294 p.

1. Arquitetura – Salvador. 2. Evolução Urbana – Salvador. I. t.

CDU 711.409

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**
**FACULDADE DE ARQUITETURA**
**MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO**
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONSERVAÇÃO E RESTAURO**

# A Victória na Renascença Bahiana

A ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República
(1890-1930)

**Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida**

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Odete Dourado Silva

Profº Dr. Isaías de Carvalho Santos Neto

Profº Dr. Ubiratan Castro de Araújo

Salvador
1997

*A meu pai*
*e minha mãe,*
*que me ensinaram a sonhar*

# AGRADECIMENTOS

Correndo o risco da omissão, não poderia furtar-me a agradecer a algumas das tantas pessoas, sem a ajuda das quais este trabalho não teria sido possível.

Na Profª Odete Dourado encontrei a seriedade e paciência que me ajudaram a transformar uma idéia ambiciosa em um trabalho acadêmico. Muito mais do que os empréstimos de livros ou leituras tão apuradas do texto, devo-lhe um agradecimento especial pela confiança, e respeito com os quais conduziu a orientação desta pesquisa.

O Profº Isaías C. Santos Neto foi sempre um entusiasta deste trabalho, desde os primeiros tempos de incertezas. Sua amizade e generosidade em dividir seu saber muito me auxiliaram na busca dos meus caminhos.

Ao Profº Ubiratan Araújo agradeço as valiosas sugestões que me foram dadas quando da pré-banca.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro, que me permitiu durante alguns meses a tão necessária dedicação exclusiva ao trabalho.

Jandira Assis Borges e Consolação de Maria Moreira Lima foram meus "anjos da guarda' durante estes anos de mestrado. Suas informações precisas e amizade foram um alento nos momentos mais difíceis.

Este trabalho não teria sido possível sem a inestimável ajuda dos funcionários do Arquivo Histórico Municipal, que me permitiram consultar livremente todo o seu acervo, ainda sem catalogação, durante os anos em que se procedeu a pesquisa. Agradecimentos especiais a Joana Cunha, Angelina Barreto da Silva, Maria Fernanda Carvalho, Antônia Nogueira e Maria das Candeias de Oliveira.

Nos amigos do Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia – CEAB, sempre encontrei uma palavra de estímulo e interesse pela pesquisa. Devo um agradecimento especial a Solange Albuquerque que, pacientemente, desvendou-me os mistérios da normatização bibliográfica, e a Ana Lacerda, que, dentre tantas coisas, também traduziu para o inglês o resumo do trabalho.

Também na 5ª CR do IPHAN, orgão em que trabalhei durante a maior parte do tempo em que cursei o mestrado, tive a compreensão para as ausências e o espaço para discutir as novas descobertas. Rita Sacramento e José Carlos Matta, colegas do ETELF, ajudaram-me a compreender no cotidiano da instituição as buscas teóricas do meio acadêmico.

Com Márcia Sant'Anna e Josemary Ferrari pude dividir, desde o início, as alegrias e frustrações da construção deste trabalho. Grandes ouvintes e amigas, ajudaram-me a superar as pedras encontradas no caminho.

Maria Berthilde Moura Filha, amiga de [illegible]a, realizou com extrema competência e boa vontade a maior parte do levantamento fotográfico da minha pesquisa, e por isso e tantas coisas mais, minha gratidão.

Também Martha Schmidt, Annete Rios, Stela Farias, Ana Melo e Marcelo Almeida, dentre tantos amigos, torceram para o sucesso desta "aventura."

Por fim, um agradecimento especial a Mariely Santana, minha irmã de coração, que, desde a escolha do tema até a elaboração final da dissertação, esteve presente com seu carinho e a segurança que me ajudou a acreditar que isto podia dar certo.

*Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida*

*Salvador, Novembro de 1997*

*"A fama que concedem os homens nunca está de acordo com a razão da qual deriva. Se assemelha a uma sombra que sempre é maior ou menor que o objeto que a produz."*

*Claude-Nicolas Ledoux*

# RESUMO

Partindo de um enfoque que considera a cidade enquanto fato arquitetônico, o trabalho procura investigar alguns aspectos do processo de modernização de Salvador, durante a Primeira República (1890-1930), buscando esclarecer o papel desempenhado pela arquitetura na construção de uma cidade ideal e a sua relação com a ocupação das novas áreas urbanizadas. Elegendo o distrito da Victória como área de estudo, por apresentar de forma mais evidente as características do processo que se pretende estudar, tomou-se como amostragem para a pesquisa os processos formados pelas solicitações de licenciamento de obras, no referido período. A análise das fontes consultadas, revela o papel disciplinador da arquitetura no espaço urbano, conferindo novos significados às áreas reconcebidas dentro do "moderno" ideário, onde se delineia a construção de um projeto estético, capaz de conferir legibilidade à modernização da cidade.

O trabalho procura ainda inserir-se numa discussão mais ampla, sobre as bases da historiografia da cidade e da arquitetura, constatando o esgotamento das tradicionais vertentes conceituais e metodológicas, além de identificar a riqueza de um campo de pesquisas, ainda inexplorado.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES


**FOTO 01** – Comemorações da inauguração do Porto de Salvador, em 1913. 73

**FOTO 02** –Vista da Rua Nova das Princesas, no Bairro Comercial. 73

**FOTO 03** – Demolição da Igreja de São Pedro, durante o Governo de Seabra. 82

**FOTO 04** – Projeto para a construção do Palácio do Congresso. 82

**FOTO 05** – Projeto para construção da Vila Policial.. 83

**FOTO 06** – Projeto para a construção do Museu-Escola. 83

**PRANCHA 01** – Distritos urbanos em Salvador na Primeira República. 88

**FOTO 07** – Vista do Passeio Público executado por Guilherme Gaensly. 102

**FOTO 08** – Desenho de Landser, para o belvedere do Passeio Público. 102

**FOTO 09** – Vista do Rio Vermelho, meados do Séc. XIX. 110

**FOTO 10** – Vista do Rio Vermelho, último quartel do Séc. XIX. 110

**FOTO 11** - Planta de Weyll – Distrito da Victória, 1850. 114

**FOTO 12** – Vista do Campo Grande, meados do Séc. XIX. 114

**FOTO 13** – Vista do Campo Grande, final do Séc.. XIX. 123

**FOTO 14** – Vista do Corredor da Victória, último quartel do Séc. XIX. 123

**FOTO 15** – Vista das Mercês, final do século.passado. 124

**FOTO 16** – Vista da Gamboa e Aflictos, meados do Séc. XIX. 124

**FOTO 17** – Vista do Porto da Barra, meados do Séc. XIX. 125

**FOTO 18** – Vista do Porto da Barra, final do Séc. XIX. 125

**PRANCHA 02** – Setores do Distrito da Victória entre 1890-1930. 130

**PRANCHA 03** – Ocupação do distrito da Victória, 1890-1900. 132

**GRÁFICO 1A** - Solicitações para licenciamento de obras no Distrito da Victória, 1890-1930. 133

**GRÁFICO 1B** - Solicitações para licenciamento de obras no Distrito da Victória, 1890-1930. 134

**FOTO 19** – Projeto de uma Casa no Rio Vermelho, 1894. 137

**FOTO 20** – Projeto de três Casas no Rio Vermelho, 1893. 139

**GRÁFICO 02** – Área dos imóveis em construção nos setores Do distrito da Victória, entre 1890-1930. 140

**FOTO 21** – Projeto de um Salão de Bilhar no Polytheama, 1900. 143
**FOTO 22** – Projeto de uma Casa em Ondina, 1898. 144
**FOTO 23** – Projeto de uma Casa em Ondina, 1896. 144
**FOTO 24** – Projeto de uma Avenida na Barra, 1895. 150
**PRANCHA 04** – Ocupação do distrito da Victória, 1900-1910. 152
**FOTO 25** – Projeto de quatro Casas na Barra Avenida, 1900. 156
**FOTO 26** – Projeto de uma Igreja no Gantois, 1902. 161
**FOTO 27** – Projeto de uma Casa de Negócios na Barra, 1902. 161
**FOTO 28** – Projeto de uma Casa de Negócios na Graça, 1901. 162
**FOTO 29** – Projeto do Mercado de São Pedro, 1902. 162
**FOTO 30** – Projeto do Colyseu Bahiano, Passeio Público, 1906. 165
**FOTO 31** – Projeto para Barracas de praia do Rio Vermelho à Barra, 1909. 166
**FOTO 32** – Projeto de embelezamento da Igreja da Victória, 1909. 167
**FOTO 33** – Vista do Largo da Victória, no início deste século. 167
**PRANCHA 05** – Ocupação do distrito da Victória, 1910-1920. 170
**FOTO 34** – Projeto de embelezamento de uma fachada nas Mercês, 1911. 173
**FOTO 35** – Projeto de Reforma nas Mercês, 1915. 173
**FOTO 36** – Projeto de Reforma de uma fachada no Corredor da Victória, 1913. 178
**FOTO 37** – Vista do Largo da Graça, início do Séc. XX. 181
**FOTO 38** – Propaganda da Fábrica de Ornatos F. Ferraro 181
**FOTO 39** – Projeto de uma Casa na Barra, 1916. 192
**FOTO 40** – Projeto de Reforma na Barra, 1928. 193
**FOTO 41** – Projeto de uma Casa à Ladeira da Barra, 1923. 194
**FOTO 42** – Projeto de uma Casa na Graça, 1924. 195
**FOTO 43** – Projeto de duas Casas à Gamboa, 1928. 196
**PRANCHA 06** – Ocupação do distrito da Victória, 1920-1930. 197
**FOTO 44** – Projeto de um Chalet no Garcia, 1893. 215
**FOTO 45** – Projeto de Reforma na Barra, 1912 215
**FOTO 46** – Projeto de um Café na Barra, 1919. 221
**FOTO 47** – Projeto de uma fachada no Corredor da Victória, 1914. 224
**FOTO 48** – Projeto de uma fachada ao largo da Victória, 1911. 225

**FOTO 49** – Projeto de Reforma no Corredor da Victória, 1926. 225
**FOTO 50** – Projeto de uma Casa na Barra, 1927. 229
**FOTO 51** – Projeto de uma Casa na Graça, 1923. 230
**FOTO 52** – Projeto de uma fachada no Corredor da Victória, 1924. 231
**FOTO 53** – Projeto de uma fachada na Gamboa, 1923. 231
**FOTO 54** – Projeto de Reforma na Graça, 1924. 236
**FOTO 55** – Projeto de uma casa na Graça, 1924. 237
**FOTO 56** - Vista do Largo da Graça, nos anos 40 deste século. 238
**FOTO 57** – Projeto de três Casas na Graça, 1924. 238
**FOTO 58** – Projeto de uma Casa no Rio Vermelho, 1928. 241
**FOTO 59** – Projeto de uma Casa na Gamboa, 1928. 243
**FOTO 60** – Projeto de uma Casa na Barra, 1928. 245
**FOTO 61** – Projeto de duas Casas no Polytheama, 1911. 250
**FOTO 62** – Projeto de Reforma de fachadas nas Mercês, 1912. 250
**FOTO 63** – Projeto de Reforma de uma fachada no Campo Grande, 1912. 252
**FOTO 64** – Projeto de uma Casa no Campo Grande, 1922. 252
**FOTO 65** – Projeto de uma Casa no Garcia, 1916, 253
**FOTO 66** – Projeto de uma Casa na Federação, 1906. 256
**FOTO 67** – Projeto de uma Casa no Garcia, 1928. 257
**FOTO 68** – Projeto de uma Casa no Rio Vermelho, 1894. 259
**FOTO 69** – Projeto de uma Casa em Ondina, 1901. 262
**FOTO 70** – Projeto de uma Casa no Corredor da Victória, 1919. 262
**FOTO 71** – Projeto de Reforma no Corredor da Victória, 1928. 266
**FOTO 72** – Projeto de um “solarinho” na Barra, 1925. 268
**FOTO 73** – Projeto de uma Casa na Graça, 1895. 269
**FOTO 74** – Projeto de uma Casa na Graça, 1912. 270
**FOTO 75** – Projeto de uma Casa na Graça, 1925. 272
**FOTO 76** – Projeto de duas Casas no Canella, 1927. 274

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES
RESUMO
APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO I
*A construção da cidade moderna* 37
1.1 A modernização de Salvador ao longo do século XIX 45
1.2 *"E a Bahia civiliza-se....."*: Salvador na Primeira República (1890-1930) 52
1.2.1 O saber urbanístico & o saber médico 56
1.2.2 Os melhoramentos urbanos e os novos bairros 63
1.2.3 A *"Renascença Bahiana"*: o primeiro Governo Seabra (1912-1916) 69

CAPÍTULO II
*A freguesia da Victória, da Colônia à República* 86
2.1 Da povoação ao subúrbio 89
2.2 O subúrbio da Victória 99
2.3 O bairro nobre e os aprazíveis balneários 115

CAPÍTULO III
*O distrito da victória na "Renascença Bahiana"* 127
3.1 A ocupação das antigas fazendas 131
3.2 A hierarquização do espaço urbano 151
3.3 O embelezamento do distrito 168
3.4 A normatização do saber urbanístico 183

CAPÍTULO IV
*A arquitetura residencial do distrito da Victória* 199
4.1. O projeto estético do Estado e a arquitetura 200
4.1.1. O modelo haussmanniano 200
4.1.2.O controle estético da arquitetura e o aformoseamento do distrito da Victória 205
4.2 Os espaços domésticos da burguesia: os sobrados e os palacetes do distrito da Victória 247

CONSIDERAÇÕES FINAIS 276

ABSTRACT 283

BIBLIOGRAFIA 284

ANEXOS

# APRESENTAÇÃO

# APRESENTAÇÃO

Nos últimos tempos, e com certa freqüência, a cidade do final do século XIX e início do XX tem sido objeto da investigação de inúmeros pesquisadores que, cada vez com maior profundidade, procuram numa realidade ainda encoberta novas questões para se indagarem sobre o presente. Na pauta do debate, os conceitos de história, a questão dos métodos, fontes documentais, ou ainda, a autoridade do pesquisador dão a tônica de uma discussão multidisciplinar, que engloba, portanto, distintos pontos de vista e visam construir uma história da cidade.

No bojo destas discussões, verifica-se o surgimento de vários estudos sobre a arquitetura deste período que, até muito recentemente, não fora merecedora de tal atenção. Os motivos que propiciam esta revisão são vários, mas, basicamente, atrelam-se à superação do anti-historicismo pregado pelas vanguardas modernistas, o que tem permitido a valorização de "estratos urbanos" até então ignorados, e, em conseqüência, a elaboração de trabalhos que consideram a dimensão arquitetônica da cidade como uma condição imprescindível para a correta formulação dos fatos urbanos.

Este trabalho também se volta para esta temática, procurando juntar-se a outros estudos que investigam o processo de modernização da cidade de Salvador, a partir do século XIX. É nesta época que as fronteiras da cidade colonial são ultrapassadas, que o pensamento sobre o urbano assume uma nova complexidade, que estão em curso as grandes transformações, em todos os níveis, no âmbito público e também no privado.

Este processo estará mais evidente ao longo da *"Renascença Bahiana"*. A expressão, empregada pelos jornais da situação para descrever o período da primeira administração

estadual de J. J. Seabra (1912-1916), será aqui tomada para designar um lapso maior de tempo - a chamada Primeira República, compreendida entre os anos de 1890 a 1930 -, quando se multiplicam na cidade obras de melhoramentos e embelezamento, depois de um período de estagnação econômica.

O corte temporal proposto nesta investigação, portanto, além de apresentar uma certa homogeneidade dos condicionantes sócio-político-econômicos que atuam sobre a cidade, coincide com o período no qual se dá a ocupação de novas áreas do território, executada dentro de novos padrões morfológicos, e com a vigência de um novo repertório formal da arquitetura, o Ecletismo.

Convém, inclusive, explicitar o conceito de Ecletismo utilizado nesta pesquisa. Este, deriva do conceito desenvolvido por Luciano Patetta que, no seu *"L' Architettura dell' Eclettismo"*[1], realiza um estudo minucioso sobre as fontes e teorias da cultura eclética. A construção deste conceito deve retroceder no tempo para a investigação de alguns pontos básicos, na sua origem, para que se possa compreender os desdobramentos do processo, no caso brasileiro. Estes são, a saber:

a) Em primeiro lugar, há que se considerar sobre a "idéia de arquitetura" que este determinado momento cultural forjou, uma perspectiva imprescindível para explicar as obras do período.

A partir de 1750, na Europa, é possível estabelecer uma linha contínua que percorre toda a trajetória da formação e evolução do gosto burguês, influenciado pelas publicações da época e refletido na produção arquitetônica. Inúmeros trabalhos de então desenvolvem

---

[1]PATETTA, Luciano. **L' Architettura dell' Eclettismo**: *Fonti, Teorie e Modelli, 1750 - 1900*. Milão: Citta 'Studi, 1991.

conceitos, onde é evidente uma nova conotação na relação entre natureza x homem, onde o *Sublime* se antepõe ao *Belo*, e onde já se delineia o caráter nacionalista do *Pitoresco*. Dentro desta poética, desenvolve-se a valorização da Antiguidade, o mito da arquitetura primitiva e a indiferença pelo rigor estético da tradição. A construção de uma "idéia de arquitetura", portanto, só pode ser entendida se se considera a relação com o antigo e, em conseqüência, as novas conotações que assumem os conceitos de *estilo*, *cópia* e *imitação*.

Intimamente relacionados, estes conceitos, na primeira fase do chamado período romântico, derivam de interpretações ideológicas que consideram os diversos momentos da arquitetura do passado individualmente, cada um na sua concreta unidade, como meio de comunicação de uma idéia. É nesta época que o termo *estilo* dissocia-se do termo *maneira* (modo), antes sinônimos, e passa a ser considerado como a própria essência de uma manifestação arquitetônica. A ambigüidade do período coloca em discussão duas diferentes experiências: a *imitação* e a *cópia*. A primeira, é entendida como a única maneira admissível para alcançar a autêntica criatividade (Winckelmann, 1755), fundada sobre a lição e o exemplo de um perfeito processo artístico. O seu oposto seria a *cópia*, réplica acrítica, que pressumia a anulação da personalidade criativa.

Desta forma, a *imitação*, meio através do qual, por entendimento, a coisa imitada assume outra natureza e torna-se criação, utiliza a arquitetura dos antigos como aval, e ainda, como meio direto para a nova experiência racional, contrapondo-a à nova sensibilidade. A *cópia*, por sua vez, revela o máximo do pessimismo da época romântica, para a qual a descoberta dos antigos, promovida pelos inúmeros trabalhos arqueológicos, não pode trazer mais do que um revival da antiguidade, cuja nostálgica reprodução de uma imagem é que se pode celebrar como um exemplo de irrepetível perfeição[2].

---

[2]Id., ib., p. 47.

Esta primeira fase de um longo período, mais ligada à ortodoxia filosófica, na segunda metade do século XIX, já mostrará uma nova faceta. Aí, a escolha de um estilo se reduzirá exclusivamente à escolha de uma decoração, de um "revestimento", onde dificilmente se distingue a pesquisa inovadora do fazer acadêmico. Da mesma forma, a dialética entre *cópia* e *imitação*, antes presente nos debates teóricos, desaparecerá paulatinamente nos manuais de construção dirigidos ao público leigo, que substituem a literatura especializada nas discussões sobre o fazer arquitetônico. Todo o período é caracterizado por um contraponto entre a intenção (geralmente, muito superior aos produtos) e a realização.

b) Em segundo lugar, há que se considerar o arco temporal no qual se situa a produção eclética. Este período é tido como aquele que vai de 1750 até o final dos Oitocentos, na Europa, e nas Américas, do início do século XIX até as primeiras décadas deste século; isto é, da crise do Classicismo à origem da arquitetura moderna.

> *"(...) Coincide con il consolidamento del potere borghese, con gli sviluppi della civilità industriale, con l'intrecciarsi nella cultura romantica degli ideali nazionali e risorgimentali, con il problemi di una produzione di massa e con il definirsi di una nuova figura di architetto: il professionista"*[3] .

A mesma linha que indica uma continuidade histórica neste período, indica também, no campo da experimentação arquitetônica, mais razões de consenso do que de contraposição. Desta forma, a distinção entre o Ecletismo e os *revivals* é desconsiderada, ainda que se admita que os pressupostos teóricos destes últimos (e, principalmente, do

[3] *Coincide com a consolidação do poder burguês, com o desenvolvimento da civilização industrial e com o entrelaçamento na cultura romântica dos ideais nacionalistas e de emancipação, com o problema da produção de massa e com a definição de uma nova figura de arquitêto: o profissional (Tradução do autor). Id., ib., p. 07.

neogótico) mostram-se mais engajados, tanto a nível político, quanto ideológico. Tais diferenças praticamente desaparecem se examinarmos as fontes e modelos adotados.

c) Apesar dos pontos de concordância entre a produção arquitetônica deste longo período, não se pode afirmar que este tenha sido homogêneo, ou tenha tido um desenvolvimento linear. Ao contrário, a fragmentação é-lhe característica, mostrando diferentes manifestações em direções divergentes, que, muitas vezes, são contraditórias. Dentre tantas tendências que a cultura eclética criou - todas elas legítimas -, pode-se identificar três correntes principais, que são:

_ A *Composição Estilística*, onde as obras prendem-se a um maior rigor filológico, à imitação coerente de um único e preciso estilo arquitetônico. A esta corrente esta ligada uma inédita conexão entre arqueologia e arquitetura, cuja maior contribuição, além do avanço da consciência histórica, é sua importância na revisão da teoria da arquitetura, propiciando uma releitura da tratadística até então produzida. O neogrego, o neo-egípcio e o neogótico são os exemplos mais destacados;
_ O *Historicismo Tipológico*, desenvolvido principalmente no século XIX, onde se estabelece uma relação aprioristica entre estilo x função, através de valores associativos. No Brasil, parte da produção arquitetônica do período vincula-se a esta tendência;
_Os *"Pastiches Compositivos"*, onde se admite a fusão de elementos arquitetônicos de estilos distintos e que, muitas vezes, mascaram soluções estruturais inovadoras. Desenvolve-se amplamente no século XIX, quando a base teórica desta produção apresenta um descompasso com o desenvolvimento tecnológico e as relações sociais. No caso brasileiro, corresponde à grande maioria da arquitetura então produzida.

d) O Ecletismo é a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que dá primazia ao conforto, ama o progresso e as novidades e, freqüentemente, reduz a produção artística ao nível do gosto e da moda.

Como visto, apenas a investigação de alguns pontos básicos da cultura eclética já é capaz de sugerir a complexa riqueza a nível teórico e figurativo da produção arquitetônica, ainda tão ignorada, que se adequa perfeitamente ao processo de modernização das cidades, onde ergue novos bairros e confere uma nova leitura aos trechos antigos.

Em Salvador, um estudo da relação entre todas estas novas áreas adensadas, e ainda, destas com os trechos pré-existentes será capaz de fornecer uma visão completa do processo de modernização da cidade, neste período, que, apesar de imperioso, mostra-se impraticável num trabalho deste porte. Introduz-se assim o conceito de *área-estudo*, proposto por Rossi ao estudo da cidade[4], entendido como um contorno urbano que, a despeito de considerar-se uma abstração do espaço da cidade, serve para definir melhor certo fenômeno, o que lhe confere características mais precisas dentro de um conjunto mais vasto, uma qualidade diferente.

Nesta pesquisa, a definição desta *área-estudo* considera a divisão administrativa e religiosa existente em Salvador desde os tempos coloniais (e que, sob certos aspectos, persiste até hoje), que compreende a divisão do território em distritos, então, equivalentes às freguesias. Elegeu-se como objeto de estudo o distrito da Victória, pelas seguintes razões:

---

[4]ROSSI, Aldo. **La arquitectura de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1982. p. 111-84.

a) Considerou-se neste estudo a arquitetura como a chave para a compreensão da história da cidade, e que entre tipologia arquitetônica e morfologia urbana existia uma relação capaz de esclarecer o processo que se pretendia investigar. Esta relação está colocada de forma mais evidente na arquitetura residencial que representa, como afirma Rossi, o modo concreto de viver de um povo[5]. Optou-se, assim, por estabelecer um estudo sistemático dos projetos residenciais elaborados neste período para esta área.

Alguns estudos, que já se detiveram no processo de laicização do espaço público, apontam para um aburguesamento da cidade e de sua arquitetura[6], relacionando-as à ascensão de uma nova classe dominante, a burguesia, em substitição às oligarquias rurais. Esta classe, que promove modificações na estrutura urbana conforme seus interesses, ocupa trechos específicos da cidade, que melhor refletem estas idealizações. No caso soteropolitano, um inicial levantamento bibliográfico indicou a ocupação do distrito da Victória (ou, pelo menos, de trechos do distrito) pela elite local, desde o início do século XIX, o que é ratificado pela paulatina implantação de equipamentos que correspondiam aos anseios de conforto e progresso então almejados, evidentes nas modificações urbanísticas aí realizadas, ou ainda na tipologia das edificações;

A hipótese inicial, fundamentada em um primeiro levantamento bibliográfico, foi confirmada pela pesquisa arquivística. Tomando-se como amostragem para pesquisa os

---

[5]Id., ib., p. 126. O autor afirma ainda que

> "*(...) La forma en que se realizan los tipos edificatorios residenciales, el aspecto tipológico que les caracteriza, está estrechamente vinculado a la forma urbana (...)*". (p. 126).

E ainda que

> "*(...) Existe, pues, un hecho específico en el problema de la residencia que está intimamente vinculado al problema de la ciudad, a su modo de vivir, a su forma física e imagen; es decir, a su estructura (...)*". (p. 129).

[6]A exemplo de MARX, Murillo. **Nosso Chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 1988.

projetos encaminhados à Intendência Municipal de Salvador, durante a Primeira República, e hoje, guardados no Arquivo Histórico Municipal (doravante, denominado AHM), observou-se que, no corte temporal proposto, era o distrito da Victória aquele que apresentava o maior número de solicitações de licenças para obras, o que, se por um lado, evidenciava a efetiva ocupação da área, por outro, caracterizava-o como o setor mais significativo da cidade no que concerne ao estudo da produção arquitetônica deste período;

b) Ratificou a delimitação da *área-estudo* a própria arquitetura ainda existente neste trecho da cidade, que apresenta as características da ocupação que se pretende estudar.

Assim, o estudo da área, considerada como uma unidade do conjunto urbano individualizada por um caráter próprio, converteu-se num momento particular do estudo da cidade.

Considerando que uma nova postura crítica em relação à história da cidade e da arquitetura só se realiza, como já afirmara Argan, na medida em que contextualiza e historiciza os fenômenos[7], buscou-se estabelecer os nexos que relacionavam no período toda uma situação cultural, cujo produto se constitui no objeto desta investigação. A pesquisa histórica, portanto, que nunca poderá estar circunscrita à coisa em si, procurou inserir o objeto de estudo num contexto, analisando seus componentes estruturais, e

[7] Afirma o autor:

> *"(...) Não se faz história sem crítica, e o julgamento crítico não estabelece a "qualidade" artística da obra a não ser na medida em que reconhece que ela se situa, através de um conjunto de relações, numa determinada situação histórica e, em última análise, no contexto geral da história da arte (...)".* ARGAN. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 15.

entendeu aquela que parece ser a sua unidade indivisível como um conjunto de experiências estratificadas e difusas, um sistema de relações, um processo[8].

Deste modo, o estudo do distrito da Victória e de sua arquitetura, durante a Primeira República, remontou aos antecedentes da ocupação da área e investigou as formas de apropriação do território e sua relação com o restante da cidade, procurando identificar os primeiros indícios do processo de modernização de Salvador, que teve seu auge no período delimitado para a pesquisa.

Na investigação das formas de ocupação do distrito, ao longo da Primeira República, além das fontes secundárias, foram consultados 1.311 processos de licenciamento de obras do distrito da Victória, dos quais constam a solicitação do requerente, o projeto arquitetônico e o parecer do corpo técnico da municipalidade. Estes dados, exaustivamente catalogados em fichas elaboradas para este fim, foram confrontados a outros, fornecidos pelas legislações do período, mapas, projetos de implantação de infra-estrutura urbana, fotografias da época, entre outros, visando esclarecer a relação entre a ocupação da área e a produção arquitetônica, ou seja, procurando compreender o papel desempenhado pela arquitetura no processo de modernização da cidade.

É neste contexto que se procurou inserir este trabalho.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa estruturaram a dissertação. Na *Introdução*, procurou-se, ao investigar o tratamento do tema dentro da historiografia da arquitetura e da cidade, salientar a pertinência de uma investigação desta natureza. No *Capítulo 01*, averiguou-se o processo de modernização da cidade de Salvador, desde o

[8]Id., ib.

# INTRODUÇÃO

# INTRODUÇÃO

Muito já se tem dito nos meios intelectuais sobre a necessidade de se estabelecer uma revisão radical e sistemática na historiografia da arquitetura e da cidade. A crise que se instala no campo da projetação, com o questionamento da recente produção urbana e arquitetônica, fomentam as discussões sobre os caminhos trilhados até então. Se, no âmbito arquitetônico, até muito recentemente, a historiografia procurou privilegiar "períodos áureos" da arte, em detrimento a outros "de decadência", tratando da cidade - tema tão amplo e sugestivo -, estudou-a sob uma infinidade de ângulos, visões oriundas dos diversos ramos do conhecimento. Poucas vezes, contudo, estas seguiram um mesmo compasso, constituindo campos específicos do saber.

O debate sobre a historiografia da arquitetura se instala com maior vigor depois da Segunda Grande Guerra, mostrando as incertezas conceituais e metodológicas em que se encontrava a disciplina. A partir da segunda metade do século XIX, os novos estudos derivados do pensamento positivista e fenomenológico, da psicologia, das estéticas particulares e normativas, da pura-visibilidade ou da crítica sociológica, procuram substituir a "história das personalidades", biográfica e vasariana, por uma outra que fosse uma expressão geral dos vários períodos históricos, da relação entre arte e sociedade. Estas novas orientações teóricas e os movimentos figurativos buscam a criação de uma *arte pura*, e encontrarão na produção das vanguardas do início deste século a consolidação do moderno ideário. O reflexo desta nova poética da arquitetura se faz sentir na sua historiografia e crítica, desenvolvendo-se dentro de conceitos que negam a história como instrumento vital na formação do arquiteto.

Da mesma forma, desde o século passado, a construção de um pensamento sobre a cidade moderna se estrutura, seguindo, *grosso modo*, duas grandes tendências[1]: a primeira, parte da consideração da dimensão cultural e histórica das cidades, por vezes revelando posturas românticas nas críticas às transformações em curso; a segunda, em oposição, adota um ponto de vista racional e universalista, que vê na correta aplicação da tecnologia a solução para os problemas apresentados e o caminho para a formação de uma nova estética, que rompa com o passado. O conjunto destas idéias fornece as bases de uma nova disciplina - o urbanismo - que

> *"(...) se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica*[2],

ratificando a vertente racionalista, e tomando para si as atribuições referentes ao estudo da cidade.

Esta nova consciência historiográfica, que nega qualquer vínculo com a tradição, realiza os primeiros trabalhos sobre a produção do período imediatamente anterior ao Modernismo que, de uma maneira geral, interessa apenas enquanto lapso temporal onde se identifica a sua gênese, ou ainda, quando de forma especular, refletem seus ideais, justificando-os.

O preconceito que, até hoje, vitima a produção do período eclético permeia inúmeros trabalhos que permanecem como exposições clássicas sobre o Movimento Moderno, que desconsideram as fontes, teorias ou modelos aí adotados, associando-a antes a um período delimitado por um *"estado de debilidade em que caíram as artes e a civilização ocidental"*[3].

---

[1]A investigação destas duas tendências é proposta por CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**: *Utopias e Realidades; Uma Antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

[2]Id., ib., p. 02.

[3]PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da Arquitetura Ocidental**. São Paulo: Martins Fontes, 1982. p. 09. Primeira edição de 1943.

De fato, a positividade apontada no Modernismo e na "tábula rasa" por ele preconizada deveria apoiar-se sobre a negatividade do Ecletismo e no seu vínculo com a história. A historiografia da arquitetura expressa isto com clareza.

Já na década de 30, o tom depreciativo com que Lionello Venturi[4] se refere ao Neoclassicismo e ao Romantismo dá a tônica da crítica que lhe é contemporânea, não atribuindo valor de arte a um período que, se por um lado resgatara valores artísticos de épocas esquecidas da arquitetura, errara ao querer torná-los atuais. Ainda nesta época, esta postura é ratificada pela publicação, na Inglaterra, da primeira edição de *"Pioneiros do Desenho Moderno; de Willian Morris a Walter Gropius"*[5]. Como já indica o título, o autor aponta a gênese da moderna arquitetura no final do século XIX, estabelecendo uma linha evolutiva, cujo ápice se encontra na produção arquitetônica da Bauhaus ou de Le Corbusier, desprezando o que lhe era anterior. A seleção e abordagem dos dados historiográficos é evidentemente tendenciosa, servindo antes para reforçar a ideologia modernista: detêm-se na questão do emprego da tecnologia na arquitetura, da aceitação ou não da máquina, ignorando os aspectos formais ou figurativos desta produção. Desta forma, sua visão em relação a arquitetura dos Oitocentos é negativa, visto que esta não foi capaz de exprimir a "veracidade arquitetônica"[6].

Uma das grandes referências da historiografia da arquitetura moderna é, também na Inglaterra, publicada em 1941: *"Espaço, tempo e arquitetura"*, de Siegfried Giedion[7], que

---

[4]VENTURI, Lionello. **História da Crítica de Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. p. 140.

[5]PEVSNER, Nikolaus. **Pioneiros do Desenho Moderno**; *de Willian Morris a Walter Gropius*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

[6]Ainda que, nos prefácios das edições posteriores, o autor afirme manter a mesma linha crítica, trinta anos depois da primeira edição, em 1966, num artigo para um periódico, PEVSNER dizia:

> *"(...) O que se havia conseguido em 1914 era, para mim, o estilo do século. Nunca se me ocorreu ir mais além. aqui estava o único estilo que se adequava a todos os fatores que importavam, aos aspectos econômicos e sociológicos, aos dos materiais e das funções"*. Citado in: JENCKS, Charles. **Movimientos Modernos en Arquitectura**. Madri: Hermann Blume, 1983. p. 12.

É lícito supor, ao menos, que o autor questionou os iniciais pressupostos de sua obra.

[7]GIEDION, Siegfried. **Espacio, Tiempo y Arquitectura**. Barcelona: Editorial Cientifico-Medico, 1968.

segue a mesma linha tecnicista de Pevsner, e se preocupa em investigar as raízes do pensamento moderno, retrocedendo então ao que denominou "Classicismo Romântico"[8]. São afastados da história de Giedion todos os arquitetos que não obedecem a princípios tecnicistas ou abstratos-figurativos ou que não os personificam. Assim, o século XIX não apresenta para o autor nada mais do que um cisma entre arquitetura e técnica, onde os *"progressos técnicos pouco apreciados no tempo em que apareceram"*[9] fomentaram a gênese da moderna arquitetura. Permite contudo um espaço para uma revisão da produção oitocentista ao afirmar que

> *"(...) o juízo definitivo sobre o século XIX não pode ainda ser pronunciado: [...] a valoração do século XIX está inexoravelmente relacionada com o destino de nossa cultura, isto é, com o destino do nosso tempo"*[10].

Pouco tempo depois, em 1943, Pevsner publica o *"Panorama da Arquitetura Ocidental"*[11], onde, desdobrando as questões já anunciadas no seu trabalho anterior, trata da arquitetura européia. Com relação à arquitetura do século anterior, Pevsner já não distingue o Classicismo do Romantismo, considerando-os antes, facetas de um mesmo movimento. Insiste na *"falta de sensibilidade"* do século XIX e critica a demora de quase um século para se assumir o *"estilo moderno"*, já anunciado nas obras de Soane e Gilly.

São os anos 50 que trazem os primeiros questionamentos sobre a linha determinista que vinha traçando a arquitetura. A difusão generalizada de formalismos modernos conduziria

---

[8]GIEDION já estudara mais detalhadamente o período, em 1922, quando publicou em Munique uma tese intitulada "O último barroco e o classicismo romântico". Quanto ao termo utilizado para denominar esta época, Luciano PATETTA (op. cit.) e Giulio Carlo ARGAN (**Arte Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras,1992.) atentam para a contradição aí existente, que, sendo freqüentemente empregado pela crítica inglesa, buscava definir o clima de ambiguidade no qual a teoria racionalista e a prática conoscitiva do Iluminismo foram confrontadas ao gosto mundano do mise en scéne, a curiosidade exótica, o psicologismo e o sentimentalismo da arquitetura do período.

[9]GIEDION, op. cit., p. 216.

[10]Id., ib., p. 166.

[11]PEVSNER, op. cit.

a arquitetura, nos anos que seguiram a Segunda Guerra a uma negação do próprio princípio moral do movimento. Também no trato da cidade, são deste período os primeiros estudos que buscam uma revisão das posturas modernistas, não por acaso, surgidas em trabalhos relacionados às cidades históricas. Saverio Muratori é tido como o pioneiro de uma linha de estudos que procura reaproximar o estudo da arquitetura daquele da cidade, através da investigação de seus elementos tipológicos e morfológicos[12].

A dificuldade em historicizar a arquitetura, então, liga-se a uma sua escolha inicial: a de pretender apresentar-se como fenômeno radicalmente anti-histórico. O reflexo desta crise na historiografia fará vários autores redirecionarem a crítica, redescobrindo-lhe as raízes, buscando reencontrar uma seiva renovadora noutros filões ou fontes de forma. Bruno Zevi[13] é o primeiro a questionar neste período a *"miopia historiográfica"* dos trabalhos produzidos até então, e propõe uma revisão conceitual da historiografia da arquitetura através da complementariedade de várias premissas teóricas, das quais derivavam estudos sobre o assunto: a evolução natural do gosto, o progresso técnico-científico das construções, as novas teorias da visão estética e uma radical transformação social; ou seja, complementam-se e justificam-se entre si as interpretações idealistas e mecanicistas, as abstrato-figurativas e econômico-positivistas. O Ecletismo é aí analisado sob o ponto de vista da didática acadêmica, que instrumentalizava o arquiteto criador e acreditava poder ensinar uma gramática e uma sintaxe válida para a composição artística.

Apesar da releitura que o autor propõe da história da arquitetura, é possível identificar em sua obra uma postura um tanto ambígua no que concerne ao período eclético que, se por um lado tem seu valor artístico reconhecido, é definido como um século que

---

[12]Cf. DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini. p. 70-85.

[13]ZEVI, Bruno. **História da Arquitectura Moderna**. Lisboa: Arcádia, 1970 (Primeira edição italiana de 1950). E também, -----. **Arquitectura y Historiografia**. Buenos Aires: Victor Leru S.R.L., 1958.

*"(...) só se obstinou em copiar hibridamente todos os estilos do passado e inventou uma decoração dos interiores propícia ao ajuntamento de pó, para tornar mais pesado o trabalho doméstico, para impedir o livre movimento e para substituir cada instrumento funcionalmente útil por um adorno japonês ou um ornamento vitoriano"*[14].

A revisão das premissas da moderna produção arquitetônica e da sua historiografia permite em meados deste século o surgimento dos primeiros trabalhos especializados que se detém no período anterior ao Modernismo. Em 1955, Kaufmann publica *"A arquitetura da ilustração"*[15], onde retoma e amplia o tema, já por ele desenvolvido em 1933, sob o título *"De Ledoux a Le Corbusier"*[16]. Ligado ainda aos pressupostos modernistas, o autor desenvolve um sentido evolutivo da arquitetura, privilegiando na análise do período estudado o racionalismo e a "história das personalidades", apesar de considerar tratar-se de uma época freqüentemente subestimada e mal compreendida.

Um dos principais trabalhos para o estudo da arquitetura dos séculos XIX e XX é *"L'Architettura dell' Ottocento e del Novecento"*, de Henry-Russell Hitchcock, publicado em 1958[17]. Essa obra, que fornece um amplo panorama dos episódios, teorias, artistas e polêmicas do período, analisa a produção européia , americana e autraliana, apontando a globalização do movimento artístico que se iniciou no século XIX, ainda que distinga as peculiaridades de cada lugar, numa linha de análise que não privilegia períodos ou autores.

---

[14]ZEVI. História ..., p. 63.

[15]KAUFMANN, Emil. **La Arquitectura de la Ilustración**; *Barroco y Posbarroco en Inglaterra, Italia y Francia*. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

[16]----. **De Ledoux a Le Corbusier**; *origen y desarollo de la ärquitectura autónoma*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982. Com a primeira edição alemã de 1933, a obra tem origem numa tese publicada pelo autor em 1924, em Viena.

[17]HITCHCOCK, Henry-Russell. **L'Architettura dell 'Ottocento e del Novecento**. Torino: Einaudi, 1989.

Obras como as do Kaufmann e do Hitchcock indicam nesta época a pluralidade das abordagens da historiografia, onde trabalhos que se propõem a uma revisão da arquitetura dos Oitocentos, considerando-a não só sob aspectos formais ou tecnológicos, são contemporâneos a análises mecanicistas de autores ligados à visão evolutiva dos primeiros tempos do Modernismo. É o caso, por exemplo, de Leonardo Benevolo que, em 1960, publica a sua *"História da Arquitetura Moderna"* e *"Introdução à Arquitetura"*, e ainda, mais adiante, *"História da Cidade"*[18] - distinguindo a análise dos fatos urbanos daqueles arquitetônicos -, ou de Pevsner que, já em 1968, lança *"Origens da Arquitetura Moderna e do Desenho"*[19] nas mesmas bases dos seus trabalhos anteriores. Apesar de já darem uma maior ênfase aos períodos de formação do movimento moderno, são sobretudo uma história sócio-política das idéias que o fomentaram, não conseguindo, no entanto (e talvez por limitação do próprio método), uma satisfatória inserção dos resultados formais ou figurativos da arquitetura.

Collins[20], em 1965, propõe uma leitura mais complexa do passado histórico ao ampliar os horizontes da discussão sobre a arquitetura moderna, investigando antes uma história dos pensamentos sobre a disciplina. No Ecletismo, o autor privilegia na análise sua relação formal àquela filosófica, aproximando-a da definição que Victor Cousin (1830) utilizou para denominar um sistema de pensamento constituído por pontos de vista tomados de outros vários sistemas. Analisa as nuances do movimento que, a seu ver, sempre foi considerado de forma pejorativa ou indiferente e, rompendo o tabu modernista da negação do ornamento, a ele se refere considerando-o como uma perspectiva fundamental para o

---

[18]BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna.** São Paulo: Perspectiva, 1976. -----. **Introdução à Arquitetura**. São Paulo: Mestre Jou, 1972; e ainda, -----, **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

[19]PEVSNER,Nikolaus. **Los origines de la Arquitectura Moderna y del Diseño**. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

[20]COLLINS, Peter. **Los Ideales de la Arquitectura. Moderna**: *su evolucion (1750-1900)*. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.

entendimento do seu significado simbólico na arquitetura eclética, contextualizando sua aplicação.

A crise da produção da arquitetura nos anos 60, fomenta a discussão sobre os caminhos adotados pela disciplina até então, e, em consequência, uma revisão mais profunda da sua historiografia. Em 1968, é lançado *"Teorias e História da Arquitetura"*[21], de Manfredo Tafuri, que pretende discutir os métodos e conceitos que informam a crítica da arquitetura, reivindicando a sua recondução a uma historicidade, e expõe o complexo de culpa em relação à história que, a seu ver, dominava o debate de então.

Também deste período é o aprofundamento dos estudos que procuram recuperar a dimensão arquitetônica das cidades, discutindo os termos de sua continuidade histórica e importância formal. Um dos principais trabalhos desta vertente é o livro de Aldo Rossi, *"A Arquitetura da Cidade"*[22],, lançado em 1966, que reivindica o resgate da historicidade dos espaços urbanos, revelada na organização física dos tecidos e na combinação dos elementos tipológicos. Segundo Peter Eisenman[23], este estudo tenta identificar e recuperar o inconsciente coletivo expresso em sua arquitetura urbana. Na mesma corrente, seguem os trabalhos de Carlo Aymonino que, neste período, vai escrever sobre o significado das cidades segundo a leitura de sua morfologia, e onde a arquitetura é tida como fenômeno urbano[24].

Paralelamente ao novo campo de estudos sobre a cidade, acirram-se as críticas ao tecnicismo que norteava as discussões sobre a questão. Giulio Carlo Argan, no seu artigo *"O espaço visual da cidade"*, afirma que

---

[21]TAFURI, Manfredo. **Teorias e História da Arquitectura**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

[22]Op. cit.

[23]O comentário do autor encontra-se no prefácio à edição norte-americana do livro de ROSSI. Citado por DEL RIO, op. cit., p. 71.

[24]Id., ib.

*"(...) como disciplina que visa interpretar, estabelecer, reorganizar e finalmente programar para o futuro a conformação da cidade, o urbanismo está se separando cada vez mais de seu objeto, dir-se-ia que aspira destruí-lo"*[25].

Posturas como a do Tafuri, Rossi e Aymonino promovem então dentro da historiografia uma valorização de períodos e artistas até então marginalizados, dando margem a vários trabalhos que se detém na construção de uma história crítica da arquitetura moderna. É , de fato, a partir da década de 70 que se pode afirmar que a produção arquitetônica anterior ao Modernismo passa a ser estudada dentro de uma perspectiva que não alterna momentos áureos da produção com outros de decadência; quer dizer, ao período eclético é atribuída uma "existência", com propósitos definidos e linguagem própria.

Jencks, em 1973, lança *"Movimentos Modernos em Arquitetura"*[26], onde, ao admitir a pluralidade das tendências do Movimento Moderno, critica historiadores da vanguarda, que produziram, a seu ver, uma historiografia plena de "omissões ideológicas",

*"(...) convertiéndose implícitamente en apologistas de una tradición única [...]o en profetas de una evolución inevitable, por ejemplo, de la tecnologia y del estructuralismo determinista"*[27].

Sua reflexão sobre o Modernismo, contudo, abrange apenas o que ele denomina de "Tardomoderno e Postmoderno", não referindo-se à produção do período anterior, onde se encontra sua gênese.

De 1975 é uma das obras fundamentais para o entendimento do século XIX e sua produção arquitetônica: *"L'Architettura dell' Eclettismo"*, de Luciano Patetta [28]. O autor

[25]Citado por BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade, cidadania e imaginário*. In: SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

[26]JENCKS, op. cit.

[27]Id., ib., p. 268.

[28] PATETTA, op. cit.

justifica o crescente interesse pela arquitetura dos Oitocentos, refletido numa série de trabalhos produzidos na década de 70, referindo-se aos seguintes aspectos:

-Uma crescente atenção aos sítios oitocentistas das cidades que, pela sua arquitetura e morfologia, são os últimos a conservar um indiscutível nível qualitativo (tecido urbano x arquitetura), o que vinha se refletindo na ampliação do conceito de bem cultural digno de preservação;
-A falência da expansão urbana realizada segundo os princípios do Movimento Moderno, com o reconhecimento da validade da cidade burguesa, o que estava a promover a conservação das originais tipologias dessa arquitetura.

Considerando todas as manifestações de um período compreendido entre 1750-1900 como partes de um único conjunto, Patetta estuda-as separada e detalhadamente, confrontando a questão projetual ao pensamento teórico.

Na verdade, é o questionamento dos princípios do Movimento Moderno que promove a construção de uma historiografia que procura superar a relação conflituosa entre a *praxis* e a crítica, e permite, ao investigar as razões da crise, a valorização da produção do período eclético, a cidade e sua arquitetura. Obras como *"A Idéia de Arquitetura "*, de Renato Fusco [29], publicada em 1976, e *"Historia Critica de la Arquitectura Moderna"*, de Frampton [30], já nos anos 80, exemplificam o crescente número de trabalhos que se detém na investigação dos elementos de estética, de juízo crítico, de teorias empíricas e de características sócio-econômicas do período eclético, buscando a compreensão dos rumos tomados pela arquitetura contemporânea.

---

[29]DE FUSCO, Renato. **A Idéia de Arquitetura**. Lisboa: Edições 70, 1984, p. 227.

[30]FRAMPTON, Kenneth. **Historia Critica de la Arquitectura Moderna**. Barcelona: Gustavo Gili, 1991.

Se a nível internacional encontramos desde os anos 50 uma tendência de promover uma revisão crítica dos parâmetros adotados na historiografia da arquitetura, o mesmo não ocorre no caso brasileiro. Em 1961, por exemplo, época em que vários trabalhos já apontavam as novas tendências da crítica, Benjamin de Carvalho, destacando em sua obra o Barroco e o Modernismo, assim considera o período intermediário:

> *"(...) A época é de manifestações de 'gôsto' - o terrível 'gôsto dominante' de que fala Giedion - que varia com as posses do adquirente, com as formas de aquisição e com as 'adaptações' dos artistas encarregados de sua reprodução ou 'estilização', - o que era ainda pior...(...)"*[31].

Já em 1972, também Luis Saia, um dos pioneiros da preservação do patrimônio arquitetônico nacional, ainda se espanta com a "permissividade formal" do período eclético, ao considerar que

> *"(...) A licenciosidade estilística que invadiu a arquitetura urbana no fim do período cafezista parece bastante significativa na recusa de eleição de uma forma preferida ... Os arquitetos deste período, mesmo os mais dotados, não conseguiram escapar da endemia. Dubugras, por exemplo, fez de tudo; Barry Parks, apesar da sólida formação profissional, foi contaminado. Esses e mais Ekman, nos coloniais ou art-nouveaux que fizeram, ou nos bairros jardins, se limitaram a copiar ou repetir, sem o menor indício de querer interpretar os acontecimentos que viviam a sua volta (...)"* [32].

No final daquela década, Yves Bruand, na sua tese de doutoramento na Universidade de Lille, na França[33], sobre a arquitetura brasileira, ainda se refere de forma depreciativa ao período anterior ao Modernismo:

> *"(...) a arquitetura brasileira só conhecerá dois grandes períodos de atividade criadora: o da arte luso-brasileira dos séculos XVII e XVIII, estudadas por Germain Bazin numa tese recente, e o período atual,*

---

[31]CARVALHO, Benjamin. **Duas Arquiteturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.p. XI.

[32]SAIA, Luis. **Morada Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

[33]BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

*abordado apenas superficialmente em publicações de caráter documental (...)"*[34].

E ainda, *"(...) não é só difícil citar um único êxito do ponto de vista estético, como também parece que os arquitetos e construtores rivalizavam-se numa incrível competição de feiúra. São bem variadas as razões deste fracasso total. Uma das causas principais era a falta de gosto e, na maioria dos casos, a falta de conhecimentos arqueológicos dos responsáveis"*[35].

Para o autor, um Ecletismo sem originalidade que havia se espalhado por quase todo o país, até 1940, não era digno de maiores atenções, visto que

*"(...) Seria inútil e cansativo estudar detalhadamente o que foi feito nas principais cidades brasileiras, pois todos estes edifícios apresentam um interesse muito limitado (...)"*[36].

O sentido evolucionista do estudo de Bruand, que privilegia dois "momentos áureos" da arte brasileira e atribui o fracasso da produção eclética à inexistência de um nexo entre arquitetura x arqueologia, reflete, de maneira geral, o descaso da historiografia brasileira com o Ecletismo. Atrelados a um ranço anti-historicista herdado do Movimento Moderno, os estudos sobre a arquitetura brasileira até então ignoram a complexa riqueza em teorias, polêmicas e atitudes que se entremesclam ao longo do período eclético. Da mesma forma, os estudos sobre as cidades brasileiras, ainda hoje escassos, referem-se muitas vezes a esta época em um tom depreciativo - o período do "urbanismo demolidor", da destruição da antiga malha colonial -, sem contextualizar este rico momento das remodelações urbanas.

No Brasil, especialistas na área só muito recentemente começam a se interessar pela questão - na década de 80, mais particularmente -, onde trabalhos como os de Carlos Lemos, em São Paulo, Giovanna Rosso del Brenna, no Rio de Janeiro, Geraldo Gomes, em Pernambuco, ou Günter Weimer, no Rio Grande do Sul, procuram novas leituras deste

---

[34]Id., ib., p. 07.

[35]Id., ib., p. 42.

[36]Id., ib., p. 41.

período, ainda que os aspectos regionais desta produção arquitetônica sejam privilegiados na análise, em detrimento àqueles teóricos.

Em setembro de 1984, o Comitê Brasileiro de História da Arte promove no Rio de Janeiro o *II Congresso Nacional de História da Arte*, dedicado ao Neoclassicismo e ao Ecletismo[37], onde várias comunicações referentes ao "segundo tema" indicam um crescente interesse dos estudiosos por um assunto, até então, banido da historiografia artística. Deste Congresso nasce idéia de dedicar um livro à investigação do período eclético, sendo este publicado em 1987, sob o título de *"Ecletismo na Arquitetura Brasileira"*[38]. Esta coletânea de textos produzidos por pesquisadores de vários pontos do país, sob óticas distintas, além de se constituir num primeiro mapeamento das transformações da arquitetura e das cidades brasileiras no século XIX, revela ainda com maior evidência as incertezas conceituais e metodológicas no tratamento desta temática.

Referência para os estudos sobre o assunto, esta obra coleta dos diferentes autores compreensões bastante distintas do que seja o Ecletismo: de um conceito mais amplo, que estabelece uma linha de continuidade de toda produção arquitetônica a partir do início do século XIX, a outros que o consideram como um mero formalismo importado, decorrente das condições sócio-econômicas da segunda metade dos Oitocentos, o emprego da terminologia abarca vários pontos de vista e,

> *"(...) a par de sua difusão, não deixa de ser imprecisa e pouco trabalhada ao nível conceitual e histórico em nosso país"*[39].

O debate que se instala em meados da década de 80 sobre a *questão eclética* propicia, a partir de então, uma série de publicações e estudos no meio acadêmico, que procuram

---

[37]De uma geral, na historiografia da arquitetura brasileira, os trabalhos referentes à produção eclética privilegiam na análise os aspectos formais desta arquitetura e distinguem o Ecletismo (considerado apenas como "pastiche" compositivo) do Neoclassicismo e dos demais *revivals*, ao contrário dos pressupostos adotados neste trabalho, com já visto.

[38]FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel / EDUSP, 1987.

[39]SALGUEIRO, Heliana. *O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte. 1894-1930.* In: FABRIS, op. cit., p. 106.

investigar as características do processo de modernização das cidades e suas co-relações, além de promover uma revisão dos conceitos e métodos que informam a elaboração de uma história da cidade e da arquitetura. Este redirecionamento da historiografia da arte, decorrente da superação da "tábula rasa", teorizada pelo Movimento Moderno e suas vanguardas, alia-se a ampliação do problema da proteção e restauração do patrimônio edificado, constituído em larga escala por edifícios e estruturas urbanas do século XIX.

Como visto, até então, a historiografia da arquitetura sempre procurara dissociar-se daquela da cidade, realizada dentro de outros conceitos e métodos. As tendências contemporâneas da história e da crítica, contudo, passam a compreender a arquitetura como a chave para a correta interpretação da cidade, como estrutura do espaço, e têm permitido a construção de uma história urbana (que transcende a história do urbanismo moderno). Ao se deterem na elaboração de uma nova história da cidade, estes trabalhos trazem no bojo a revisão da arquitetura - de sua produção, de sua crítica, de sua história -, e, em conseqüência, do conceito de bem cultural.

No Brasil, a ampliação da discussão sobre o que seja patrimônio cultural, com a valorização de bens, desconsiderados como tal até então, a partir dos anos 80, acontece paralelamente (e em conseqüência) ao desenvolvimento de novas correntes historiográficas. Ocorre que, também no caso brasileiro, como o fora no resto do mundo, a seleção e preservação dos bens culturais está, desde a sua gênese, ligada ao Movimento Moderno. São alguns intelectuais modernistas que elaboram a partir de suas concepções de arte, de história, de tradição e de nação um conceito de patrimônio que se torna hegemônico no país e é adotado pelo Estado, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. São estes mesmos intelectuais que assumem, em 1936, a implantação de uma instituição destinada a proteger obras de arte e a história no Brasil.

A construção de uma "identidade nacional" atrela-se, portanto, a um projeto ideológico e estético que objetiva romper com uma tradição cultural, fortemente enraizada, que adota

os padrões europeus como modelo. Para Eduardo Jardim de Moraes[40], o interesse dos modernistas pela questão do "nacionalismo verde-amarelo" implica na introdução do conceito de tradição como elemento estruturante de uma produção artística que se queria ao mesmo tempo universal e particular, autenticamente nacional[41].

Influenciada pelas vanguardas européias, como também o fora a literatura e as artes plásticas, a arquitetura moderna se insurge contra o gosto burguês vigente, que procura acompanhar os padrões estéticos da *Beaux-Arts* francesa. A primeira reação, ainda nos anos 20, dá-se pela adoção, no campo da arquitetura, do estilo neocolonial que visava valorizar a tradição construtiva do Brasil-Colônia. Paradoxalmente à modernidade pretendida, ao evocar o passado copiando formas e motivos decorativos, os seguidores desta corrente reproduzem o mesmo processo, tão contestado no Ecletismo, tomando outras fontes por modelo.

A afirmação de uma nova poética - modernista - no campo das artes se reflete na seleção dos bens considerados como patrimônio, privilegiando os períodos artísticos que ratificassem a almejada identidade nacional. Uma restritiva concepção de *valor artístico*, subordinada a uma visão normativa da arquitetura, estabelece uma hierarquia estilística: o Barroco é o mais valorizado, seguido pelo Neoclássico (apenas aquele ligado aos grandes feitos do Brasil Imperial, como as obras de Vauthier e Grandjean de Montigny) e pelo

---

[40]As idéias do autor estão expostas no livro *"A brasilidade modernista"*(Rio de Janeiro: Graal, 1978) e no artigo *"Modernismo Revisitado"*(in: **Estudos Históricos** (Identidade Nacional). CPDOC. 1988/9. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 220-38), citados por FONSECA, Maria Cecília Londres. **Construções do Passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional ( Brasil: anos 70-80 )**. Brasília, 1994. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. p.86.

[41]Para a autora supra-citada, Eduardo Moraes considera que

> *"(...) foi no contato com as vanguardas européias que os modernistas perceberam que a modernização da expressão artística, entendida como rompimento radical com o passado, só tinha sentido em países onde havia uma tradição nacional internalizada. Em países de formação recente, como o Brasil, cuja tradição ainda estava por construir, a adesão imediata ao novo descaracterizaria a produção artística no que ela teria de particular - o seu caráter nacional - perdendo assim também o seu valor universal, enquanto arte (...)".* p. 86.

próprio Modernismo. Tal hierarquia pretende estabelecer uma linha de continuidade entre as construções coloniais e modernistas, respaldando-se num racionalismo funcional. Elementos construtivos coloniais, como os esteios, treliças e o pau-a-pique, são associados aos pilotis, aos *brise-soleil* e ao concreto armado. Para os modernistas, a similaridade entre a arquitetura por eles produzida e aquela colonial não é meramente figurativa, como ocorre com o neocolonial, mas estrutural.

A prática dos tombamentos, na chamada fase "heróica" do SPHAN, se detém assim no acervo colonial das cidades brasileiras, e mesmo a arquitetura moderna, aqui estabelecida no final dos anos 20, tem seu primeiro exemplar tombado já em 1947 - a Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, de autoria de Oscar Niemeyer. São ainda desta época o tombamento do prédio do MEC (1948), da estação de hidro-aviões do Rio de Janeiro (1957) e, posteriormente, da Catedral de Brasília (1967)[42].

Bem mais difícil, entretanto, tem sido a valorização artística dos produtos do Ecletismo. Nos anos 60, são tombadas algumas edificações, pelo seu *valor histórico*[43]. De fato, a "existência artística" do Ecletismo só será admitida pelo SPHAN, a partir da década de 70, após o tombamento dos prédios da Av. Rio Branco, no Rio de Janeiro, cujo processo vale a pena investigar.

O processo, encaminhado pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RJ) e pelo Clube de Engenharia, solicita ao SPHAN o tombamento de nove edificações: o Palácio Monroe, o Tribunal de Justiça, a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas-Artes, o Derbi Clube, o Jóquei Clube, o Clube Naval, o Teatro Municipal e a Assembléia Legislativa, apresentando como justificativa o fato deste conjunto representar o testemunho da

---

[42]Cf. FONSECA, op. cit., p. 117.

[43]Trata-se das casas de nº 32 (Proc. 742-T) e de nº 55 (Proc. 68-T) da Rua das Palmeiras, e a casa de nº 200 da Rua Sorocaba (Proc. 718-T), no Rio de Janeiro, tombadas em 1967, e do Teatro Amazonas, em Manaus, que, tombado basicamente em função de seu valor artístico, é inscrito apenas no Livro Histórico. Id., ib., p. 117.

remodelação urbana promovida por Pereira Passos, no início do século. A motivação do pedido surge da ameaça de demolição dos prédios do Derbi e do Jóquei, para dar lugar a um arranha-céu.

A análise feita pela Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) considera que tais edifícios não constituem um conjunto e, avaliando-os individualmente, propõe o tombamento apenas do Teatro Municipal e da Escola de Belas-Artes. Este fato abre uma polêmica inédita na instituição: de um lado, D. Lígia Martins Costa (posteriormente, apoiada por Lúcio Costa) considera que faltava unidade ao conjunto, descaracterizado pela construção de edifícios contemporâneos e por adulterações sofridas por alguns prédios; do outro, o arquiteto Paulo Santos, relator do processo, que defende o tombamento do conjunto por seu valor em termos da história da arte brasileira.

Encontra-se então em jogo posições distintas de valoração da arte. Aos princípios canônicos que norteavam o trato dos bens culturais do país, contrapõe-se a relatividade dos juízos de valor, fato que é denunciado por Paulo Santos em seu detalhado parecer:

> *"(...) Compreendo o parecer de D. Lígia, seja em relação ao conjunto de edifícios, seja em relação aos do Derbi e Jóquei. Ela analisou uns e outros a partir dos princípios que norteiam a Arquitetura e Urbanismo modernos, em que a unidade de estilo, volume e forma é consideração básica para a qualidade da obra. Mas o enfoque, igualmente moderno, para a apreciação de obras estéticas do passado é diferente repudiando sejam elas julgadas pela consciência estética dos nossos dias e sim a partir do pressuposto de que cada período da História da arte tem direito a ter seu próprio estilo e deva ser apreciado, em todos os seus aspectos, em função da cultura de que se nutre e das idéias estéticas por que se expressa (...)"*[44].

Contra este parecer se insurge veementemente Lúcio Costa - um antigo adepto do neocolonial e um dos mais destacados modernistas -, que não considera o Ecletismo como um período da História da Arte, mas sim *"um hiato nessa história"*, justificando a

---

[44]Citado por FONSECA, op. cit., p. 202.

exclusão destes bens do rol daqueles protegidos por considerá-los fora da *"linha legitima da evolução architectonica"*.

Ao final deste processo, foram tombados apenas, e individualmente, quatro edifícios: Teatro Municipal, Escola Nacional de Belas-Artes, Biblioteca Nacional e a Caixa de Amortização, todos no Livro de Belas Artes, curiosamente[45]. O Palácio Monroe, assim como o Dérbi Clube e o Jóquei Clube, é demolido, sob protestos da imprensa.

Este processo é exemplar na medida em que abre, dentro da prática institucional, uma discussão irreversível sobre os juízos de valor dos bens culturais, que, se por um lado, já atingiu o âmbito legal, formal da preservação, ainda tem muito o que caminhar para atingir a prática cotidiana, que efetiva e orienta as intervenções sobre os bens protegidos. Maria Cecília Fonseca informa-nos que, nos anos 80, as concepções mais recentes da nova historiografia começam a ser incorporadas pela prática dos tombamentos da SPHAN, mas que são reiteradamente contestadas nas impugnações[46], o que evidencia a ambigüidade da prática institucional. Novas leituras, não só da cidade oitocentista e de sua arquitetura, mas também testemunhos da ocupação do território ou bens referentes aos diversos grupos étnicos do país, por exemplo, passam a ser estudados sob uma nova ótica.

A cidade de Salvador reflete bem esta prática canônica que se desenvolveu dentro das instituições de preservação. Possuidora de um valioso acervo do período colonial, tem como patrimônio edificado passível de proteção os trechos da cidade que se identificam com a construção de uma história oficial da primeira capital do país, além de inúmeros edifícios dos séculos XVII e XVIII. Da cidade oitocentista e sua arquitetura, reconhecem-se apenas alguns poucos edifícios neoclássicos, a exemplo da antiga Casa da Alfândega[47]

---

[45]Id., ib., p. 203.

[46]Id., ib., p. 206.

[47]Processo 331-T. de 25/10/66. inscrito apenas no Livro Histórico.

o Mercado Modelo - ou da Associação Comercial da Bahia[48], este último, considerado de *excepcional valor artístico*. Exemplares da chamada "arquitetura eclética" só começam a ser valorizados na década de 80, quando são tombados o Solar Amado Bahia[49] e a Casa dos Carvalhos[50], ambos por seus valores históricos e artísticos.

Dos conjuntos urbanos da cidade oitocentista pouco resta, sendo a cada dia mais e mais destruídos pela especulação imobiliária, correndo-se o risco de, num futuro muito próximo, apagarem-se os testemunhos deste capítulo da história da arquitetura e da cidade.

Estudiosos da arquitetura e da história urbana, que durante muito tempo se debruçaram no conhecimento da Salvador colonial, pouco a pouco se dedicam ao estudo das transformações urbanas a partir do século XIX, investigando as características de construção da cidade moderna. Os trabalhos, que ainda são poucos na área e, praticamente, restritos ao âmbito acadêmico, indicam um vasto campo para a pesquisa que, além de elucidar uma história ainda não contada, com certeza, muito contribuirá para a compreensão da cidade contemporânea. Este trabalho pretende preencher algumas destas lacunas.

---

[48]Processo 112-T, de 13/06/1938, inscrito apenas no Livro de Belas Artes.

[49]Processo 988-T, de 29/01/1981.

[50]Processo 984- T, de 28/04/1980. É curioso neste processo o fato de, ao solicitar vistas à documentação da instituição, o proprietário manifestar sua estranheza, a despeito da deferência que a proteção confere, de ser a sua propriedade tombada, quando, a seu ver, na mesma área e no chamado "Corredor da Vitória" existem exemplares mais significativos sem qualquer proteção.

# CAPÍTULO I
## *A construção da cidade moderna*

## CAPÍTULO I

### A CONSTRUÇÃO DA CIDADE MODERNA

No final do século XVIII, Luís dos Santos Vilhena, professor de grego que na Bahia se estabelecera em 1787, escreve ao seu "caro amigo" Filopono uma série de cartas relatando suas impressões sobre a cidade em que reside, já há mais de dez anos, e na qual virá a falecer em 1814. O conjunto desta obra, um total de 20 cartas, denominado "Cartas Soteropolitanas", constitui-se numa das mais valiosas fontes de informação sobre a Salvador do último quartel dos Setecentos. Seu olhar atento e crítico, revela uma cidade de razoáveis dimensões para os padrões europeus, de ruas tortuosas e edifícios de risco antigo, que começava a expandir seus limites para os bairros que a circundavam:

> *"(...) Pouco menos de meia légua para dentro da barra, e pelo pé da montanha, que acompanha a marinha , correndo de Nordeste a Sul-Sudoeste, fica a cidade do Salvador, começando no sítio da praia da Preguiça até a Jiquitaia, com uma rua tortuosa, mas continuada com propriedades de casas de três, e quatro andares, e outros grandes edifícios, tendo de oito para nove mil pés portuguêses de comprido; e a esta povoação, que por tôda a sua extensão, deita diversos becos, que vão morrer na marinha, chamam a Praia, ou Cidade Baixa. Por sete calçadas, que sobem pela colina procurando a campanha para a parte do Nascente, se comunica esta com a Cidade Alta, que na mesma direção da montanha corre com uma semelhante rua, com tortuosidades não pequenas, desde o Forte de São Pedro, até o Convento da Soledade, com meia légua de comprido com pouca diferença. Na sua maior largura procurando a campanha ao Nascente, poderá a cidade ter quatrocentas para quinhentas braças; bem entendido, que diferentes ruas acompanham aquela principal com direções diversas; seus grandes edifícios, templos, e casas nobres, são de ordinário pelo gôsto, e risco antigos, em que se notam algumas, irregularidades, à excessão de poucos mais modernos"*[1].

---

[1]UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, FA, CEAB. **Evolução Física de Salvador**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979, p. 88, v. 02.

A cidade que chega ao século XIX mantém seus velhos limites. Contando com 10 freguesias[2], na velha capital da Colônia portuguesa não são claros os reais limites entre o rural e o urbano: ainda que sejam consideradas como urbanas várias freguesias de povoamento disperso, como nos relata Vilhena, a cidade propriamente dita se restringe a uma faixa de terra ao longo do mar, compreendida entre o Forte de São Pedro e a Soledade. O aspecto do conjunto edificado parece revelar um certo atraso da cidade, refletindo em seus imóveis, mesmo naqueles de maior destaque, um gosto antiquado, com algumas poucas exceções.

Para quem chega pelo mar, a cidade oitocentista encanta pela sua implantação sobre a encosta escarpada, onde se distingue a Cidade Baixa, destinada às atividades comerciais, e a Cidade Alta, centro administrativo e religioso, além de área residencial. As primeiras impressões logo se desfazem em contato com a zona ribeirinha: a falta de asseio das ruas, o buliçoso vai-e-vem de negros, misturado aos odores das comidas e artigos comercializados na rua, imprimem aos visitantes estrangeiros a pior das impressões. Ferdinand Denis, em 1816, afirma ser a Cidade Baixa *"o lugar mais feio da terra"*; Maria Graham, em 1820, concorda ao afirmar que este *"era sem nenhuma dúvida o lugar mais sujo em que eu tenha estado"*. Kidder, anos mais tarde diz que o bairro comercial *"não oferece atrativos ao estrangeiro"*, o que é ratificado, já em meados do século, por seu conterrâneo, Wetherell que não acredita *"agradar a ninguém permanecer ali a não ser a título de curiosidade"*[3].

---

[2]Contava a cidade com seis freguesias no início do século XVIII;

> *"(...) nove, nos meados. Cresceram para dez em 1760, e com a mesma quantidade continuou, até que, em 1870, foi criada a décima-primeira freguesia(...)".*

Esta última, resultado do desmembramento da freguesia de Nossa Senhora da Penha e da criação da freguesia de Mares. Cf. NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da Cidade do Salvador**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986. p.34.

[3]Cf. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX.** São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p.174.

A cidade do alto apresenta um melhor aspecto, com suas freguesias repletas de edifícios públicos e monumentais igrejas, realçados por um casario uniforme, onde se entremeiam largos, praças e feiras. Também aí, a conservação das ruas e sua limpeza, assim como na Conceição da Praia, constituem um eterno problema, ao qual se referem alguns estrangeiros ainda em meados dos Oitocentos[4].

Cidade suja, mas colorida e vivaz, a Salvador na virada do século XIX é uma metrópole de características coloniais, essencialmente, um entreposto de mercadorias, onde o próspero desenvolvimento das atividades comerciais se contrapõem ao declínio da economia açucareira na região[5]. A abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, em 1808, amplia as possibilidades de intercâmbio com o exterior e favorece o crescimento das atividades portuárias em Salvador, que se torna um dos principais portos do país.

> *"(...) Em todas as capitais de província, foram gerais por este tempo, no Brasil, o aumento da edificação e o desenvolvimento das artes, mais ( o foi ) porventura na Bahia do que em qualquer outra, pelo notável crescimento de sua riqueza, denunciado pela anual subida do movimento comercial"*[6].

O caráter mercantilista da cidade, que se afirma de fato após a guerra da Independência, não se caracterizará apenas pelo escoamento da produção baiana e pelo abastecimento local de bens importados (aí, incluídos os escravos), possuindo um amplo raio de ação através de rotas de cabotagem e atlânticas portuguesas. Os portugueses, detentores até então do grande comércio de exportação-importação, são substituídos em pouco tempo,

---

[4]Id., ib., p. 181.

[5]Id., ib., p. 113.

[6]OLIVEIRA, Lima. *"D. João VI no Brasil"*, citado por GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia, 1930-1964**. Salvador, 1982. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Sociais da UFBA. p. 32/3.

principalmente pelos ingleses, mas também por representantes de outras casas comerciais européias.

> *"(...) ingleses inicialmente, alemães e suíços, posteriormente, dedicam-se à exportação, mas mantém para os nacionais uma faixa de atuação, ou seja, possibilitaram a que agentes locais se dedicassem ao financiamento da cultura e fossem efetivamente os intermediários entre os produtores e os exportadores"*[7].

Esta nova ordem econômica possibilita a emergência de uma classe brasileira ligada ao crédito, ao financiamento e à intermediação de mercadorias, uma burguesia mercantil e financeira nacional que, funcionando juntamente com casas importadoras, bancos e companhias de navegação estrangeiros, promoverá uma significativa mudança na estrutura do poder local, sobrepujando-se às classes agrárias e imprimindo uma feição propriamente comercial à economia[8].

A cidade necessita adaptar-se aos novos tempos. Um processo de modernização do espaço urbano já se delineia desde as últimas décadas do século XVIII, quando inúmeras posturas da Câmara Municipal visam disciplinar ou abolir hábitos arraigados na população, que comprometem a higiene da cidade[9], ou ainda, promovem melhorias na

---

[7]ARAÚJO, Ubiratan C., SÁ BARRETO, Vanda S. de. *"A Bahia Econômica e Social"*, citado por GUIMARÃES, op. cit., p 33/4.

[8]Id., ib.

[9]A partir de meados do século XVIII, estas medidas são adotadas de maneira mais sistemática; contudo, resoluções a respeito da higienização do espaço urbano já são encontradas quando da reconstrução da cidade, após a expulsão dos holandeses, quando, aos 24 de janeiro de 1626, a Câmara proíbe o depósito de lixo nas proximidades dos prédios e obriga os proprietários a conservar os canos de águas servidas e o asseio das ruas. No final daquele século, em 1686, com a epidemia da bicha que assolava a cidade, provinda de Pernambuco, a Câmara propõe a execução de um plano de saneamento da capital da Colônia, aprovando posturas referentes ao asseio do perímetro urbano, com pesadas multas aos contraventores. Cf. RUY, Affonso. **História Política e Administrativa da Cidade de Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. p. 153 e 227.

malha viária e espaços de uso público, medidas que, muitas vezes, se sobrepõem àquelas do Governo da Província[10], e, noutras tantas, buscam a parceria com os moradores[11].
As condições de salubridade da cidade são críticas, na virada do século. As primeiras tentativas do Estado em estabelecer um ordenamento do espaço urbano têm como principal alvo os focos insalubres da cidade, especialmente aqueles das zonas comercial e portuária, na Cidade Baixa, o primeiro contato com o estrangeiro.

As questões relativas à higiene começam a se confundir com o saber urbanístico. Os conceitos de planejamento, que se ligavam diretamente às questões de estratégia militar, passam, então, a considerar novos parâmetros na definição física das cidades. Um projeto de modernização de Salvador, que, neste momento, ainda se delineava, utiliza como estratégia de controle social a medicina higienista. A cientificidade conferida a tal saber legitima a ação governamental sobre o espaço da cidade, e atribui a determinadas classes sociais a precedência no trato das questões urbanísticas[12].

Este saber especializado, que trata a cidade como um "paciente terminal", constrói-se paulatinamente em Salvador, na Faculdade de Medicina da Bahia, e respalda as intervenções públicas no espaço urbano, ao longo de todo o século XIX, e, principalmente, nos primeiros anos da República. A ótica higienista desenvolve então um discurso que, ao tempo que condena a cidade pré-existente e os hábitos de sua população,

---

[10] A respeito desta sobreposição, José A. AMARAL informa-nos, por exemplo, que, em 1781, o Governador Rodrigo José de Menezes Castro se esmerou em aformosear a cidade, construindo a Praça da Piedade, diante do Mosteiro, além de executar outras obras de relevância. In: AMARAL, José Alvares do. **Resumo Chronologico e Noticioso da Provincia da Bahia desde o seu descobrimento em 1500.** Salvador: Imprensa Official do Estado, 1922. p.25.

[11] MATTOSO, Bahia: a cidade ...,op. cit., p. 174 e 181.

[12] A este respeito, ver COSTA, Jurandir Freire da. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

diagnostica, propõe a cura e a prevenção dos males que atingem o espaço físico (a cidade, a casa) e o homem.

A passagem da velha Salvador escravista àquela que se pretende "civilizada", emprega o discurso médico como justificativa para uma série de intervenções que, na verdade, buscam adequar a cidade às exigências e às novas possibilidades oferecidas pelas transformações econômicas e sociais do país, após a Abertura dos Portos. A progressiva urbanização de Salvador apresenta-se então como mais uma alternativa rentável de investimento ao capital comercial que, neste momento, implementa uma diversificação de suas atividades. Paralelamente a este processo de "sanear" a cidade, começa a se definir um novo zoneamento urbano, que segrega funções a determinados espaços. Um exemplo disto, é a criação de cemitérios em áreas distantes do centro já consolidado, datando as primeiras restrições aos enterramentos nas igrejas do final do século XVIII, determinações que não se efetivam, contudo, senão na terceira década do século XIX[13]. Em 1835, a Lei nº 17, de 04 de junho, dá exclusividade à empresa de cemitérios da cidade para explorar o serviço, por um prazo de 30 anos[14]; em 1850, manda o Presidente da Província tornar público o Cemitério da Quinta dos Lázaros[15], cujo projeto de ampliação, executado pelo Engº João Bloem[16], por ser muito suntuoso, não chega a ser edificado[17].

[13]Cf. CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. **Os Terceiros Dominicanos**. Salvador, 1979. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Sociais da UFBA. p. 135.

[14]COPILAÇÃO em indice alfabetico de todas as leis, regulamentos provinciais e actos do governo - 1835-1858. [Salvador: ?, último quartel do século XIX], p. 99.

[15]AMARAL, op. cit., p. 43.

[16]Deste engenheiro alemão, naturalizado brasileiro, Gilberto Freire dá-nos notícia de ter ele precedido Vauthier e um outro francês, Boyer, na direção das obras públicas em Pernambuco, o que deve ter-se dado, provavelmente, em meados da década de 30 do século passado. Citado por GOMES, Geraldo. *Arquitetura Eclética em Pernambuco*. In: FABRIS, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel / EDUSP, 1987. p. 175-207.

[17]Cf. AMARAL, op. cit., p. 43/4.

As preocupações sanitaristas do Estado começam a assumir um caráter institucional: em 1838, é criado o Conselho de Salubridade e Hygiene, através da Lei nº 73, de 15 de junho, com o fim de

> *"(...) aconselhar as authoridades administrativas e policiaes, sobre tudo que pertencer a saude publica"*[18].

O discurso médico é empregado com maior vigor a partir de meados do século XIX, quando a insalubridade da cidade atinge seu ponto mais crítico: as epidemias de Febre Amarela (1849/50) e de Cólera (1855/56), que dizimam uma parte significativa da população, fazem com que o espaço urbano passe a ser objeto de medidas mais enérgicas por parte do poder público e das elites locais, desejosas em substituir o quadro que se apresentava por uma imagem progressista de Salvador. Intensificam-se, com maior rigor, as proibições de enterramentos nas igrejas; em 1850, em decorrência de Lei Provincial, de 14 de setembro, institui-se a Junta de Hygiene, que funciona paralelamente ao Conselho de Salubridade[19]; em 1853, é criado o Hospital de Monte Serrat, com o intuito de tratar os doentes de febre amarela[20]; em 1855, através da Lei Provincial nº 482, estabelece-se o Instituto Vaccinico[21].

Até o final do século XIX, paralelamente ao desenvolvimento da medicina social e preventiva, aperfeiçoam-se os instrumentos de controle das condições de salubridade da cidade, para o que contribuem a estruturação dos serviços públicos e, com maior evidência, as obras de melhoramentos urbanos.

---

[18] Id., ib., p. 198.

[19] AMARAL, op. cit., p. 199.

[20] Id., ib., p. 170.

[21] Id., ib., p. 80.

A construção da cidade moderna, ou pelo menos, de uma imagem moderna da cidade, é moldada, assim, sobre o discurso médico que, ora implícita, ora explicitamente, informa a ação do Estado sobre o espaço urbano. A modernização de Salvador, processo iniciado ainda no final do século XVIII e que tem seu ápice nas primeiras décadas dos Novecentos, reconcebe a cidade, redesenha-lhe os limites e procura transformar a estrutura colonial dos seus espaços construídos e o modo de vida de seus habitantes.

## 1.1. A modernização de Salvador ao longo do século XIX

Apesar das inconstâncias apresentadas pela economia baiana ao longo do século XIX, a cidade de Salvador insere-se num processo de modernização, que possui um ritmo próprio e características peculiares. Neste processo, três momentos podem ser identificados[22]: o primeiro, está localizado no início do século XIX, cujo ápice é encontrado no governo do 8° Conde dos Arcos, onde a cidade é idealizada; o segundo, está compreendido entre os meados dos Oitocentos e o início da República, quando se inicia a construção real da Salvador moderna, ainda que de forma fragmentada e pontual; o terceiro, que nos interessa mais particularmente, tem lugar nas primeiras décadas da República, quando a favorável situação econômica do estado promove as grandes transformações urbanas.

[22]A análise destas etapas do processo de modernização de Salvador é proposta por FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920*. **Espaço & Debates**. Cidade e História, São Paulo, NERU, n. 34, p. 92-103, 1991; assim como por ARAÚJO, Heloísa Oliveira de. **Inventário da legislação urbanística de Salvador: 1920-1966**; *As novas regras para o uso e o abuso do solo urbano*. Salvador, 1992. Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. p. 171/2.

Pedro, logo conhecida como Rio Vermelho de Cima[27]. De 1814, é o início da construção do Passeio Público e do seu obelisco, erigido em homenagem à visita da família real à cidade, anos antes[28]. Com o efetivo apoio do Conde dos Arcos, começa a funcionar em maio de 1816 o Collegio de Cirurgia (futura Faculdade de Medicina da Bahia), que recebera autorização para funcionamento no Hospital Real, desde 1808[29]. Em 1818, lança-se a pedra inaugural de uma nova praça para o Mercado Público, sobre a praia, fronteira ao Morgado de Santa Bárbara[30].

Além dessas iniciativas, que apontam a introdução de novos elementos na vida da cidade e o desejo de uma ruptura com o passado colonial, talvez seja no projeto de transferência da capital para a península de Itapagipe, em virtude dos constantes deslizamentos de terras no centro[31], em 1813, que encontraremos propostas mais concretas de um projeto de modernização para a cidade. A insegurança do solo e a intranquilidade da população justificam na época o desejo de transferir a capital para o fundo da baía, propondo-se levantá-la desde a praia e planícies que seguem do Noviciado até Itapagipe, transformando a casa do Noviciado na residência do Governador, e criando salas para as sessões da Junta da Fazenda, Relação e Câmara. Estas obras são consideradas de pouca despesa, e as mais custosas dizem respeito à construção dos novos armazéns da Alfândega[32]. Este projeto, que, em parte, retoma os primeiros estudos para a implantação

[27]Id., ib., p. 27.

[28]Id., ib., p. 44.

[29]Id., ib., p. 72.

[30]Id., ib., p. 360.

[31]De fato, as invernias de 1812 e 1813 são desastrosas para a cidade, com deslizamentos de terra das encostas densamente ocupadas, provocando inúmeras mortes e grandes prejuízos materiais. Cf. RUY, op. cit., p. 355.

[32]Id., ib., p. 356.

Coincidindo com o primeiro momento da economia baiana após a Abertura dos Portos, identifica-se o primeiro surto de modernização da cidade no governo do 8° Conde dos Arcos. As principais preocupações deste governo relacionam-se às melhorias do porto e à articulação com o centro da cidade de povoações ainda distantes, além daquelas que se referem aos novos padrões da vida citadina.

Para tanto, o aspecto colonial da cidade, expresso também nos seus edifícios, deve ser modificado: proíbe-se, em virtude de uma representação da Câmara Municipal, o uso de rótulas ou *"gradinhas de páu"* nas janelas das casas[23], em 1809, o que, por outro lado, estimula o consumo de elementos em ferro, importados da Europa. Em 1811, tem início a demolição da bateria de São Fernando, na Cidade Baixa, assim como a construção da Praça do Commercio, sob a administração de uma Junta de Comércio, nomeada pelo Conde dos Arcos, que ofereceu a planta do edifício-sede, sendo este inaugurado em 1817[24]. Em 1812, no aniversário natalício de D. João VI, inaugura-se o Theatro Público de São João, que deveria substituir a antiga Casa da Ópera Velha[25], edifício quase todo de madeira, que se localizava nas imediações da atual Praça dos Veteranos[26]. Neste mesmo ano, abre-se uma estrada para o distante Rio Vermelho, a partir do Campo Grande de São

---

[23]AMARAL,op. cit., p.456.

[24]Id., ib., p. 331.

[25]RUY informa-nos que, por volta de 1785, instalava-se em casa própria, à Rua do Saldanha, a "Ópera Velha", o primeiro teatro a se levantar na cidade, após a interdição da Câmara (onde aconteciam os espetáculos) para reformas, em 1733, quando as representações teatrais passam a ser realizadas em tablados armados nos cantos das praças, nos átrios as igrejas ou claustros dos conventos. No princípio do século XIX,

> *"(...) dada as condições sociais da população que ia se requintando, novo teatro se erguia ao Guadalupe, próximo à ermida de Nossa Senhora, que passou a ser chamado de "Ópera Nova", evidenciando a propensão artística do povo".*

Quando da construção do Teatro São João, é, provalvelmente, a este último que se referem como a "Ópera Velha". Op. cit., p. 313.

[26]AMARAL, op. cit., p. 47.

da cidade, de 1549, compreende também melhorias no porto e no bairro comercial, e cogita, em 1816, a abertura de um canal entre o braço de mar de Itapagipe, no lugar denominado Papagaio, e a praia de Jequitaia, permitindo às embarcações de cabotagem fácil acesso ao ancoradouro de Itapagipe, o qual liberaria o porto da cidade às embarcações de longo curso[33]. Tanto a transferência da capital, quanto a ampliação do porto, são consideradas inviáveis, devido ao alto custo, pelo agonizante governo colonial.[34].

A cidade idealizada começa a ser construída, interagindo uma nova postura no trato do urbano com a realidade de uma estrutura colonial. Novos elementos continuam a se incorporar paulatinamente à vida da cidade: em 1835, através da Lei nº 05, de 02 de maio, o Governo da Província cria o Gabinete de História Natural, a instalar-se num prédio público, cujo acervo seria doado pelo *"(...) cidadão francez, Mr. Douville"*[35]; a instrução pública se estrutura com a criação, em 1836, da Escola Normal, destinada ao magistério da instrução primária[36], e do Lyceo da Bahia[37]; em 1839, é criada a Biblioteca Pública[38].

---

[33]MATTOSO, Bahia: a cidade ..., op. cit., p. 79.

[34]A proposta de ampliação do porto, depois de arquivada, veio à tona em 1845, quando o então Presidente da Provincia, General Andrea,

> *"(...) propôs retificar o traçado original do projetado canal, revestindo suas margens com cais e ruas longitudinais, o que permitiria embelezar o porto e facilitar as comunicações. As obras para a execução do novo projeto, embora iniciadas, foram interrompidas em 1849 por ter sido julgada sua execução dispendiosa para os cofres públicos".* Id., ib., p. 80.

Com relação ao projeto de modernização idealizado, e em parte levado a cabo, no governo do 8º Conde dos Arcos, consideramos que um estudo mais aprofundado da questão ainda estar por ser feito, o que seria de grande valia para a compreensão da construção da Salvador moderna.

[35]COPILAÇÃO ... , op. cit., p. 195.

[36]Cf. Lei nº 37, de 14/04/1836. Id., ib., p.270.

[37]Cf. Lei nº 33, de 09/03/1836. Id., ib., p. 292.

[38]Id., ib., p. 15.

Também os serviços públicos são reorganizados, buscando adequar-se às novas demandas da cidade. Desde 1837, têm-se notícia de possuir a Câmara Municipal um engenheiro para os serviços urbanos[39]; em 1845, é criada a Repartição de Obras Públicas, que, já em meados do século, em 1857, transformar-se-á na Junta de Obras Públicas, da qual faz parte o *architecto* Lenoir, contratado pelo Governo da Província[40].

A cidade que se moderniza, expande seus limites aos novos bairros. A partir de meados do século XIX, em Salvador, intensificam-se as ações no sentido de assegurar as condições de salubridade da cidade e de incrementar a implantação de infra-estrutura urbana, principalmente no que concerne à ampliação da malha viária e sistema de transportes, fatores decisivos na ocupação de novas áreas. A abertura de novas vias em setores, até então, pouco adensados, a ligação destes com os núcleos mais consolidados, as articulações entre as Cidades Alta e Baixa, a melhoria das condições de conservação da malha viária, são algumas das iniciativas estatais visando fluidificar o espaço urbano. Neste contexto, destacam-se a abertura da Rua da Vala, com a canalização do Rio das Tripas, e a abertura da Estrada Dois de Julho, novo caminho para o Rio Vermelho, que indicam novos vetores de ocupação, em meados do século XIX.

Medidas adotadas, geralmente, em parceria com o setor privado, procuram dotar a cidade de serviços urbanos básicos: iluminação pública, abastecimento de água, limpeza urbana

---

[39]Cf. Lei nº 152, de 28/06/1841, que refere-se à Lei Provincial nº 56, de 24/04/1837, que aprova o vencimento do engenheiro da Câmara. Id., ib., p. 34.

[40]Desta Junta, fazia parte a **Junta de Engenheiros**, responsável pela

> *"(...)direção administração, fiscalização e conservação de todas as obras feitas por conta dos cofres provinciais, segundo ordens do Governo".*

No seu Regulamento, fica determinado que, para membros efetivos da Diretoria, o Governo escolheria os engenheiros que tivessem curso completo *"(...) d'academia do Brasil, ou de qualquer eschola estrangeira creditada"* (Artº 62), podendo ainda o Governo contratar um ou mais engenheiros estrangeiros, sob bases especiais, para a organização de projetos importantes, cabendo à Diretoria de Obras Públicas examiná-los e fiscalizar suas execuções (Artº 63). COPILAÇÃO ..., op. cit., p. 411-24.

e esgotamento sanitário, que, num primeiro momento, implantam-se em áreas de maior concentração populacional - as freguesias do centro -, paulatinamente, expandindo-se para os novos bairros.

O sistema de abastecimento da cidade, ainda bastante precário, conta, a partir de 1869, com um novo Matadouro Público, localizado na freguesia de Santo Antônio, num local denominado Retiro, sendo desativado aquele então existente no centro da cidade[41]. Neste mesmo ano, é contratada pela Presidência da Província a construção do Mercado do Peixe, na Preguiça, na freguesia da Conceição da Praia, *"(...) obra essa que constitue um dos melhoramentos urgentemente reclamados"*[42]. Devido à iniciativa de particulares, inaugura-se em 1874 a nova Praça do Mercado, à Rua da Vala, defronte da Rua do Taboão - o Mercado de Santa Bárbara -, *"(...) construido com solidez e gosto moderno"*[43]. A modernidade almejada precisa ainda refletir-se no aformoseamento dos espaços da cidade e de seus edifícios, que assumem padrões estéticos importados do exterior, movimento facilitado pelo intenso comércio com a Europa e pela convivência com um grande número de estrangeiros que, aqui, passa a residir, após a Independência. Na segunda metade dos Oitocentos, realizam-se melhoramentos em espaços de uso público, especialmente nas praças, como aqueles ocorridos no Campo Grande, em 1856[44]- obras de nivelamento e arborização-, ou na Praça D. Izabel, em frente à Igreja da Sé, dotando-a de chafariz, plantando-se palmeiras e utilizando iluminação a gás[45]. Novas vias se rasgam, substituindo antigos logradouros e prédios por outras melhorias edificadas dentro

---

[41]Id., ib., p. 64.

[42]Id., ib., p. 494.

[43]Id., ib., p. 116.

[44]Id., ib., p. 28.

[45]Id., ib., p. 61.

de novos padrões[46], ao tempo em que os cuidados com o aspecto da pavimentação das ruas, passeios e encanamento das bicas, são redobrados[47].

Os novos padrões burgueses de viver que, gradativamente, são assimilados pela sociedade local exigem a formação de um quadro de profissionais habilitados a responder às novas questões urbanas que se impõem, assim como às aspirações individuais da burguesia, onde o refinamento do gosto atrela-se a sua posição social. A formação de novos profissionais é estimulada desde meados do século XIX pelo estado, que envia à Europa alguns destes para estudar as Belas-Artes ou Engenharia Geral,

> *"(...) especialmente a parte que respeita a abertura de canaes, construcção de pontes, e calçadas, e outros ramos da Architectura civil"*,

visando suprir-se de corpo técnico habilitado[48]. Em 1877, é criada a Academia de Belas-Artes, pelo professor espanhol Miguel Navarro y Cañizares e alguns professores do Liceu de Artes e Ofícios, a segunda instituição de ensino superior na Bahia e também a segunda do gênero no país[49], onde são oferecidos os cursos de Pintura, Desenho, Arquitetura, Escultura e Música. Em 1897, é fundada a Escola Polytechnica da Bahia, que, na época, conta com inúmeros professores estrangeiros nos seus quadros, estes, a serviço do

---

[46]Exemplo disto é a demolição da Capela do Guadalupe, em 1858, edificada em tempos coloniais, em local onde, hoje, se encontra a Praça dos Veteranos. Tal fato ocorreu devido à construção *"(...) do cano real da rua da Valla [...], offendendo os alicerces da Capella (...)"*. Id., ib., p. 415.

[47]Cf. legislação de meados do século XIX referente às calçadas. Id., ib., p. 25-31.

[48]Tais determinações autorizando viagens de estudos à Europa, são encontradas na legislação a partir de 1841. Id., ib., p. 451-6.

[49]Cf. LUDWIG, Selma C. **A Escola de Belas Artes cem anos depois**. Salvador: UFBA, 1977. A autora informa-nos ainda ser de 1831 o primeiro curso regular de Desenho, na Bahia, dirgido pelo professor Antonio Joaquim Franco Velasco, ao qual, paralelamente, instalaram-se outros cursos, também de caráter particular.

> *"(...) Só a 9 de março de 1872 vem a ser criado o Liceu de Artes e Ofícios, sob o prestígio do Governo da Província. Nele funcionava um curso de Desenho que, a partir de 1876, instalou-se um curso superior desta disciplina sob a direção do professor espanhol Miguel Navarro y Cañizares"* (p. 05).

Governo da Província[50], além de outros, que também lecionam no Liceu e nas Belas Artes[51].

A cidade que chega à República almeja a modernização. Este processo, que em Salvador fora gestado durante todo o século XIX, e cujos primeiros indícios já podem ser observados em meados do século anterior, transformara irreversivelmente a concepção de cidade, alterando-lhe os espaços e as práticas de sua sociedade, introduzindo novos elementos no seu cotidiano. O contraponto entre o velho e o novo, entre o ideal e o real, ficará mais evidente ao longo da chamada Primeira República, quando, de fato, se concretizará a construção da cidade moderna.

### 1.2. *"E a Bahia civiliza-se ..."*: Salvador na Primeira República (1890-1930)

O que se convencionou chamar de Primeira República ou República Velha, na historiografia brasileira, corresponde ao período compreendido entre os anos de 1890 e 1930. Apesar de contestada por inúmeros estudiosos, esta divisão da história, que, hoje, é empregada com fins didáticos, refere-se aos anos que se caracterizam por uma certa homogeneidade nos âmbitos político e econômico, dominados pelas oligarquias rurais.

A substituição do Império Parlamentarista pelo Presidencialismo Republicano, de um Estado Centralizado pelo Estado Federativo ocorre paralelamente ao desenvolvimento

---

[50]É o caso, por exemplo, do Engº Hans Schleier, que executou o projeto da Barra-Avenida, e do Engº John Parker Litteton, responsável pela Inspectoria de Terras, Colonização e Immigração da Província. Além disto, são encontrados projetos de residências destes técnicos, como autônomos, encaminhados para análise da Intendência. Cf. ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1898. Salvador: Reis & Companhia, 1898. Ver tb. a edição de 1899 e a de 1900.

[51]Id., ib.

das novas regiões cafeeiras no sudeste do país, cujos proprietários, após o período de instabilidade inicial do novo sistema de governo, assumem o controle político da vida nacional.

No plano econômico, este período segue as diretrizes traçadas no passado: uma produção centrada na agroexportação de alguns poucos gêneros tropicais sujeitas às oscilações do mercado internacional. A difundida "vocação agrícola" do país, propagada pelas classses dominantes em interesse próprio, cria um processo onde "exporta-se o que se tem de melhor" (produtos agrícolas) e "importa-se tudo quanto os outros produzem de melhor" (produtos industrializados), o que retarda o desenvolvimento industrial do Brasil por um longo tempo[52].

No plano político interno, a Primeira República assinala a montagem de uma eficiente estrutura de poder baseada na força e nos interesses dos grandes latifundiários, o que permite que este período seja também conhecido como República Oligárquica; República dos Fazendeiros; República dos Coronéis; ou ainda, República Café com Leite, em alusão aos poderosos políticos de São Paulo e Minas Gerais[53].

Na Bahia, este primeiro período republicano, coincide com aquele em que a lavoura cacaueira percorre a sua trajetória mais promissora e a plena afirmação econômica. A monocultura do cacau, que, a partir de 1860, começara a apresentar um melhor desempenho, graças à introdução de variedades mais resistentes às pragas e à expansão do mercado consumidor[54], vincula-se a uma estrutura de produção e comercialização, até

---

[52]Cf. COTRIM, Gilberto. **História do Brasil para uma geração consciente**. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 146.

[53]Id., ib.

[54]Cf. GARCEZ, Angelina Nobre Rolim, FREITAS, Antônio Fernando G. de. **Bahia Cacaueira: um estudo de história recente**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979. p. 21.

então, inexistente, fazendo com que o estado ocupe o segundo lugar na produção mundial.

Contudo, o surpreendente desempenho das exportações do cacau imprimem uma dinâmica própria e descontrolada ao processo de crescimento das plantações, resultando na ocupação de áreas inaptas ao plantio, o que compromete o sistema de produção. Além disto, a concorrência no mercado internacional dá larga vantagem ao cacau das colônias inglesas, na África, onde as lavouras crescem num ritmo espantoso[55].

Período do ápice da produção cacaueira na Bahia, o final da Primeira República coincide ainda com o inicio do seu declínio, decorrente, principalmente, da ausência de uma política diretiva ou estratégia de ação que conferisse uma maior consistência àquele sistema econômico[56].

No âmbito político, a República, que se instalara na Bahia sob protestos das classes dirigentes e sem maiores convicções ideológicas por parte da população, só estará consolidada na virada do século. Organiza-se em definitivo a administração da cidade de Salvador, que tem no limite urbano as mesmas zonas e distritos encontrados ainda nos anos 50, e, até 1940, as mesmas freguesias[57].

A cidade de Salvador, como as grandes cidades do país, busca inserir-se no processo de globalização econômica e cultural fomentado pelo favorável momento econômico. O processo de industrialização, que se iniciara em cidades como o Rio de Janeiro e São

---

[55]Cf. PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1977. p. 242/3.

[56]Cf. GARCEZ e FREITAS, op. cit., p. 21.

[57]RUY, op. cit., p. 637.

Paulo ainda no século passado, é retardado em Salvador, devido à instabilidade da economia local, onde se afirma a importância do setor comercial[58].

> *"(...) Ao contrário do período imperial, quando a Bahia era identificada, quase, como um sinônimo de 'Recôncavo' e 'açúcar', na primeira República o enunciado é diferente: a Bahia é a praça comercial de Salvador"*[59].

A Bahia, e, em especial, a sua capital, conhece mais uma fase de progresso, depois de um longo período de estagnação econômica. A consequência da projeção do comércio na economia local é o papel destacado que assumem os ricos negociantes na sociedade baiana. O contato com os estrangeiros - em grande parte, de origem européia -, desenvolvido através das transações comerciais, estimula as aspirações de aproximação com o dito "mundo civilizado", seus modos de vida, suas idéias modernas.

Por outro lado, o incremento do comércio e o surgimento de outras atividades produtivas urbanas, muitas decorrentes da abolição da escravatura, redesenham a paisagem social da cidade, onde, em contraponto aos ricos comerciantes, identifica-se um significativo segmento formado por trabalhadores assalariados: o proletariado urbano[60].

Salvador amplia a sua influência, concentrando recursos financeiros, econômicos, sociais e políticos de todo o estado, com o que polariza a atração das populações rurais que

---

[58]Cf. ARAÚJO, op. cit., p. 163.

[59]CARDOSO, Luís Antônio Fernandes. **Entre Vilas e Avenidas: Habitação Proletária em Salvador na Primeira República**. Salvador, 1991. Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. p. 39.

[60]Segundo CARDOSO (op. cit., p. 42), este segmento era formado basicamente por trabalhadores ligados a atividades tipicamente artesanais, em todas as freguesias de Salvador: alfaiates, chapeleiros, ferreiros, encanadores, sapateiros, latoeiros etc, ao lado *"(...) de um incipiente, mas não desconsiderável, contigente de operários fabris (...)"*.

procuram fugir das grandes secas que assolam a região, desde o início do século XIX[61], o que torna ainda mais urgente a resolução dos muitos e complexos problemas da cidade, entre eles, a demanda habitacional. Centro político e econômico do estado numa época de grande desenvolvimento, a capital da província recebe atenções especiais no que se refere à conformação e aspecto do seu espaço urbano. A modernidade anunciada por um novo sistema político e permitida pela situação econômica proporcionarão as mudanças.

### 1.2.1. O saber urbanístico & o saber médico

A recuperação da economia baiana, durante o período denominado Primeira República, após a instabilidade do século anterior, propicia uma série de obras de melhoramentos da cidade, intervenções estas que evidenciam um ideal de fluidez, salubridade e estética do espaço urbano[62]. O saber urbanístico, como já visto, confunde-se, desde o início do processo de modernização da cidade, com o saber médico, e, neste período, transforma-se em slogans e paradigmas do discurso do Estado. Reduto da elite local, é na Escola de Medicina da Bahia, celeiro deste ideário, que se revela, através das teses aí desenvolvidas, a leitura que certos segmentos sociais mais ilustrados - dirigentes políticos, médicos sanitaristas e higienistas, educadores, jornalistas -, fazem da cidade.

No final do século passado, quando a visão higienista sobre a cidade já se mostra estruturada, fala-se com frequência da

[61]Cf. ARAÚJO, op. cit., p. 129 e MATTOSO, Bahia: a cidade ..., op. cit., p. 343.

[62]Cf. FERNANDES e GOMES, op. cit.

> *"(...) necessidade de higienização do ar, afectado pelas inúmeras doenças infecciosas que grassam sobre a cidade"*[63].

Ao ar contaminado do centro, onde o

> *"(...) numero de parasitas augmenta com a condensação dos habitantes e o accumulo das immundicies"*[64],

opõem-se o ar puro dos campos e das estações balneárias, recomendados pelo saber médico, áreas que, neste período, são setores da cidade que se encontram em processo de adensamento.

No início do século XX, já são mais acirradas as posturas que condenam a área urbana de Salvador A imagem da cidade não se adequa aos ideais de civilidade e progresso almejados pela elite local. As ruas, de uma maneira geral, são criticadas por não apresentarem dimensionamento, pavimentação e beleza adequados aos novos padrões higiênicos e estéticos, além de terem um uso indisciplinado, estando repletas de vendedores maltrapilhos comercializando toda a sorte de coisas, lugar onde os animais circulam livremente e, outros, decompondo-se, contaminam o ar atmosférico[65].

O Bairro Comercial,

> *"(...) sede de todos os estabelecimentos bancários de primeira ordem e de escriptórios de notaveis médicos, advogados, seguros, etc."*[66],

é depreciado por apresentar um precário estado de conservação e configuração da malha viária e arquitetônica, *"(...) que ressente-se de embellezamento esthetico"*. Também suas

---

[63]Ver, por exemplo, LYRIO, Olympio Corrêa. **Breves considerações sobre a analyse bacteriologica do ar e sua importancia na producção de molestias infecciosas.** Salvador: Imprensa Popular, 1894. Tese apresentada para graduação na Faculdade de Medicina da Bahia. p. 02.

[64]Id., ib., p. 34.

[65]Cf. SILVA, Octávio Torres da. **A cidade do Salvador perante a Hygiene**. Salvador: Typographia Moderna, 1908. Tese de graduação apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia.

[66]Id., ib., p. 03.

ruas mais próximas são tidas como *"anti-hygienicas"*, destacando-se a Rua Manoel Victorino (Ladeira da Preguiça), um verdadeiro *"acervo de ruinas"*, onde na praia mais próxima, a maior parte da população se abastece de peixes e legumes.

A Cidade Alta, contudo, apesar das ótimas condições topográficas do sítio, *"(...) que propicia os bons ares, auxiliando a hygiene municipal"*, apresenta também péssimas condições de salubridade, sendo apontadas como criticas as áreas da Barroquinha, Maciel e Taboão, e, em especial, a Rua Dr. J. J. Seabra, que recebe dejetos de duas cumeadas[67].

As praças assumem um papel de destaque na cena urbana, neste período, o que pode ser confirmado pelas inúmeras obras de melhoramentos nestes equipamentos, executadas pelo poder público[68]. Também para a ótica médica, eram os espaços da cidade

> *"(...) feitos para respirar um ar mais puro, depois de uma fatigante lucta no meio de um ar empestado de certas viellas ou ruas"*[69].

Apesar de Salvador contar com um número razoável de praças no perímetro urbano, considera-se que estas não apresentam condições satisfatórias de usufruto, à excessão do Campo Grande,

> *"(...) extenso jardim gradeado, com um passeio regular em roda, e dentro dividido em ruas largas com côretos, assentos, mictórios, etc, [e que] [...] possui luxuosos edificios em seus quatros lados e linhas de bonde electrico em todas as direcções, de modo que por isso a faz tomar logar de primeira ordem"* [70].

---

[67]Id., ib, p. 06-08. Referindo-se às áreas do centro, o autor chega, inclusive, a reivindicar que o Corpo de Bombeiros, então, instalado à Ladeira da Preguiça, local de precárias condições higiênicas, daí deveria ser banido, *"(...) a fim de não tolher a acção benefica dos incendios"* (p. 19)!

[68]Sobre o papel das praças no espaço urbano brasileiro e o processo de secularização destes equipamentos, que se afirma no século XIX, ver MARX, op. cit.

[69]SILVA, op. cit., p. 09.

[70]Id., ib., p. 08.

Já as praças do centro da cidade, além de não apresentarem a infra-estrutra mínima para desempenhar seu papel no espaço urbano, sofrem com *"(...) a índole do povo baixo, que não tem instrucção e educação civica"* para freqüentá-las.

Da mesma forma como se apossara do saber urbano, a Medicina busca transformar a casa e seus habitantes. A habitação colonial se prestará então a todo o tipo de crítica, a partir da instalação da medicina como técnica de regulação do contato entre indivíduos e família, cidade e Estado. Em nome dos miasmas e da insalubridade a casa soterolpolitana é chamada a mudar sua feição. É condenada por apresentar estrutura precária (taipa); por estar ao rés-do-chão, sem base protetora e piso suficientes para a aeração dos cômodos, por não apresentar bandeiras de vidro que garantam a iluminação; pela dimensão do seu pé-direito e pela falta de espaços exclusivos para o desenvolvimento das diferentes funções[71]. Muitas das recomendações médicas relativas à habitação, no período, constituem-se em verdadeiros manuais de construção, onde constam desde os procedimentos para a escolha do sítio, até o dimensionamento das fundações e paredes, assim como os materiais a serem empregados[72].

Pode-se afirmar então que a medicina engrossa a pressão da aculturação com o modelo europeu - francês e inglês - mais particularmente, fazendo com que, também a casa baiana consuma vidraças, gradis, louças e instalações sanitárias. Da mesma forma, e bem apropriado à elegante maneira de morar, objetos de metais, tapetes, estuques, cortinas, que compunham a atmosfera interior do lar europeu.

---

[71]Cf. ALMEIDA, Luiz Oliveira. **Hygiene dos Pobres**. Salvador: Typ. do Salvador, 1908. Tese de graduação apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia.

[72]Cf., por exemplo, SILVA, op. cit., p. 15-9.

A casa burguesa, respaldada pelo discurso médico, busca romper com os padrões formais da habitação colonial. Desde a sua implantação no lote, recuada em relação à rua, até a disposição interna dos seus cômodos, que incorpora novos espaços ao programa arquitetônico, procurando adaptar-se a um funcionamento que prescindia da mão-de-obra escrava, então extinta em 1888.

A análise do discurso médico sobre a habitação mostra objetivos explícitos, relacionados à formação de novos cidadãos e, no âmbito doméstico, prevê a "proteção" de mulheres e crianças, habitantes por excelência da casa.

Para a classe médica, a mulher deve assumir um papel de destaque na cena doméstica. Como organizadora do funcionamento da habitação, imprescindível se faz o remanejamento do seu papel no cotidiano da sociedade, o que, em conseqüência, contribuiria para a metamorfose da família. São vários, então, os estudos que tratam, neste período, da mulher e da sua sanidade física e psicológica - cuidados com a gravidez, amamentação, forma física etc. Trata-se de torná-la um ser "funcional", dentro do contexto sócio-econômico imposto pela nova ordem urbana; é necessário desenclausurá-la, transformá-la numa "dama-de salões", uma "mulher da rua". Para tanto, deve abandonar antigos hábitos, europeizar seu corpo, seus vestidos e seus modos.

Nas classes média e alta, na Salvador do século XIX, as mulheres viviam reclusas,

> *"(...) saindo só para ir à igreja, ao Passeio Público com a família ou a reuniões socias, sempre na companhia do marido, de algum parente ou acompanhante"*[73].

[73]MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX;** *Uma Provincia no Império*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira. 1992. p. 449.

Esse quadro começa mudar no final do século e exige que a mulher se exponha ao mundo das representações - ao teatro, às recepções oficiais, aos salões e seus saraus. A nova etiqueta e o novo código de relacionamento social impõem essas formas de sociabilidade.

Domina a mulher os espaços da casa, no que concerne ao seu funcionamento e garantia do conforto: cabe-lhe a construção do lar burguês. Na órbita de suas atribuições está também a formação dos "indivíduos civilizados", os filhos. As crianças da família burguesa são objeto da preocupação médico-estatal desde o ventre, devendo, segundo esta visão, ser educadas em internatos, a partir de certa idade, onde as normas higênicas recomendam os exercícios físicos como disciplinadores *"do cérebro e dos impulsos exaltados da sensibilidade"*, *"base da cultura do espírito"*[74]. Sua formação, contudo, já leva marcas das permanências do sistema colonial, na presença da negra "mãe -de -leite", em contraponto com a presença da governanta européia, ainda na primeira infância. Na casa, devem ter as crianças espaços delimitados de estar: os quartos individuais e as salas de estudos, quando existem.

Contudo, é o pai - o verdadeiro "pater familias"- quem tem poderes absolutos, apesar do novo status galgado pela dona-de-casa. Para o homem empreendedor da virada do século,

> *"(...) a casa era o local de prazeres amenos, refúgio do homem cansado e preocupado, tido como responsável pela produção da riqueza material de que dependia o lar"*[75].

---

[74]PITOMBO, Carlos Antônio. **Exercícios physicos nos internatos**. Salvador: Litho-Typ. e Encadernação Reis, 1900. Tese de graduação apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia. A este respeito, ver tb. FREIRE, Gilberto. **Vida Social no Brasil no século XIX**. Recife: Massangana, 1987.

[75]PERROT, Michele (org.). **História da Vida Privada**: *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São

Como no período colonial, é do homem, chefe da família, a prevalência dos espaços públicos e dos salões, assim como dos novos equipamentos sociais que surgem ao longo do século XIX: os clubes, associações recreativas e teatros, que selecionam os frequentadores da elite baiana. É deste período o novo hábito de frequentar os *clubs* - o inglês, o francês, o alemão -, situados nas proximidades do Campo Grande - área valorizada da cidade. Destacam-se neste período "A Recreativa" e a "Phileuterpe" por seus bailes famosos, encontrando-se só esporadicamente menções à figura feminina nesses eventos.

Uma nova cidade para novos cidadãos. Como visto, o diagnóstico que se faz da cidade, no início dos Novecentos, ultrapassa os limites do sanitarismo propriamente dito, aliando aos preceitos higiênicos uma nova moral e uma nova ética, que devem nortear a vida urbana. Consideramos ainda que, mais do que um projeto higienista para a cidade, a leitura que a classe médica faz do urbano revela a construção de um projeto estético, que se respalda em um novo paradigma construído pela Medicina, e que se adequa às idealizações urbanas das elites dirigentes.

Estabelecendo uma hierarquia do espaço urbano, o pensamento médico que informa as ações do poder público sobre a cidade nega o seu núcleo primitivo, ratificando e induzindo a ocupação de áreas periféricas. Também para esta ocupação, a ótica higienista apresenta uma proposta de segregação espacial dos diferntês estratos sociais[76], que, conjugando-se às iniciativas do Estado e da burguesia, desenha um novo zoneamento para a cidade.

[76] Neste período, inúmeras são as teses da Faculdade de Medicina da Bahia que se dedicam ao estudo da "habitação da pobreza", chegando a discriminar-lhe os locais para assentamento: além das teses dos Dr. Octávio Silva e Dr. Luiz de Oliveira Almeida, já citadas, encontramos em 1915, **A Hygiene na habitação da Bahia**, de José Maria Monteiro de Almeida, e, em 1918, **Hygiene da Habitação**, de Francisco Hora Prata.

Os conceitos de cidade e cidadão, então em construção, exigem ações enérgicas do Estado no sentido de imprimir maior velocidade ao processo de urbanização, o que só é possível em parceria com o capital privado, como assim o fora no século passsado. A melhoria de qualidade de vida, sempre requisitada e utilizada como justificativa para as intervenções, privilegia os segmentos mais abastados da população soteropolitana, que, abandonando o velho centro, denso e insalubre, passa a viver "civilizadamente" nos novos bairros, tomando por referência os padrões europeus.

### 1.2.2. Os melhoramentos urbanos e os novos bairros

> *" A cidade, com seu porto sem rival, estende-se ao lado Este ou Oriental da Bahia de Todos os Santos, desdobrando-se em três degraus de colinas de diversas alturas. A Cidade Baixa ou degrau mais baixo, onde se situa o comércio e que se estende ao longo da costa desde a ilha [sic] de Itapagipe até o farol da Barra, continuando em seguida costeando até às planícies de Ondina e Rio Vermelho, que ligam a Itapoan, destinadas a se tornar, no futuro, os brônquios da Capital. A Cidade Alta, que se desenvolve ao alto desde o lugar chamado Sé ao conhecido pelo nome Graça e do rio de São Pedro, aos bairros de Santo Antonio e Nazaré; entre estas duas partes da cidade, encontra-se um nó, de população muito densa, que constitui uma zona intermediária"*[77].

Transcrições da cidade, como esta, tão comuns no início do século, acompanham publicações do Estado que, no exterior e em outros pontos do país, procuram sensibilizar novos investidores sobre as potencialidades da capital da Bahia. As vantagens oferecidas pelo poder local àqueles que se interessassem pela modernização da cidade, fartamente

[77] *RAPPORT Genéral de la Companhia Brasileira de Energia Elétrica*. Paris: L'Imprimerie de L'Art, 1910. p. 99-102. Transcrito in: UFBA, FA, CEAB, PMCS. **Evolução Física de Salvador**. Salvador, [?]. vol. 04. Cópia mimeografada.

exemplificadas com os contratos já firmados nas áreas de transporte, telefonia e abastecimento, são destacadas como garantias de um bom negócio.

A propaganda estatal revela ainda os contornos da cidade de então. Acanhada em suas dimensões, a Salvador dos primeiros anos do século não difere tanto assim do perímetro urbano definido em 1857[78], por ocasião do lançamento do imposto da décima urbana, ainda que já indique os vetores de expansão da cidade.

Com efeito, pode-se afirmar que, só após a implantação do sistema de transportes urbanos, a cidade concretiza a ocupação de áreas de povoamento rarefeito. A revolução dos meios de transportes, promovida pela chegada do automóvel em 1901 e pela instalação do bonde elétrico em 1914, deram novo impulso à urbanização dos núcleos distantes do centro, processo que fora iniciado por volta de 1870, quando se implantaram as primeiras linhas de bonde à tração animal. As melhorias das condições de circulação da cidade se aliam aos ideais higiênicos da classe dirigente e comandam as modificações observadas no crescimento de Salvador[79].

Para corresponder às novas necessidades de circulação, a antiga malha viária precisa modificar-se: várias ruas têm que ser alargadas, podendo-se construir novos edifícios, nas áreas em que se situavam os que foram demolidos, dentro dos modernos padrões de salubridade e estética. As atividades comerciais se expandem, ocupando também edificações antes destinadas ao uso habitacional, expulsando continuamente os moradores das freguesias centrais da cidade. Na Conceição da Praia e Pilar, tradicionalmente destinadas ao comércio, e nas proximidades do porto, depósitos, armazéns e trapiches,

---

[78]Cf. MATTOSO. Bahia, século XIX..., op. cit., p. 102/3.

[79]Cf. UFBA. FA. CEAB, PMCS, v. 04, op. cit.

além de escritórios, consultórios médicos e de advocacia se proliferam, caracterizando a área como o "coração mercantil da cidade". Aparecem, então, os primeiros "arranha-céus" sobre as áreas de aterro do porto, na Cidade Baixa, construídos por bancos e grandes empresas comerciais, e na Cidade Alta, ao longo das principais vias de circulação, com o intuito de abrigar serviços públicos, hotéis, jornais etc[80].

Em decorrência das atividades comerciais e portuárias, concentradas na Cidade Baixa - centro da vida econômica - as melhorias efetuadas naquela área pelo poder público são sempre priorizadas. Um comércio de menor porte se desenvolve também, neste período, em outros pontos de Salvador: na Rua Chile e Av. Sete de Setembro, onde se encontra parte do comércio de luxo; na Rua Dr. J. J. Seabra, um comércio retalhista pobre; e na Calçada, onde o comércio está ligado, ao mesmo tempo, à estação ferroviária e ao bairro de Itapagipe[81].

O que se observa, então, é a especialização da área de ocupação mais antiga, no que concerne ao comércio e serviços, o que mantém o referencial de centralidade, a nível funcional, para todo o perímetro urbano. Concomitantemente, é desestimulada a vocação habitacional da área, que, pouco a pouco, sofre um processo de tugurização.

De fato, este processo já pode ser identificado nas freguesias centrais, notadamente Sé, Pilar e São Pedro, desde meados dos Oitocentos, época em que são percebidas transformações na sua estrutura social, abrigando famílias de menor poder aquisitivo do que os antigos moradores, a elite soteropolitana, que se transferira para o sul da cidade. As velhas edificações dos ricos proprietários são então subdivididas em várias unidades

[80]Id., ib.

[81]Cf. SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador**: *Estudo de Geografia Urbana*. Salvador: UFBA, 1959. p. 45.

habitacionais, onde se observa uma hierarquização racial e social, expressa verticalmente na distribuição dos seus moradores. O último pavimento é então ocupado pela família de maiores posses, geralmente branca, organizando-se os demais andares pela posição social e econômica dos diferentes grupos, estando as *lojas* - áreas referentes aos porões destes edifícios - destinadas aos escravos e libertos, que ocupavam ainda os quartos ou dependências existentes, porventura, nos fundos.

Além da subdivisão dos antigos sobrados em outros tantos domicílios, verifica-se também neste período a construção de quartos e vilas de aluguel nos fundos de algumas casas das freguesias centrais, o que estabelece ainda uma outra graduação hierárquica, relacionada, num plano horizontal, à proximidade da rua principal. Assim, a expansão do comércio - que transformara inúmeros edifícios residenciais em casas de negócios -, o aumento da densidade predial, além do crescimento demográfico no período, indicam uma demanda habitacional nas camadas menos favorecidas da população em decorrência da redução de moradias no centro da cidade, o que, aliado aos interesses do capital, induzirá a ocupação de novas áreas[82].

A cidade que se moderniza expande seus limites. Intensificando a ocupação da Península Itapagipana, no distrito da Penha, ao norte, e do distrito da Victória, ao sul, as ações governamentais estimulam e induzem o processo de urbanização em áreas, até então, de características suburbanas, os "aprazíveis bairros" de "bons ares", tão recomendados pelo discurso higienista. Dá-se aí, nas freguesias periféricas, um processo inverso àquele do centro: nestas zonas novas, predominantemente residenciais, as "casas de negócios" se reduzem praticamente ao comércio de gêneros alimentícios de varejo. A tipologia

---

[82]Cf. CARDOSO, op. cit., especialmente o Cap. II- *"Do sobrado ao cortiço: condições de moradia em Salvador oitocentista"*. p. 47-68.

habitacional predominante é a casa térrea, destinada à classe trabalhadora, estando as casas de mais de um andar - unidomiciliares - reservadas à população mais abastada[83].

Esta indução da urbanização, promovida pela implantação do sistema de transportes, pode ser observada no *Plano geral para implantação do sistema de bondes para Salvador*[84], que data, aproximadamente, de 1910. Os bondes serviam às zonas mais densamente povoadas, situadas entre o Forte de São Pedro e do Barbalho, funcionando, contudo, como verdadeiras linhas pioneiras de penetração, atingindo a Barra, Garcia, Rio Vermelho, Brotas, Retiro, Liberdade e Itapagipe, ainda distantes e fracamente ocupados, mas ligados ao centro por um sistema regular de transporte urbano, o que evidencia claramente a confiança dos investidores num rápido crescimento da cidade. A expansão e modernização dos transportes promove uma valorização do solo urbano, principalmente das áreas recém ocupadas, ao sul da cidade, pelas famílias ligadas ao comércio de exportação e importação de mercadorias, relacionando-se diretamente ao surgimento de operações especulativas na comercialização de lotes urbanos.

De fato, os vetores de expansão apontados pelo sistema de transporte, durante a Primeira República, serão ratificados pelas licenças concedidas pela Intendência para a construção, reconstrução e reforma de imóveis nos diferentes distritos da cidade[85]. O quadro apresentado, no periodo, indica como as áreas de maior crescimento os distritos da

---

[83]Id., Ib.

[84]UFBA, FA, CEAB. **Plano geral para a implantação do sistema de bondes para Salvador em 1910.** Salvador, [?].

[85]Tomou-se como amostragem para esta pesquisa o acervo do Arquivo Histórico Municipal, referente aos projetos arquitetônicos encaminhados para a análise da Directoria de Obras Municipaes, entre 1890 e 1930. À excessão de alguns distritos, durante o periodo em que se procedeu a pesquisa, o material consultado não se encontrava devidamente catalogado, sendo, portanto, realizado um primeiro levantamento que não possui o rigor quantitativo exigido pelo trabalho científico, mas que, sem prejuizo para o estudo, indica satisfatoriamente as tendências de ocupação da cidade, durante a Primeira República.

Victória, Santo Antônio, Penha e Brotas, sendo ainda bastante expressivo o número de obras licenciadas no distrito de Santana. Nos distritos do centro da cidade - Conceição da Praia, Pilar, Passo, Sé e São Pedro - o grande número de solicitações, equivalente até ao das novas áreas ocupadas, são referentes, na sua grande maioria, à reforma de edifícios, principalmente, ao embelezamento das fachadas. São, na verdade, distritos que sofrem grandes obras de melhoramentos urbanos, e que têm como período de maiores transformações arquitetônicas os anos de 1913 e 1914, no primeiro Governo Seabra.

A gestão do patrimônio imobiliário refletirá o projeto de segregação espacial das elites baianas, valorizando áreas nobres dentro da cidade, ocupadas pela burguesia, e destinando outras à habitação proletária - as vilas e avenidas[86]. O contraponto entre a zona norte e a zona sul da cidade se refletirá na sua ocupação: enquanto o bairro de Itapagipe se proletarizava, pouco a pouco expulsando antigos residentes - ricos comerciantes que aí possuíam casas de veraneio -, devido à criação de novas atividades econômicas de caráter artesanal e industrial[87], o bairro da Victória se aburguesava, movimento já identificado desde meados do século passado.

Desta ocupação, resultará uma morfologia diferenciada destes novos setores que, por sua vez, adotarão um modelo distinto daquele empregado no núcleo mais antigo. A dimensão das ruas e lotes e a relação destas com a altura das casas, serão discriminadas para cada uma destas áreas pelo setor público que, paulatinamente, se estrutura. Uma hierarquia dos espaços da cidade começa a se explicitar em resoluções e leis que privilegiam determinadas áreas de domínio da burguesia, respaldando-se em recomendações higienistas.

---

[86] A este respeito, ver CARDOSO, op. cit.

[87] Cf. MATTOSO, Bahia: a cidade ..., op. cit., p. 179.

A modernização da cidade, realizada através de acúmulos sucessivos de intervenções, apresentará, como visto, alguns momentos que se destacam neste longo período - iniciado ainda no final do século XVIII e estendido até a Primeira República -, que servem como marcos do processo de urbanização. Destes surtos de modernização, sem dúvida alguma, é no primeiro Governo Seabra (1912-1916) que encontraremos os elementos mais concretos para a discussão desse longo processo, que contrapõe a cidade real à cidade ideal.

### 1.2.3. A *"Renascença Bahiana"* : o primeiro Governo Seabra (1912-1916)

Aos 29/03/1913, a Gazeta de Notícias, em edição especial, comemora o primeiro ano de governo do Dr. José Joaquim Seabra, exaltando o período da *"Renascença Bahiana"*. O motivo de tão grande entusiasmo, deve-se às iniciativas do governador em transformar a capital do estado, que, já no primeiro ano do mandato, *"(...) remodela e moderniza a cidade, tornando-a formosa e hygienica"*[88].

De fato, o primeiro ano desta gestão transformara Salvador num canteiro de obras. Os novos conceitos de uma cidade moderna e progressista, maturados durante o século anterior, encontram nos anos 10, favoráveis condições econômicas e políticas para serem colocados em prática. Seabra chega ao poder, em 1912, com o apoio dos empresários e grandes comerciantes da cidade,

> *"(...) caracterizando a primeira grande ruptura na política baiana entre o Governo do Estado e as oligarquias rurais"*[89].

---

[88]RENASCENÇA Bahiana. **Gazeta de Notícias.** Salvador, 29 mar. 1913. p. 01.

[89]CARDOSO, op. cit., p. 87.

Político de prestígio nacional, que fora ministro de Rodrigues Alves durante as remodelações urbanas do Rio de Janeiro, na década anterior, o novo Governador pretende transformar a capital baiana numa cidade "civilizada", dotando-a dos

> *"(...) reaes melhoramentos que, como symbolos do nosso caminhar para a civilisação, e interrompendo a inercia do passado, se levantam do nada, e crescem, e se adeantam, e hão de ser, em proximo futuro, a irrecusavel prova documental da creadora e patriotica actividade desta epoca"*[90].

É Salvador, a seu ver, a cidade para a qual convergem todas as atividades do estado, uma importante metrópole regional, na qual se fazem urgentes as reformas higiênicas e estéticas, a fim de colocá-la ao lado das principais cidades do país e do mundo, com as quais deve se articular através de relações comerciais[91]. Isto equivale precisamente à pretensão de aproximar-se dos modelos em voga nos "centros civilizados", de reproduzir na cidade de acanhadas feições coloniais uma imagem do progresso tão almejado.

O sentido evolucionista e alegórico do plano de remodelações de Salvador, nega a cidade colonial, destruindo seus antigos logradouros, substituindo o aspecto figurativos dos seus edifícios, elegendo novos espaços para representar a modernidade. "Modernizar", "embelezar", "sanear" a cidade significa trazer credibilidade, investimentos, mão-de-obra qualificada para Salvador, garantindo sua entrada no mundo do moderno capitalismo (daí, o papel essencial que assume o porto) e, ao mesmo tempo, estabilizar e fortalecer o regime que neste modelo se identifica[92]. Executadas mediante empréstimo realizado em

---

[90]BAHIA.Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado na abertura da 1° sessão ordinária da 12° legislatura pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado. Salvador: Secção de Obras da "Revista do Brasil", 1913. p. 15/6.

[91]Cf. LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se...**; *Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana; Salvador, 1912-1916.* Salvador, 1996. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da UFBA. p. 51-86.

[92]Para Del BRENNA, Giovanna Rosso (*Ecletismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX)*, in: FABRIS, op. cit., p. 28-67.), estreitamente ligado ao aspecto econômico, foi preponderante o aspecto político das reformas,

Paris, ao *Credit Mobilier Français*, e em Londres, intermediado pelo empresário Eduardo Guinle, as intervenções se realizam através da atuação conjunta das três esferas da administração pública. São aí privilegiadas as obras de melhoramentos do porto e a construção da "Avenida do Estado", além de alguns outros equipamentos de caráter público.

O comportamento da elite política e cultural do Estado contribui para a criação de um ambiente receptivo aos impulsos reformadores de J. J. Seabra, e para a formação da opinião pública. Com raríssimas vozes destoantes, a imprensa baiana é unânime em saudar, nestes primeiros tempos, a "ideologia do Progresso", que concebe uma cidade onde

> *"(...) as viellas serão avenidas, os velhos pardieiros se transformarão em prédios onde a architectura moderna deixará seus traços elegantes e a hygiene, com seus preceitos salutares, assegurará a estabilidade de seu estado sanitário"*[93].

Logo no primeiro ano de governo, em 1912, cria-se a Companhia de Melhoramentos, da qual era sócio majoritário o Sr. Eduardo Guinle[94], para por em ação o plano estatal. São iniciadas as obras da Vila Policial, do Congresso, da Biblioteca Pública e do Arquivo

---

que no seu exemplo mais destacado - o Rio de Janeiro, a capital do país - teve provavelmente no Barão de Rio Branco seu principal ideólogo.

[93]Trecho de um artigo da "Gazeta do Povo", de 29/06/1912. Citado por PERES, Fernando da Rocha. **Memória da Sé**. Salvador: Macunaíma, 1973. Tese de concurso para Professor Assistente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. p. 03.

[94]A respeito deste senhor, NEEDELL dá-nos notícia de pertencer à burguesia carioca, na virada do século. Era filho de Eduardo Pallasin Guinle, empresário francês que fez fortuna no Rio com a importação de maquinário elétrico, e que, no final do Império, conseguiu a concessão de noventa anos para construir e operar as docas de Santos, o porto de São Paulo, bem no momento em que este assumia a liderança na produção de café. Eduardo, o filho, e seu irmão Carlos eram figuras populares na sociedade de então, e, juntamente com os demais irmãos, dedicavam-se aos prósperos negócios da família, cuja sede situava-se num imponente edifício eclético na nova Avenida Central. In: NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**; Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993. p. 124/5.

Público, assim como as do Hospício São João de Deus, do Instituto Vacinogênico e do Museu-Escola, que tinha lugar no velho "Palácio da Victória", antiga residência dos governantes, então sem uso. São ainda celebrados convênios, sob regimes diferentes de contratação, para a construção da Avenida Dois de Julho, da Avenida Sete de Setembro e da Estrada do Rio Vermelho a Itapoan. Destas, tiveram logo início vários trechos da Avenida Sete, inclusive no prolongamento desta, da Barra ao Rio Vermelho[95].

Além destas obras promovidas em parceria entre o Governo do Estado e a Intendência, administra-se ainda aquelas executadas pelo Governo Federal que, na capital, realizava melhorias no porto, a cargo da Companhia Cessionária das Docas do Porto da Bahia (FOTO 01 e 02). Estas, referiam-se à execução de um aterro em frente ao Bairro Comercial, num trecho compreendido entre a antiga Alfândega e a Associação Comercial, à construção do quebra-mar sul e um outro, mais interno, além de quatro dos quinze armazéns previstos para a área. Da mesma forma, adiantam-se

> *"(...) as obras de melhoramentos do antigo bairro commercial, multiplicando-se, com os edificios novos, as casas reconstruidas"*[96].

A efervescência das obras em curso atrai à capital, em 1912, um número não pequeno de construtores e arquitetos, sendo ainda insatisfatório o número de "artistas de profissões elementares", o que exige

> *"(...) com caracter de urgencia, a sua obtenção em S. Paulo, no Rio de Janeiro e na Europa, especialmente em Portugal"*[97].

O crédito das obras de maior vulto, dos edificios mais notáveis, é atribuído

---

[95]BAHIA.Mensagem ... , 1913, op. cit. , p. 49-53.

[96]Id., ib., p. 53-5.

[97]Id., ib., p. 49.

**FOTO 01 -** Comemorações da inauguração do Porto, em 1913.

**FOTO 02 -** Vista da Rua nova das Princesas, no Bairro Comercial, após as obras de remodelação

*"(...) a técnicos italianos aqui chegados a partir de 1912, no 1° Governo Seabra, quando o Secretário Geral Arlindo Fragoso e, sobretudo, o Intendente Júlio Viveiros Brandão, buscaram abastecer-se em São Paulo de arquitetos, escultores, pintores, decoradores e artesãos especializados, com o fito de mudar, como pretenderam e em parte conseguiram, a grave e tranquila fisionomia plástica de Salvador"*[98].

As proporções que assume a migração de técnicos da construção civil para a cidade, durante o período de maior incremento das obras de remodelação, é tal que provoca criticas da imprensa local, que passa a questionar a qualidade dos serviços em execução. Com certa ironia, a Gazeta de Notícias afirma que:

*"(...) Funcionários honestos, competentes e antigos servidores municipais, foram postos á margem para que não vissem, não testemunhassem, nem criticassem* ***os mordenissimos planos de melhoramentos, as reformas, os estudos e as maravilhosas concepções dos profissionais importados*** *(...)"*[99].

De fato, a ênfase que se procura dar ao fato de utilizar técnicos estrangeiros e materiais importados na execução das obras realizadas pelo Estado, principalmente através da imprensa que o apóia, parece querer legitimar a qualidade, por vezes duvidosa, das intervenções.

A população, inicialmente, maravilhada com essa "marcha ao Progresso", faz eco aos períodicos que apóiam o governo, cujo prestígio já atinge repercussões nacionais.

---

[98]GODOFREDO FILHO. *A Influência do Ecletismo na Arquitetura Baiana.* **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 19, 1984, p. 15. E continua o autor:

*"(...) Os Chirico, os Conti, os Santoro, os Rossi, os Sercelli e tantos outros, diferentes entre si nos misteres e nos méritos, trabalharam com afinco, brindando a cidade ora de bronzes e mármores duradouros, ora de pinturas de salão mundano em austeras igrejas e, ainda, em edifícios públicos e particulares, da* glace *caricatural dos estuques, as grinaldas, os festões, as águias de bico voraz e asas abertas, e, até, de mulheres aladas ou de corpo natural inteiro, todas elas de seios duros e pontudos de Dânae de Corregio, por onde se pudessem modelar, acaso, as taças cônicas das festanças inaugurais (...)".*

[99]GAZETA DE NOTÍCIAS, 19 jun. 1914. op., cit. p. 01.

Novamente a Gazeta de Notícias[100], aos 05/12/1913, reproduz um artigo publicado no Rio, pelo "O Imparcial", que exalta a figura de Seabra e do seu Secretário de Governo, Arlindo Fragoso, que empreendem

> *"(...) um grandioso serviço de remodelação da capital, tirando-a da rotina desprezivel, de que se envergonhava, para o progresso e o embellezamento que, realmente, dentro em breve se poderá orgulhar".*

Satisfaz-se o autor do artigo em ver

> *"(...) a velha cidade do Salvador, luctando por despojar-se do typo colonial em que nos entristeciamos de ve-la [...] á proporção que se cumprem os planos do governo".*

O artigo fornece ainda um retrato da cidade e das obras em curso, naquele momento:

_ O Bairro Comercial encontra-se quase todo remodelado pelo alargamento e calçamento, a paralelepípedos ou asfalto, de todas as suas ruas, e pela reedificação, quase geral, de seus prédios. Em fase de entedimentos, estava a construção da avenida, que vai de uma das extremidades do bairro à Jequitaia, o que fará desaparecer da cidade *"(...) um trecho por assim dizer inhabitavel (...)"*;

_ Na "cidade propriamente" (a Cidade Alta), a administração municipal ataca os melhoramentos do distrito da Sé, já realizando o alargamento da Rua Direita (atual Rua Chile). O Governo do Estado planejara e começa a executar a Avenida Sete de Setembro, que, partindo da Praça Castro Alves, vai ter no Farol da Barra, ***"(...) atravessando, por tanto, a zona mais importante da cidade"***[101]. E ainda, realizava a Avenida Beira-Mar,

---

[100]OS PROGRESSOS da Bahia. **Gazeta de Notícias.** Salvador, 05 dez. 1913. p. 01.

[101]Grifo nosso.

que segue do Farol da Barra ao Rio Vermelho, e a estrada de rodagem do arrabalde do Rio Vermelho a Itapoan.

A euforia dos primeiros anos das reformas urbanas e do ritmo imposto aos trabalhos, são tolhidos pelas dificuldades econômicas surgidas pela suspensão do crédito estrangeiro, em virtude da Primeira Grande Guerra, na Europa. Serviços em andamento são paralisados, outros, seguem lentamente; projetos de novos equipamentos urbanos são arquivados[102]. Além disso, as condições do empréstimo já obtido causam grande polêmica na imprensa local, colocando em dúvida a legitimidade dos contratos, que favorecem a Companhia de Melhoramentos[103], assim como as relações desta com o Intendente, Dr. Júlio Brandão, que, acusado de peculato, responde a processo[104], exonerando-se do cargo em setembro de 1914[105].

---

[102]É o caso, por exemplo, do projeto para o Theatro Municipal, de autoria do *architecto* Antonio Virzi - profissional de renome no Rio de Janeiro, onde fez várias obras (um destes edifícios, inclusive, é tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional) -, contratado pela Municipalidade, que seria construído defronte à Praça Castro Alves, provavelmente no local do velho Mosteiro de São Bento. Cf. A BAHIA Civiliza-se; Salvador terá brevemente o seu Theatro Municipal. **Gazeta de Notícias**, Salvador, 15 set. 1913, p. 01.
Ainda sobre o Theatro Municipal, GODOFREDO FILHO dá-nos notícia de haver um outro projeto, em 1916, do Engº Filinto Santoro, da Real Universidade de Nápoles, que na cidade atuou, conduzindo especialmente a conclusão das obras do Palácio Rio Branco, que fora executado sob traço de um outro italiano, o Engº Julio Conti, planta esta modificada pelo então Secretário Geral do Estado, o Engº Arlindo Fragoso. O *"pesadelo plástico"*, conforme denomina o autor a proposta de Santoro, não chega a ser executado (Cf. GODOFREDO FILHO, op. cit., p. 20).

[103]Em 1918, José de SÁ (**O Bombardeio da Bahia e seus efeitos**. Salvador: Officinas do Diário da Bahia, 1918. p. 199-200) enfatiza o comprometimento de Seabra com o grande capital privado, quando afirma:

> *"(...) Logo que o Sr. Seabra aqui aportou para tomar conta do governo começou a por em prática os meios de embasbacar os pobres de espírito, fez publicar, com o foguetório de costume, que os Srs. Guinles, sem dúvida, em homenagem à sua incipiente administração iam* sponte *sua abrir uma avenida do Rio Vermelho a Itapoan, sem a mínima despesa para pos cofres públicos.*
> *Passam-se os dias, mezes e não mais se falou nessa obra.*
> *Enquanto esperava o público pelo início dos trabalhos, os Srs. Guinles, disfarçados em terceiro compraram os terrenos da fazenda Camarão, situada entre a Quinta da Barra e Ondina, pelo preço,cremos de 29.000.00 [...] se a família vendedora dos terrenos obrigasse que ali ia atravessar uma avenida, dentro em breve, não venderia esses terrenos por 100 contos".*

[104]Em 1914, particularmente, a imprensa acusa impiedosamente o Intendente Julio Brandão de realizar contratos escandalosos com a iniciativa privada, prejudiciais à administração pública. Neste ano, suscita grande polêmica a encampação da "Light" e da "Eclairage", responsáveis pela iluminação do município. A

Neste mesmo ano, J. J. Seabra procura responder na Assembléia Legislativa aos constantes ataques que vinha sofrendo, em decorrência dos problemas com o financiamento das obras, ao que parece, sem sucesso[106]. Com relação às obras públicas, admite a diminuição do ritmo de algumas e da paralisação de outras, em virtude da crise econômica. Realizadas pelo Estado, ainda estavam em execução muitas daquelas iniciadas em 1912, só que num ritmo mais lento, às quais são acrescidas as fachadas da Igreja do Rosário, da Capela e Convento das Mercês e o Palácio do Congresso, por conta dos cortes promovidos pela nova avenida. Reforma-se o Palácio do Governo e a Praça Rio Branco, constroem-se os muros e as grades da Rua da Victória, as enfermarias do Asylo S. João de Deus, o novo Hospital de Monte Serrat, além dos reparos que se efetuam na Penitenciária, no Quartel dos Aflictos, no Instituto Nina Rodrigues e no Desinfectório Central[107].

As dificuldades enfrentadas na execução das obras, pela esfera pública, por outro lado, redirecionam as discussões sobre os projetos em curso, revelando inclusive idealizações urbanas distintas daquelas defendidas pelos órgãos governamentais, além de um insistente questionamento da opinião pública, através da imprensa, sobre as decisões adotadas. Uma das principais polêmicas, então, diz respeito aos locais atingidos pelas remodelações, as *"ruas melhores das melhores freguezias da Capital"*, em detrimento aos bairros de caráter mais popular, que sofrem uma situação de total abandono por parte do poder público. São Pedro e Victória - locais preferidos para a moradia da elite comercial

---

imagem de J. J. Seabra, contudo, parece resguardada, ou pelo menos, não é tão atacada quanto a do intendente.

[105]Cf. RUY, op. cit., p. 640.

[106]BAHIA. Mensagem apresentada á Assembléa Geral legislativa na abertura da 2° sessão ordinária da 12° legislatura pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado. Salvador: Secção de Obras da "Revista do Brasil", 1914. p. 10-27.

e dos estrangeiros fixados na cidade -, Conceição da Praia e Pilar - que concentram os negócios do comércio e o porto, espaço do poder econômico -, além da Sé - centro administrativo da cidade, são áreas privilegiadas no processo das remodelações urbanas. Ainda assim, apenas trechos destes distritos são atingidos pelas obras, aqueles espaços necessários à construção dos novos cenários da vida "civilizada", a cidade- espetáculo.

Tais privilégios desencadeiam reprovações, considerando-se os projetos elitistas.

> *"(...) Porque só doutores, os politicos, os capitalistas é que têm direito à boa vontade do governo ? Porque sómente para elles é que se devem voltar os cuidados da administração ?(...)"*[108].

Questionamentos como este, e ainda polêmicas em torno das inúmeras demolições e interdições, que agravam a crise habitacional e contribuem para a alta dos aluguéis, os transtornos provocados pelas obras no centro da cidade, que põem em risco, muitas vezes, a segurança dos transeuntes e são seguidamente paralisadas, são freqüentes nos periódicos após o inicial encantamento com a divulgação das propostas de melhoramentos urbanos.

Um dos mais consistentes questionamentos ao caráter restritivo, elitista, das propostas do governo, talvez esteja, já nos finais de 1912 e início de 1913, no projeto de remodelação da cidade apresentado pelo Engº Antônio Navarro de Andrade e pelo Arqtº Manoel Carlos Weyll, elaborado dentro de parâmetros completamente diferentes daqueles adotados pelo setor público. Consideravam estes técnicos que as obras não deveriam concentrar-se apenas em setores da Cidade Alta, e propõem a construção de uma nova cidade em terrenos compreendidos entre os Mares e a Penha, zonas não contempladas nos planos oficiais. Com riqueza de detalhes, sugerem alargamentos, alinhamentos, rebaixamento e abertura de ruas, saneamento, drenagem, além da construção de milhares

---

[108]*Avenida do Governo*. Diário de Notícias, Salvador, 09 jul. 1912. Citado por LEITE, op. cit., p. 66.

de casas, três mercados e edifícios escolares. Difundido nos jornais da época, o plano - que é também encaminhado, em fevereiro de 1913, ao governador, para apreciação, sem que se conheçam notícias sobre o seu resultado -, indica claramente a existência de outras concepções de cidade[109].

A situação caótica que se instaura na cidade, diante de obras inacabadas, sem previsão de conclusão, começa a provocar críticas da população. Além disto, o grande número de dívidas do estado faz com que a continuidade das obras se dê ao preço da suspensão dos vencimentos do funcionalismo. O jornal *A Tarde*, aos 23/04/1914, anuncia a dispensa de inúmeros trabalhadores das obras de remodelação que, *"caloteados e famintos [...] partem aos magotes"*, seguindo *"oitenta e tantos"* para o Rio e *"trinta e tantos"* para a Europa[110]. Criticando o "calote" passado nos operários, especialmente nos estrangeiros, a imprensa da cidade preocupa-se então com a imagem negativa que estes levavam do estado. Os periódicos da oposição ressaltam com freqüência a incapacidade financeira do estado de promover melhoramentos de tal porte, e afirmam que

> *"(...) os sonhos megalomaniacos haviam-se corporificado em plano remodelador; architectos romanticos conceberam uma cidade com jardins de Semiramis, escadarias de crystal e doiradas a fogo, avenidas amplas, asphaltadas, de meios fios de Carrara orlando palacios, obras primas e originaes de estylo e, num momento, a demolição começou, como num cataclismo, em todas as ruas, dos arrabaldes ao coração da urbs"*[111].

A cidade se divide diante da situação. A burguesia, aliada nos ideais de modernização do poder público, continua a apoiar suas ações, respondendo, quando solicitada, ao seu

[109]Id., ib., p.67-8.

[110]Id., ib., p. 73.

[111]A ROMARIA da Fome; O aspecto do Palacio Rio Branco. **A Tarde**, Salvador, 08 out. 1914. p. 01.

papel, neste pacto firmado com o Estado[112]. Os últimos anos do Governo Seabra, apesar das crises políticas, parecem obter êxito em boa parte de suas propostas iniciais, pelo menos o suficiente para garantir a eleição do seu sucessor ao Governo do Estado, o Sr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão.

Do saldo das melhorias realizadas durante o seu governo, o próprio Seabra nos dá conta, em 1916[113]. Segundo ele, conseguira fazer a cidade sair *"(...) das fealdades de sua vestutez colonial"*. Por felizes combinações com o setor privado, reformara a

> *"(...) cidade commercial, mudando-lhe o aspecto antigo, saneando-a, embellezando-a, senão civilisando-a até a conquista dessa feição moderna, que tem agora (...)"*[114].

Apesar dos problemas com o empréstimo do capital externo, dos embaraços da Primeira Guerra e das inundações que comprometeram a economia local, Seabra enumera uma série de obras que se concretizam na capital do estado, em sua gestão:

_Das construções e adaptações, foram executadas: a Avenida Sete de Setembro (com uma superfície pavimentada de 82.800 m², todas as canalizações para águas pluviais, instalação de luz elétrica e arborização) (FOTO 03); o Palácio do Governo, à Praça Rio Branco (edificio e obras anexas, na colina, de contenção e embelezamento, ainda por

---

[112]Sobre o apoio de parte da população, Seabra refere-se, ao declarar:

> *"(...) De particulares, para muito além do que fôra crivel esperar delles, tendo em conta os habitos do passado, um extranho movimento, construcções e reconstrucções que já se extendem da primeira para a segunda parte desta cidade, e se vão fazendo, numerosamente, com o cuidado e gosto dos que desejam se sobresahir ou, pelo menos, não querem merecer os reparos, ou condemnações, da opinião que, mais apurada, os fiscaliza"*. BAHIA.Mensagem ...., 1914, op. cit., p. 74.

[113]BAHIA. Exposição apresentada pelo Dr. José Joaquim Seabra ao passar, a 29 de março de 1916, o governo da Bahia ao seu successor o Exm. Sr. Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, empossado nesse dia no cargo de Governador de Estado. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1916.

[114]Id., ib., p. 31.

concluir); a Imprensa Oficial (inclusive com todo o maquinário e material de serviço); do Palácio do Congresso, só se fizera o terrapleno e os alicerces (FOTO 04); o Palácio da Aclamação (com a ampliação de duas alas); o Instituto Anti-Rábico (fachadas e obras complementares); a Vila Policial (FOTO 05); o Convento das Mercês (fachadas e a construção de mais um pavimento no edifício central); a Igreja do Rosário (obras de *restauração* da igreja, onde se realizaram cortes, inclusive das torres, e construíram-se novas fachadas); a Garagem do Estado (pavilhões novos); o Esquadrão da Cavalaria; o Hospício São João de Deus (residência do Diretor e enfermarias); o Museu-Escola (este, deveria funcionar no antigo Palácio da Victória que, em estado de ruínas, foi demolido para construção de novo edifício, ficando as obras paralisadas) (FOTO 06); Corte do Senado (que, não recebendo o novo edifício, passava a funcionar na Vila Policial);

_Reformas executaram-se: na Biblioteca Pública; no Instituto Normal; no Desinfectório Central; no Quartel dos Aflictos, no Palacete das Mercês e na Penitenciária do Estado. E ainda, na sede do 50° Batalhão, para a passagem da Avenida (refere-se à demolição e reconstrução da muralha do Forte de São Pedro, para o alargamento da Rua Visconde de São Lourenço); no Hospital dos Lázaros, Directoria do Interior, entre outras de menor monta[115].

Mais do que a modernização dos espaços da cidade, o plano de remodelações urbanas levado a cabo no Governo Seabra pretende ser um empreendimento civilizador, que busca aproximar-se dos modelos europeus, ainda que as referências mais imediatas sejam as cidades do sul do país. Paralelamente às obras, novos personagens e novos hábitos começam a ser vistos na cidade, ou, pelo menos, notados com maior evidência, sendo percebidos como conseqüências do progresso então em curso. É a

---

[115]Id., ib., p. 33-7.

**FOTO 03** - Demolição da igreja de São Pedro, durante o Governo Seabra, para a passagem da "Avenida do Estado".

**FOTO 04** - Projeto para a construção do Palácio do Congresso, elaborado no Governo J.J. Seabra.

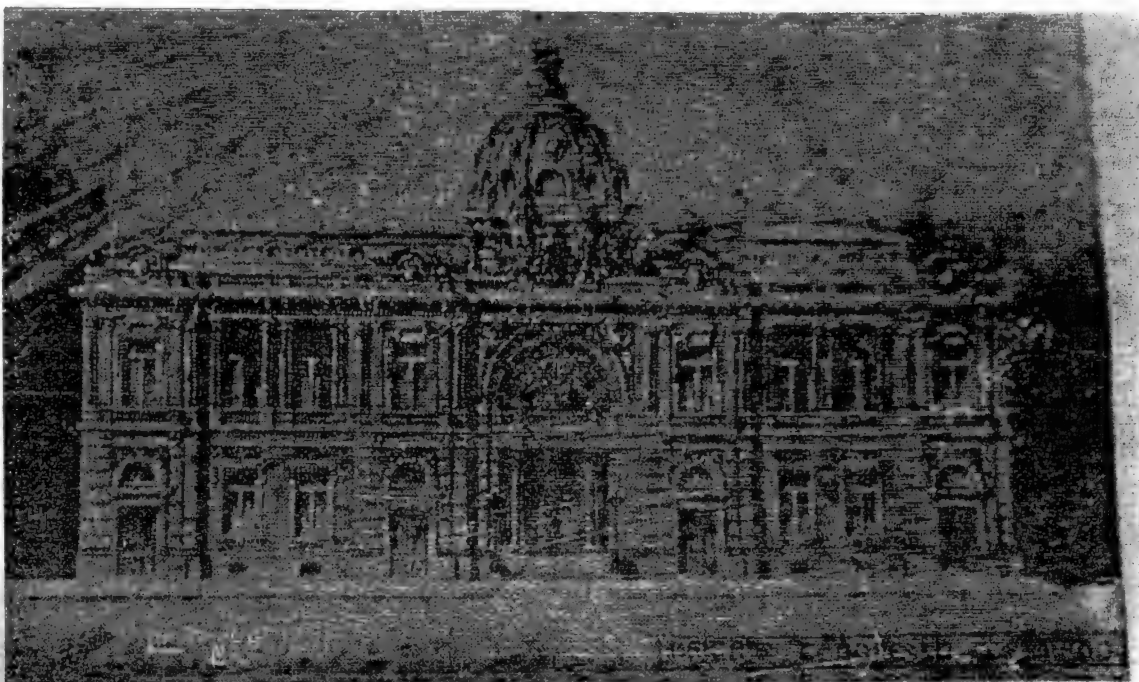
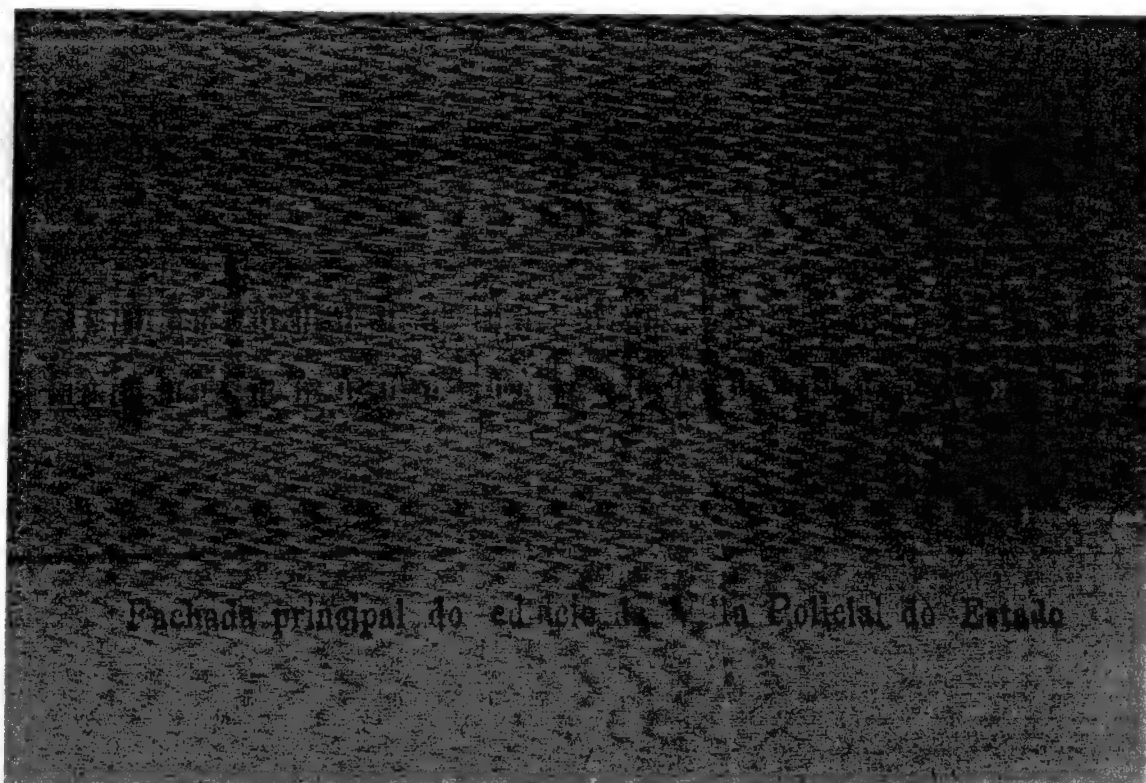



**FOTO 05 -** Projeto para a construção da Vila Policial, elaborado no Governo de J.J. Seabra.

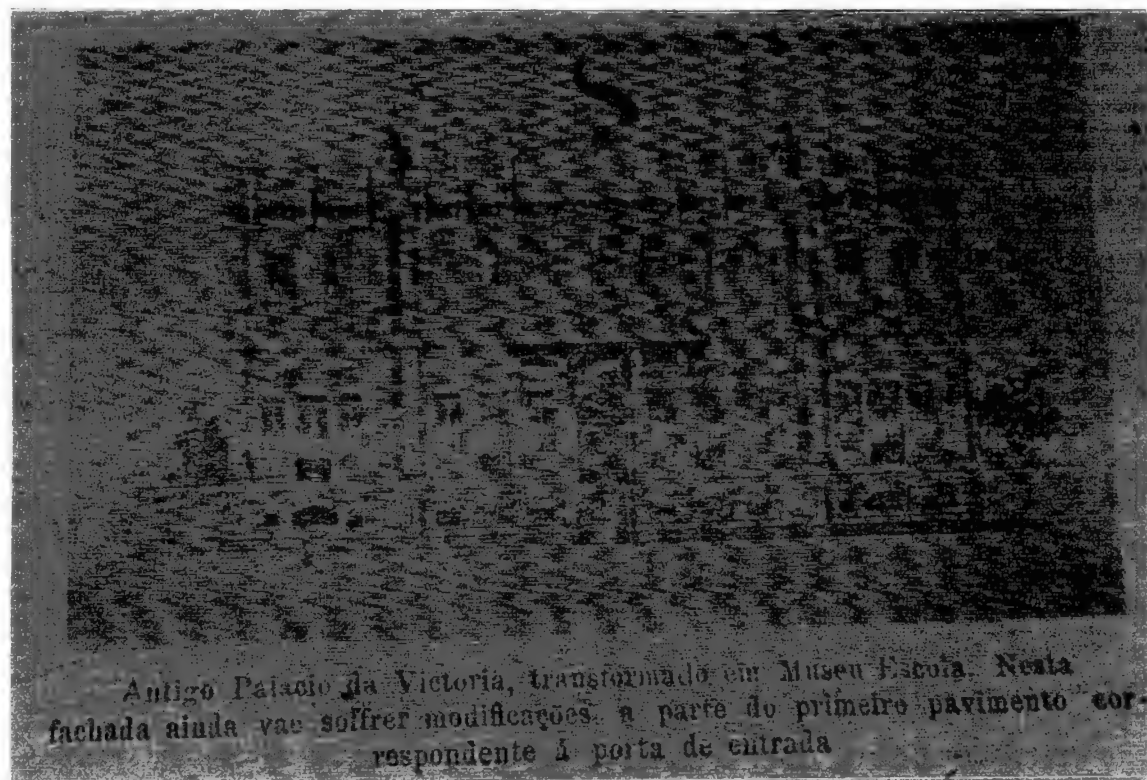



**FOTO 06 -** Projeto do Museu-Escola, que funcionaria no antigo Palácio da Victória, elaborado no Governo de J.J. Seabra.

*"(...) a perspectiva das avenidas trazendo para a Bahia uma porção de cousas do progresso" : [...] além do automovel com seus inconvenientes [...], estão os cinemas, com seus appendices: mulheres chics, bolinas e smarts, o teatro por sessão; o jornal de enquétes, photogravuras e reportagem yankee; os escandalos; a jeunesse dorée do Luzo, da Parisiense e da Internacional; a policia de casse-têtes; e muitas outras coisas"*[116].

A nova vida citadina - "civilizada"- se desenvolve então nos cafés, teatros e cinemas, estes útimos então, tornavam-se *"um hábito social"*, recebendo *"em seus salões a elite bahiana"*. Uma nova estética que se reflete nos novos espaços da cidade e em novas posturas de sociabilidade é observada também na estética pessoal e na crescente influência da moda européia no cotidiano da burguesia soteropolitana. A remodelação da cidade assume então um papel simbólico, o de conduzir uma revolução de costumes, de criar adequados cenários para um novo homem, de transformar uma sociedade ainda tão presa aos valores coloniais.

Observado no conjunto de seus elementos, este empreendimento civilizador dá mostras de não ter passado de uma obra inacabada e imperfeita[117]. As obras de remodelação que não seguem no ritmo desejado, a precariedade no funcionamento dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e, com evidência, dos transportes, associados aos péssimos hábitos de uma população que se entrega aos excessos do jogo, da bebida e do "samba" - costumes arraigados no cotidiano da maior parte dos habitantes -, são muitos dos aspectos que estabelecem um contraponto entre as idealizações urbanas e a sua realidade.

---

[116]A Tarde, Salvador, 05 ago. 1913. Citado por LEITE, op. cit., p.79-80.

[117]Esta postura é defendida por LEITE, op. cit., que aponta ao longo de todo o período de modernização a prevalência de cenas de anti-civilidade na cidade, o que provoca acirradas críticas dos setores intelectualizados ligados às transformações em curso, não só a nível urbano, mas, principalmente, a nível cultural.

O plano remodelador de Seabra marca de maneira indelével a cidade de Salvador. Pretencioso em suas propostas iniciais, o projeto de modernização urbana, ainda que não implementado na sua íntegra, visa sobrepor uma cidade ideal- civilizada e progressista- a uma estrutura real, herdada dos tempos da Colônia. Estabelecendo uma hierarquia de valores para as diferentes áreas da cidade, o plano seabrista ratifica as tendências de expansão urbana que já se delineavam desde meados do século XIX, induzindo-as e acelerando-as nos setores eleitos para representar a modernidade da capital, *"as principais zonas da cidade"*.

Neste contexto, o distrito da Victória se apresenta como uma das áreas privilegiadas no projeto de remodelação urbana, sofrendo intervenções que consolidam e expandem sua ocupação. O aburguesamento dos modos de viver, proposto pelo "projeto civilizatório", que tem seu auge na segunda década deste século, constrói uma nova imagem para o distrito, que se expressará, de forma diferenciada nos seus vários setores, nos seus logradouros, nos seus edifícios e nas práticas cotidianas de seus habitantes.

# CAPÍTULO II
## *A freguesia da Victória, da Colônia à República*

# CAPÍTULO II

## A FREGUESIA DA VICTÓRIA, DA COLÔNIA À REPÚBLICA

Da freguesia da Victória, tem-se notícia desde os primeiros tempos da colonização. Nesta época, a divisão administrativa do território, que é comum à Igreja e ao Estado, não precisa com exatidão seus limites, compreendendo esta, todas as terras que estão fora do núcleo fortificado da cidade. O seu perímetro se modifica ao longo do tempo, com a subdivisão do território noutras freguesias, só atingindo os contornos que, com pequenas variações, ainda hoje são empregados para definir juridicamente este setor da cidade, no início do século XVIII.

A área que se constitui no nosso objeto de investigação, a freguesia da Victória, limita-se com a freguesia de São Pedro na altura das Mercês; com a da Conceição da Praia, nas Pedreiras, próxima ao Unhão; e com a de Brotas, numa linha imaginária que, partindo do Dique do Tororó, segue o curso do Rio Lucaia, até o Rio Vermelho; sendo o restante do perímetro contornado pelo Oceano Atlântico (Ver Prancha 01).

A história da ocupação da freguesia estabelece uma interessante relação com a própria história da cidade, uma vez que estas se desenvolvem dentro de ritmos diferenciados, mas coerentes a uma única concepção urbana. Os diversos momentos desta história encontram seus equivalentes nas etapas de modernização da cidade, e o seu papel na hierarquia espacial urbana, de secundário a protagonista, revela a transformação dos conceitos que sempre informaram a construção da cidade.

## 2.1. Da povoação ao subúrbio

O primeiro momento da ocupação da freguesia da Victória compreende um período que vai desde as primeiras referências aos aldeiamentos indígenas na área, no período da colonização, até o início do século XIX, quando, de forma mais sistemática, desenvolve-se um processo de modernização da cidade. Das aldeias tupinambás à sede da capitania, e, daí ao local eleito pelos estrangeiros para moradia, a freguesia, durante dois séculos e meio, desempenha o papel de um segundo pólo de povoamento, que, só muito lentamente, vai se incorporar em definitivo à cidade propriamente dita.

A ocupação do distrito da Victória remonta aos primeiros tempos da descoberta das terras brasileiras. Índios, franceses e portugueses formam este primeiro momento da história do local. Desde o início do século XVI há notícias da existência, nas proximidades do rio Camarujipe, no Rio Vermelho, de aldeiamentos dos Tumpinambás, índios que mantinham intensas relações comerciais com traficantes franceses - os *mairs* - que, com frequência, aportavam neste litoral em busca do pau-brasil[1]. Uma pequena aldeia estabelece-se nos baixios de *Mairaquiquiig*, o "naufrágio dos franceses"[2] no dizer indígena, um entreposto situado em ponto acessível da costa, com abastança de água potável e facilidade de comunicações com a terra para o escambo com os nativos.

Entre 1509 e 1511 chega às terras baianas o português do Alentejo, Diogo Álvares Correia, dito o Caramuru, náufrago de um navio provavelmente francês, que passa a viver

[1]SAMPAIO, Teodoro. **História da Fundação da Cidade do Salvador.** Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1949.p. 103-68.

[2]Thales de AZEVEDO contesta o significado atribuído por SAMPAIO (op. cit.,p.119) ao termo indígena de "aldeia dos franceses". O linguajar popular criou uma corruptela para o mesmo que, ainda hoje, denomina de *Mariquita* ao trecho do Rio Vermelho onde outrora aportavam os franceses. In: AZEVEDO, Thales. **Povoamento da Cidade do Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.p. 94.

entre os índios, sem jamais retornar a Portugal. Assumindo um papel de liderança no contato entre os nativos e o branco colonizador, Caramuru passa a intermediar o comércio com os franceses, sendo sua presença ignorada durante anos pelos portugueses, que dele só têm notícia a partir de 1530. Instalando-se inicialmente na aldeia do Rio Vermelho, após a expulsão dos franceses das costas baianas, Diogo Álvares já é encontrado na Ponta do Padrão[3], também conhecida como Ponta de Caramuru, na barra da Bahia, onde parece ter-se fixado definitivamente[4].

Uma grande polêmica envolve a determinação do sítio em que vivia Caramuru com os índios e seus descendentes. Teodoro Sampaio investiga a questão, onde aponta como prováveis locais desse assentamento os sítios onde, hoje, situam-se a Igreja da Graça, a Igreja da Victória, e ainda, a faixa de terra próxima ao atual Porto da Barra[5]. Considerando as atividades comerciais desenvolvidas por Diogo Álvares e pelos Tupinambás com o europeu, conclui o autor que tal sítio não poderia distar do porto, teria aguada fácil e

> *"(...) franquia para o mar sem interposição de mattas, commodidade no receber e guardar artigos importados do estrangeiro ou aquelles do reconcavo trazidos pelos indios.[...] Á esta luz, o estabelecimento de Diogo Álvares não podia ficar no alto da Graça, cerca de dous kilometros longe do porto, com aguada difficil, e com uma matta interposta, mas sim junto á praia da Barra, no fundo da planicie arenosa que ali ha precedendo á encosta vermelha do Outeiro Grande[6]".*

---

[3]Trata-se de um afloramento de gneiss na extremidade do Cabo de Santo Antônio, primitivamente assim denominado por ter sido aí plantado um marco assinalador da posse da terra pelo rei de Portugal, em 1501. Cf. BAHIA, Governo do Estado; SIC / IPAC. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural**. Salvador: Bigraf, 1975. v. 01. p. 133.

[4]Foi aí que o encontrou Martin Affonso de Souza e seu irmão Pero Lopes, em 1531, quando em viagem para o sul para tomar posse da capitania de São Vicente. SAMPAIO, op. cit., p.159/60.

[5]Id., ib., p. 160-2.

[6]*Outeiro Grande* seria a colina onde se implanta o bairro da Graça e Barra Avenida. Id., ib., p.160. Com o citado autor também concorda AZEVEDO, T., que afirma:

O mesmo raciocínio é válido para o sítio onde se implanta a Igreja da Victória, e que parece ser confirmado pela doação de terras situadas ao longo do mar, além daquelas do Outeiro da Graça, que, mais tarde, obtém o Caramuru, realizadas pelo primeiro donatário da capitania, que legaliza as áreas já efetivamente ocupadas.

A construção de edifícios religiosos, equipamentos sempre presentes nas povoações brasileiras e que se constituíam em referenciais da paisagem local, indicam a ocupação deste trecho da baía, nos primeiros tempos da colonização. Ainda na primeira metade do século XVI, pela devoção de Catarina Paraguassu, a índia que se casara com Diogo Álvares, é erguida uma ermida que, mais tarde, vem a ser a Igreja de Nossa Senhora da Graça[7]. Também desta época, mas sem que se saiba a data precisa de sua fundação, é a Igreja de Nossa Senhora da Victória, que disputa com a Graça o título da igreja mais antiga da Bahia, tendo sido elevada a matriz já em 1552[8].

É um pequeno povoado, espalhado entre a 'camboa de pescar' e a Ponta do Padrão[9], construído à maneira dos índios, que encontra Francisco Pereira Coutinho, primeiro donatário da capitania da Bahia, quando aqui chega nos fins de 1535, para iniciar um processo mais regular de colonização. Parecendo-lhe o sítio onde já habitava Caramuru e sua gente o mais apropriado para a implantação da povoação, devido às condições do porto e de defesa, assenta-se aí o donatário, construindo uma morada fortificada onde

---

*"O sítio em que Diogo Álvares vivia com os índios e os seus descendentes ficava exatamente à mão direita da entrada da barra, entre a Ponta do Padrão e uma pequena enseada a menos de um quilômetro para dentro da baía de Todos os Santos, onde construiu uma camboa de pescar. Correspondia êsse extremo ao atual Largo da Barra"* (op. cit.,p.105).

[7]Fundada em 1535, foi a primitiva igreja e a gleba adjacente doada por Catarina Paraguassu aos padres beneditinos, em 16 de julho de 1586. Id., ib. p. 72.

[8]É o que informa uma placa de 1809 existente na igreja, que resume a sua história. Id., ib., p. 62.

[9]Trecho corresponde aos atuais Largo do Porto da Barra e o Forte de Santo Antônio da Barra.

instala a artilharia, no local onde, mais tarde, erige-se o forte de São Diogo, sobre o mar. Ao longo da praia e na encosta do morro, vão os colonos se acomodando, formando os primeiros arruamentos da Vila da Bahia, ou Vila do Pereira, a sede da capitania[10].

Buscando consolidar a povoação, distribui Pereira Coutinho sesmarias ao longo do mar, desde a Ponta do Padrão até o Rio Vermelho, e ainda em Paripe, no interior da baía, onde se instalam os primeiros engenhos. Os tempos de paz da povoação pouco duram. Os constantes atritos com o indígena e os ataques dos corsários franceses contribuem para o malogro da empreitada do primeiro donatário que, naufragando nas costas de Itaparica quando de retorno de uma viagem a Ilhéus, finda devorado pelos Tumpinambás. A Vila é atacada, a torre forte destruída e seus habitantes dispersos pelo território[11].

Os insatisfatórios resultados obtidos com o sistema de capitanias hereditárias faz com que a Coroa decida, em 1548, instituir um Governo Geral para a colônia portuguesa, visando unificar política, administrativa e economicamente as terras brasileiras. Tendo-se eleito a Bahia para sediar a "Cabeça do Brasil", rejeita-se a primitiva povoação para a implantação da cidade. Esta não oferece as condições necessárias à segurança da futura sede administrativa, seja pela facilidade de ser atacada, seja pela dificuldade de, sem o recurso de grandes obras, suportar um ataque estrangeiro. Tal fato é de conhecimento do governo português que ordena no Regimento trazido por Tomé de Souza que se investigue um ponto mais para o interior da Baía de Todos os Santos para a implantação da cidade. Escolhido o novo sítio, desenvolve-se inicialmente a cidade de Salvador dentro

---

[10]SAMPAIO, op.cit.,p.138.

[11]Id., ib., p.143-9.

de um núcleo fortificado, permanecendo, contudo, habitada a antiga Vila do Pereira que, então, passa a denominar-se Vila Velha[12].

A pequena povoação situada na Barra entra em declínio quando os esforços do Governo Geral são concentrados na consolidação do núcleo planejado pelo português Luís Dias, fundado em 1549. A maior parte da família de Diogo Álvares dispersa-se pelo interior do recôncavo ou transfere-se para a cidade intra-muros, restando na Vila Velha poucas casas, feitas de taipa e cobertas com palha, em meio aos pomares[13], que abrigam cerca de 50 habitantes de origem européia vivendo sob a proteção de Caramuru e dos índios[14]. Traço de união entre a Metrópole e o novo mundo, a esses moradores deve-se em grande parte o sucesso da da empreitada de Tomé de Souza, visto que já conviviam em bons termos com os indígenas.

Com a fundação de Salvador, finda o papel da Vila Velha do Pereira como sede administrativa, permanecendo, contudo, como uma extensão da cidade fortificada, a uma légua de distância, vínculo mantido pelo Caminho do Concelho, situado na cumeada que margeia o mar, e que, mais tarde, tornar-se-á um dos primeiros pontos de adensamento da freguesia. A permanência dessa povoação, independente do burgo da cidade recém criada, já prenuncia a sua precoce vocação para transpor seus limites primitivos e ocupar vales e cumeadas que o circundam.

Fator decisivo na implantação dos novos núcleos urbanos do Império português, o sistema defensivo da cidade recém criada exige cuidados também no primitivo

---

[12]Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. FA. CEAB. **Evolução Física de Salvador**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 1979. v. 01.

[13]SAMPAIO, op. cit., p. 177.

[14]MATTOSO, Bahia: a cidade ..., op. cit., p. 93.

assentamento na Barra, conhecido pelas excelentes condições naturais do porto, ponto que oferece facilidades ao ataque estrangeiro. Ainda no final do século XVI, entre 1583 e 1587, é edificado o Forte de Santo Antônio da Barra[15], que tem a função de dificultar a entrada na barra e impedir, mediante fogo cruzado com o Forte de Monte Serrat, o desembarque nas praias da cidade.

A divisão administrativa da cidade coincide então com aquela religiosa, e as freguesias, além de significarem

> *"o conjunto de paroquianos, povoação sob o ponto de vista eclesiástico, clientela, [são ainda] espaço material limitado, [...] onde estavam localizados os habitantes, ligados à sua igreja matriz"*[16].

De duas paróquias já se têm notícia em 1552: a Sé, dentro do recinto fortificado, e a de Nossa Senhora das Victórias, nos campos e cuja sede situa-se na velha aldeia de Diogo Álvares, que repartem entre si os fiéis da cidade[17]. Os limites entre ambas, neste momento, são definidos pelas muralhas da cidade, que logo são desconsideradas pela expansão da mancha urbana. A criação destas freguesias legaliza a existência desses dois povoados, ao tempo que aponta um natural caminho de crescimento da cidade.

No século XVII, o rápido crescimento além-muros será tolhido pelas constantes investidas dos holandeses às terras baianas, que, invadindo a cidade em 1624, afugentam seus moradores, que buscam abrigo no distante Rio Vermelho[18], na freguesia da Victória,

---

[15]O farol, inicialmente uma torre quadrada, só foi instalado em 1696; de 1836, é a sua feição atual. Cf. BAHIA, Governo do Estado; SIC / IPAC, op. cit., p. 134.

[16]NASCIMENTO, op. cit., p. 29.

[17]MATTOSO, Bahia, Século XIX... , op. cit., p.71. NASCIMENTO afirma que a povoação além-muros torna-se a segunda freguesia da Bahia no bispado de D. Pero Fernandes Sardinha, em 1561 (op.cit., p.35).

[18]Ainda durante os primeiros tempos do Governo Geral, Tomé de Souza doa ao Conselho e Câmara do Senado da Cidade uma sesmaria para o povo, no Rio Vermelho. Dois pequenos povoados logo se formam:

onde então só existem currais e armações de pesca, organizando-se aí a resistência aos invasores. É desse período a formação de um quilombo nesta área, quando alguns escravos, aproveitando-se da desorganização provocada pela invasão dos flamengos, procuram a liberdade nas matas frondosas que existiam no Rio Vermelho. Este, é esmagado em 1632 pelos capitães-do-campo Francisco Dias de Ávila e João Barbosa Almeida[19].

A vulnerabilidade da freguesia da Victória aos ataques estrangeiros evidencia a fragilidade do sistema defensivo da cidade, que passa a ser reforçado após a expulsão dos holandeses. São da primeira metade do século XVII, as construções dos fortes de Santa Maria e São Diogo, na Barra, o de São Pedro[20], a meio caminho da Vila Velha e da cidade, além de um forte no Rio Vermelho, constituindo uma parte significativa do sistema defensivo, que se completa com uma série de outros fortins em volta do núcleo ocupado[21].

A cidade cresce paulatinamente, em torno de conventos e igrejas que originam novos bairros, adensando-se com maior velocidade o núcleo central em virtude do próspero comércio do açúcar e do porto. Em meados do século XVII, a freguesia da Victória já apresenta alguns outros pontos de povoamento, além daqueles primitivos no litoral - Rio Vermelho e Barra: ao redor da ermida da Graça, espalham-se casas de ermitães e

a Mariquita, antigo aldeiamento dos Tubinambás, e a Paciência, no local de uma fazenda com o mesmo nome, que desenvolviam atividades ligadas à pesca e à criação de animais. Cf. BAHIA, Governo do Estado, SIC / IPAC, op. cit., p. 128.

[19]FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Rio Vermelho**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1988. p.09.

[20]Para alguns autores, a primeira fortificação aí existente teria sido executada pelos holandeses, identificada em planta de Barleus como Forte de São João; para outros, este teria sido executado pelo Governador Diogo Oliveira. Cf. BAHIA, Governo do Estado; SIC / IPAC, op. cit., p. 146.

[21]Cf. RUY, op. cit., p.159.

romeiros que para aí se dirigem, estabelecendo novos caminhos com pontos de ocupação mais consolidada. Cristalizam-se quatro núcleos de povoação - no interior da Vila Velha, os sítios em torno das Igrejas da Victória e da Graça[22], e ainda, da Igreja de Santo Antônio da Barra, cuja construção fora iniciada nos últimos anos do século XVI. Este perfil da ocupação do distrito permanece praticamente o mesmo durante os cem anos seguintes.

Também do final do século XVII são as primeiras notícias da ocupação do sítio onde se situa a Quinta e Solar do Unhão. Em 1690, reside o desembargador Pedro de Unhão Castelo Branco em terreno que, em 1584, fora doado por Gabriel Soares de Souza aos beneditinos, local onde se encontra uma fonte que perpetua o seu nome. O conjunto arquitetônico que se constrói ao longo dos séculos XVIII e XIX e herda o nome de um dos primeiros dos seus muitos proprietários, embora situado nos limites urbanizados da cidade, constituir-se-á num complexo agro-industrial do mesmo gênero dos engenhos de açúcar, que, numa situação privilegiada, recolherá e exportará grande parte da produção do Recôncavo[23].

Na metade do século XVIII, a cidade já conta com nove paróquias, fazendo-se necessário o conhecimento do perfil dessas áreas para que se tenha o total controle do território. Kátia Mattoso[24] dá-nos notícia de algumas descrições das paróquias ditas urbanas de Salvador, nesta época. A mais antiga delas, de 1757, refere-se a informações levantadas pelos párocos locais a pedido de Sua Majestade sobre os habitantes de cada uma das jurisdições eclesiásticas. Conta então a freguesia de N. Sra. das Victórias com 1500

[22]Cf. UFBA. op. cit., p.108, v. 01, onde se remete ao prefácio escrito por Wanderley Pinho ao Livro do Tombo de São Bento, que descreve o nível de ocupação dessas áreas de propriedade dos beneditinos.

[23]BAHIA. Governo do Estado; SIC/ IPAC, op., cit., p. 301/2.

[24]MATTOSO, Bahia. Século XIX..., op. cit., p.101.

habitantes, o que é muito pouco se considerarmos suas dimensões e o fato de ter sido ela o primeiro ponto de colonização de Salvador, e se compararmos com a Sé, que sendo a paróquia mais povoada da cidade, tem 8442 almas. Produtoras de frutas e mandioca, N. Sra. das Victórias, assim como N. Sra. de Brotas

> *"(...) eram verdadeiras roças quase vazias, onde uma população rural tirava proveito das riquezas do solo e da abundância das águas"*[25].

A autora questiona a qualificação destas freguesias como urbanas, visto que nestas inexistem serviços então já implantados noutras paróquias, como arruamento, transportes ou iluminação noturna, e que ainda, sob todos os pontos de vista, guardam maior semelhança com as paróquias ditas suburbanas. Apesar de não possuir este objetivo, esse levantamento delineia um perímetro das áreas realmente urbanizadas na metade do século XVIII, podendo-se afirmar que estas restringem-se às freguesias da Sé, da Conceição da Praia de São Pedro e do Passo, apresentando as demais características semi-rurais.

De fato, com o desaparecimento gradual dos perigos que atemorizavam a cidade - as ameaças hostis dos indígenas e os ataques estrangeiros -, a nova urbe consolida sua ocupação no sítio escolhido por Tomé de Souza, à medida que o primitivo povoado de Pereira Coutinho decai, com seus moradores passando a dedicar-se a funções econômicas tipicamente rurais, quadro que se mantém até meados do século XIX, a despeito de ser considerada uma freguesia urbana. Esta curiosa concepção de cidade revela o quanto o urbano se mescla com o campo, confundindo seus limites[26].

---

[25]Id., ib.

[26]MATTOSO, Bahia: a cidade ..., op. cit., p. 101-2.

A cidade, que se adensava no seu núcleo central, sofre durante o século XVIII uma série de obras que visam melhorar suas condições de circulação e higiene, então comprometidas pelos inúmeros deslizamentos de terra que se sucedem ao longo da primeira metade do século, e dos surtos epidêmicos que asssolam suas freguesias. Tais medidas refletem as preocupações do Estado, ainda que de forma embrionária, com a modernização da cidade, que apresenta uma estrutura precária, a despeito de ser a sede do governo português na Colônia. Dentre as medidas adotadas, está a instalação do Lazareto no Alto de Ondina, em 1758, construído junto à Capela de São Lázaro, edificada alguns anos antes, a fim de proteger a população dos doentes que, disseminados pela cidade, oferecem o perigo de contaminação[27], segregando-os numa área de ocupação rarefeita.

Em 1800, Luís dos Santos Vilhena oferece-nos uma imagem da cidade não muito distinta daquela fornecida pelo recenseamento realizado em 1° de janeiro de 1775, por determinação do governador Manuel Cunha Menezes. Utilizando-se de seus dados para quantificar a população das diferentes freguesias, Vilhena distingue também as paróquias urbanas daquelas rurais, classificando a da Victória no primeiro grupo, a despeito das características suburbanas do lugar[28]. É assim, como uma área ainda de ocupação rarefeita que a freguesia da Victória chega ao século XIX, quando um novo ritmo de ocupação se impõe, modificando durante os cem anos seguintes as características do lugar.

[27]BAHIA. Governo do Estado da SEPLANTEC, CONDER. **A Grande Salvador;** *posse e uso da terra.* Salvador: Bureau Gráfica, 1978. p. X-6.

[28]MATTOSO. Bahia, Século XIX..., op. cit., p. 102.

## 2.2. O subúrbio da Victória

O segundo momento na ocupação do distrito da Victória, inicia-se na primeira década do século XIX e estende-se até sua metade, período no qual a freguesia começa a se apresentar como um dos principais vetores de expansão da cidade, ainda que cresça paulatina e diferenciadamente nos seus vários setores, em contraponto ao rápido adensamento das freguesias criadas no centro.

É a partir deste momento que se começa a afirmar o caráter aristocrático de alguns trechos do distrito, em virtude da marcante presença dos estrangeiros, notadamente os ingleses, que elegem este subúrbio como local de moradia. Ocorre que, em conseqüência dos inúmeros tratados comerciais firmados em 1810, após a Abertura dos Portos, a presença inglesa na Bahia vai se tornando a cada dia mais forte e atuante. Em poucos anos, a colônia, liderada por um certo Henry Pellow Wilson, domina praticamente todos os negócios de exportação. Estes comerciantes concentram então suas residências nos limites urbanizados da cidade, defronte ao fosso de São Pedro, depressão natural de terreno, próxima ao forte de mesmo nome, que se transformaria mais tarde no Campo Grande da Victória. Suas casas, dentro dos recursos oferecidos pelas técnicas construtivas locais, procuram adotar uma linguagem clássica, próxima ao aristocrático estilo neoclássico, em voga em sua terra natal. Para o culto dominical da colônia, constrói-se uma Igreja Anglicana, nos mesmos padrões arquitetônicos.

Outro marco, nos primeiros anos dos Oitocentos, da presença inglesa no distrito é a construção do Cemitério dos Ingleses, em área do promontório, próximo da antiga Vila Velha, trecho do distrito de ocupação ainda rarefeita. Trata-se do mais antigo cemitério construído no Brasil no sistema de inumação* em terreno ensolarado, sendo contemporâneo do Cemitério da Gamboa, no Rio de Janeiro, e do Cemitério Anglicano

de Santo Amaro, no Recife, todos construídos na primeira metade do século XIX, amparados por uma permissão da Carta Régia de D. João VI. Anglicanos e puritanos, conferem os ingleses ao seu cemitério características austeras e sóbrias, aspecto que será rompido pelos túmulos da burguesia local, mais ostensivos, que aí preferiam ser enterrados, procurando, mesmo depois da morte, uma proximidade com a cultura européia[29].

A conseqüência do interesse estrangeiro por esta área da cidade logo se reflete numa série de obras aí executadas pelo poder público. Nos primeiros anos do século XIX, também na freguesia da Victória, fazem-se sentir os primeiros indícios de um surto de modernização, levado a cabo no governo do 8° Conde dos Arcos, que privilegia as freguesias do centro da cidade: em 1812, dá-se início a abertura da estrada que, do Campo Grande de São Pedro, conduz ao Rio Vermelho, desbravando as áreas mais internas do distrito[30]- conhecida como Rio Vermelho de Cima; em 1815, é lançada a primeira pedra para a construção de um obelisco no Passeio Público, em comemoração ao desembarque da família real na cidade anos antes.

Com efeito, dentre os melhoramentos em curso, então, na cidade, a construção do Passeio Público é um dos que atinge maior repercussão entre a população, que passa a usufruir de um novo equipamento que se transforma no palco de uma nova prática social: o *plaisir de la promenade*, o local para ver e ser visto[31]. O Conde dos Arcos utiliza o terreno comprado para a instalação do jardim botânico, em 1803, pelo então governador

[29]Cf. VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/ MEC, 1972. p.1312, v. 02.

[30]AMARAL, op. cit., p. 27.

[31]Cf. SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP, 1996. p. 15.

Francisco da Cunha Menezes ao Coronel Caetano Maurício Machado[32], situado na freguesia da Victória, ainda distante da cidade[33]. Implanta-se o Passeio Público, que, ao longo do século XIX, é sempre alvo de citações elogiosas de viajantes estrangeiros, seja por seu traçado e sua implantação, encantando-se com a variedade e exuberância da flora (FOTO 07), seja por sua arquitetura, possuindo

> *"(...) grande terraço, de belo aspecto, todo ladrilhado de mármore, rodeado de uma balaustrada, com 12 estátuas e escadarias, também de mármores (...)"*[34].

Além disso, chama a atenção o obelisco comemorativo, que, originalmente, situava-se no mirante sobre a encosta, voltado para o mar, sendo removido para a Praça da Aclamação em 1914[35] (FOTO 08).

Mas a Victória ainda é um local muito distante. O povoamento disperso da freguesia, afastada da vida da cidade, parece também ser confirmado neste período por uma determinação do Conde dos Arcos que destina os largos do Barbalho e da Graça,

---

[32]AMARAL, op. cit., p. 44.

[33]No período colonial, a Coroa determinara a criação de inúmeros jardins botânicos nas cidades brasileiras, designando um diretor para cada instituição, incumbindo-lhe de remeter para o Real Jardim Botânico [de Lisboa] todas as plantas que aqui houvessem. No caso de Salvador, para a implantação do seu jardim botânico, a Câmara tinha dificuldades de encontrar terreno apropriado, ainda no final do século XVIII. Em 1803, consideram-se compatíveis com as pretensões do Estado, os terrenos situados entre Nazaré e o Forte de São Pedro, nos limites urbanizados da cidade. O Governador recomenda a aquisição da roça do Coronel Caetano Machado, que

> *"(...) além de estar perto da cidade e em uma boa e aprazível situação, tem toda a suficiência para o estabelecimento que se pretende por ora fazer, ficando, todavia a esperança de se poder alargar para o futuro com a roça contigua, denominada Canelas, cuja compra também presentemente se dificulta, por ali morar a proprietária doente e já avançada em anos"*. SEGAWA, op. cit., p. 121.

[34]Descrição feita por Silio Boccanera Jr. Id., ib., p. 123.

[35]Id., ib., p. 125.

**FOTO 07 -** Vista do Passeio Público, executado por Guilherme Gaensly, na segunda metade do Séc. XIX

**FOTO 08 -** Desenho de Landser, em 1820, do belvedere do Passeio Público de Salvador e seu obelisco.

distantes do centro, para o ajuntamento dos pretos africanos, que ali fazem suas danças, permitidas apenas nos dias santificados, de festas reais e aos domingos, terminando os batuques ao toque da Ave-Maria. Justificam esta medida os constantes distúrbios ocorridos, promovidos pelos negros, na primeira década do século passado[36].

Em 1828, alguns anos após a Independência, a Lei de 1°/10/1828, regulamenta administrativamente as municipalidades. Dentre os dispositivos que apresenta, destaca-se o Art° 55, que

> *"(...) atribui competência às Câmaras para repartir o termo em distritos, nomear seus Oficiais e Juízes de Paz"*[37],

selando, assim, uma separação de ordem prática entre a Igreja - com suas freguesias e párocos - e o Estado. Desta forma, o Termo da cidade está agora dividido em distritos para fins não mais religiosos, mas laicos.

No caso de Salvador, isto não ocorre de fato. Os distritos então criados seguem a divisão da cidade que se consolidara ao longo dos anos, coincidindo com os limites das antigas freguesias. Este vínculo é ratificado em 1844, quando a Lei n° 206, de 18 de abril, determina que sempre que for criada uma freguesia, automaticamente, cria-se um distrito de paz, com o mesmo perímetro[38].

Apesar do novo regime administrativo, a indefinição entre o rural e o urbano perdura durante várias décadas, não interferindo efetivamente no cotidiano da cidade ou de seu

---

[36]AMARAL, op. cit., p. 142.

[37]ARAÚJO, op. cit., p. 138.

[38]COPILAÇÃO .... op. cit., p. 144.

rossio[39]. Entretanto, a regulamentação mais rigorosa de um antigo imposto, de 1811, sobre os imóveis urbanos, faz com que o governo da província, em 1857, designe dois peritos a fim de fixar com precisão os limites da área na qual este será cobrado[40]. Tais limites não correspondem aos das freguesias ditas urbanas, restringindo-se à totalidade das terras realmente urbanizadas. Do distrito da Victória são excluídos deste perímetro os trechos compreendidos entre o Farol da Barra e o Rio Vermelho, assim como parte do Garcia e da Federação, então de ocupação rarefeita.

O confronto entre os dados levantados em 1757 e o perímetro urbano definido em 1857, revelam que, neste ínterim, estão em processo de adensamento no distrito da Victória os trechos compreendidos entre os atuais Campo Grande e o Farol da Barra, interiorizando-se até o Largo da Graça, através do Largo da Victória. Os demais setores do distrito não possuem densidade populacional significativa, constituindo-se em áreas praticamente rurais.

De fato, este caráter semi-rural que possui a Victória na primeira metade do século XIX é registrado pelo olhar atento de inúmeros estrangeiros que aí passam a residir, após a Independência, atraídos pelos bons ares do sítio, local onde se instala a grande maioria do corpo consular residente na Bahia[41]. Área da cidade privilegiada nas descrições dos

---

[39]Como todas as cidades do Império português, Salvador recebeu um *'termo'* (território sob a autoridade municipal) de, aproximadamente, 36 km² e um *'rossio'* (parte do termo, próximo à área urbana, cuja finalidade era propiciar condições de pastoreio aos animais de propriedade dos habitantes e garantia do fornecimento de madeira, principal combustível de então). MATTOSO, op. cit., p.100. Até o século XIX, o rossio compreendia as freguesias suburbanas da cidade.

[40]CARDOSO informa-nos que o imposto da décima urbana teve a sua primeira tentativa de implantação em 1799, passando a ser cobrado no período imperial, ao que tudo indica, de forma assistemática. A importância que ele passa a ter em meados dos Oitocentos indica a importância que a propriedade urbana começa a desempenhar no desenvolvimento econômico da cidade. Op. cit., p. 80.

[41]O corpo consular residente na Bahia que, na sua quase totalidade, elegera o distrito da Victória como local de moradia, desde a primeira metade do século XIX, fato registrado por inúmeros viajantes estrangeiros, ali permaneceria, pelo menos, até o início do século XX. É o que nos indica, por exemplo, a relação dos consulados estrangeiros de 1902, que aponta como moradores do distrito da Victória os

viajantes, é o trecho compreendido entre o Campo Grande e o Largo da Victória, dentre todos os outros da freguesia, aquele que mais atrai-lhes a atenção, além do arrabalde do Rio Vermelho, interessante pelo que apresenta de pitoresco. A partir do início dos Oitocentos, vários são os estrangeiros que destacam o sítio de características singulares em suas anotações, conferindo aos seus relatos fortes impressões naturalistas, que privilegiam a imagem de uma Victória semi-rural ou suburbana.

Ferdinand Denis, em 1816, funcionário consular que aqui demora-se por três anos, atenta nesse período para o grande número de diplomatas, estrangeiros e homens de negócio que aí habitam, pessoas abastadas que moram *"fora da cidade"*[42] . O médico do hospital inglês na Bahia, Dr. Dundas, que aí reside de 1819 a 1842, descreve o *"subúrbio da Vitória"* como estando nas vizinhanças imediatas da cidade, *"nada se podendo imaginar de mais belo"*, área que segue do campo da Victória até a Graça[43].

O comerciante francês Louis François de Tollenare, fala com entusiasmo do bairro, quando aí esteve em 1817:

> *"O promontório em que se assenta o arrabalde da Vitória forma, desde a cidade até a ponta do cabo, um triângulo quase equilátero de uma légua de lado. Neste estreito espaço rasgam-se seis pequenos vales deliciosos; alguns deles são rasgados por lindos riachos e estão animados de belos jardins e lavanderias; outros são solitários e profundos; uma sombra escura os obscurece; a falsa baunilha, que tem o perfume da verdadeira, os embalsama; tudo neles é calmo. [...] Duvido que se possa encontrar algo de mais interessante do que os*

---

representantes do Chile, Colômbia, Dinamarca, Estados Unidos, França, Inglaterra, Países Baixos, Peru, Argentina, Rússia, Suécia/Noruega e Uruguai. Os consulados propriamente ditos, contudo, situavam-se, na grande maioria, no bairro comercial. Cf. ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1902. Salvador: Reis & Companhia, 1902.

[42]AUGEL, Moema Parente. **Viajantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista**. Salvador, 1975. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da UFBA, p. 181.

[43]Id., ib.

*vales que se avizinham da Vitória. Todas as formas, todos os sons, todos os contrastes, todas as harmonias estão ali reunidas. Galgando-se as colinas encontra-se uma estrada soberba, que liga as encantadoras casas de campo, ornadas de laranjais [...]. Estas enormes massas de verdura variam a paisagem e descansam a vista; são as mangueiras gigantescas, as jaqueiras de frutos monstruosos e os genipapeiros de tronco secular"*[44] .

O Rio Vermelho, arrabalde ainda muito distante da cidade, é descrito por Tollenare como um *"povoado de pescadores"*, que, então, conta com *"umas cem cabanas"*, para onde dirigem-se muitos visitantes. E continua: *"Os arredores são encantadores"*, onde se encontra *"um forte muito arruinado"*; uma légua adiante

> *"(...)há um estabelecimento de pesca que ocupa 200 negros, e uma cordoaria que só fabrica as redes e cordas necessárias à pesca"*[45].

A ocupação do distrito da Victória, nestes tempos, concentra-se, como visto, em pontos ao longo do mar: além das áreas das Mercês e Campo Grande, já mais adensadas, apenas o Corredor da Victória, o povoado da Barra e o Rio Vermelho apresentam uma ocupação significativa. A interiorização da mancha ocupada, iniciada com a abertura da via que seguia até o Rio Vermelho, em 1812, só ganhará novo fôlego com a construção do cemitério do Campo Santo.

Em conseqüência de uma lei provincial, que proíbia os enterramentos nas igrejas, medida higiênica adotada em virtude das epidemias na cidade, é concedido a José Augusto Pereira de Mattos S/A o privilégio de explorar por 20 anos os cemitérios que aqui construísse. O primeiro deles é construído em 1836, no local do atual Campo Santo, o

---

[44]VERGER, Pierre. **Notícias da Bahia - 1850**. Salvador: Corrupio, 1981. p. 39/1.

[45]Id., ib., p.177.

que provoca uma manifestação hostil das Irmandades e Ordens Terceiras, que se sentem prejudicadas em seus interesses.

> *"(...) De cruz alçada, foram à rua protestar contra a concessão, fazendo grandes estragos no cemitério particular, o que obrigou o governo a indenizar o concessionário. O episódio ficou conhecido como a 'Cemiterada', e dele só não participou a Ordem Terceira de São Francisco"*[46].

Em 1840, são transferidos para a Santa Casa de Misericórdia desta capital o domínio e posse do cemitério da Empreza de Enterramentos, com todo o terreno, capela e objetos a ele pertencentes. Constrói-se então o Campo Santo, ficando extinto o antigo cemitério da Misericórdia, no Campo da Pólvora, ao tempo em que se reconstrói a capela - concluída na sua forma atual em 1874, segundo risco do Arqt° Carlos Croesy -, além de novas cavas[47].

Deste mesmo período, pressume-se ser a construção de um outro cemitério - o Cemitério dos Estrangeiros, logo conhecido como dos alemães, devido ao grande número de luteranos que aí se enterram -, defronte àquele do Campo Santo, ao qual se vinculava administrativamente. Sua autonomia data de 1880, sendo ampliado em 1918, em virtude da grande demanda pelas famílias ligadas ao alto comércio atacadista, à indústria de exportação de fumo e cacau. Concebido como um jardim, com frondosas mangueiras, oitis e casuarinas, o Cemitério Alemão insere-se no contexto higienista que norteia então a implantação de tais equipamentos na cidade, distante das áreas adensadas[48].

---

[46]CAMARGO, op. cit., p. 133.

[47]AMARAL, op. cit., p. 66.

[48]Cf. VALLADARES, op. cit., p. 1311, v. 02.

O crescimento populacional do distrito, entretanto, é lento, e apenas as áreas que já contam com algum nível de adensamento despertam a atenção dos estrangeiros, registrando-as em suas notações. Em 1839, Kidder afirma não conhecer lugar algum que rivalize com o *"morro da Vitória"*, ali se acham

> *"(...) os mais belos jardins da Bahia, as mais encantadoras alamedas, as mais vastas extensões de sombra. Aí se acham também as **melhores casas**[49], o melhor clima, a melhor água e a melhor sociedade"*[50].

A referência deste inglês às "melhores casas" da cidade, situadas na Victória, já aponta um maior grau de urbanização da área, onde imóveis cujas características despertam a admiração do observador e são ocupados pela "melhor sociedade", passam a comparecer nas descrições dos viajantes, simultaneamente às românticas impressões provocadas pelos aspectos naturais do sítio. Tendo Kidder ainda visitado o Rio Vermelho, refere-se à armação de baleias que ali encontrara.

Na mesma época, em 1840, Silva Lima dá-nos uma idéia das condições de circulação da área, ao relatar que *"os negociantes residentes na Vitória vinham a cavalo para seus escritórios (...)"*, e ainda que a rua não é calçada e que, quando chove, vira lama[51].

De Asschenfeld, em 1848, temos impressões similares às de outros viajantes, ao referir-se à Victória como uma continuação da cidade alta, *"uma espécie de arrabalde ou cidade nova que não tem nada de urbano"*, sendo um conjunto de

---

[49]Grifo nosso.

[50]AUGEL, op. cit., p. 181.

[51]Id., ib. De fato, as condições de circulação na área permaneceriam precárias até a década de 70, quando foi implantado o sistema de bondes como transporte urbano, o que propiciou uma maior atenção por parte do poder público com relação ao arruamento e estado de conservação dos logradouros.

*"(...) casas de campo, jardins e sítios encantadores e veredas para passeios. Nada foi poupado em elegância, luxo e bom gosto, tanto no exterior, como no interior das casas*[52].

Com relação a sua viagem ao Rio Vermelho, Asschenfeld comenta *"a boa estrada que conduz até lá, a melhor de todas da Bahia"*, revelando que a localidade é bastante procurada na época das festividades religiosas que se desenvolvem em torno da Igreja de Santana[53], quando *"é grande o número de pessoas que aí acorrem, vindos da cidade"*, ao tempo em que lamenta a falta de estrutura do lugar para receber tantos visitantes[54]. De fato, em meados do século XIX, o Rio Vermelho não passa de um pequeno povoado de pescadores que, aos poucos, começa a ser procurado como local de veraneio pela população mais abastada. Além da Mariquita e da Paciência, um outro ponto de adensamento já pode ser identificado no setor - o Largo da Igreja de Santana, provavelmente edificada na primeira metade dos Oitocentos. Aí, inúmeras casas são implantadas, definindo o arruamento que se desenvolve ao longo do mar, paulatinamente, interiorizando-se pela Ladeira do Papagaio (trecho da atual Rua Cardeal da Silva)[55], quadro que se mantém praticamente inalterado até o final do século, e que é registrado na fotografia da área, realizada pelo suíço Guilherme Gaensly, que aqui se estabelece em 1865 (FOTO 09 e 10).

---

[52]Id., ib.

[53]A festa do Rio Vermelho em homenagem à Senhora Santana remonta aos tempos da Independência do Brasil, quando os pescadores saíam em romaria no mar. O lado profano da festa, que desde logo se manifestou, atraía inúmeros veranistas ao bairro por ocasião das festividades, que aconteciam uma semana antes do Carnaval. Esta, passou a acontecer no mês de julho, mês da padroeira, apenas nas primeiras décadas deste século, quando os pescadores, alijados da festa pelos veranistas, passaram a comemorar o dia de Iemanjá, no dia 02 de fevereiro. FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA, op. cit., p. 101.

[54]AUGEL, op. cit., p. 178.

[55]A arquitetura dos edifícios, nestes trechos, já indica uma ocupação mais definitiva deste setor do distrito. Exemplo disto, é a belíssima casa situada ao Largo de Santana, nº.06, provavelmente construída em meados do século passado, cuja data existente numa cartela sobre a porta de acesso, de 1885, refere-se a alguma reforma. Cf. BAHIA, Governo do Estado, SIC / IPAC, op. cit., p. 279/80.

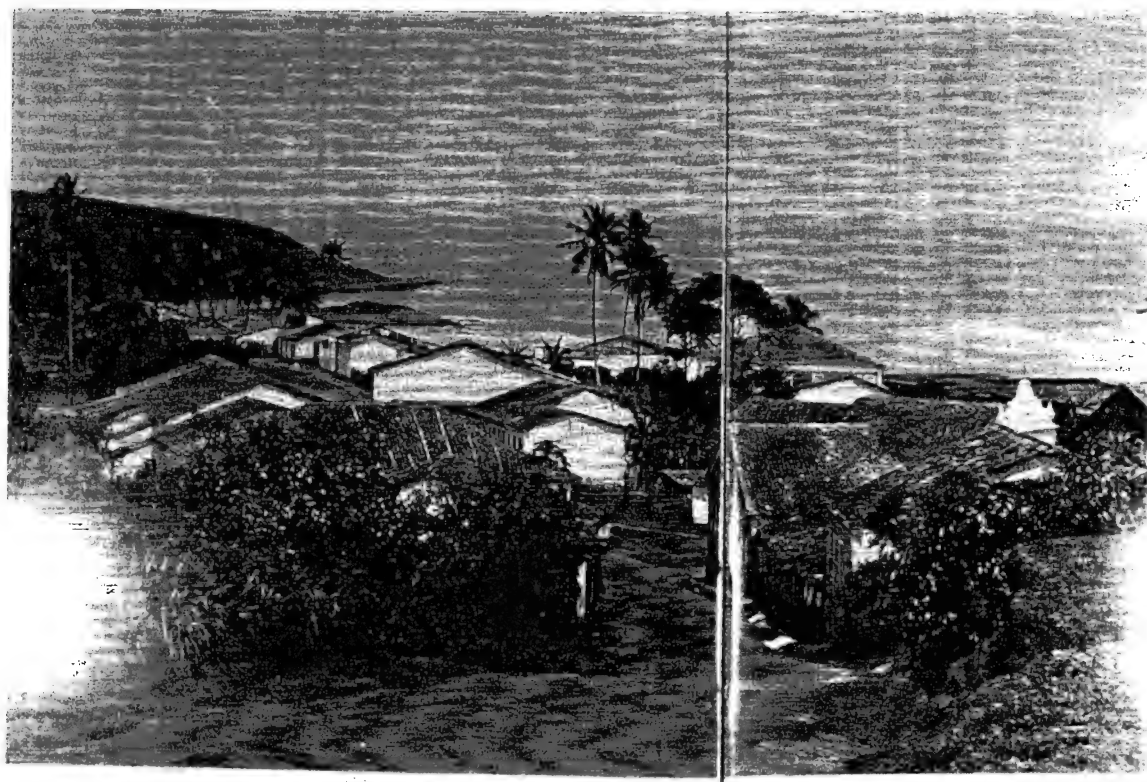



**FOTO 09 -** Vista do Rio Vermelho, em meados do Séc. XIX, de autoria de Guilherme Gaensly.

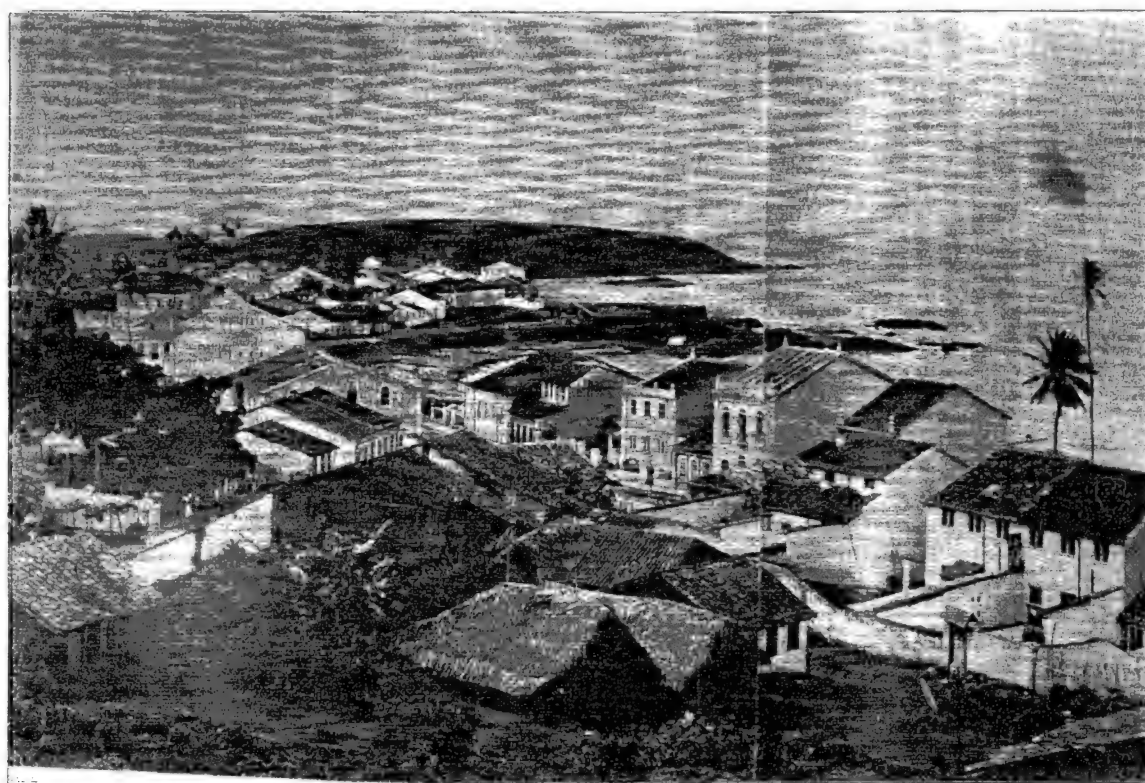



**FOTO 10 -** Vista do Rio Vermelho, no último quartel do Séc. XIX, de autoria de Rodolfo Lindemann.

A então, crescente ocupação de novas áreas da cidade, que dava origem a novos bairros e aumentava os já existentes, acontece de forma desordenada sobre o território, e com uma velocidade maior do que as medidas administrativas que visam o seu controle. Faz-se necessário o conhecimento, mais uma vez, da mancha ocupada pela cidade, a fim de garantir a correta aplicação de impostos e efetivação de melhorias urbanas. Assim, em 1850, Carlos Augusto Weyll elabora para o governo da província uma detalhada planta da cidade do Salvador[56]. Conta a cidade com dez freguesias, e a paróquia de Nossa Senhora das Victórias já possui limites mais definidos:

> *"(...) dividia-se de Brotas, no Rio Vermelho; em extensão, ia seguindo a beira-mar e subindo a colina, chegando até São Pedro, nas Mercês, no Convento das Ursulinas, e até as Pedreiras, dividindo-se da Conceição da Praia"*[57];

contornada pelo mar, abrangia as terras da Fazenda Garcia e Federação, reencontrando seu ponto inicial no Rio Vermelho.

O levantamento executado por Weyll ratifica as observações realizadas pelos viajantes e ilustradas pelas fotografias dos tantos estrangeiros que na cidade estiveram, em meados do século XIX, no que concerne à ocupação do distrito da Victória. Polytheama, Mercês e Aflitos, áreas mais ligadas às freguesias do centro consolidado, já apresentam uma ocupação bem definida, cuja tipologia é similar à da freguesia contígua, de São Pedro. No restante do distrito, contudo, só encontraremos uma ocupação mais significativa no Corredor da Victória, e com menor intensidade na Graça - processo iniciado nos primeiros anos do século -, no Porto da Barra - no trecho compreendido entre o Forte de São Diogo e o Forte de Santa Maria -, e no Rio Vermelho - entre a Paciência e a

---

[56]BAHIA. SEPLANTEC. CONDER. op. cit., p.IX-4.

[57]NASCIMENTO, op. cit., p. 35.

Mariquita . Uma ocupação rarefeita é observada ao longo das vias de penetração do distrito que, partindo do Campo Grande, seguem em direção ao Garcia, Campo Santo, Federação e Rio Vermelho. Como já visto, a ocupação destes setores neste período será confirmada alguns anos depois, quando da delimitação do perímetro urbano, em 1857, ainda que exclua o Rio Vermelho, então, uma aldeia de pescadores (FOTO 11).

Sendo uma das poucas áreas adensadas do distrito e local de moradia de inúmeros estrangeiros, o Corredor da Victória continua a despertar o interesse dos viajantes, na segunda metade do século XIX. Em 1855, o pastor James Fletcher, ao hospedar-se por algumas semanas na casa do cônsul americano, Mr. Gillmer, afirma:

> *"(...) A residência do Sr. Gillmer é situada numa agradável parte desta cidade no meio de plantas e flores. Cada noite a brisa era carregada de cheiros perfumados e cada manhã o sol parecia revelar a beleza das flores recém-desbrochadas"*[58].

No mesmo ano, em visita à Bahia, o Imperador D. Pedro II dirá que

> *"(...) o caminho para a Graça desde o campo da Vitória é muito bonito por causa das belas chácaras com lindos edifícios principalmente dos estrangeiros"*[59] .

Gore Ouseley, em meados do século passado, também tem impressões semelhantes deste trecho da cidade e a ele refere-se ao declarar que

> *"(...) as construções mais destacadas são a igreja e **as mansões**[60] situadas no terreno elevado, ou Victória, donde se descortina o porto [...], local escolhido para várias chácaras ou residências semi-campestres. A elevação é suficiente para evitar o calor extremo da*

[58]VERGER. op. cit., p. 31.

[59]Id., ib.

[60]Grifo nosso.

*cidade baixa e para fazer gozar o benefício da brisa marinha. É considerado local saudável, e uma tolerável estrada carroçável(...)"*[61].

Como visto, as impressões dos viajantes em meados do século XIX já revelam uma urbanização mais sensível do local, onde edificios de grandes proporções e esmero arquitetônico avizinham-se ao longo do Corredor da Victória e da Graça. Essas descrições coincidem com o perímetro definido em 1857, que indicam estes setores como as primeiras áreas urbanizadas do distrito, e ainda com as medidas adotadas pelo governo local para a melhoria dos serviços públicos.

O segundo momento apontado na ocupação do distrito da Victória conclui-se então nos meados do século passado. Durante a primeira metade dos Oitocentos, o distrito adensa-se nas áreas mais próximas àquelas já consolidadas, apresentando-se como um vetor da expansão urbana. Este processo acontece paralelamente (e, em consequência) ao primeiro grande surto de modernização da cidade, gestado desde o século anterior, e identificado no governo do 8° Conde dos Arcos. Contudo, a efetivação de algumas ações no sentido de modernizar a cidade, adequando-a a uma nova ordem econômica decorrente da abertura dos portos ao comércio internacional, são sistemáticas nas freguesias do centro, onde se intensificam as obras de melhoramentos urbanos. Assim, os núcleos que gravitam em torno do centro - entre eles a Victória -, apesar de já se encontrarem num processo de valorização, graças ao interesse da elite local, ainda são alvo de esporádicas intervenções estatais no que concerne à implantação de infra-estrutura urbana. As ações governamentais ao privilegiarem neste período os distritos do centro, parecem ratificar as impressões dos viajantes que qualificavam estas áreas como estando *"fora da cidade"*, *"um longinquo subúrbio"*.

---

[61]BARBOSA. Ana Elisabeth et alli. **Corredor da Vitória.** Salvador, 1987. Trabalho apresentado à disciplina "Arquitetura no Brasil", do curso de graduação da FAU/ UFBA. s/p.

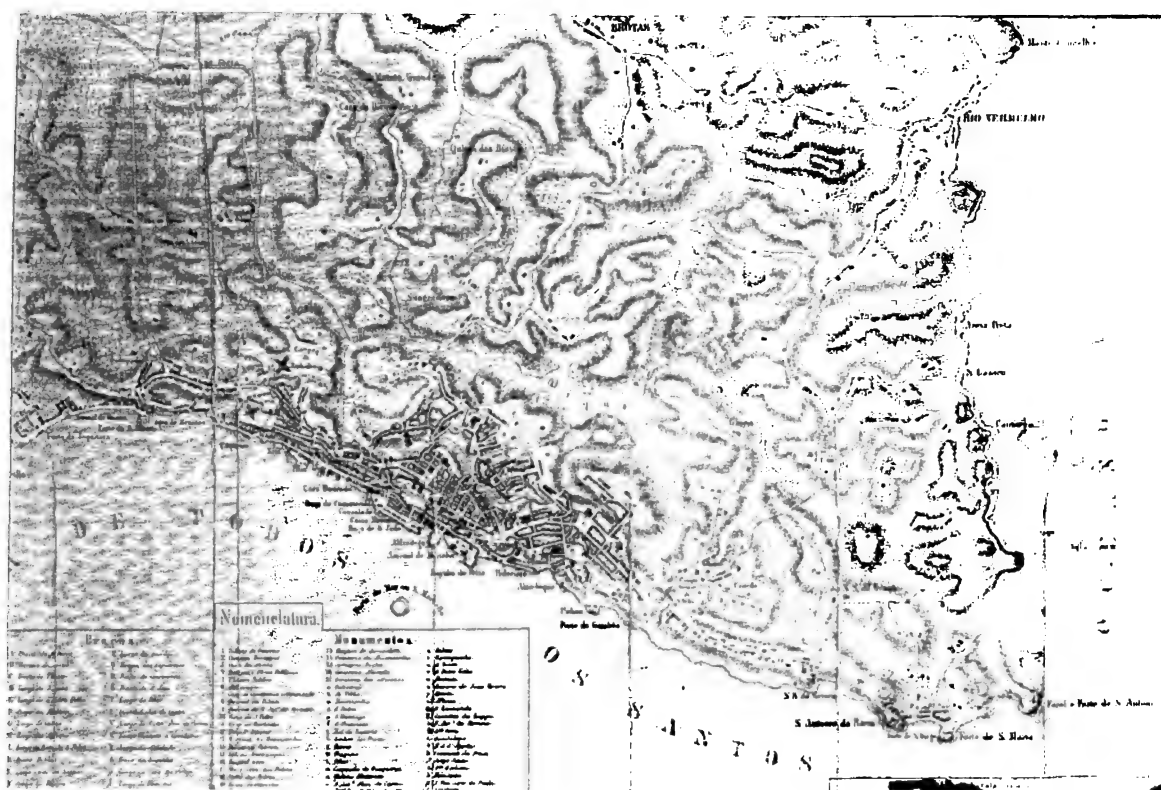



**FOTO 11 -** Trecho correspondente ao distrito da Victória, da Planta de Salvador elaborada por Carlos Augusto Weyll, em 1850.

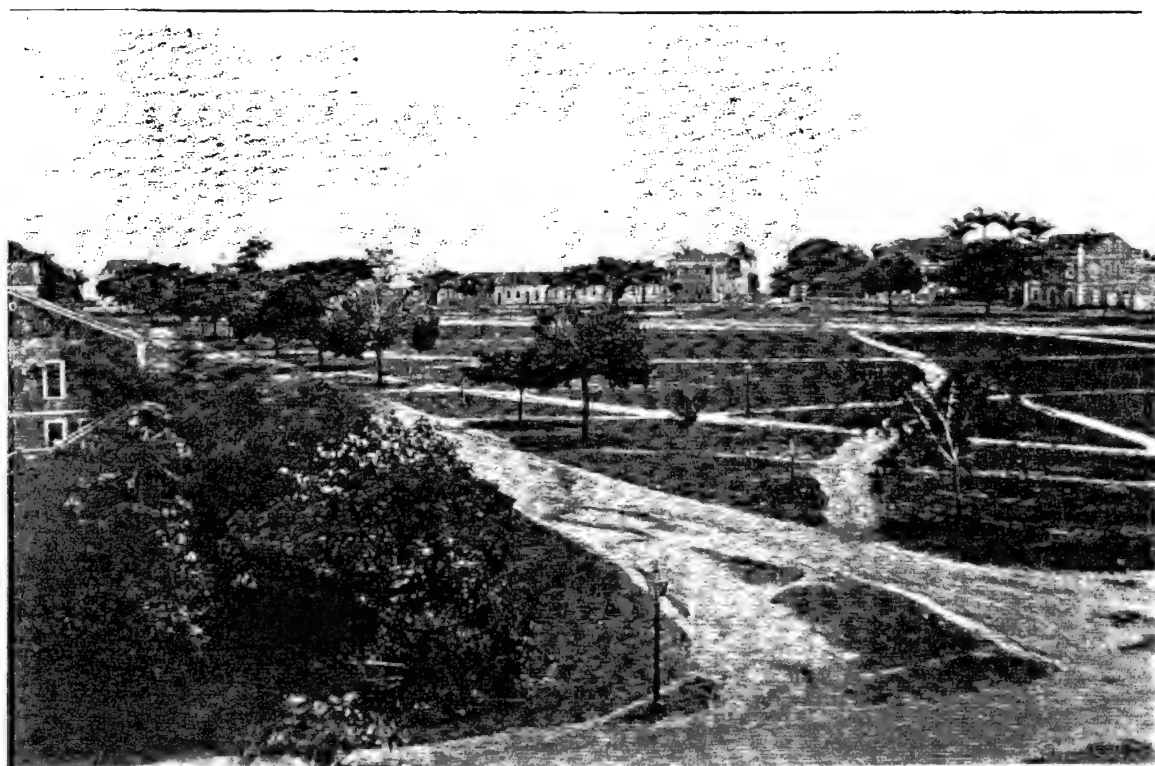



**FOTO 12 –** Vista do Campo Grande, em meados do Séc. XIX, de autoria de Guilherme Gaensly

## 2.3. O bairro nobre e os aprazíveis balneários

Entre os anos 50 e 60 do século passado, podemos identificar um terceiro momento da ocupação do distrito da Victória, que se estende até o final do século, no início da Primeira República. É o período no qual, no distrito, constituem-se os serviços urbanos básicos: limpeza pública, iluminação a gás, ampliação da malha viária, mas, principalmente, implantação do sistema de transporte urbano, determinante na ocupação de novas áreas, e ao qual relaciona-se a formação de um mercado imobiliário com fins especulativos.

Neste período, inicia-se a implantação da iluminação pública no distrito, ainda que de maneira incipiente, visto que, se considerarmos os logradouros existentes em 1855, podemos concluir que apenas o Campo Grande e o Corredor da Victória possuem lampiões[62]. Em 1856, concluem-se as obras de nivelamento do Campo Grande de São Pedro, plantando-se árvores para proteger do sol os transeuntes[63]. Esta obra, iniciada alguns anos antes, é realizada em parceria com os moradores da área - notadamente com a participação da colônia inglesa, aí instalada, onde se destaca a figura do pastor protestante Edward Parke -, emprega 120 africanos apreendidos dos navios negreiros (FOTO 12). Os serviços são conduzidos por Francisco Pereira de Aguiar, um dos mais destacados engenheiros baianos durante a segunda metade do século passado, que, além do desmonte de dois morros para nivelamento do Campo Grande, aterrando o acesso ao, então, novo bairro do Canella, realiza no distrito a macadamização da Estrada da Victória[64].

---

[62]Cf. NASCIMENTO, op. cit., p.46-52.

[63]AMARAL, op. cit., p.28.

[64]Deste baiano formado pela Escola Militar do Império do Brasil, no Rio de Janeiro, doutor em Matemática e que, em 1851, é empossado no cargo de Engenheiro da Província, destacam-se as obras urbanísticas: além daquelas já citadas no distrito da Victória, pavimenta grande parte da Cidade Baixa e ladeiras de acesso à

Também desta época, em 1859, é a abertura da estrada nova para o Rio Vermelho que, segundo informações do alemão Robert Avé-Lallemant, que ali esteve neste mesmo ano, era um arrabalde

> *"(...) com bonitas e alegres casas, bem protegidas da arrebentação do oceano por agudos rochedos"*[65].

A nova estrada margeia o dique, construindo-se em terrenos cedidos pelos proprietários das chácaras aí existentes, e por onde, na década seguinte, circularão os primeiros transportes coletivos à tração animal, pela linha da Companhia de Trilhos Centrais[66]. Esta via fica conhecida como Estrada Dois de Julho ou Rio Vermelho de Baixo, caminho, hoje, ocupado pela Av. Vasco da Gama[67].

Em 1860, é a vez do Príncipe Maximiliano de Habsburgo, futuro imperador do México, tecer considerações sobre o distrito, que merece sempre uma atenção especial dos viajantes estrangeiros, a despeito da grande maioria dos cronistas da época que se detêm na descrição mais detalhada das freguesias do centro. Tendo desembarcado na Barra, este austríaco atento e sensível percorre a pé a cumeada da Victória até a *"cidade propriamente dita"*, fornecendo-nos um rico relato sobre as características desse trecho da cidade:

> *"(...) Ali mora extensivamente o corpo consular, como que reunidos em uma colônia. Da Vitória, descendo à baía no declive íngreme,*

---

Alta; constrói a ladeira da Montanha, iniciada em 1878; sanea e pavimenta a Rua da Vala. Como construtor civil, conduz a conclusão das obras da Alfândega (atual Mercado Modelo), executa reformas no Palácio Arquiepiscopal, Lazareto, Farol da Barra e Palácio do Governo. Cf. AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **A Alfândega e o Mercado**: *Memória e Restauração*. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do estado da Bahia, 1985. p. 20.

[65] AUGEL, op. cit., p.178.

[66] Id., ib., p.582.

[67] Até o século XIX, ía-se ao Rio Vermelho por Brotas, tendo-se ainda notícias de que se podia alcançá-lo a cavalo pela via que dava acesso ao Alto de São Gonçalo. Cf. FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA, op. cit., p. 09.

*avista-se uma maravilhosa vegetação desordenada e primitiva [...]. Entre a Vitória e as casas da cidade encontra-se, num terraço elevado, como que sustentado pelas copas das árvores que se situam abaixo, o célebre 'Passeio Público'. [...] As inúmeras casas possuem cores alegres, claras, fazendo que tudo ria e brilhe. Entre elas, encontram-se também grandes e importantes prédios, despojados, contudo, de qualquer adorno arquitetônico. Numerosas torres e cúpulas, porém, caracterizam a paisagem"*[68].

*(...)"Subimos a colina, alcançando a plataforma onde está situada a Vittoria. Uma rua reta, larga, ladeada de algumas casas de campo, conduziu-nos à grande praça da Vittoria. [...][Esta] é como um gigantesco campo de treinamento, uma área ampla e plana em volta da qual estão algumas árvores mirradas [...]. Em volta do campo da Vitória estão contudo casas graciosas com encantadores jardinzinhos. As casas em geral, em leve estilo grego ou italiano, de construção leve e frágil [...] trazem em si a marca da moradia de novos ricos que estão só de passagem, construídas apressadamente. Muitas pilastras, estátuas e arabescos variados para demonstrar o valor dos proprietários. As paredes finas como papelão indicam a curta transitoriedade dessa posse. As inúmeras janelas, varandas e terraços, porém, são sinais de um verão ininterrupto"*[69].

*" (...) É lamentável que se tenham desfigurado tais jardins com inúmeros bancos, caminhos, com muros revestidos de pedacinhos de caco de louça colorida*[70] *sustentando estatuetas do mesmo material"*[71] .

A rica descrição da área feita pelo príncipe austríaco, além de oferecer uma vívida imagem da arquitetura residencial do local, pontuada por leve ironia ao referir-se ao

---

[68]HABSBURGO, Maximiliano de. **Bahia 1860**: *Esboços de Viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982. p. 70/1.

[69]Id., ib., p. 78/9.

[70]O autor refere-se aos embrechados executados em cerâmica, com pedaços de louça, azulejo ou conchas, utilizados com frequência, durante o período colonial, com fins decorativos e de impermeabilização, sendo encontrados, por exemplo, nos coroamentos das torres das igrejas ( Aflictos e Boqueirão, em Salvador ), ou ainda nas faces posteriores dos frontões destas ( Igreja de São Francisco, em Salvador). O seu uso parece também ter sido comum nos jardins, durante o século XIX, adornando muros e bancos, podendo ainda alguns exemplares serem encontrados na Soledade ( Solar Bandeira ), Saúde ( Rua Felipe Camarão, nº 34 ) ou no Corredor da Victória ( Residência do Universitário-UFBA).

[71]HABSBURGO, op. cit., p. 80.

modo burguês de morar, revela uma área de ocupação consolidada, numa época onde se intensificam os investimentos do governo local nas obras de infra-estrutura urbana, principalmente no que concerne ao sistema viário e aos transportes públicos.

Nesta época, abrem-se três importantes estradas, que permitem uma mais efetiva ocupação da área: entre a Graça e o povoado da Barra, do Largo da Victória ao povoado da Barra e a estrada de acesso ao cemitério do Campo Santo. Também nesse período, realizam-se novas intervenções no Campo de São Pedro, também chamado de Campo Grande, que passa a denominar-se Praça Duque de Caxias, transformando-se rapidamente em ponto de atração para a realização de eventos cívicos e religiosos, assim como ponto de confluência do sistema viário e transporte por bondes, até em decorrência de sua posição estratégica, a meio caminho do centro já consolidado e das novas áreas de expansão[72].

As preocupações com a malha viária e os transportes, que constituem a parte mais substancial das ações estatais no terceiro quartel do século XIX, já são demonstradas pelo governo provincial desde 1845, como pode ser percebido nas Falas dos Presidentes à Assembléia Provincial, que priorizam às áreas do centro, tanto na Cidade Alta, como na Cidade Baixa. Com relação ao distrito da Victória, teremos a informação, em 1869, através das Falas do Barão de São Lourenço, que

> *"(...) A empresa de Hoisting Machinery, a que se asssociara uma outra da qual era empresário Antonio de Lacerda [o mesmo do elevador], obtivera concessão para um tram-road ou caminho de ferro especial para as cidades, que trafegaria desde a Praça do Palácio à Barra, e por um traçado que deixasse livres as ruas mais frequentadas"*[73].

O mesmo governante informa-nos no ano seguinte que a

---

[72]ARAÚJO. op. cit., p. 159/60.

[73]BAHIA. Governo da. SEPLANTEC. CONDER, op. cit., p. IX-8.

*"(...) Trilhos Urbanos e a Hoisting Machinery iniciara o assentamento de trilhos no Largo da Vitória e 4 de novembro de 1869 e já em 18 de dezembro seguinte os carros da empresa percorriam a linha desde a Vitória até à Piedade, conduzindo em média 400 passageiros por dia"*[74].

De fato, a partir de meados do século passado, o poder público passa a investir intensamente no setor de transportes urbanos, o que geralmente se dá em parceria com a iniciativa privada. A modernização almejada pela aplicação do capital estrangeiro na cidade exige uma satisfatória articulação de áreas consideradas de relevância no desempenho das atividades comerciais. Numa primeira instância, as ligações entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa - por ruas, elevadores ou planos inclinados-, ocorrem paralelamente à ampliação do porto, ligação com o "mundo civilizado". Mas, é principalmente no estímulo dado à expansão da malha viária aos novos núcleos de ocupação, interligando-os ao antigo centro, que encontramos os indícios da indução de um processo de adensamento em áreas como a Victória, Brotas ou Itapagipe.

A mobilidade de mercadorias e pessoas proporcionada pelas novas articulações espaciais, facilitadas pelo bonde, propicia a valorização de núcleos mais afastados do centro, tido como denso e insalubre. As epidemias de cólera e febre amarela que assolam a cidade em meados do século, as intervenções estatais no espaço urbano, respaldadas pelo discurso higienista, a difusão de novos padrões de moradia e de um modo burguês de viver, favorecem o adensamento dos novos bairros, para onde se dirigem as camadas mais abastadas da população. O distrito da Victória, zona essencialmente residencial, talvez seja o exemplo mais completo deste processo de urbanização, que atinge também outros pontos da cidade.

---

[74]Id., ib.

Estes indícios da crescente urbanização do distrito, neste terceiro momento, impulsionados pelo bonde[75], comparecem também nas observações dos viajantes que ali estiveram. Já nos anos 70 do século passado, o capitão da marinha Naeher, relata a sua ida de bonde ao *"longínquo subúrbio"*; em 1885, o capitão Benko, informa poder ir-se de bonde ao arrabalde; e também Lambert que, neste período, utilizando-se do mesmo veiculo, considera imprescindível um passeio até lá, onde o panorama é *"para ser visto e não descrito"*[76]. Na última década do século, a princesa Teresa da Baviera excursiona pelo Brasil, fazendo uma visita ao Rio Vermelho, considerando-a como *"uma excursão que vale a pena ser feita"*, apesar de toda a dificuldade do percurso do tramway. O botânico W. Detmer, em 1895, revela-nos também o seu *"inesquecível passeio ao balneário do Rio Vermelho"*, feito em parte de bonde, em parte a pé, onde se encanta com a luxuriante *"pujança da floresta tropical"*[77]. Os sinais da urbanização são descritos também por Marc, em 1898, que refere-se aos *"tramways que conduzem à Barra, através dos mais belos bairros da cidade"*[78].

O bonde é o sinônimo de urbanidade e civilização. Com efeito, os transportes, explorados então por particulares, durante a maior parte do século XIX, são realizados pelas cadeirinhas de arruar, que tanto espanto causam aos estrangeiros. Os homens ricos da

---

[75]AMARAL informa-nos a estrutura da linha de bondes, no distrito, no terceiro quartel do século XIX:

> *"(...) Da Victória segue ella até a Graça e d'ahi á povoação da Barra, tendo-se ali colocado um elevador, que por meio de correntes movidas por um machinismo a vapor faz subir e descer os* bonds *por carris de ferro, em um plano inclinado.*
> *A linha ferrea da Graça ao Elevador tem de extensão 5 kilometros, tendo transitado por ella 579.688 passageiros durante o ano de 1880.*
> *Na linha da Graça ao Pharol da Barra, que tem 2 kilometros e 780 metros, transitaram no referido anno 179.982 passageiros.*
> *Na linha do Rio Vermelho, que tem a extensão de 5 kilometros e 340 metros, transitaram no mesmo anno 92. 805 passageiros (...)".* Op. cit, p. 447.

[76]AUGEL, op. cit., p. 178.

[77]Id., ib., p. 178-a.

[78]Id., ib., p.182.

cidade possuem cavalariças e alguns veículos - como, caleças, traquitanas, faetons, charretes e carruagens - encontrados na Victória. Os primeiros bondes do italiano Rafael Ariani dão lugar, após sua morte, a novas companhias de transporte urbano. Por volta dos anos 70, o comendador e cônsul da Dinamarca, Teodoro Teixeira Gomes, consegue construir a estrada de ferro do Rio Vermelho, que começa no Campo Grande e termina no Alto do Papagaio, fazendo, tempos depois, terminal na Mariquita[79].

Como visto, a Victória, o Corredor da Victória, comparece nos relatos dos estrangeiros como uma área já mais integrada aos setores de ocupação mais consolidada do centro, o caminho aos balneários da Barra ou do Rio Vermelho, onde os sinais já sensíveis da urbanização substituem o naturalismo e o romantismo das impressões causadas até meados do século XIX.

Esses indícios são revelados também pela implantação de outros serviços urbanos na área. A iluminação pública, inicialmente produzida pelo azeite de peixe, é precária no distrito. Em 1862, já adotando um sistema de iluminação a gás retirada do carvão de pedra, ordena o governo ao contratado, Dr. José de Barros Pimentel, que distribua os combustores faltantes para completar o contrato na estrada do Garcia, Papagaio (Rio Vermelho) e Graça, entre outros locais igualmente afastados do centro[80]. Em 1867, mais 107 bicos de gás são distribuídos pelo Largo da Barra, Dendezeiros do Canella (atual Rua Marechal Floriano), Largo dos Aflictos, entre outros.

---

[79]Cf. FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA, op. cit., p. 55.

[80]NASCIMENTO,op. cit., p. 46-52. Segundo a autora, tal fato

> *"(...) prova estar o centro da cidade fartamente iluminado, e que naquele momento não mais obedeciam ao critério de 30 jardas de distância entre um e outro [combustor]"*. p. 47.

Além dessas medidas, outras também são adotadas pelo governo da província para beneficiar a área, como aquela relativa à limpeza urbana que, em 1865, determina no contrato a aplicação do serviço na Victória somente até o Campo Grande.

Por volta de 1880, são executados melhoramentos no Rio Vermelho, ponto preferido de veraneio da burguesia, com a ligação do Rio Lucaia ao Camarujipe, eliminando assim os focos de mosquitos e muriçocas[81].

O olhar dos viajantes estrangeiros revela, ao longo dos Oitocentos, as paulatinas mudanças que vai sofrendo a área, em decorrência da sua ocupação mais efetiva. Da freguesia, as maiores referências dizem respeito ao trecho correspondente ao Corredor da Victória - nome tomado devido à pouca largura da via - e ao Campo Grande, o Campo da Victória, depressão natural do sítio que fora aterrada e nivelada em meados do século XIX. Dos demais setores da paróquia, de povoamento ainda disperso, têm-se poucas informações.

De fato, pela metade do século passado os bairros elegantes- então a Sé e São Pedro- vão paulatinamente se deslocando para o sul da cidade. As epidemias que aí grassam durante este período, propiciam a discussão, por parte das autoridades sanitárias, sobre as condições higiênicas da cidade e das habitações, ao tempo em que os padrões europeus de moradia são largamente difundidos pelo grande contingente de estrangeiros, na sua maioria ligados às atividades comerciais, que aqui passam a residir após a abertura dos portos brasileiros. Tais padrões encontram eco junto a uma burguesia ascendente, os

[81]RUY, op. cit., p. 597.

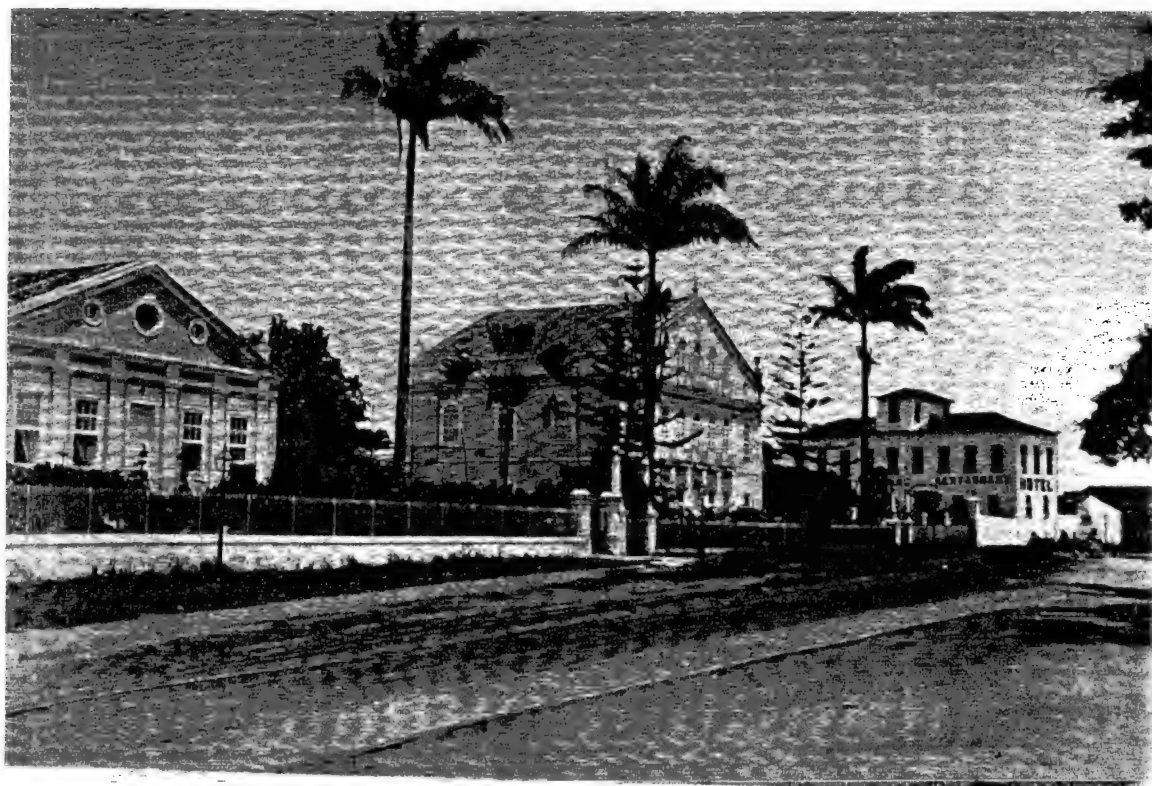



**FOTO 13 -** Vista do Campo Grande, no final do século passado, de autoria de Guilherme Gaensly e Rodolfo Lindemann.

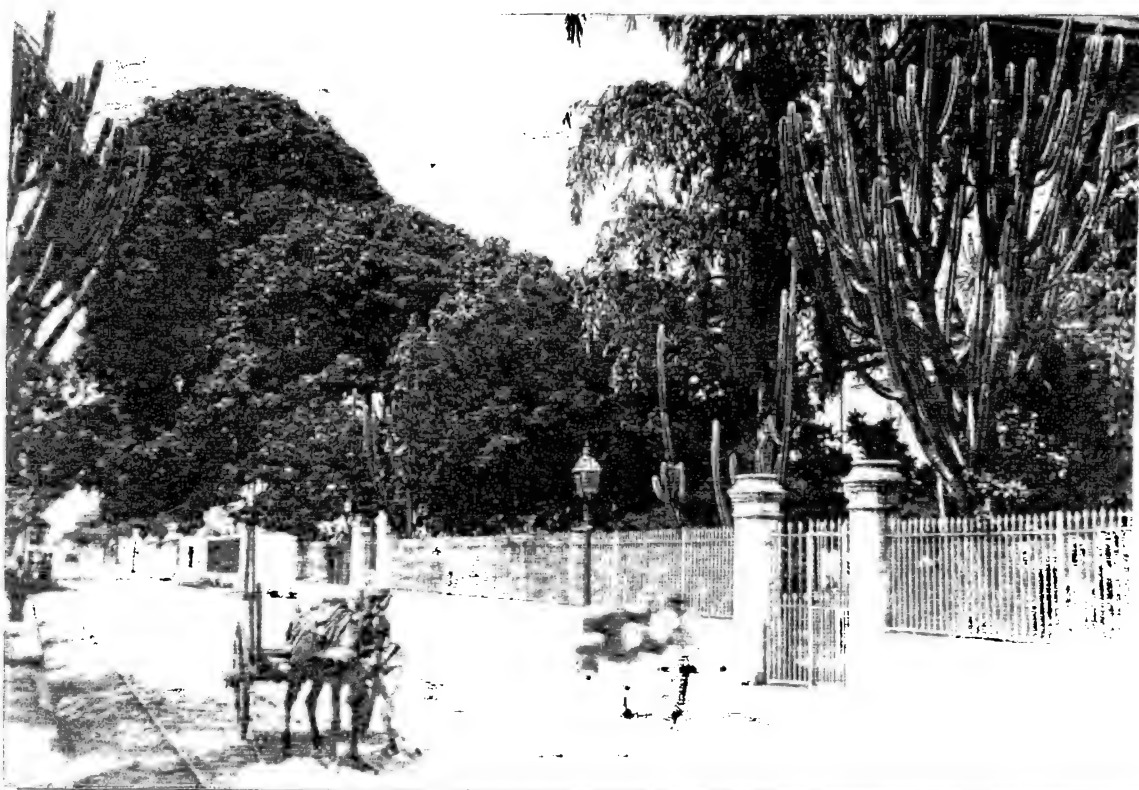



**FOTO 14 -** Vista do Corredor da Victória, no último quartel do século XIX, de autoria de Rodolfo Lindemann

**FOTO 15 -** Vista das Mercês, no final do século passado.

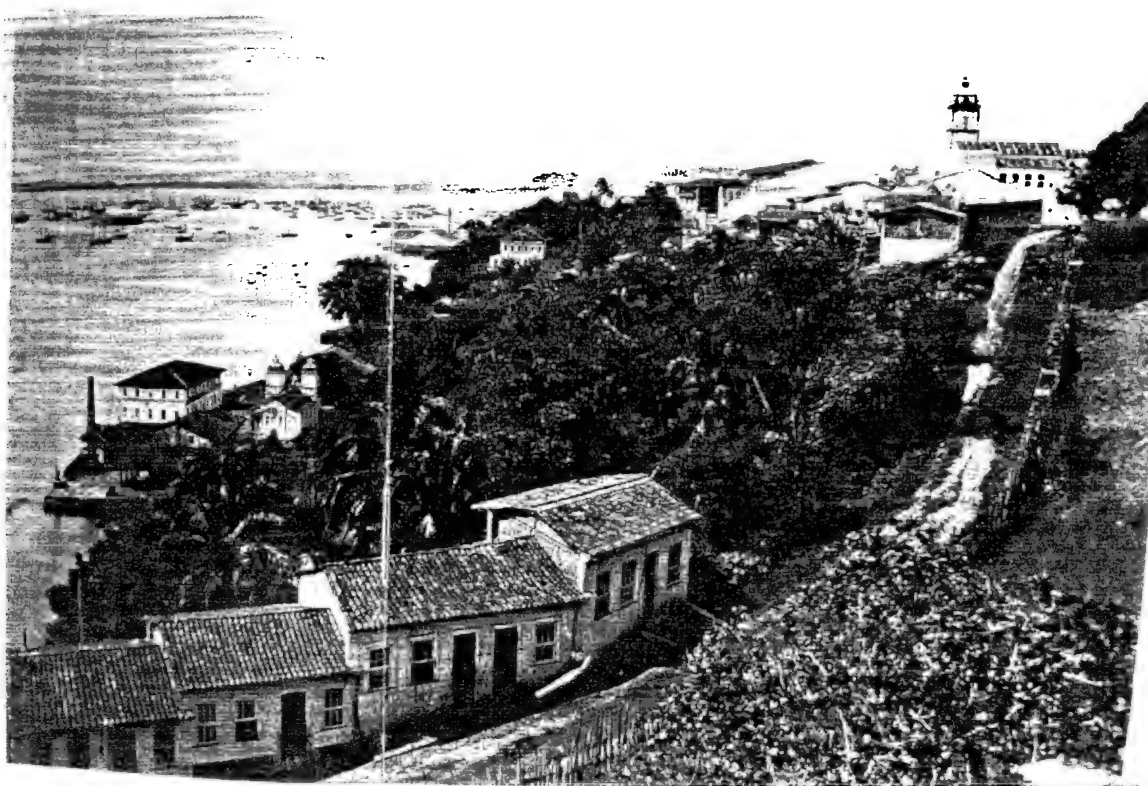



**FOTO 16 -** Vista da Gamboa e Aflictos, em meados do Séc. XIX, de autoria de Guilherme Gaensly

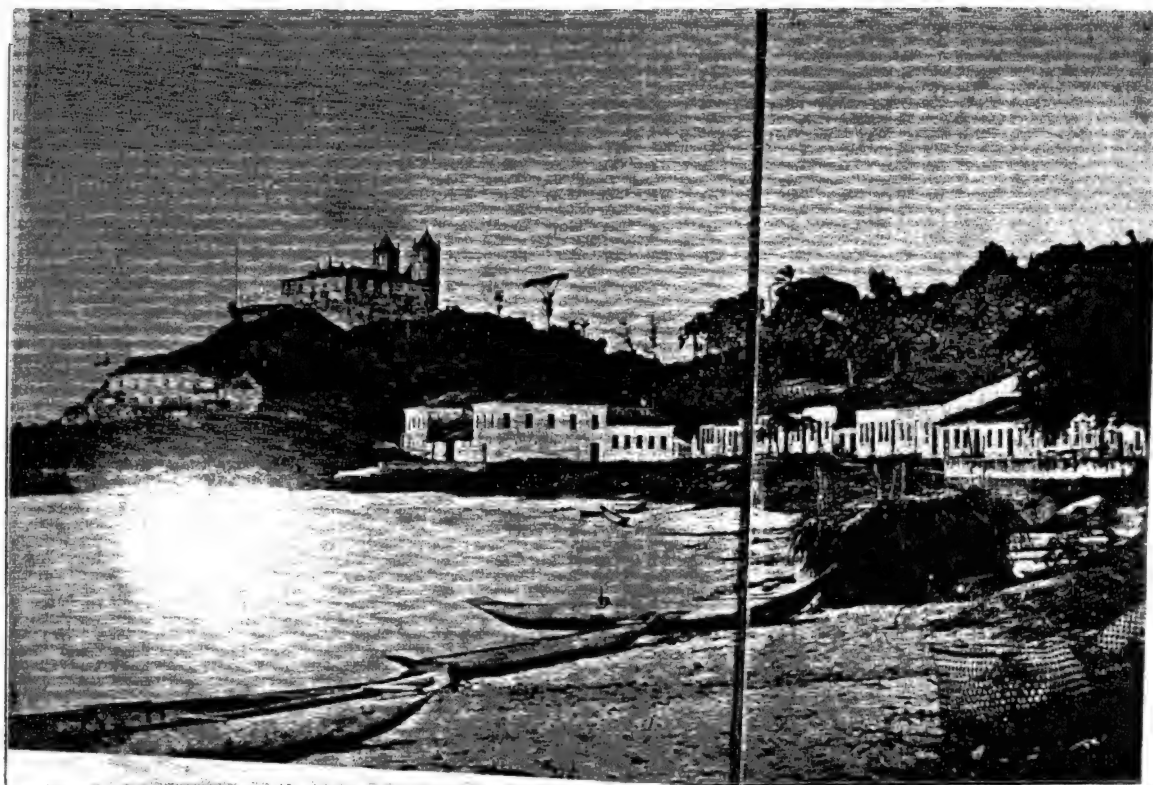



**FOTO 17 –** Vista do Porto da Barra, em meados do século XIX, de autoria de Benjamin Mulock.

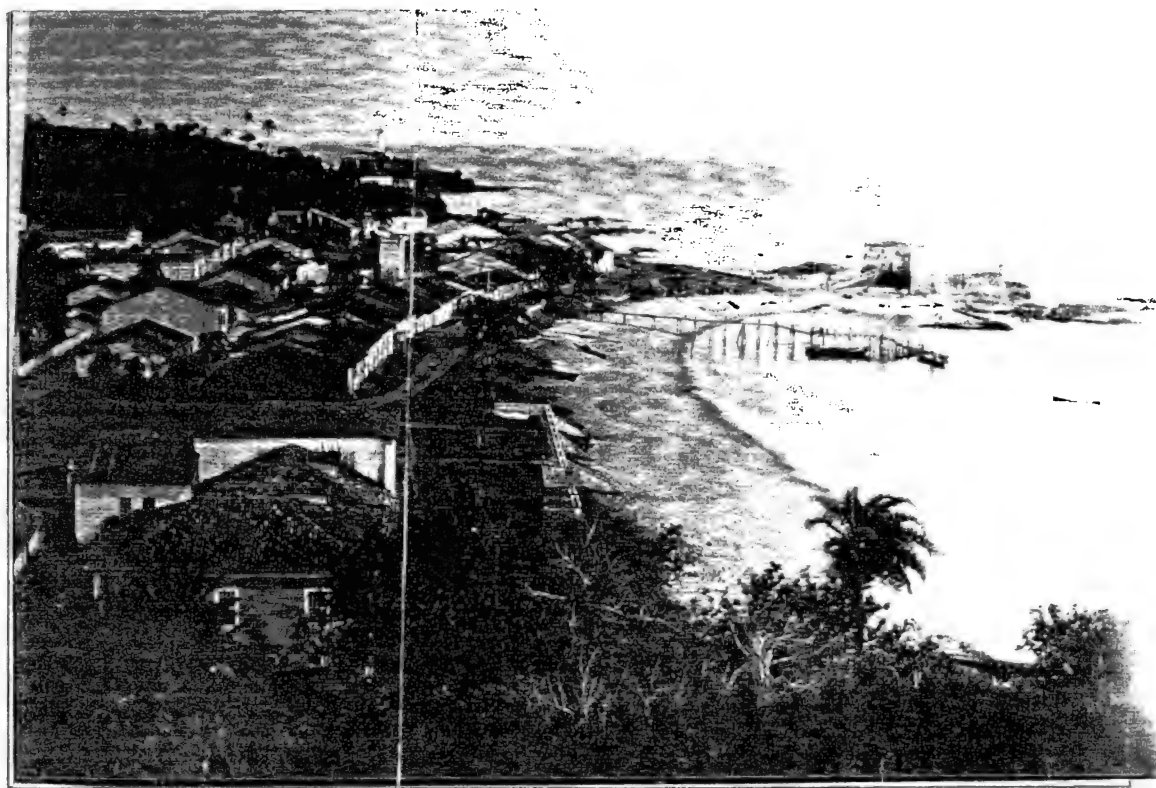



**FOTO 18 -** Vista do Porto da Barra, na segunda metade do Séc. XIX, de autoria de Guilherme Gaensly.

homens de negócios, que vêem na sua adoção uma forma de legitimação social, e que elegem a Victória como local de moradia.

O distrito da Victória chega, assim, ao final do século XIX como o principal vetor de expansão da cidade. O bonde, fator de integração com as áreas já consolidadas, propicia uma ocupação mais intensa do distrito pelas diferentes classes sociais, que serão segregadas em setores específicos, no período seguinte.

A inicial ocupação, desenvolvida ao longo da orla marítima, perdura ainda durante algumas décadas, interiorizando-se paulatinamente pelas terras das antigas fazendas. O distrito, tido desde sempre como *urbano*, mas com ares de subúrbio, começa a consolidar-se. Mercês, Polytheama e Aflictos desenvolvem-se dentro de uma tipologia similar à vizinha freguesia de São Pedro. O Corredor da Victória, antigo Caminho do Concelho, de local de belas chácaras, de características um tanto rurais, afirma-se como o bairro nobre da cidade, lugar das *"melhores casas"* e da *"melhor sociedade"*. O mesmo pode dizer-se do Campo Grande, que, enquanto espaço público, assume o papel de representar a cidade, então, idealizada - bela, moderna, civilizada. A Barra e o Rio Vermelho, arrabaldes de pescadores, tornam-se aprazíveis balneários para o veraneio da elite local, que começa a descobrir as propriedades terapêuticas do *"banho de sal"*. Os demais setores do distrito só terão uma ocupação mais definida durante os anos da Primeira República, um quarto momento da história da área, quando, de fato, se dará a sua consolidação.

# CAPÍTULO III

## *O distrito da Victória na "Renascença Bahiana"*

# CAPÍTULO III

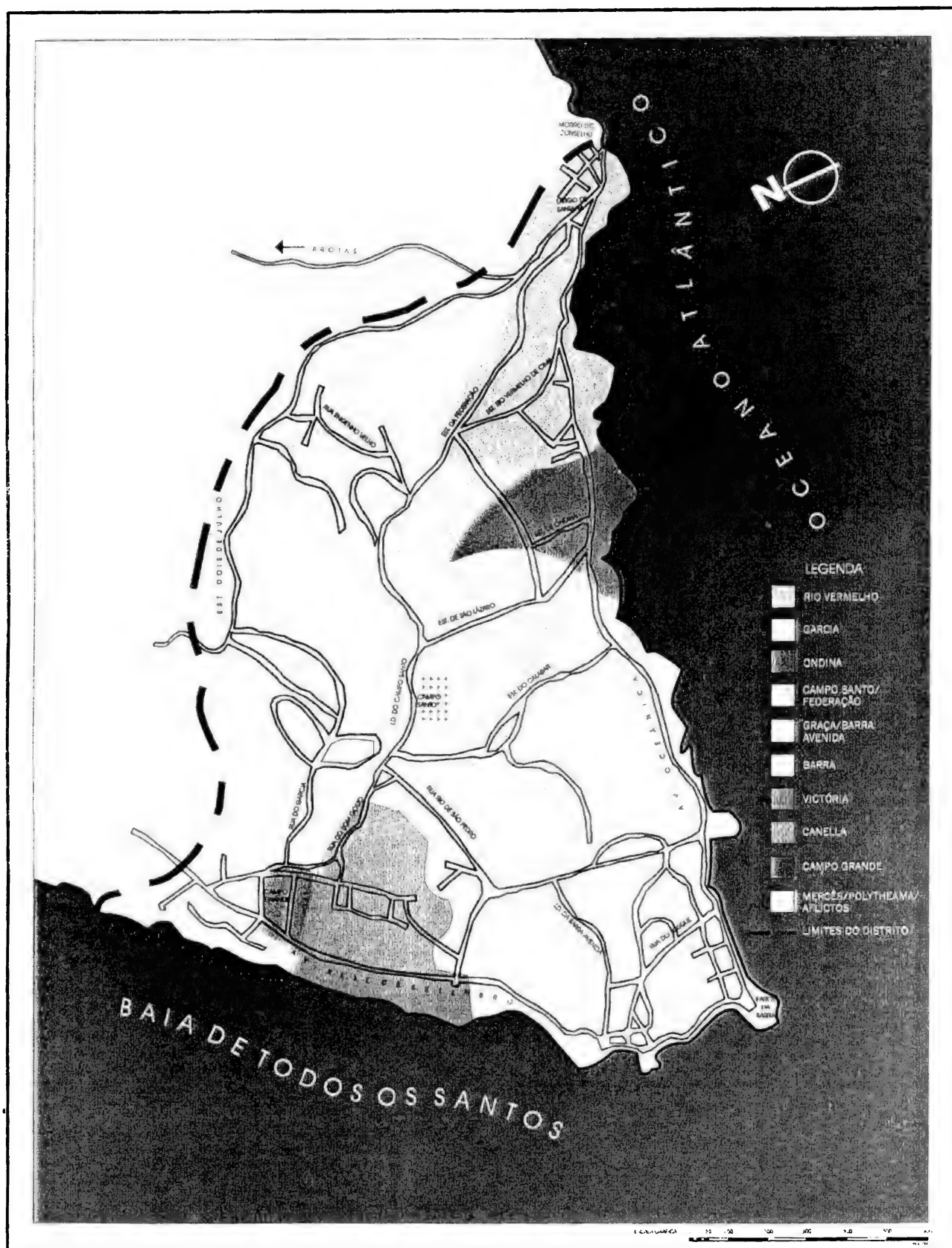
## O DISTRITO DA VICTÓRIA NA *"RENASCENÇA BAHIANA"*

A República trará consigo a consolidação da ocupação do distrito da Victória e a sua efetiva integração com o centro da cidade, já consolidado. A freguesia (para os assuntos da Igreja), também denominada distrito (para fins laicos), que mantém praticamente os mesmos limites desde a sua fundação, é aquela que mais cresce dentre todas, durante o período compreendido entre 1890 e 1930. Tal fato é constatado após o levantamento dos requerimentos encaminhados à Directoria de Obras Municipaes da Intendência, relativos à construção e reconstrução (reforma) de imóveis, que apontam os distritos da Victória, de Santo Antônio e Brotas, como as áreas de maior adensamento, além do distrito de São Pedro, onde é grande o número de solicitações decorrentes das reformas urbanas efetuadas no centro.

Esse crescimento não se dá de maneira uniforme, ao longo do período estudado. Tanto do ponto de vista da ocupação física, quanto daquela social, os vários setores do distrito comportam-se de formas distintas, reflexo também da valorização que cada um deles passa a ter diante dos investimentos aí realizados pelo Estado, por particulares, ou em parceria entre ambos. Dois vetores de expansão podem ser identificados no distrito, durante a Primeira República: o primeiro, segue um percurso já indicado pelo antigo Caminho do Concelho, que, indo pelo promontório da Victória, continua pelo litoral em direção ao Rio Vermelho; o segundo, até com maior intensidade que o anterior, aponta a ocupação das terras da antiga Fazenda Garcia até o Rio Vermelho.

Diante do grande volume de material pesquisado, optamos por desenvolver a análise da ocupação do distrito por décadas, ainda que consideremos que o corte temporal proposto para o estudo - a Primeira República - constitui um quarto momento da história da área, como já dito anteriormente. Verificamos que, em cada uma destas décadas, um determinado aspecto do processo de ocupação da *área-estudo* se sobrepunha aos demais - desde um novo parcelamento do solo até a normatização do seu uso -, sendo estes empregados na análise, o que, por outro lado, também indica a paulatina estruturação da esfera pública na gestão da cidade.

Observamos ainda que a área delimitada para esta pesquisa - o distrito da Victória -, apenas é considerada na sua inteireza, enquanto uma unidade administrativa do território, a nivel burocrático e/ou legal. De maneira geral, e isto desde os primeiros tempos da colonização, as referências feitas a esta área indentificam trechos do distrito com caracteristicas particulares, seja com relação aos seus aspectos físicos, seja quanto sua ocupação.

Assim, considerando a tipologia de ocupação da área, durante os anos de 1890 a 1930,- a estruturação da malha viária, as tipologias da arquitetura residencial e a estratificação social daí resultante-, para efeito de estudo, agrupamos as áreas que integram o distrito em 10 setores, que são a saber: Mercês/ Polytheama/ Gamboa/ Aflitos; Campo Grande; Victória; Canella; Garcia; Barra; Graça/ Barra Avenida; Campo Santo/ Federação; Ondina e Rio Vermelho. A análise do adensamento destes setores indicará como se processa a urbanização do distrito e suas distintas formas, revelando as rupturas e as permanências de uma herança colonial que se expressará na conformação de suas ruas, na arquitetura de seus prédios, no modo de viver de seus habitantes (Cf. PRANCHA 02).

FONTE - Mapa Topográfico da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios executado por Carlos Augusto Weyll, em 1850 (CEAB)
- Planta da Cidade do Salvador, elaborada pelo Engº. Teodoro Sampaio, em 1905 (CEAB)
- Atualização do mapa da Cidade do Salvador, elaborado em 1931 (CEAB)
Processos formados pelas solicitações de licenciamento de obras, no distrito da Victória, entre 1890-1930 (AHM)

A VICTÓRIA NA RENASCENÇA BAHIANA

A OCUPAÇÃO DO DISTRITO E SUA ARQUITETURA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

**SETORES DO DISTRITO DA VICTÓRIA ENTRE 1890 - 1930**

PRANCHA

**02**

AUTOR ARQ. MARIA DO CARMO BALTAR ESNATY DE ALMEIDA

### 3.1. A ocupação das antigas fazendas

Os primeiros tempos da República ainda encontrarão o distrito da Victória como uma área de ocupação rarefeita. Além das Mercês/ Polytheama, Campo Grande, Corredor da Victória, trechos da Barra e Rio Vermelho - de ocupação mais consolidada -, apenas um povoamento disperso no restante do distrito pode ser identificado. É, contudo, nesta primeira década, que começam a se definir os novos setores de adensamento, em virtude das demandas habitacionais existentes aliadas aos interesses econômicos, tanto da esfera privada, quanto da pública.

O maior número de solicitações para construção, então, se dá nos setores que até o final do Império se encontram pouco adensados, como o Garcia, Campo Santo, Federação, ou mesmo, o Rio Vermelho (Ver GRÁFICO 01 e PRANCHA 03, e também a TABELA 01, nos anexos). A Lei Municipal nº 027[1], de 05/08/1893, que trata da regularização das décimas urbanas e define a organização do lançamento do imposto em cinco distritos (a Victória insere-se no 2º distrito, juntamente com a freguesia de São Pedro)[2], estimula o preenchimento dos vazios urbanos e a expansão da mancha ocupada da cidade, isentando do imposto *"(...) os predios que forem edificados em terreno baldios ou em novas ruas (...)"* por um prazo de seis anos. A otimização dos impostos sobre a propriedade urbana

[1]SALVADOR. Leis e Resoluções do Conselho Municipal da Capital do Estado da Bahia do Anno de 1893. Salvador: Litho-Typographia Tourinho, 1900. p. 44-54.

[2]Segundo o Art. 11 da lei, referente ao lançamento do imposto da décima urbana, era considerado como perimetro urbano as áreas das freguesias compreendidas nos cinco distritos, que eram, a saber:
1º distrito, compreendendo as freguesias da Sé e Conceição;
2º distrito, compreendendo as freguesias de São Pedro e Victória;
3º distrito, compreendendo as freguesias da Rua do Passo e Santana;
4º distrito, compreendendo as freguesia do Pilar, Mares e Penha;
5º distrito, compreendendo as freguesias de Santo Antônio e Brotas.
O perimetro urbano então delimitado, praticamente coincide com aquele definido em 1857.

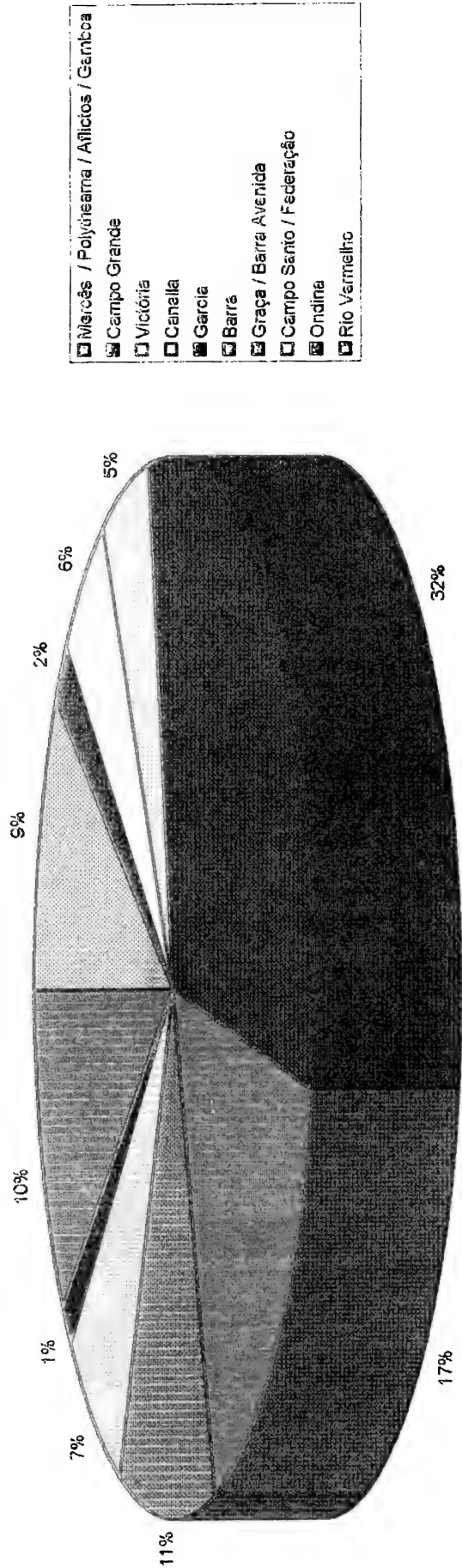
FONTE: Mapa Topográfico da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios executado por Carlos Augusto Weyll, em 1850 (CEAB)
- Planta da Cidade do Salvador, elaborada pelo Engº. Teodoro Sampaio, em 1905 (CEAB)
- Atualização do mapa da Cidade do Salvador, elaborado em 1931 (CEAB)
- Processos formados pelas solicitações de licenciamento de obras, no distrito da Victória, entre 1890-1930 (AHM)

A VICTÓRIA NA RENASCENÇA BAHIANA
A OCUPAÇÃO DO DISTRITO E SUA ARQUITETURA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

**OCUPAÇÃO DO DISTRITO DA VICTÓRIA ENTRE 1890 - 1900**

PRANCHA **03**

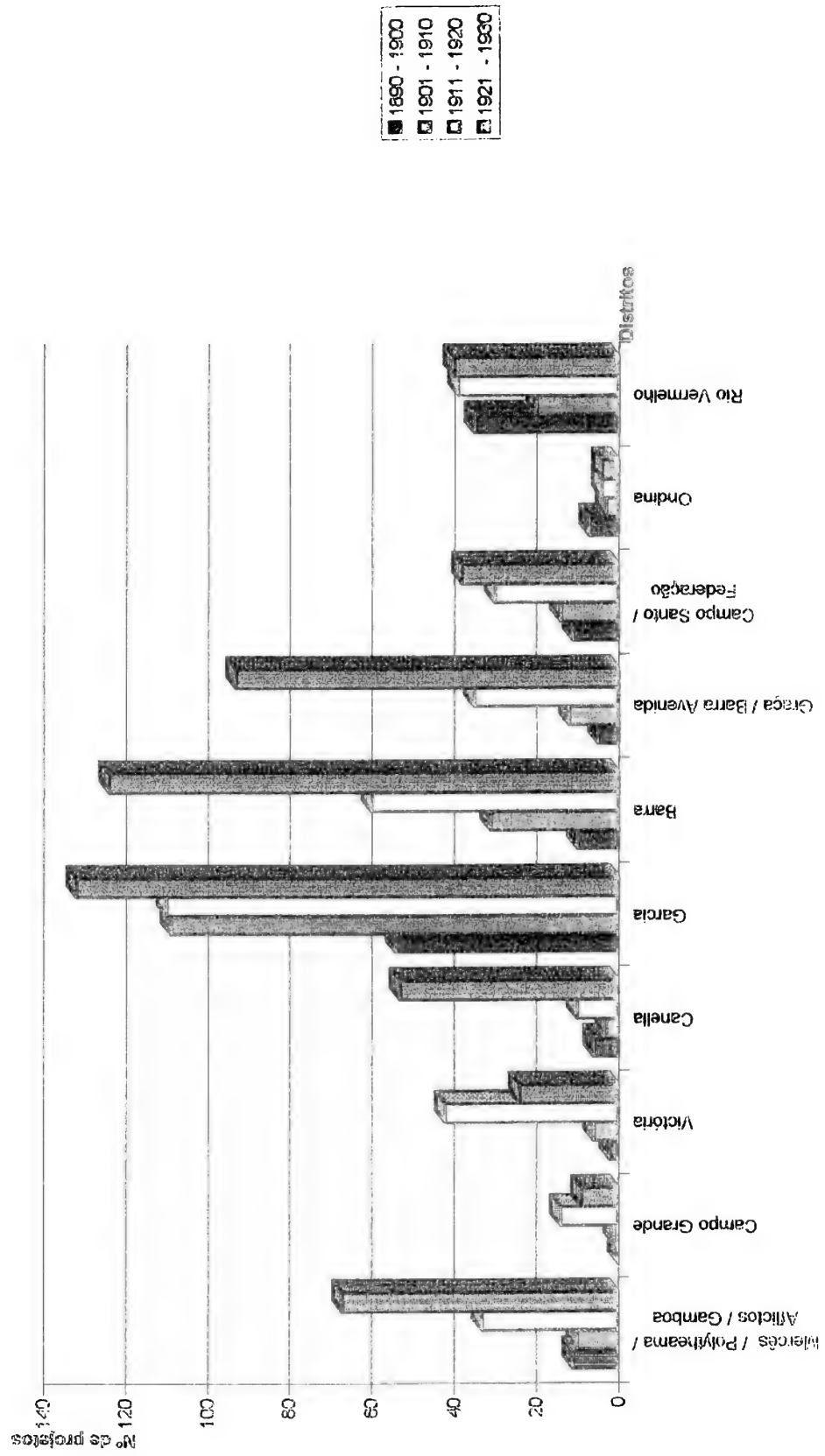
AUTOR ARQ. MARIA DO CARMO BALTAR ESNATY DE ALMEIDA

## GRÁFICO 01A - SOLICITAÇÕES PARA LICENCIMENTO DE OBRAS NO DISTRITO DA VICTÓRIA, NO PERÍODO DE 1890 – 1930

## GRÁFICO 01B - SOLICITAÇÕES PARA LICENCIMENTO DE OBRAS NO DISTRITO DA VICTÓRIA, NO PERÍODO DE 1890 - 1930

Nº de projetos

140
120
100
80
60
40
20
0

Mercês / Polytheama / Afflictos / Gamboa
Campo Grande
Victória
Canella
Garcia
Barra
Graça / Barra Avenida
Campo Santo / Federação
Ondina
Rio Vermelho

Distritos

demonstra a importância que esta passa a ter na economia da cidade, e coincide com o período em que grandes glebas são desmembradas em lotes, com fins especulativos.

A ocupação do Garcia é um claro exemplo disso. Antiga fazenda de Henrique Praguer - engenheiro cujo nome está ligado à construção da Ladeira da Conceição -, este setor passa a ser ocupado por arrendatários que, pouco a pouco, vão mudando a imagem do lugar, de características ainda rurais. O bonde estimula a ocupação e dita a conformação do desenho das ruas e a implantação dos edifícios. É comum encontrar nos despachos dos técnicos da Directoria de Obras Municipaes orientações quanto à implantação de um prédio, relacionando-a ao percurso do bonde, principalmente em trechos para os quais ainda não fora executada a *'planta de alinhamento'* do local, como por exemplo: o edifício deverá

> *"(...) tomar a distância de 8,8m do eixo da linha de bonde, a fim de que, quando do alinhamento, a casa possa ter jardim"*[3],
> ou ainda, *"(...) o recuo frontal deve distar 9,90m do eixo da linha do bonde"*[4].

Do parcelamento do solo não se têm muitas informações, a não ser aquelas que se podem apreender da análise dos projetos arquitetônicos, que indicam a ocupação da área por uma classe de baixo poder aquisitivo, cujas casas possuem, em média, de 50,00m² a 90,00m² de área construída, excetuando-se alguns imóveis de maiores dimensões (Ver TABELA 02, nos anexos, e GRÁFICO 02)[5]. O Garcia é, assim, o setor que mais cresce na última

---

[3]Despacho do Director de Obras ao processo do Sr. Terêncio Aranha Dantas, que solicitara licença para a construção de uma casa à Estrada Dois de Julho- Garcia, em 1896. Ficha nº 074/Victória - AHM.

[4]Despacho do Director de Obras ao processo do Sr. Eliseu José dos Santos, que solicitara renovação da licença, emitida em 1899, para a construção de uma casa na Estrada da Matta, em 1901. Ficha nº 171/Victória - AHM.

[5]A pesquisa empírica mostrou, através do estudo da arquitetura, a segregação de determinados grupos sociais no espaço da *área-estudo*. Os programas e tipos arquitetônicos das residências discriminam o usuário: as classes mais pobres habitam casas de até 90,00 m², reproduzindo, em quase sua totalidade, o modelo de uma habitação de corredor lateral, com duas salas intercaladas por um quarto, tendo os serviços num pequeno anexo; a habitação da classe média possui entre 90,00 e 250,00 m², muitas vezes

década do século XIX, no distrito da Victória, comparecendo com 38% dos requerimentos para construções.

É também o Rio Vermelho um setor em franco crescimento no período, possuindo cerca de 25% das propostas de construção do distrito. O antigo povoado de pescadores passa a ser procurado por uma classe média, para moradia, e por gente mais abastada, na época do veraneio. A ocupação do setor segue a borda marítima, concentrando-se num trecho que vai da Paciência até o Largo da Mariquita. Daí da Praça Colombo, passando pela Rua do Raphael (atual João Gomes), até as imediações do Largo de Santana, situa-se a burguesia em casas vistosas, com mais de 300,00m² de área construída[6] (FOTO 19); na Ladeira do Papagaio e Alto de São Gonçalo, estabelece-se a classe média em residências que possuem de 90,00m² a 150,00m² [7] (FOTO 20). Os lotes, no primeiro caso, são dotados de jardins de razoáveis dimensões; no segundo, têm, geralmente, as fachadas dos edifícios delimitando a rua, podendo eventualmente um pequeno recuo, frontal ou lateral, fazer as vezes de um jardim.

A burguesia aí instalada, principalmente durante os meses de veraneio, exige equipamentos para o lazer, que, pouco a pouco, vão sendo implantados na área. Já em

---

distinguindo-se das primeiras apenas pelas dimensões e um número maior de cômodos, noutras vezes, já incorporam os novos requisitos dos programas arquitetônicos, como gabinete e sala de espera, apresentando novos agenciamentos internos; acima de 250,00 m² de área construída têm as residências das classes mais abastadas, de amplos cômodos, e que procuram se adequar aos programas mais refinados ditados pelas novas formas de sociabilidade. Estas distinções foram empregadas para analisar as formas de ocupação da área, assim como para a confecção das tabelas que se encontram nos anexos.

[6]Ver, por exemplo, os projetos elaborados em 1894 pelo Archtº Hans Schleier: um, de propriedade do Sr. Gaspar de A. Rebello, à Pça. Colombo (Ficha nº 020/Victória - AHM); o outro, para o Sr. Albano Pereira de Carvalho, na Rua do Raphael (Ficha nº 026/Victória - AHM).

[7]Ver, por exemplo, o projeto elaborado por autor desconhecido, em 1893, para o Sr. João Cordeiro, à Ladeira do Papagaio, de três casas geminadas (Ficha nº 014/Victória -AHM); ou ainda, também de autor desconhecido, projeto para uma casa à Travessa da Ladeira do Papagaio, do Sr. João Dias da Silva (Ficha nº 022/Victória - AHM).

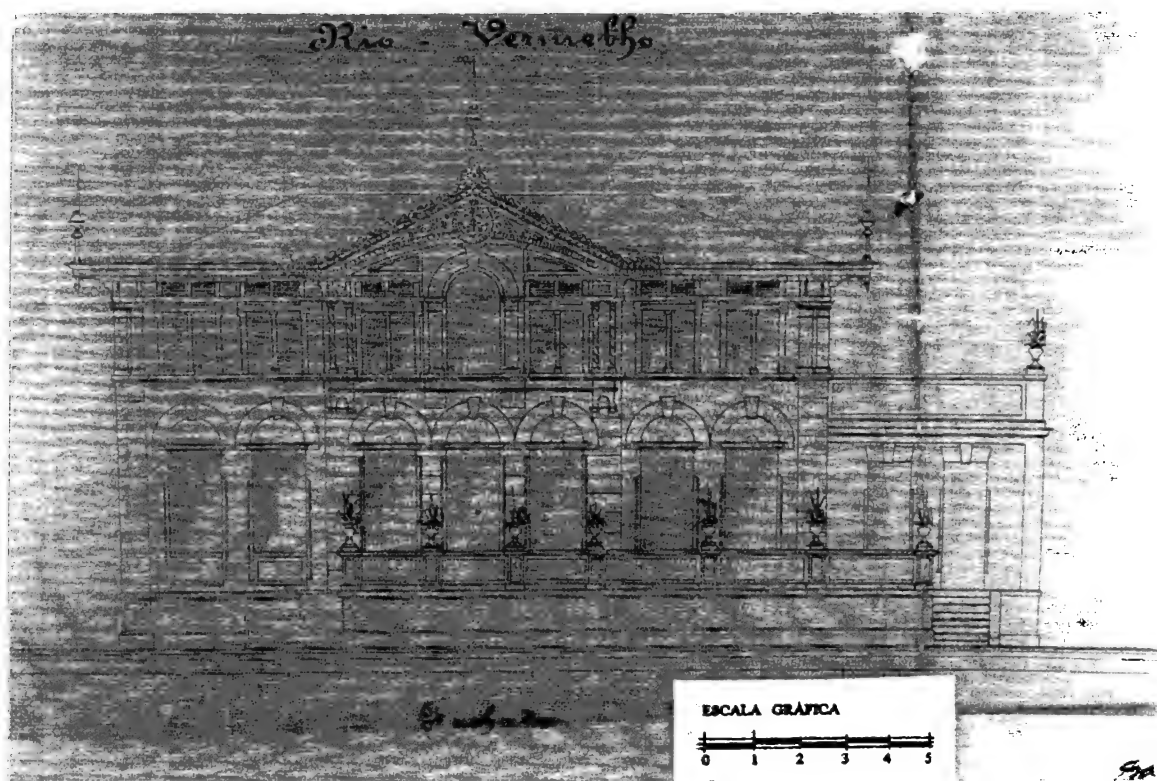



**FOTO 19a-** Projeto de uma casa na Praça Colombo, no Rio vermelho, de autoria de Hans Scheleir, em 1894. Fachada principal.

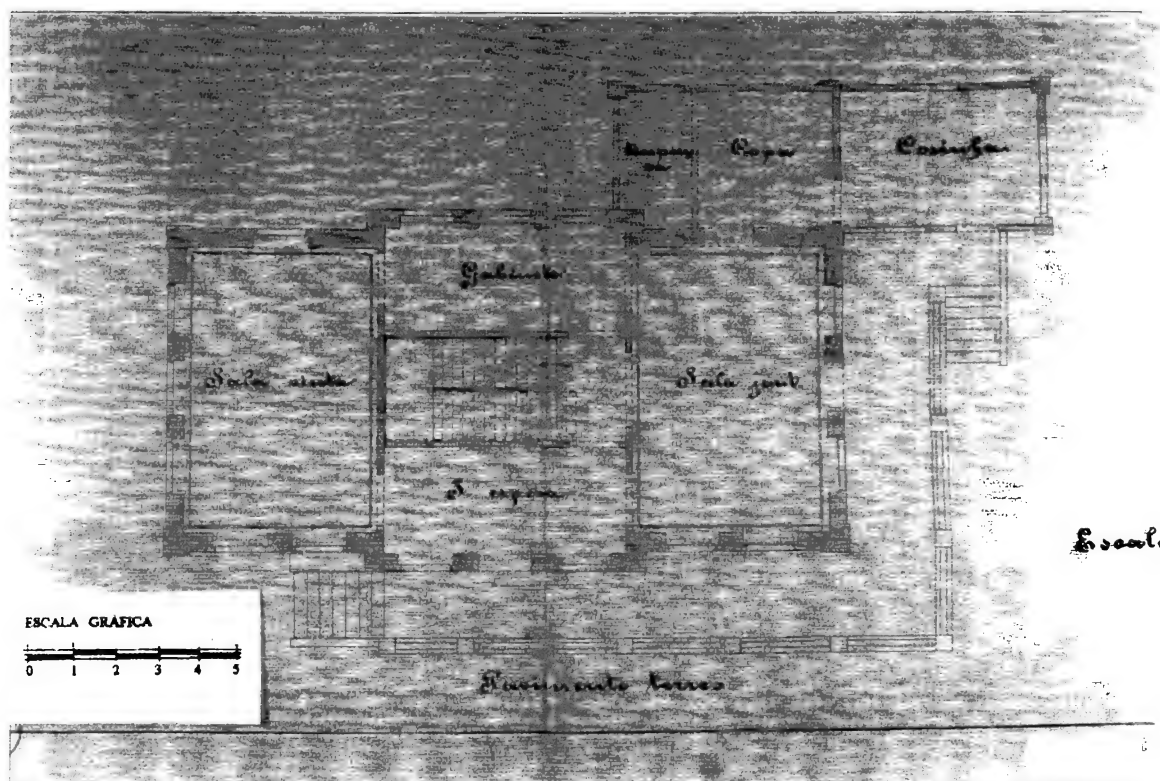



**FOTO 19b-** Planta Baixa, pavimento térreo.

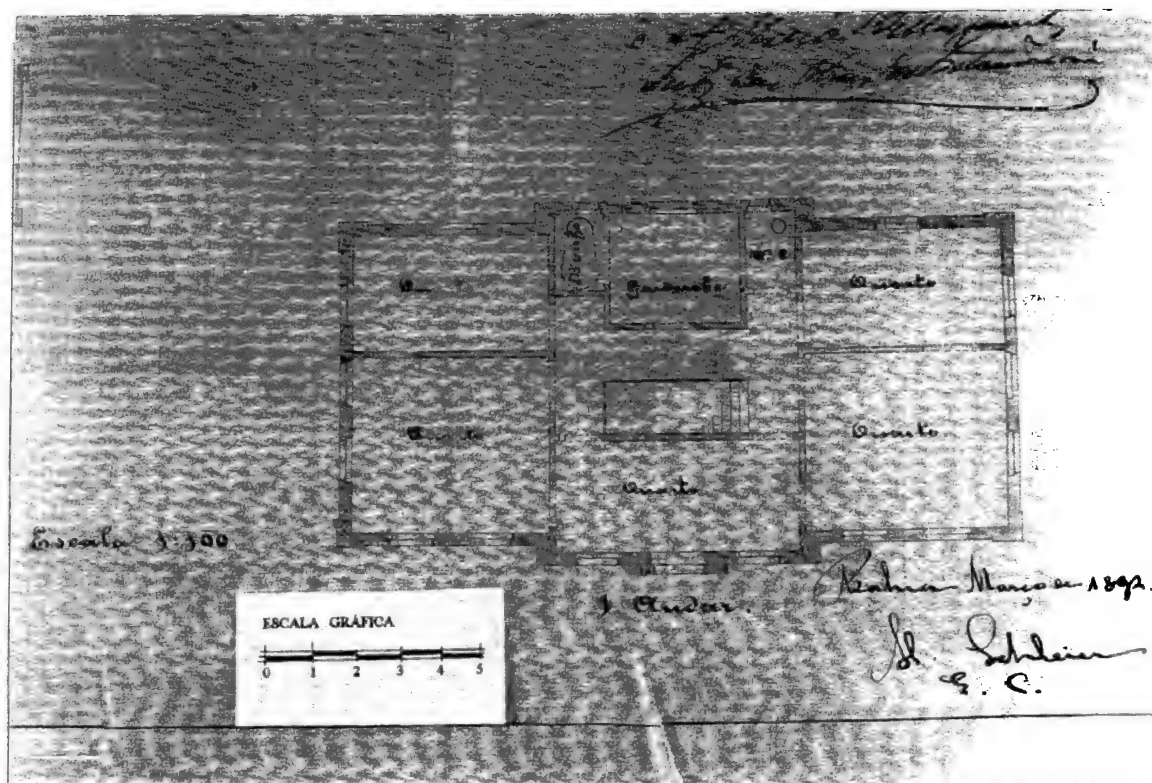



**FOTO 19c-** Planta baixa, .primeiro pavimento.

**FOTO 19d-** Vista do Rio Vermelho, na década de 40 deste século, onde se percebe o edifício projetado pelo arquiteto Hans Scheleir, posteriormente demolido.

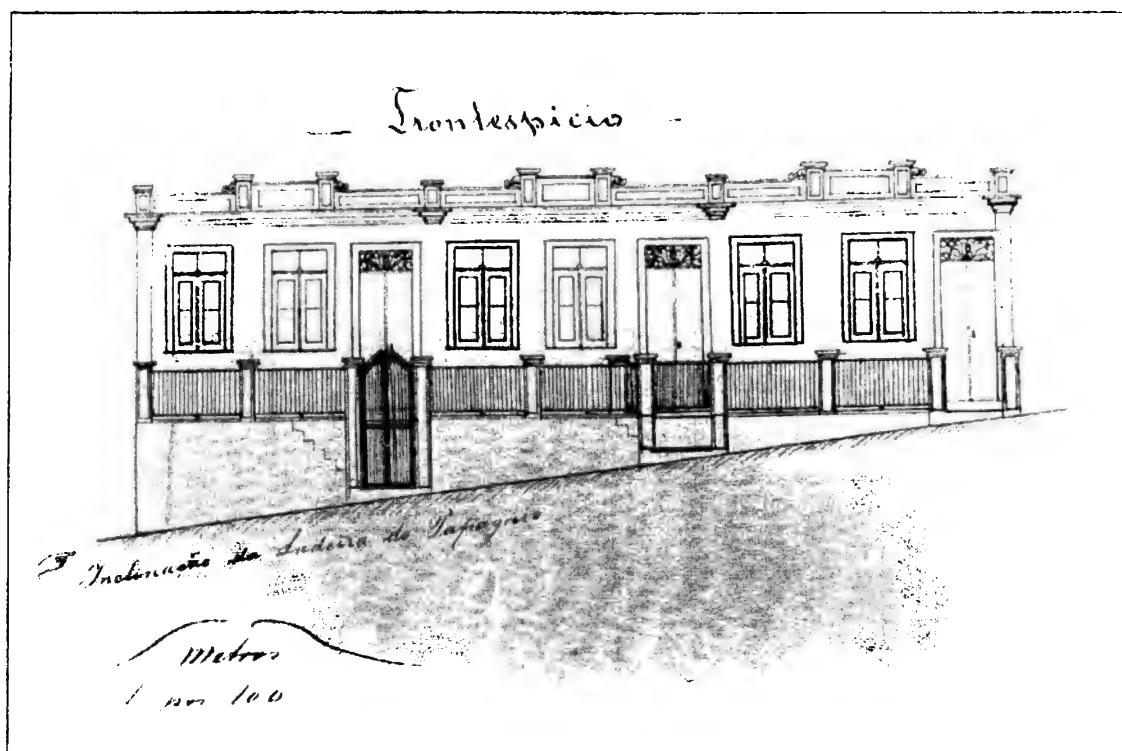



**FOTO 20a** Projeto para a construção de três casas geminadas à Ladeira do Papagaio. Rio Vermelho. de autor desconhecido. em 1893. Fachada Principal.

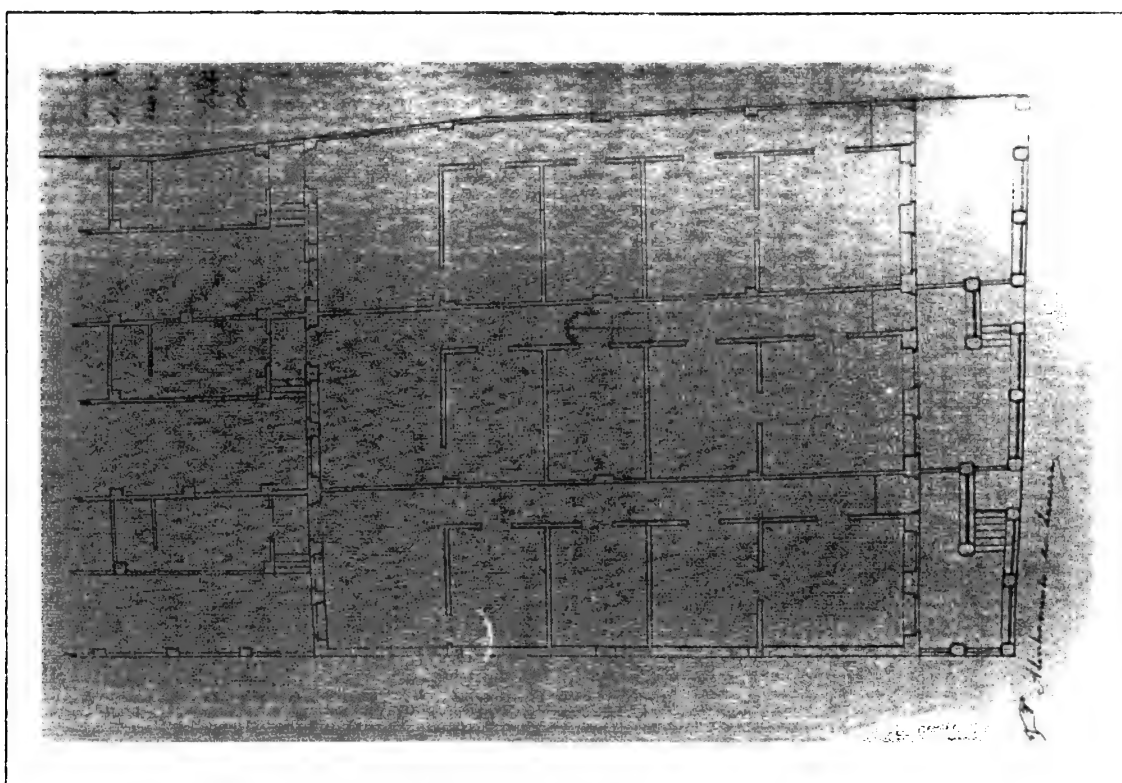
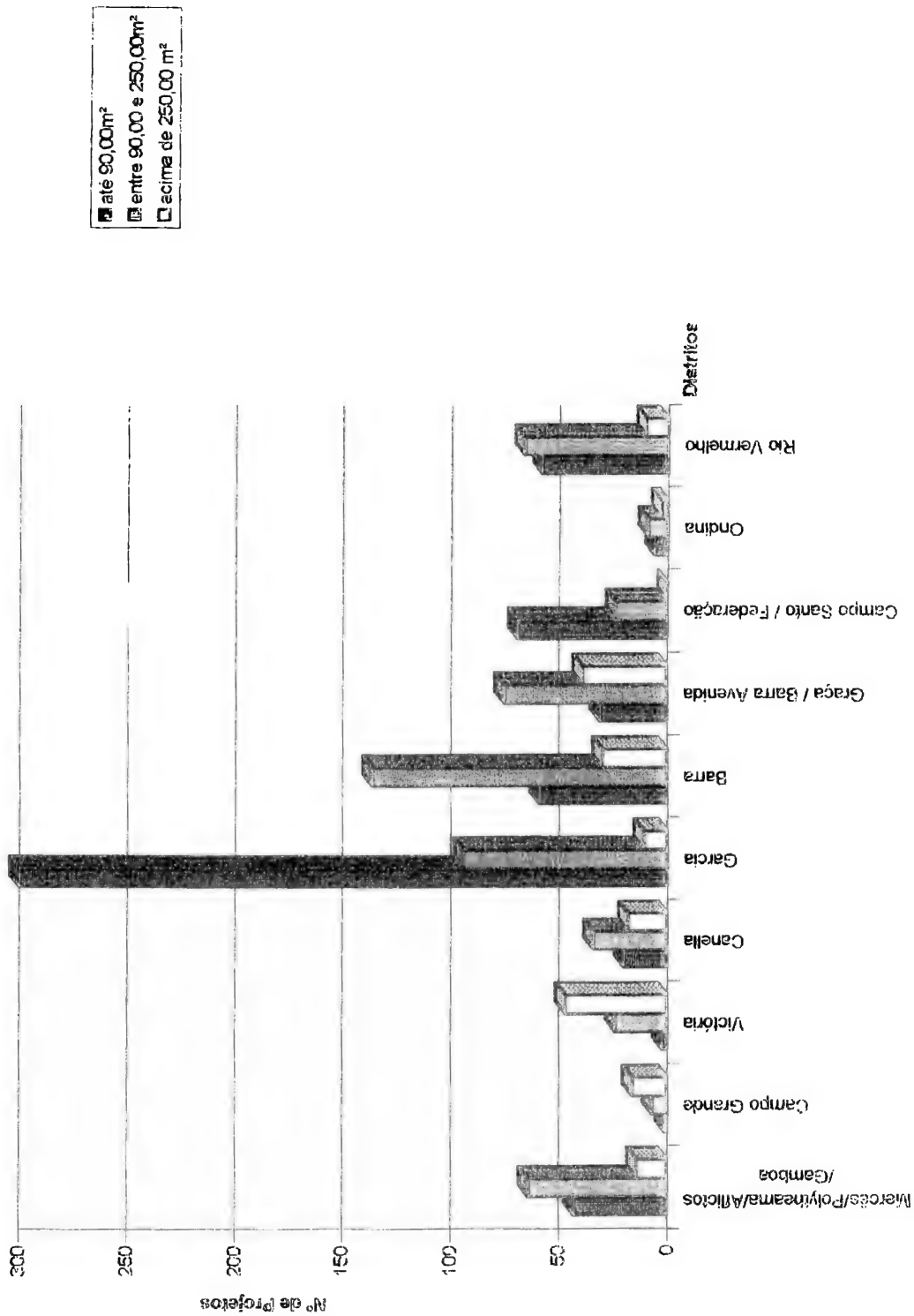



**FOTO 20b-** Planta Baixa

## GRÁFICO 02 – ÁREA DOS IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO NOS SETORES DO DISTRITO DA VICTÓRIA, ENTRE 1890-1930

1863, a colônia inglesa radicada na cidade pratica aí o *cricket*, jogo em voga na Inglaterra naqueles tempos, em local onde, hoje, situa-se a Praça Duque de Caxias. No final do século, são os jogos transferidos para a Fonte do Boi, onde ocorrem as disputas entre ingleses e baianos[8]. A maior atração, contudo, é o teatrinho "Avenida Saudável", fundado em 1890, no Largo de Santana, cujas festas, que tinham lugar na sala de espetáculos e no seu jardim, *"o único do seu gênero no Estado"*[9], são notícia nos jornais da época. Novas formas de sociabilidade, produtos do mundo moderno, procuram aproximar a realidade da cidade a um conceito de civilização e se proliferam nas áreas recém ocupadas pelas classes de maior poder aquisitivo, revelando a expectativa da adoção de um determinado estilo de vida, de hábitos cultos e elegantes, que abrangem desde a moda à cultura dos indivíduos.

Como já dito, o setor do distrito que abrange áreas das Mercês, Polytheama e Aflictos já se apresenta, então, consolidado, sendo pequeno o número de obras licenciadas. Este, possui um parcelamento similar àquele dos distritos do centro da cidade, onde são exíguas as testadas dos lotes, com os imóveis, na sua quase totalidade térreos, desenvolvendo-se no seu comprimento. Alguns desses imóveis possuem uso misto, com pequeno comércio instalado no cômodo ligado diretamente à rua e a habitação nos fundos, concentrando-se estes nas vias principais do setor, a exemplo da Rua Forte de São Pedro (atual Rua Visconde de São Lourenço). Deste período, por exemplo, é a instalação de um salão de bilhar[10], na referida via, de propriedade do Sr. Innocencio M.

[8]BAHIA. FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO, op. cit., p. 117.

[9]Citação transcrita do Jornal de Noticias, de 10/02/1890. Id., ib., p. 93.

[10]Este tipo de jogo parece ter desfrutado grande prestígio na cidade, no final do século passado, visto que, uma sala de bilhar era presença quase que obrigatória nos programas das residências burguesas da Victória.

Vasquez, comerciante da área, que construíra também um depósito para servir seu estabelecimento[11] (FOTO 21).

Nesta primeira década, os setores mais internos do distrito, como Graça e Barra Avenida estão fracamente ocupados. O Campo Grande, o Corredor da Victória e o Canella mantêm praticamente inalteradas as características oitocentistas, muitas delas descritas pelos viajantes estrangeiros, sem que se encontrem novas construções na área em número expressivo.

Ondina é mais um exemplo da conjugação dos interesses do Estado com os de particulares. A Cidade Balneária de Ondinas é criada em terrenos da fazenda "Areia Preta", de propriedade do Sr. Bibiano Ferreira Campos, que apresenta projeto para sua edificação, sendo aprovado pela Lei Municipal nº 142, de 21/05/1895[12]. As unidades desse novo loteamento, num primeiro momento, delineiam o perfil da ocupação da área, realizada por uma camada de maior poder aquisitivo, possuindo área superior a 500,00m², ainda que se encontrem aí alguns pequenos chalets, em lotes de menores proporções. A ausência de infra-estrutura básica e a distância do centro fazem com que seja muito lento o adensamento do setor, cabendo ao antigo proprietário a iniciativa das primeiras construções[13] (FOTOS 22 e 23).

---

[11]Projeto de autoria do Engº J. Barroso, de 1900 (Ficha nº 148/Victória - AHM). A proposta encaminhada para análise apresentava linhas clássicas, e aberturas cujas formas aproximavam-se do vocabulário neo-mourisco. O técnico responsável pela análise condiciona a aprovação do projeto à substituição dos elementos neo-mouriscos por outros neogóticos, sem apresentar nenhuma justificativa para tal, o que pressupõe um certo controle estético da produção da arquitetura.

[12]SALVADOR. LEIS e Resoluções do Conselho Municipal da Capital do Estado da Bahia do Anno de 1895. Salvador: Litho-Typographia Tourinho, 1900. p. 31/2. É patente a relação clientelista entre o requerente e o Estado, visto que, no mesmo dia em que se autoriza a criação do loteamento, uma outra lei, de nº 143, licencia o Sr. Bibiano Ferreira Campos a explorar uma linha de carris que sirva ao balneário.

[13]Ver, do Engº João Pimenta Bastos, projeto para o Sr. Bibiano Fetreira Campos, no "Boulevard Castro Alves", nome provisório do loteamento, em 1896 (Ficha nº 071/Victória - AHM). Até 1901, só mais dois projetos seriam encaminhados para análise da Intendência, por outros requerentes; naquele mesmo ano, o Sr. Bibiano Campos apresenta projeto para a construção de mais uma casa (Ficha nº 164/Victória - AHM).

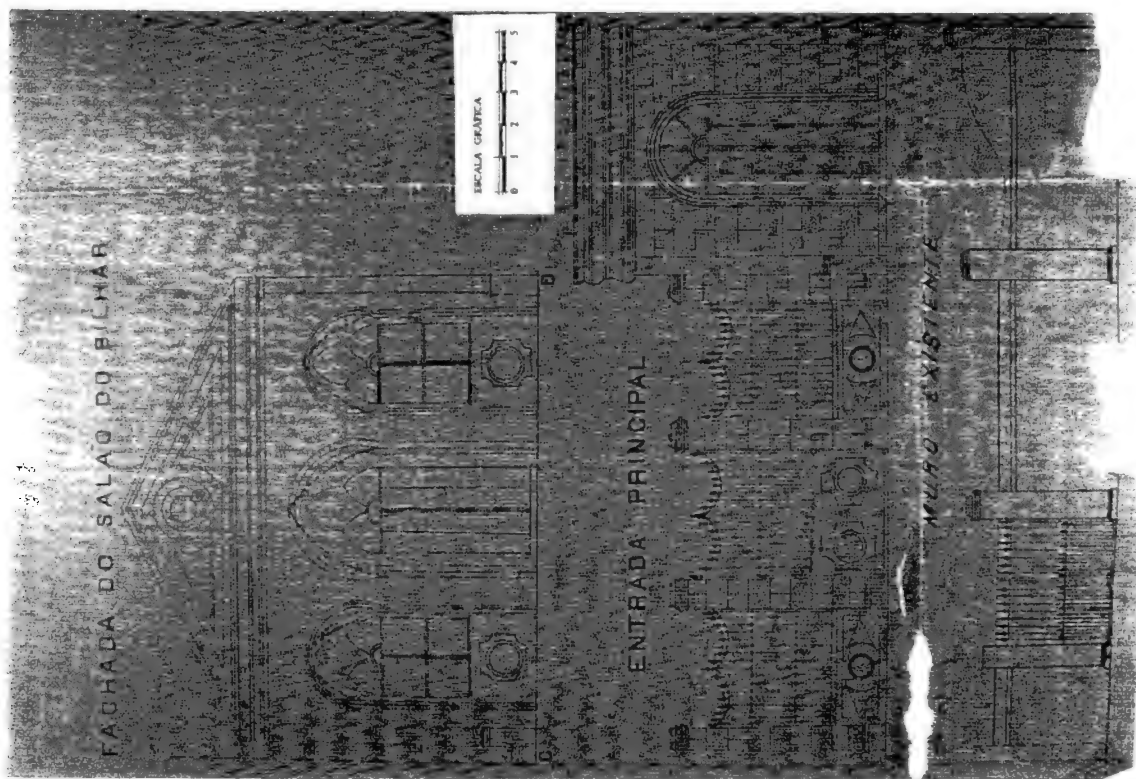



**FOTO 21a-** Projeto para a construção de um salão de bilhar, à Rua do Forte de São Pedro, em 1900, de autoria do Engº J. Barroso. Fachada principal.

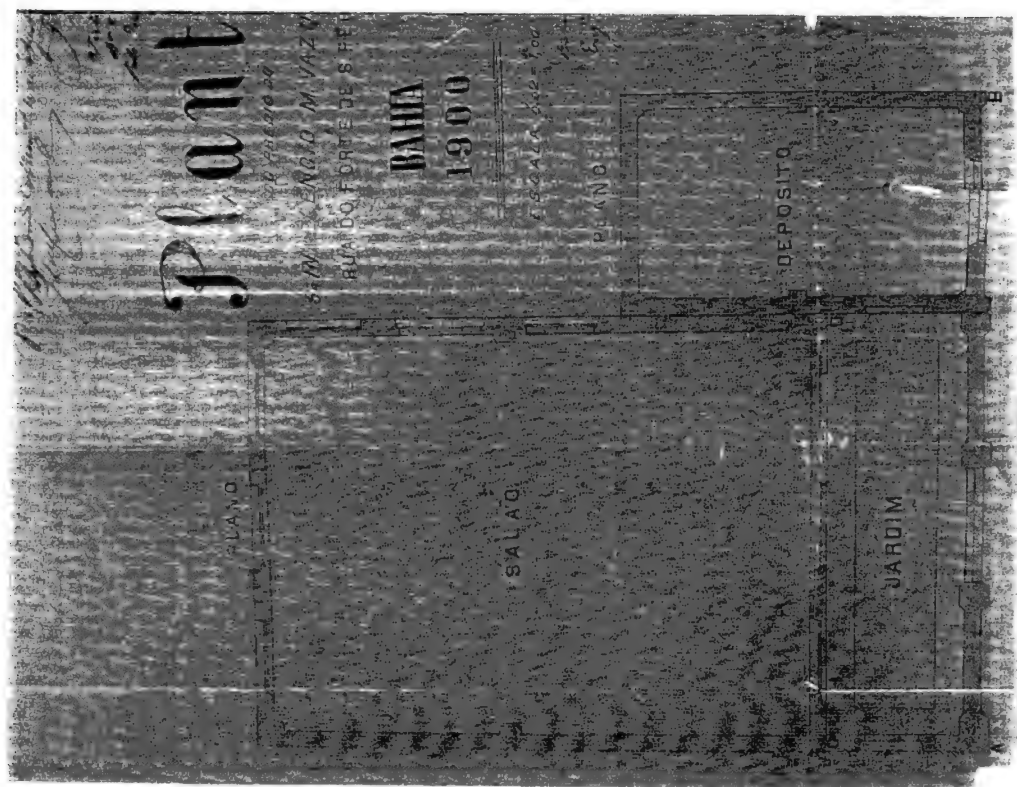



**FOTO 21b** -Planta Baixa

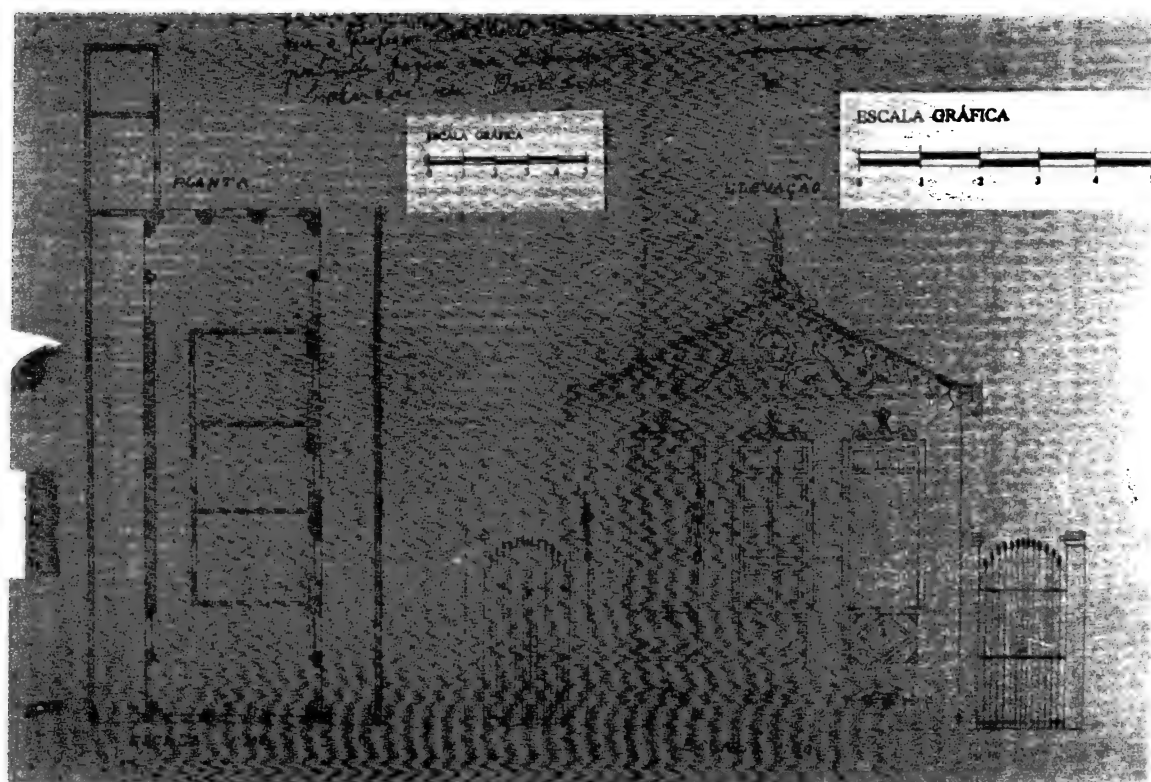



**FOTO 22-** Projeto para a construção de uma casa na Cidade Balneária de Ondina, em 1898, de autor desconhecido. Fachada Principal e Planta Baixa.

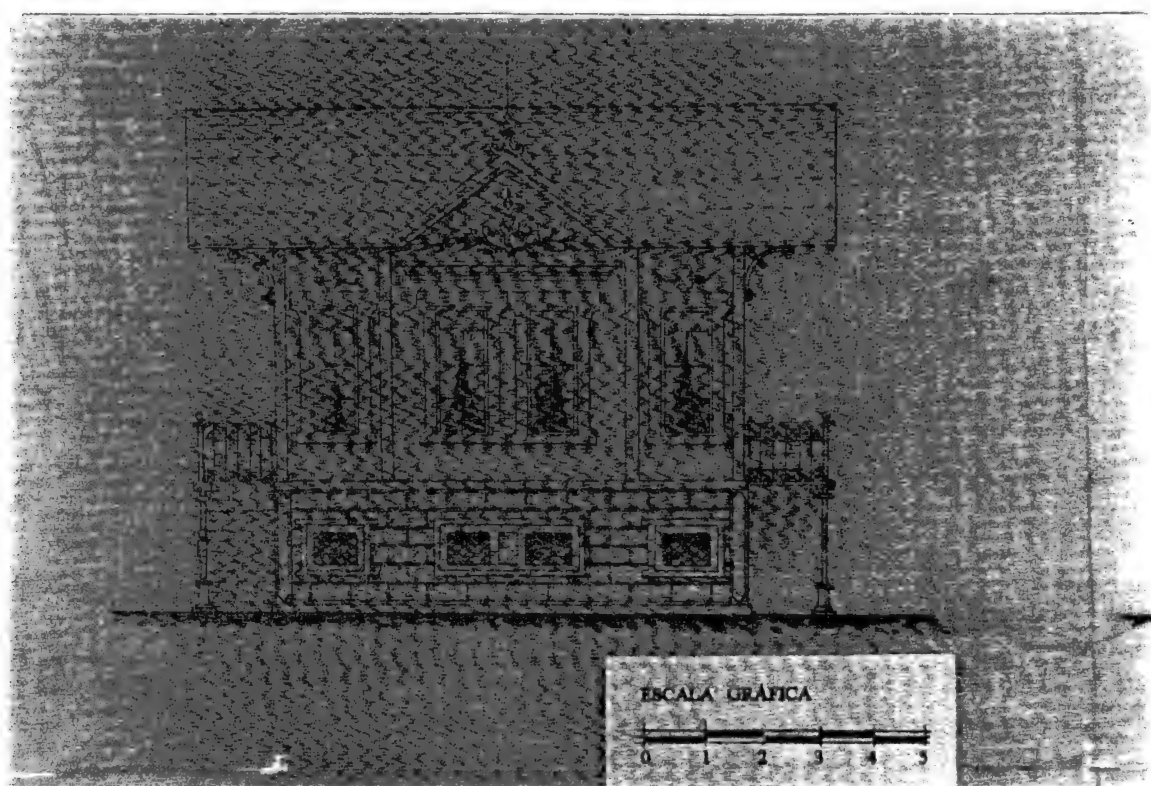



**FOTO 23a** Projeto para a construção de uma casa no Boulevard Castro Alves, em Ondina, em 1896, de autoria do Engº João Pimenta Bastos. Fachada Principal.

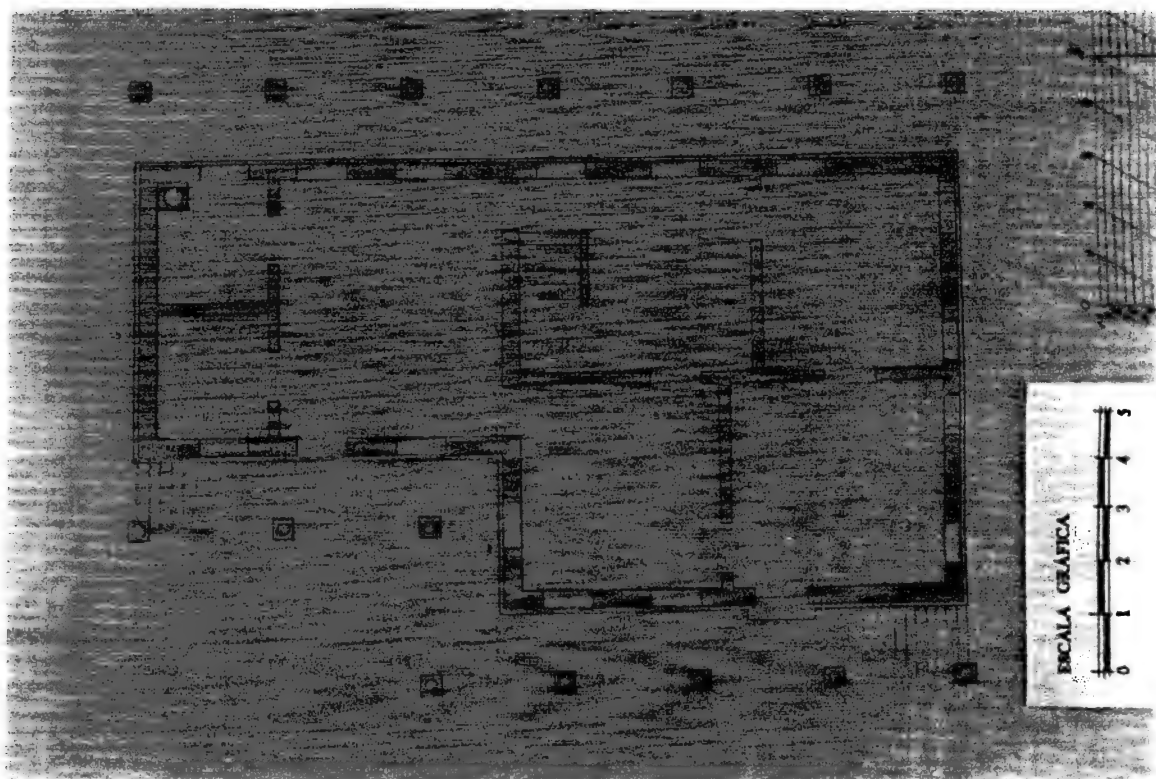



**FOTO 23b** Planta Baixa, porão alto.

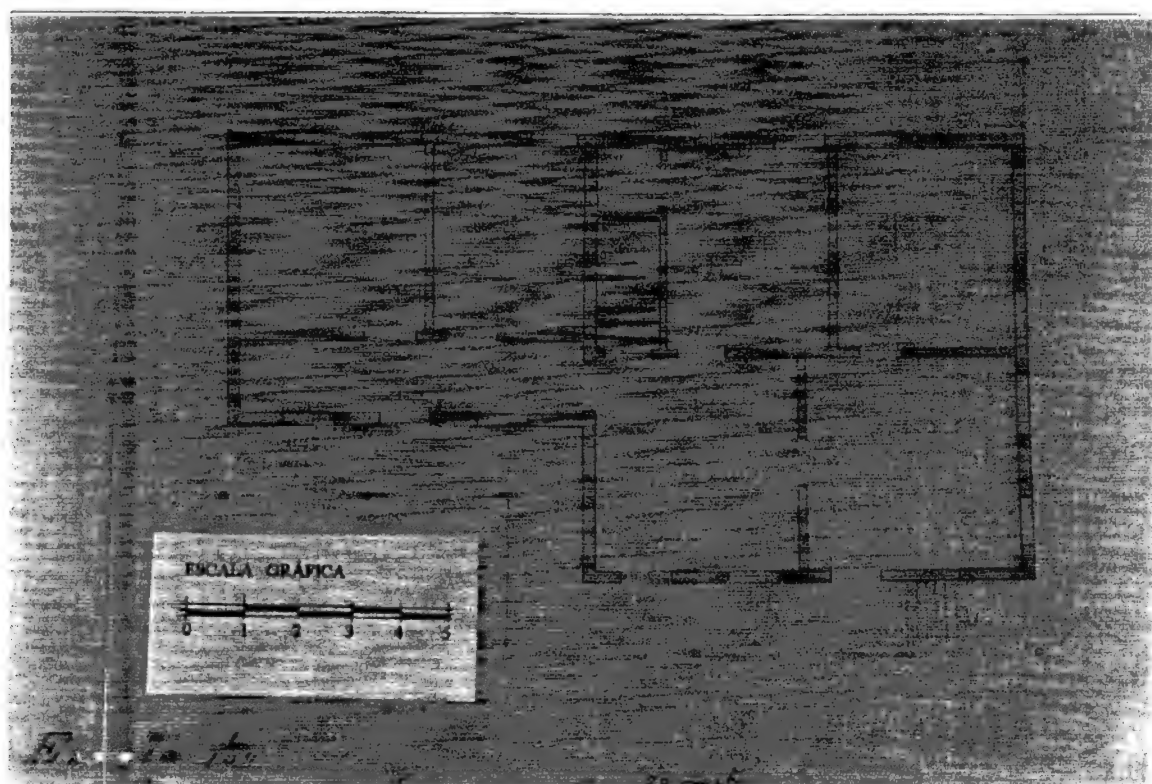



**FOTO 23c** Planta Baixa. pavimento térreo.

A maior preocupação das instâncias governamentais, então, além daquelas de ordem higiênica, dizem respeito à clara definição dos arruamentos das novas áreas ocupadas na freguesia, tantas vezes induzida pela implantação do sistema de transporte urbano. No final do século, novas vias de articulação são projetadas, já considerando as novas formas de circulação na cidade e a interligação dos novos setores em ocupação. O primeiro governo local da República, na pretensão de modernizar a cidade realiza grandes obras no estado. Em Salvador, no distrito da Victória, a comissão distrital surpreende a população ao executar, em 1894, o projeto do Engº Hans Schleier[14], que propõe a abertura de uma via com 16 metros de largura e 1.910 metros de extensão, ligando o Largo da Graça ao Largo da Barra (logo conhecida como Barra-Avenida). Obra custosa, que só é concluída cinco anos mais tarde, elegia a Victória como o palco da modernidade almejada, adotanto parâmetros de urbanização em voga na Europa e na capital do país[15]. Delineia-se assim, no final do século, duas das principais características das intervenções governamentais no primeiro período republicano: a prevalência das questões relativas à salubridade e à fluidez no trato do urbano.

De fato, no final do século passado, o distrito da Victória parece já ter sido eleito para representar os novos tempos progressistas da cidade. Em 1895, é erigido no Campo Grande o monumento ao Dois de Julho, após uma eleição popular onde haviam sido indicados também outros sítios. O forte sentimento nacionalista de então expressa-se na composição do monumento que escolhe o cabloco - representado por um índio - como o

---

[14]Deste técnico, que também assina como *architecto*, encontramos alguns projetos para a edificação de imóveis no distrito, mais especificamente no Rio Vermelho e na Graça, durante os primeiros anos da República. Em 1898, é encontrado lecionando na Escola Polytechnica as cadeiras "Desenho de Cartas e Mechanismo" e "Desenho de Architectura", figurando ainda no rol dos engenheiros residentes na cidade, nesta ocasião. Em 1903, já não mais o encontramos entre os professores da Polytechnica, dele só tendo notícias em 1909, como autônomo. Cf. ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1903. Salvador: Reis & Companhia, 1903. Organizado por Alexandre Borges dos Reis. Ver ainda as edições de 1904, 1905 e 1909.

[15]Cf. RUY, op. cit., p. 632.

símbolo da resistência baiana[16]. O entusiasmo popular é a razão maior do movimento: campanhas e comissões são formadas para o levantamento de fundos que permitam a encomenda, confecção, transporte e montagem do monumento. Concebido pelo escultor e comendador Carlos Nicoli, vice-cônsul brasileiro em Carrara, contrata-se a execução das peças no exterior, através da firma Pitombo, Podestá & Cia pela quantia de trezentos e noventa mil francos.

> *"(...) As estátuas, colunas, etc, foram feitas na fundição de Conversini & C. de Pistoia; as águias, na de G. B. Bastianelli, em Roma; os candelabros, por Giuseppe Michelucci & Figlio, em Pistoia, sendo os desenhos de Emilio A. Podestá; Os mosaicos, por Giuseppe Tomagnini & Fratello, em Pietrasanta; as vascas por Paulo Friscornia, de Ferdinando e os mármores pela sociedade Cooperativa entre marmoristas em Carrara"*[17].

A crescente urbanização da cidade exige a estruturação da administração municipal. Ao longo da primeira década da República, verifica-se que, gradualmente, a Directoria de Obras do Município passa a possuir uma maior estrutura técnico-administrativa[18],

---

[16]Esta postura já fora identificada na temática da estatuária das fontes distribuídas na cidade, a partir de 1857, quando a Companhia do Queimado inaugura seus serviços de abastecimento de água, que exploravam as personagens de destaque do Dois de Julho.

[17]Cf. BITTENCOURT, Alexandre Freire Maia. *Memória elaborada para a inauguração do monumento e distribuida no dia 2 de Julho de 1895.* In: SALVADOR, FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. **O caboclo do Campo Grande**. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1995. p. 17.

[18]O que pode ser percebido no encaminhamento dos processos que davam entrada neste setor da Intendência, que, ao longo dos primeiros anos republicanos, indicam a construção de uma hierarquia administrativa. Desta hierarquia, participavam desenhistas, engenheiros civis e agrimensores, subordinados a um diretor da repartição, a quem cabia o parecer final na análise de um processo, exceto em questões mais complexas, quando as decisões eram remetidas ao Intendente. Com o passar do tempo e uma maior estruturação do serviço público, são criadas novas secções dentro da Directoria de Obras, onde cada técnico passa a ter uma função específica, como por exemplo: tendo a *Directoria* recebido uma solicitação para construção de um imóvel, o processo era encaminhado a um técnico que realizava uma primeira vistoria, informando a localização exata do mesmo (é comum, inclusive, solicitar a presença do *supplicante* à repartição para prestar esclarecimentos quanto ao local, nas novas áreas ocupadas); depois, era enviado à análise do projeto propriamente dito, momento em que se solicitavam modificações e se fornecia o alinhamento do edifício, sendo realizada por um engenheiro; em seguida, analisava-se especificamente as questões relacionadas à salubridade, o que era feito por um engenheiro sanitário; por fim, era encaminhado o processo ao director para o parecer final.

desenvolvendo projetos de alinhamentos, particularizados para diferentes áreas do distrito - Garcia, Paciência, Federação[19] etc - com base nos quais são emitidos os pareceres relativos ao alinhamento dos imóveis e, em conseqüência, à conformação das ruas. Pelo o que se pôde apreender na pesquisa arquivística, as *plantas de alinhamento* referem-se a áreas recém loteadas, e têm por fim organizar a ocupação destes trechos do distrito, permitindo com maior facilidade a implantação da infra-estrutura, principalmente, do transporte urbano. Vale salientar que os alinhamentos, estabelecidos por técnicos da Intendência, são fornecidos para os edifícios em construção, cuja fachada estivesse voltada para logradouros públicos, sendo desconsiderado quando o imóvel situa-se *"no interior de uma roça"* (muito comum no Garcia) ou quando se trata de uma avenida.

Este fato, por outro lado, revela um aspecto que já fora identificado nas freguesias centrais, desde meados dos Oitocentos: a hierarquia do lote, observada no plano horizontal, onde a relação de proximidade do edifício com a rua estabelece uma valorização que reflete a estratificação social. Este aspecto da ocupação do distrito será notado com maior evidência nos setores mais internos, destinados às classes de menor poder aquisitivo, como o Garcia e Campo Santo/ Federação. Assim, voltada para "a rua da frente" está a habitação cuja tipologia revela estar destinada a uma camada de relativas posses - ocupada pelo proprietário ou alugada a alguma família deste nível social; situam-

---

Além destas atividades, este setor da Intendência desenvolvia *projetos de alinhamento* para os diversos trechos da cidade, conforme a necessidade do momento. O planejamento pontual dessas áreas parece vincular-se a um projeto mais totalitário da cidade, que, contudo, não chega a ser explicitado ao longo da Primeira República.
Um estudo sobre a formação dos setores da municipalidade responsáveis pelas obras públicas, em Salvador, que foram se estruturando ao longo do século XIX, inclusive com a presença de técnicos estrangeiros, ainda está por ser feito, e muito contribuiria para a compreensão das transformações urbanas ocorridas nos Oitocentos.

[19] Às *plantas de alinhamento* desses locais são feitas explícitas menções nos despachos dos técnicos que analisavam os projetos destas áreas. Infelizmente, não foi possível localizar no Arquivo Histórico Municipal nenhum destes documentos, o que seria de grande valia para a compreensão da expansão da malha viária do distrito da Victória.

se, nos fundos, as avenidas - formadas por pequenas edificações de reduzido programa arquitetônico -, e ainda, os cômodos - edículas com um único vão -, reservados aos segmentos de baixa renda. Nos setores ocupados pelas classes mais abastadas, esta hierarquização do lote, com a valorização da "vista da rua", estará refletida na arquitetura das habitações - implantação e tratamento dos diversos cômodos -, como se verá mais adiante. A hierarquização espacial assume assim diferentes escalas, da cidade ao distrito, do lote à unidade arquitetônica, explicitando a segregação social no território, uma das características do período.

À exceção dos grandes proprietários de terras do distrito da Victória (a exemplo de Henrique Praguer e Bibiano Ferreira Campos), que, neste período, desmembram suas glebas em lotes, com fins especulativos, o patrimônio imobiliário edificado ainda não se constitui num investimento rentável para o setor privado, ainda que aponte indícios de mudança, servindo no mais das vezes, para usufruto próprio dos requerentes.

Já se pode identificar, contudo, um interesse da classe mais abastada pela construção e comercialização de habitações populares como fonte de renda. É o caso, por exemplo, do Comendador Manoel de Souza Campos, que solicita em 1895, a ampliação de uma avenida de sua propriedade, na Barra, com a construção de mais 07 casas e 06 cômodos[20] (FOTO 24), ou do Comendador João Rodrigues Germano, que constrói em 1900, casas de aluguel, no Rio Vermelho[21]. Destaca-se ainda, no período, o número de casas construídas pelo Sr. Adolpho Pereira da Motta que, ao solicitar à Intendência licença para

---

[20]Projeto de ampliação de uma avenida, sita à Rua Barão de Sergy/ Rua do Carro, sem autor, de 1895. Ficha nº 062/Victória - AHM.

[21]Projeto para a construção de duas casas de aluguel, sitas à Pedra da Marca- Rio Vermelho, em 1900. Não consta o autor. Ficha nº 129/Victória - AHM.

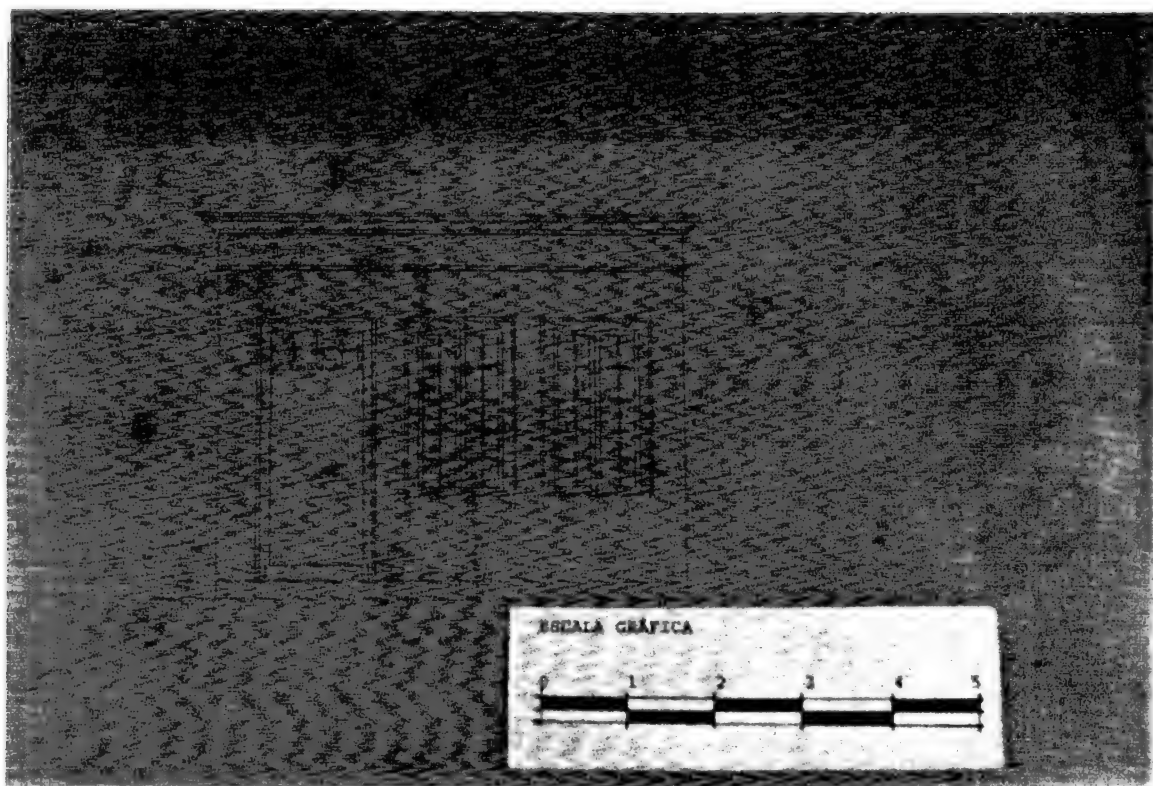



**FOTO 24a** Projeto para a ampliação de uma avenida, à Rua Barão de Sergy/ Rua do Carro, em 1895, de autor desconhecido. Fachada Principal.

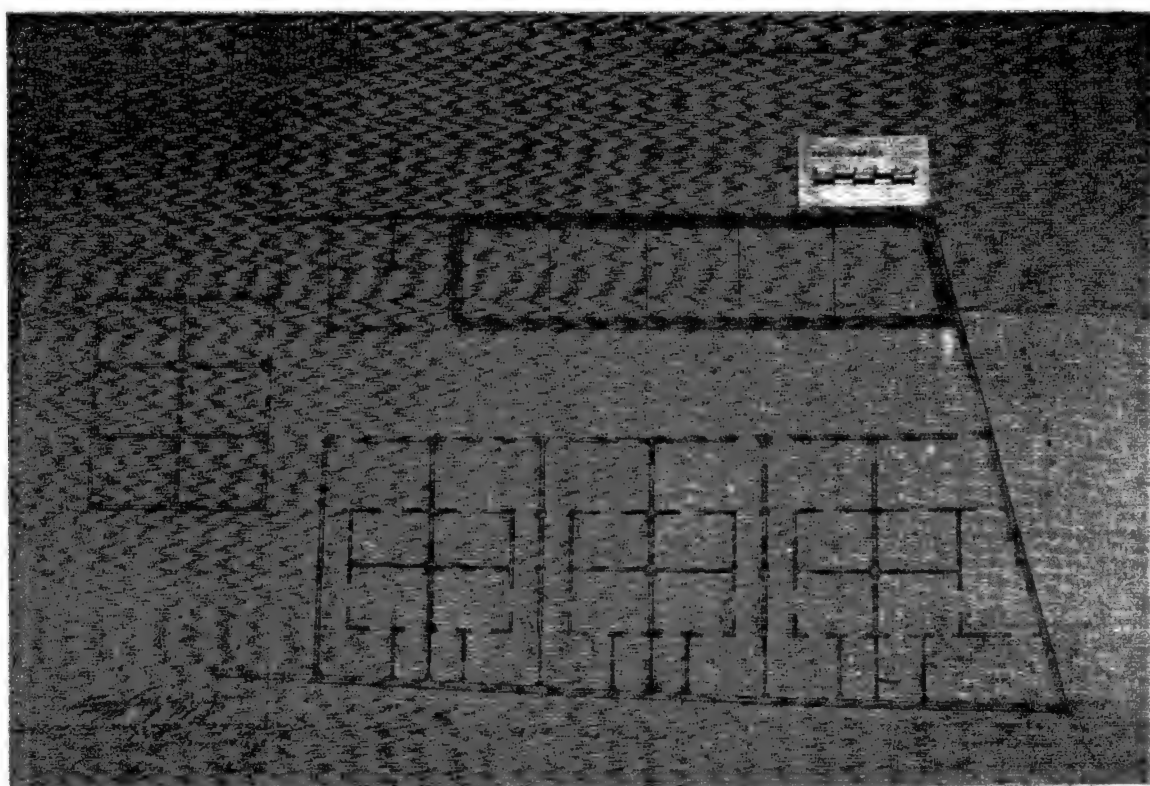



**FOTO 24b** Planta Baixa

reedificar (reformar) um edifício à Ladeira do Bom-Gosto, no Canella[22], em 1894, diz-se proprietário de vários imóveis no mesmo logradouro; e ainda, em 1896, requer autorização para edificar, no mesmo endereço da solicitação anterior, uma avenida com 10 unidades[23].

### 3.2. A hierarquização do espaço urbano

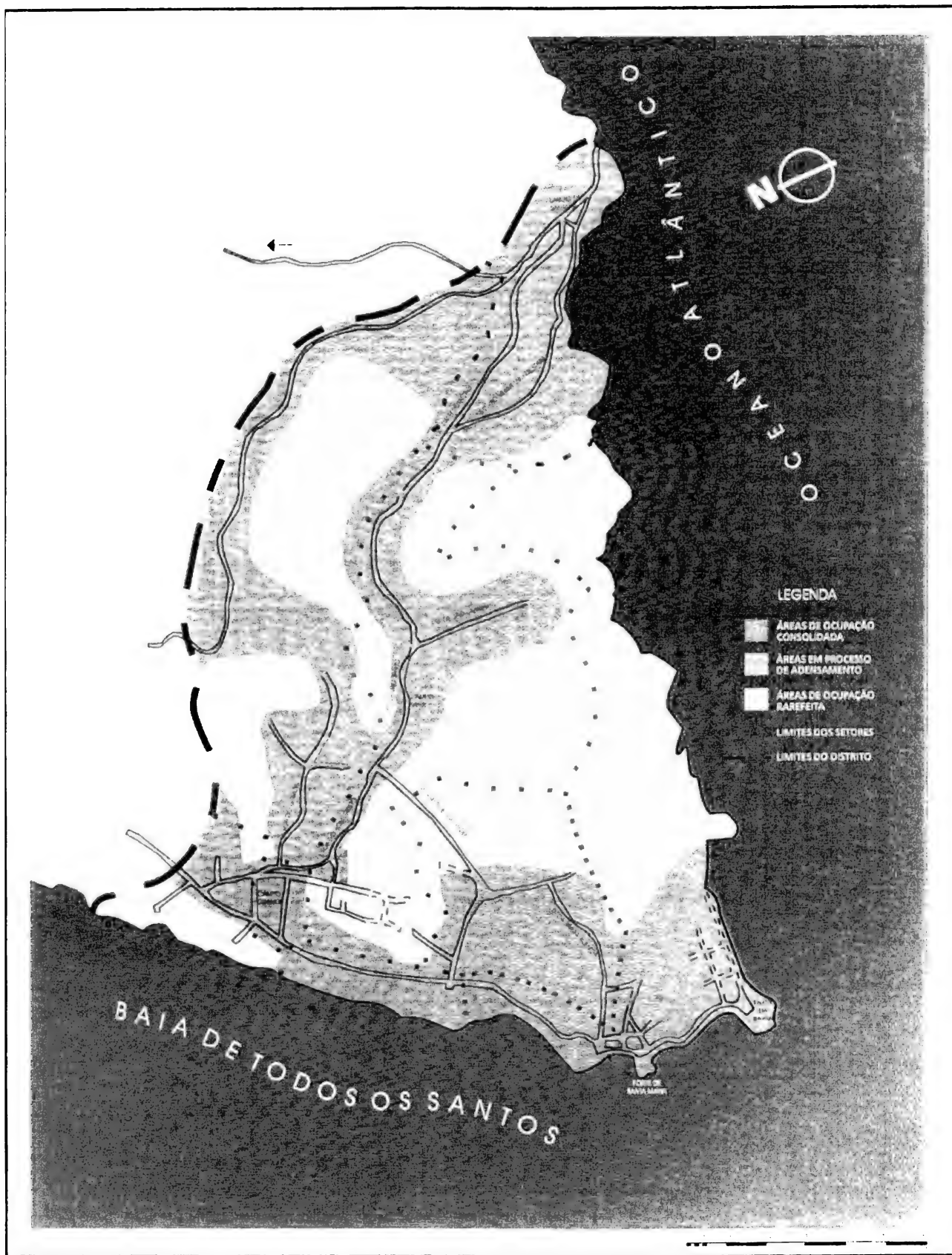
A primeira década do século XX mantém praticamente as mesmas tendências delineadas no período anterior (Cf. PRANCHA 04). A crescente urbanização de determinados setores do distrito exige do Estado ações no sentido de disciplinar esta ocupação. Em 1905, o Projeto de Resolução nº 06, de 06 de fevereiro, autoriza a confecção das plantas das seguintes zonas urbanas: Federação, Garcia, Quintas da Barra e Ondina que constariam

> *"(...) do actual traçado, bem como de todas as modificações no alinhamento que forem julgadas necessarias pela Directoria de Obras, no intuito de, fazendo desapparecer as curvas e sinuosidades, se preparar para as futuras avenidas de que tanto carece esta cidade como garantia de seo saneamento e embellezamento"*[24].

Além das preocupações relativas à fluidez do espaço urbano, onde, implicitamente, também se pode ler um discurso higienista e um projeto estético, a proposta discutida no

[22]Projeto para a reedificação de imóvel sito à Ladeira do Bom-Gosto, sem autor, de 1894. Ficha nº 030/Victória - AHM.

[23]Projeto para a construção de uma avenida à Ladeira do Bom-Gosto, sem autor, de 1896. Ficha nº 082/Victória - AHM.

[24]SALVADOR. CONSELHO MUNICIPAL. Registro de Actas. 15 jul. 1904 a 06 fev. 1905. p. 195/6. Manuscrito.

FONTE - Mapa Topográfico da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios executado por Carlos Augusto Weyll, em 1850 (CEAB)
- Planta da Cidade do Salvador, elaborada pelo Engº Teodoro Sampaio, em 1905 (CEAB)
- Atualização do mapa da Cidade do Salvador, elaborado em 1931 (CEAB)
- Processos formados pelas solicitações de licenciamento de obras no distrito da Victoria, entre 1890-1930 (AHM)

A VICTÓRIA NA RENASCENÇA BAHIANA

A OCUPAÇÃO DO DISTRITO E SUA ARQUITETURA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

**OCUPAÇÃO DO DISTRITO DA VICTÓRIA ENTRE 1900 - 1910**

PRANCHA

**04**

AUTORA: ARQ. MARIA DO CARMO BALTAR ESNATY DE ALMEIDA

Conselho Municipal atenta também para a questão da habitação, principalmente aquela das classes menos favorecidas. Determina a Resolução que

> *"(...) a Intendencia mandara levantar em planta os diversos typos de construcção, inclusive o das classes pobre e operaria,* ***destinados ás differentes zonas***[25]*, typos que não poderão ser modificados em sua essencia salvo quando a construcção obedecer a um estylo especial, perfeitamente conhecido"*[26].

Apesar dos claros indícios já oferecidos pelas inúmeras intervenções do poder público no espaço urbano, que trata a cidade dentro dos 'modernos' parâmetros de fluidez, beleza e salubridade, uma outra característica deste 'projeto civilizador' parece se explicitar neste período: a segregação das diferentes classes sociais no território da cidade. Em todo este processo, a arquitetura assume um papel de relevância, conformando didaticamente a vida da população em *typos* de edifícios específicos para uma camada social, ou ainda, enquanto símbolo, discriminando através dos seus valores figurativos os bairros, as casas e seus habitantes.

Nos primeiros anos dos Novecentos, o adensamento do distrito permanece semelhante àquele do período anterior. Intensifica-se a ocupação do Garcia que, nessa época, apresenta 52% do total de construções, que se distribuem ao longo das duas vias de articulação do setor, a Estrada Dois de Julho e a Avenida Dr. Leovigildo Filgueiras, e ainda, em novas ruas que ligadas a essas vão surgindo (Cf. TABELA 01). A ocupação incipiente do setor, ainda sem a clara definição de todo o arruamento, cria dificuldades para o técnico da Intendência responsável pela análise do projetos arquitetônicos, visto que os requerimentos, de uma maneira geral, solicitam apenas *"o fornecimento de alinhamento para a construção de uma casa à Fazenda Garcia"*, o que muitas vezes

---

[25]Grifo nosso.

[26]SALVADOR. CONSELHO MUNICIPAL. Registro de Actas, op. cit.

obriga o requerente a retornar àquela repartição para maiores esclarecimentos quanto ao local do futuro edifício[27]. As referências locais passam então a nomear os logradouros: surgem o 1° e o 2° arco do Garcia, a Rua do Trilho e a Estrada das Máquinas, relacionadas ao percurso do bonde; o Largo da Capella e a Rua Nova, recém aberta, por exemplo. Deste período, é a Resolução nº 102, de 16/12/1903, que autoriza a execução de uma rua que ligue o Alto do Garcia com o lugar denominado Moinho (próximo ao Dique), à Estrada Dois de Julho.

A Barra também apresenta neste período um maior adensamento, principalmente em virtude de uma ocupação mais significativa do loteamento "Quintas da Barra", onde a grande maioria das construções se localizam, particularmente na Rua do Bosque da Barra (atual Marquês de Caravelas). Ocupados por uma pequena burguesia, esses imóveis possuem área construída de, aproximadamente, 100,00m², implantados em lotes com pequenos jardins laterais[28]. Os mais ricos preferem instalar-se no Largo do Porto da Barra e suas imediações, como a Rua Barão de Sergy, em edifícios com mais de um pavimento, situados no alinhamento da rua[29].

---

[27]Este fato foi comum principalmente nos primeiros anos desta década. Ver, por exemplo, os projetos apresentados para a construção de casas à Fazenda Garcia, em 1900, pelo Sr. Julião Souza, de autoria do Engº Santos Tuvo (Ficha nº 136/Victória - AHM), ou pelo Sr. Anacleto Pinho, de autoria do Engº Manuel Muniz (Ficha nº 152/Victória - AHM).

[28]Como exemplo: projeto apresentado, em 1905, para a construção de um chalet de propriedade do Sr.Francisco de Oliveira, de autoria do Engº Victório Meirelles, à Rua do Bosque (Ficha nº 281/Victória - AHM); ou ainda, um outro chalet, de autoria do Engº J. Barroso, em 1907, na mesma rua, para o Sr. Manoel Pereira da Silva (Ficha nº 315/Victória -AHM).

[29]Ver projeto de ampliação de um pavimento da residência do Sr. Arthur Gordilho Moreira, à Rua Barão de Sergy, em 1902, de autoria do Engº Felippe Silva (Ficha nº216/Victória - AHM); e também, o projeto do Engº Custódio Bandeira para a construção de imóvel à mesma rua, nº 05, para Sr. Manoel de Souza Campos Filho, em 1910 (Ficha nº 367/Victória - AHM). Curiosamente, no último projeto, o requerente solicita autorização para utilizar a mesma planta do imóvel nº 05 para reconstruir os imóveis de nº 01 e 03, no mesmo logradouro, o que é concedido.

No Rio Vermelho, por sua vez, observa-se um maior crescimento daquelas áreas que se ligam à Federação e ao caminho do Campo Santo, ocupação esta induzida pelo bonde. Nestas áreas, também a intervenção do poder público expande a malha viária, com a abertura de uma rua que liga a Rua do Fogo, Paciência, São Lázaro (Federação), Campo Grande, bifurcando-se até o Moinho (no Garcia), autorizada pela Lei Municipal nº 663, de 29/12/1903[30].

A Graça apresenta ainda grandes áreas desocupadas, onde passam a ser construídas pequenas casas com jardim pela classe média[31]; essa ocupação expande-se pela Baixa da Graça, a Barra Avenida, que, neste momento, apresenta a mesma tipologia residencial. Contudo, a ocupação desta área por uma classe de maior poder aquisitivo- em lotes e residências de maiores dimensões, que se dará efetivamente na década de 20-, já pode ser observada, como no projeto apresentado pelo Comendador Manoel de Souza Campos, em 1900, para a construção de 04 casas para aluguel, onde cada unidade conta com cerca de 300,00m², em lotes com jardins frontal e lateral[32] (FOTO 25). Em trechos mais periféricos do setor, nas proximidades da Baixa do Canella ou do Campo Santo, são edificadas pequenas avenidas nos interiores dos terrenos[33].

---

[30]SALVADOR Leis e Resoluções do Conselho Municipal da Capital do Estado da Bahia durante o anno de 1903. Salvador: Imprensa Popular, 1906. p. 75/6.

[31]Ver projeto do Engº Joaquim de Oliveira, em 1902, para construção de uma casa para o Sr. Agostinho de Jesus Maria, à Rua da Graça (Ficha nº 207/Victória - AHM), ou projeto do Engº J. Barroso para o Sr. José de Sá, em 1909, de uma casa sita à Baixa da Graça (atual Rua Princesa Isabel) (Ficha nº 352/Victória - AHM).

[32]Projeto para a construção de 04 casas sitas à Rua Barão de Sergy/ Rua da Graça (atual Rua Princesa Isabel), desenhado por E. Coutinho. Ficha nº 137/Victória - AHM.

[33]Como exemplo, a avenida edificada pelo Sr. Augusto César d'Uzel, que solicitara em 1901 a ampliação daquela que fora iniciada em 1899, com 03 unidades, no interior do lote onde possuía sua residência. Na ocasião, construiu mais 06 casas.(Projeto para ampliação de uma avenida, sita à Estrada da Graça/Baixa do Canella, sem autor, de 1901. Ficha nº 180/Victória -AHM).

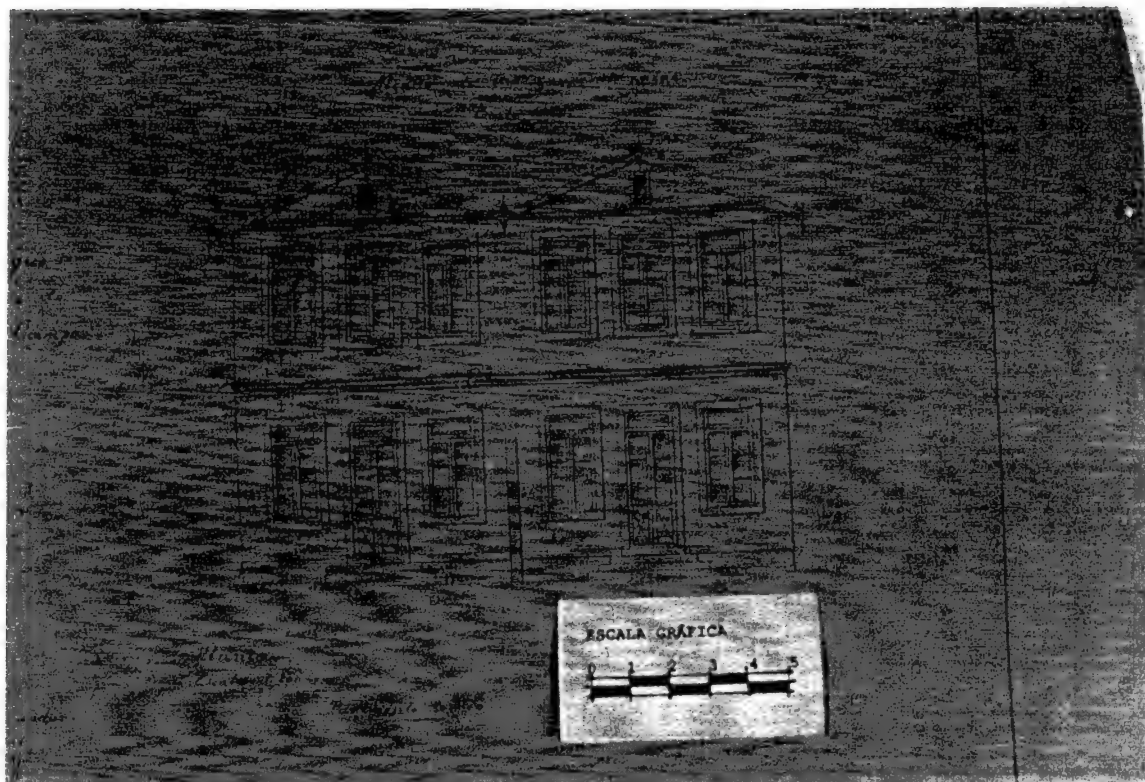



**FOTO 25a** Projeto para a construção de 04 casas, geminadas duas a duas, Rua Barão de Sergy/ Rua da Graça (atual Princesa Isabel), em 1900, desenhada por E. Coutinho. Fachada Principal.

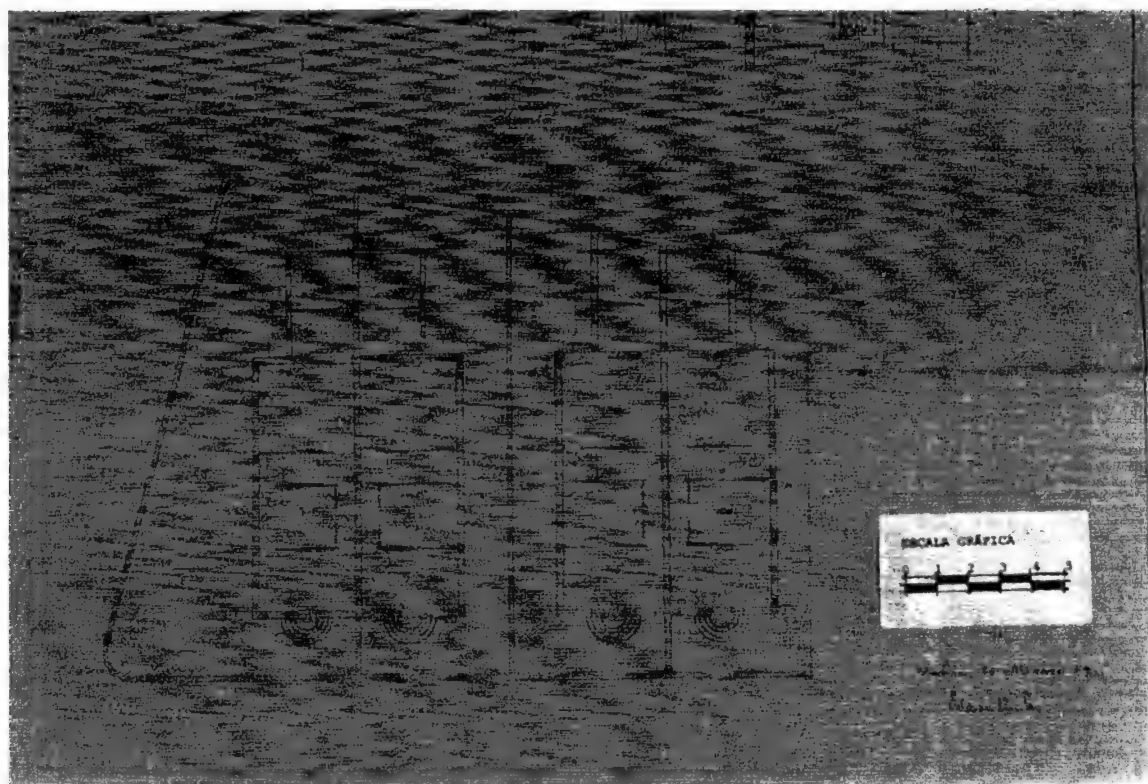



**FOTO 25b-** Planta Baixa

Neste setor, a precariedade da infra-estrutra básica talvez explique o seu pouco adensamento. Durante a primeira década do século XX, o arruamento desta área ainda está sendo definindo e, em consequência, as suas articulações com os setores vizinhos. Em 1901, a Lei nº 519, de 26/07[34], autoriza o calçamento da Ladeira do Campo Santo, nas imediações da Graça; em 1903, a Lei nº 609, de 08/04[35], manda nivelar e colocar iluminação na nova rua da povoação da Barra, aberta pelo cidadão Antunes e que recebe seu nome[36]; em 1904 a Lei nº 685, de 26/03[37], autoriza a construção de uma estrada que, partindo da Rua Rio de São Pedro, encontre a Estrada do Calabar, em direção ao Camarão[38]

Priorizando, neste momento, a clara definição do arruamento do distrito, a Directoria de Obras Municipaes chega, inclusive, a conter a ocupação de determinados trechos onde o alinhamento ainda não está determinado, às vezes, em função da execução de outros melhoramentos. É o que acontece quando da solicitação realizada pelo Coronel Augusto Navarro à Intendência para edificar um chalet na Paciência - Rio Vermelho, em 1902, por ocasião da construção do cais. O parecer do técnico da Directoria afirma que o requerente deve

> *"resignar-se a construir a propriedade a que se refere na occasião em que for determinada a altura do referido respaldo [do cais] (...)"*[39].

---

[34]SALVADOR. Leis e Resoluções do Conselho Municipal da Capital do Estado da Bahia do anno de 1901. Salvador: Litho-Typographia Tourinho. 1902. p. 92.

[35]SALVADOR. Leis e ... , 1903, op. cit., p. 06/7.

[36]Até hoje, o logradouro é denominado Alameda Antunes, na Barra Avenida.

[37]SALVADOR. Leis e Resoluções do Conselho Municipal da Capital do Estado da Bahia do anno de 1904. Salvador: Empreza A Bahia, s.d., s.p.

[38]Seu traçado estaria contido no que, hoje, são, provavelmente, trechos da Avenida Centenário e a Rua Sabino Silva, no Chame-Chame.

[39] Este parecer foi ratificado pelo diretor do setor que explica haver um impasse quanto ao projeto que fora elaborado para o local, e aquele que estava em execução. Contudo, salientava que, se o Intendente

Um outro exemplo desta postura é encontrado em 1907, quando o Sr. Raymundo Nonato da Silva solicita licença para a construção de uma casa à Rua do Bosque, na Barra, ao que o engenheiro que analisa a proposta informa que o requerente deve aguardar até que se conclua *"(...) o projecto das novas ruas e dos alinhamentos da zona"*. Parecer ratificado pelo diretor do setor de obras públicas, este solicita ainda ao requerente que apresente planta do terreno, a fim de *"(...) projectar os assentamentos"* da área[40].

Outros aspectos também começam a ter relevância na análise dos projetos arquitetônicos, a partir de 1904, quando se passa a determinar o valor locativo de cada unidade habitacional em construção[41]. Apesar de regularizado pel Lei nº 027, de 05/08/1893[42], só 11 anos depois, este é incorporado ao cotidiano da Directoria. Verifica-se que o estabelecimento do valor locativo do imóvel está muito mais atrelado à localização do mesmo, do que às características do prédio em si. Isto é observado, por exemplo nas inúmeras casas que, apresentando uma maior área de construção e maiores qualidades arquitetônicas do que outras situadas em outros pontos do distrito, possuem valor locativo inferior.

De fato, o conteúdo desta legislação, referente ao valor locativo dos imóveis, no seu Cap. II, Art. 13, § 2º, determina que, ao lançador do imposto da décima urbana, cabe

---

autorizasse o alteamento da muralha, poderia a licença ser concedida desde já, contanto que a fachada distasse da muralha 15,00m. (Cf. projeto para a construção de um chalet no Rio Vermelho, de autoria de Arthur Navarro, em 1902. Ficha nº 212/Victória - AHM). É comum, neste período, remeter-se a decisão das questões mais polêmicas referentes às construções ao Intendente.

[40]Projeto de autoria do Engº J. Barroso para a construção de uma casa à Rua do Bosque da Barra, em 1907. Ficha nº 320/Victória - AHM). Após o último parecer, o processo não tem prosseguimento.

[41]O valor locativo não era estabelecido quando as solicitações referiam-se a reedificações (reforma) de imóveis.

[42]Ver nota 1, deste mesmo capítulo.

*"(...) Examinar e verificar o valor dos alugueis, constantes nos recibos, ou arrendamentos, não attendendo aos que lhe parecerem dolosos e lesivos ao imposto, e fixando neste caso, o preço provavel do aluguel que poderiam render,* ***em relação á capacidade e localidade em que forem situados*** *(...)"*[43].

No caso da construção de novos imóveis, este é estabelecido pelo técnico que analisa o projeto arquitetônico. A verificação destes valores estipulados no período, indica-nos ainda alguns aspectos do mercado imobiliário do distrito, com a valorização de certos setores.

Não são muito claros os parâmetros utilizados para a determinação deste valor. Utiliza-se como referencial a quantia de 300$000 (trezentos mil réis), tanto para as edificações de uso comercial, quanto residencial. Dele independe a área construída ou os méritos construtivos do edifício, sendo este determinado pela valorização de cada setor do distrito. Desta forma, tem-se o valor locativo inferior a 300$000 para os imóveis situados no Polytheama, Garcia, Federação, trecho da Barra (Ladeira e Porto da Barra) e trecho do Rio Vermelho (Ladeira do Papagaio e Fonte do Boi). Geralmente, possuem valor locativo superior a 300$000 os edifícios situados no Canella, Corredor da Victória, Graça, trecho da Barra (Quintas da Barra), Ondina e trecho do Rio Vermelho (Paciência, Largo de Santana e Rua do Raphael). Tais valores, contudo, não se constituem numa regra, havendo variações na avaliação dos edifícios, até em função do técnico que analisa a questão, que parece utilizar-se meramente do bom senso. Em linhas gerais, este quadro coincide com o tipo de ocupação de cada setor do distrito, refletido pelos projetos arquitetônicos encaminhados à Intendência, nesta época[44].

---

[43] Grifo nosso.Id., ib., p. 49.

[44]Nos processos formados pelas solicitações de licença para construção de edifícios, o valor locativo é estipulado durante período compreendido entre 1904 e 1912, início do Governo Seabra, quando se deram as grandes transformações urbanas da cidade.

Observa-se ainda, ao longo da primeira década do século XX, que passa a haver um crescente interesse pelo distrito, tanto por parte do poder público, quanto de particulares. Em relação ao período anterior, aumentam em cerca de 50% as solicitações de licença para construção, que, além de residências, referem-se a prédios comerciais e de serviços em vários setores do distrito: igreja[45] (FOTO 26), colégio[46], farmácia[47], padarias[48], casas para negócio[49] (FOTOS 27 e 28), entre outros. Merece destaque o projeto para a construção de um mercado público no Polytheama, em estrutura de ferro, de 1902, cujas características tipológicas e figurativas assemelham-se a outros equipamentos do gênero espalhados nas principais capitais do país, desde a segunda metade do século XIX (FOTO 29). Provavelmente, o Mercado de São Pedro não chega a ser construído[50].

Destaca-se ainda como equipamento na área, o projeto para o Colyseu Bahiano, instalado no Passeio Público, que apresenta como programa uma cancha coberta (quadra), um rink de patinação, tiro ao alvo e quadras de tênis[51], entretenimento adequado aos novos

---

[45]Projeto de uma igreja, sita ao Gantois-Garcia, de autoria de Felippe Silva, em 1902. Ficha nº 204/Victória - AHM.

[46]Projeto para a construção do Colégio N. Sra. das Victórias, sito à Rua do Canella (atual Rua Araújo Pinho), de autoria de J. Barroso, em 1907. Ficha nº 313/Victória - AHM.

[47]Projeto para a construção de uma farmácia sita à Baixa da Graça, em 1904, de autoria de Victório Meirelles. Ficha nº 254/Victória -AHM.

[48]Projetos para construção de padarias: Ficha nº317/Victória - AHM, sita ao Garcia, de autoria de J. Barroso, em 1907; Ficha nº 321/Victória - AHM, situada ao Porto da Barra, em 1907.

[49]Projeto para a construção de cinco casas para negócio, situadas à Rua São Lourenço-Polytheama, em 1907, de autoria de Victório Meirelles. Ficha nº 319/Victória -AHM. Nesta época, as solicitações para a edificação de estabelecimentos comerciais, a eles não se referiam como loja ou comércio, mas, freqüentemente, como *casa de negócio*.

[50]Projeto do Mercado de São Pedro, de autoria de Felippe Silva, provavelmente situado nas imediações do Forte de São Pedro, em 1902. Ficha nº 213/Victória - AHM.

[51]Projeto para a construção do Colyseu Bahiano, de autoria de Floriano Amado de Souza, que também era o requerente, em 1906. Ficha nº 312/Victória - AHM. O Passeio Público foi entregue a concessionários, de acordo com a Lei nº 478, de 30/09/1902. No projeto então apresentado, a Intendência autorizava a utilização do belvedere como rink de patinação, ainda que o técnico que analisou o projeto alertasse para o fato da construção tirar parte da vista da baía.

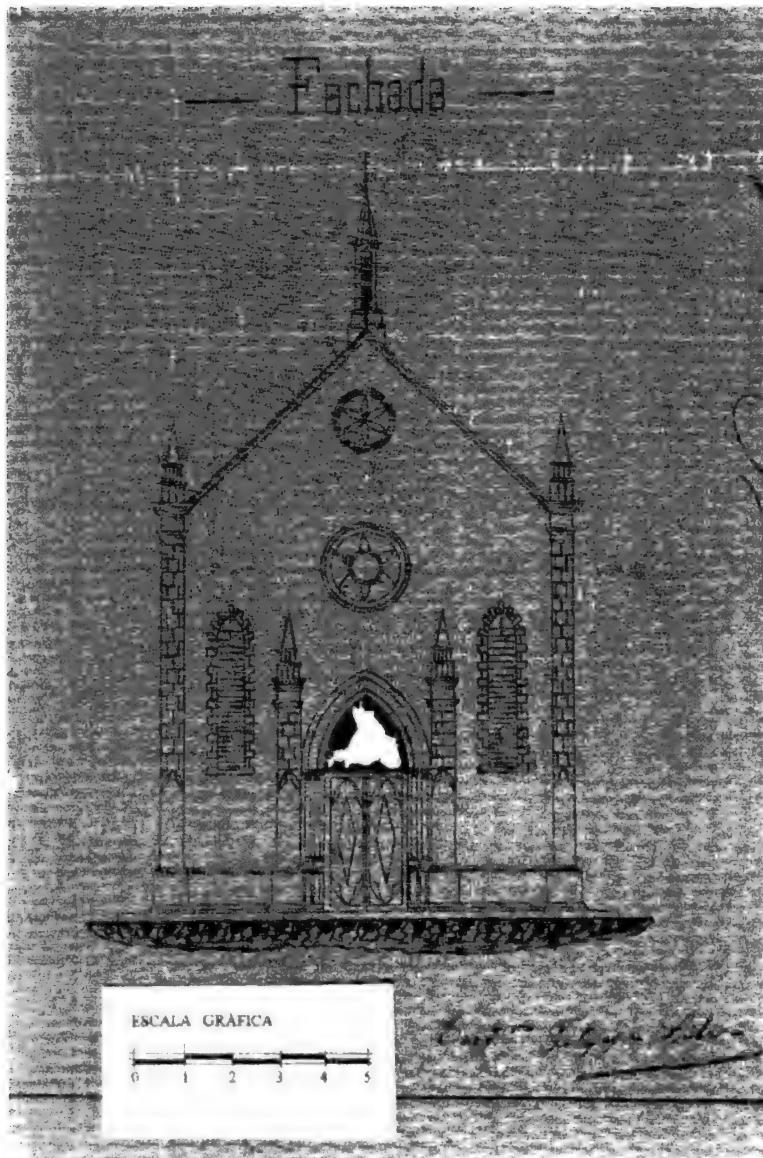



**FOTO 26** - Projeto para a construção de uma igreja, no Gantois, em 1902, de autoria de Felippe Silva

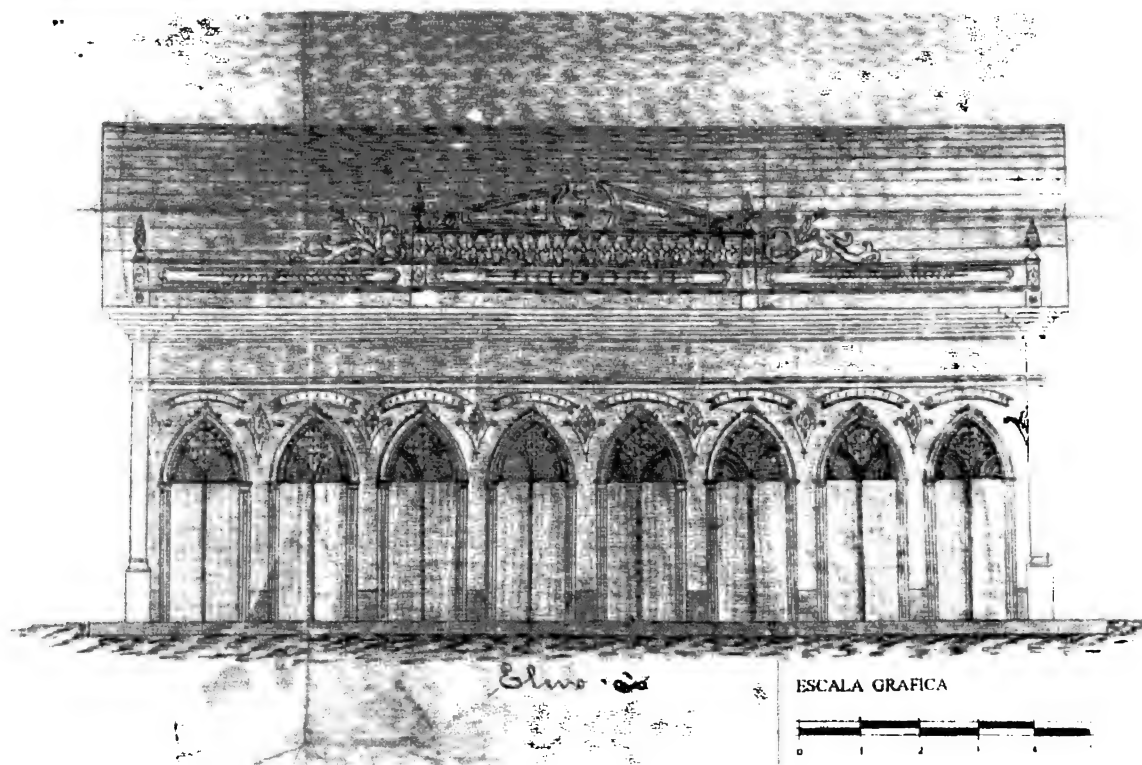



**FOTO 27** - Projeto para a construção de una casa de negócios, à Rua .Barão de Sergy, em 1902.

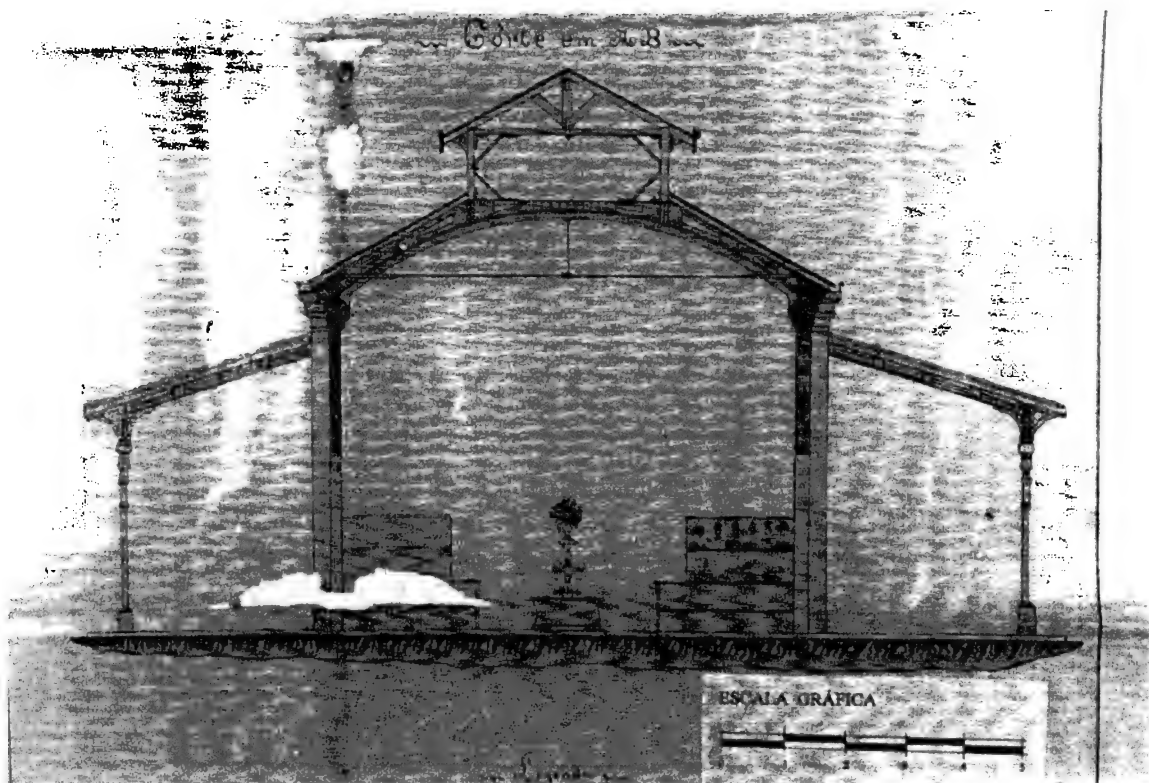



**FOTO 29b-** Corte transversal

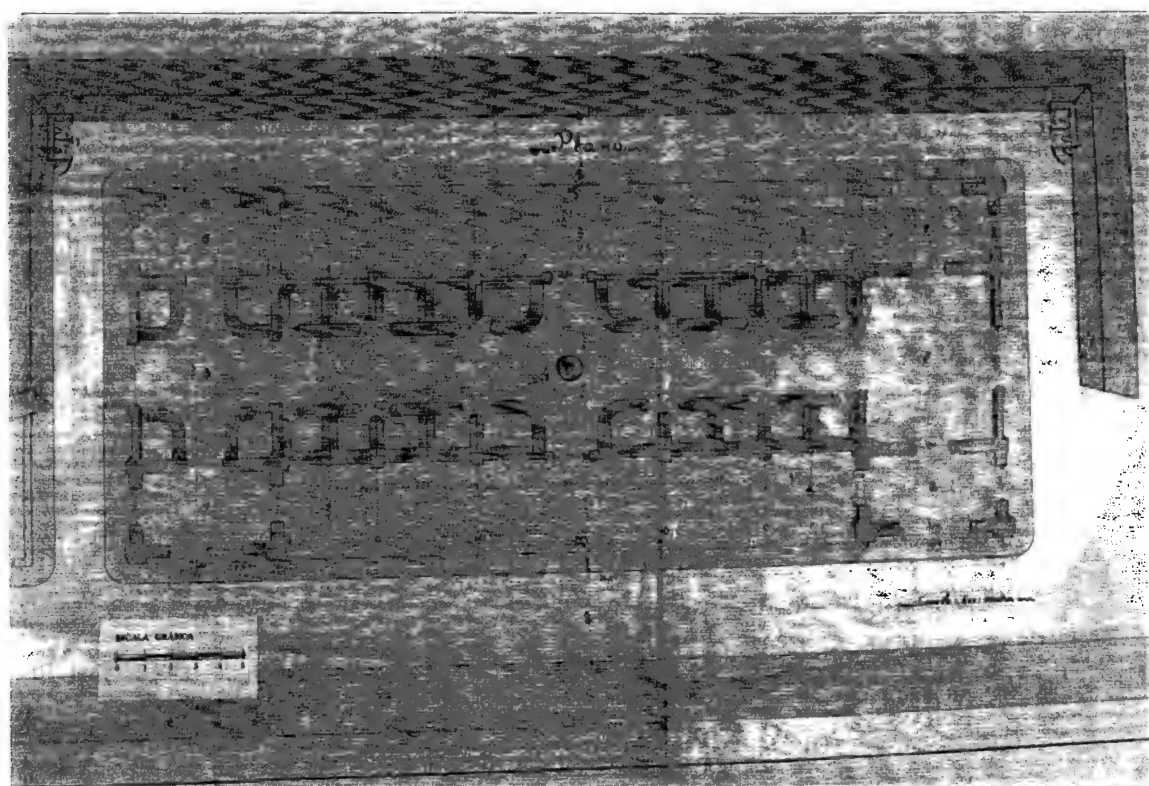



**FOTO 29c-** Planta Baixa

padrões burgueses de viver (FOTO 30). Curiosas ainda são as *"barracas de madeira para banhos de mar nas estações balnearias do Rio Vermelho e Barra"* (FOTO 31), de 1909[52], época em que já se difundira o *banho de sal* ou banho de mar, quando as propriedades medicinais da água salgada na cura do beribéri e outras doenças viram modismo na cidade[53]. Também desta época é o primeiro *cinematographo* do distrito, que funciona no Avenida Saudável, no Rio Vermelho. É o Cinema Avenida[54].

A modernização em curso do distrito exige ainda que antigos edifícios se embelezem, a fim de atender aos padrões estéticos dos novos tempos. Deste período é projeto de embelezamento da fachada da Igreja de Nossa Senhora da Victória, uma das mais antigas da cidade, que torna-se 'moderna', em linhas neoclassizantes[55] (FOTOS 32 e 33).

Assim, a implantação de serviços básicos e de equipamentos de lazer na área, inclusive com a "modernização" de inúmeros edifícios, de uso público ou privado, durante a primeira década deste século, indica um maior nível de urbanização do distrito, que se segmenta de maneira diferenciada nos seus vários setores, estabelecendo uma hierarquia que se reflete no mercado imobiliário. Além das tendências de ocupação identificadas desde meados do século passado, esta hierarquização espacial do distrito é ratificada pelo poder público, através de ações que vão desde a promoção de melhoramentos urbanos em alguns setores, com a implantação de infra-estrutura, até a normatização de seus valores

---

[52]Tratava-se de pequenos chalets de madeira, instalados ao longo da praia, que serviam os banhistas. Projeto de autoria de J. Barroso, de 1909. Ficha nº 299/Victória - AHM.

[53]A esse respeito, ver também AZEVEDO,Thales. *A praia, espaço de sociedade*. In: **Italianos na Bahia e outros temas**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989. p. 85-112.

[54]BAHIA. FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO, op. cit., p. 93. Em 1913, encontramos uma solicitação para a edificação de um galpão para abrigar os espectadores do cinema sito no Centro Recreativo do Rio Vermelho. Ficha nº 471/Victória - AHM.

[55]Projeto de embelezamento da Igreja de Nossa Senhora da Victória, apresentado por F. Ferraro & Irmão; desenho e construção de Emilio Femi, em 1909. Ficha nº 356/Victória - AHM.

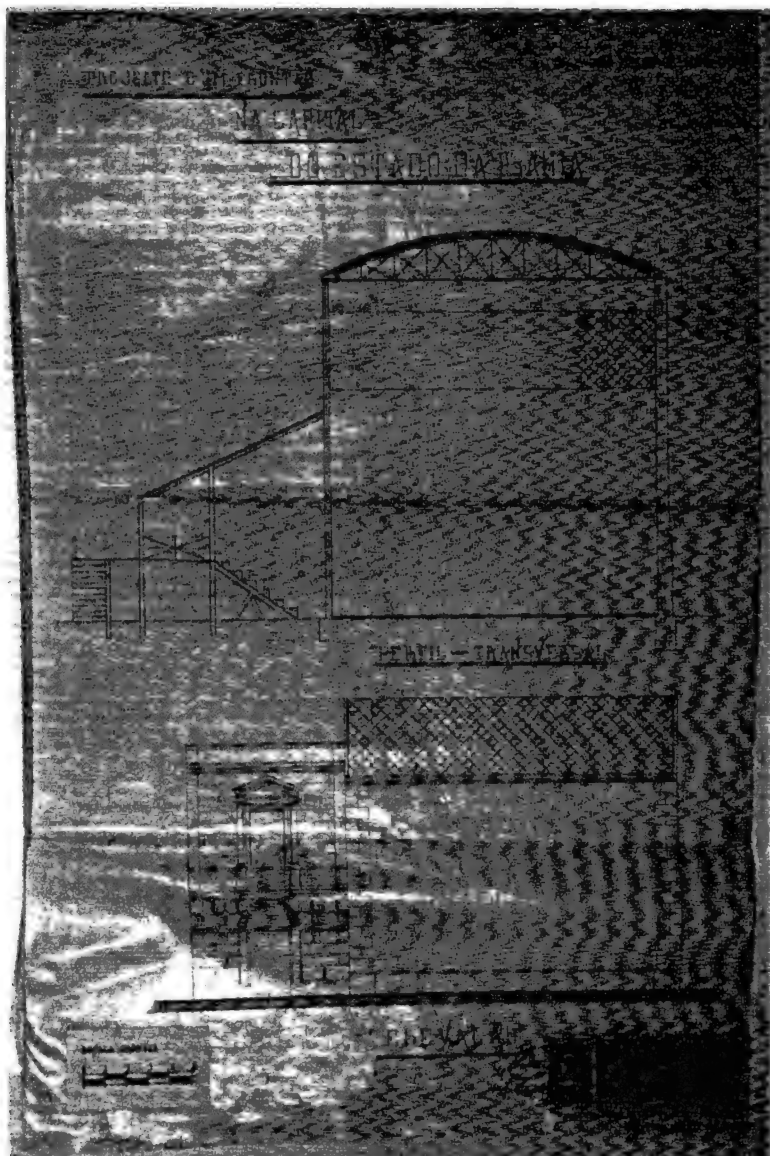



**FOTO 30a** - Projeto do Colyseu Bahiano, de Floriano Amado de Souza, em 1906.
Corte transversal e fachada principal da cancha coberta

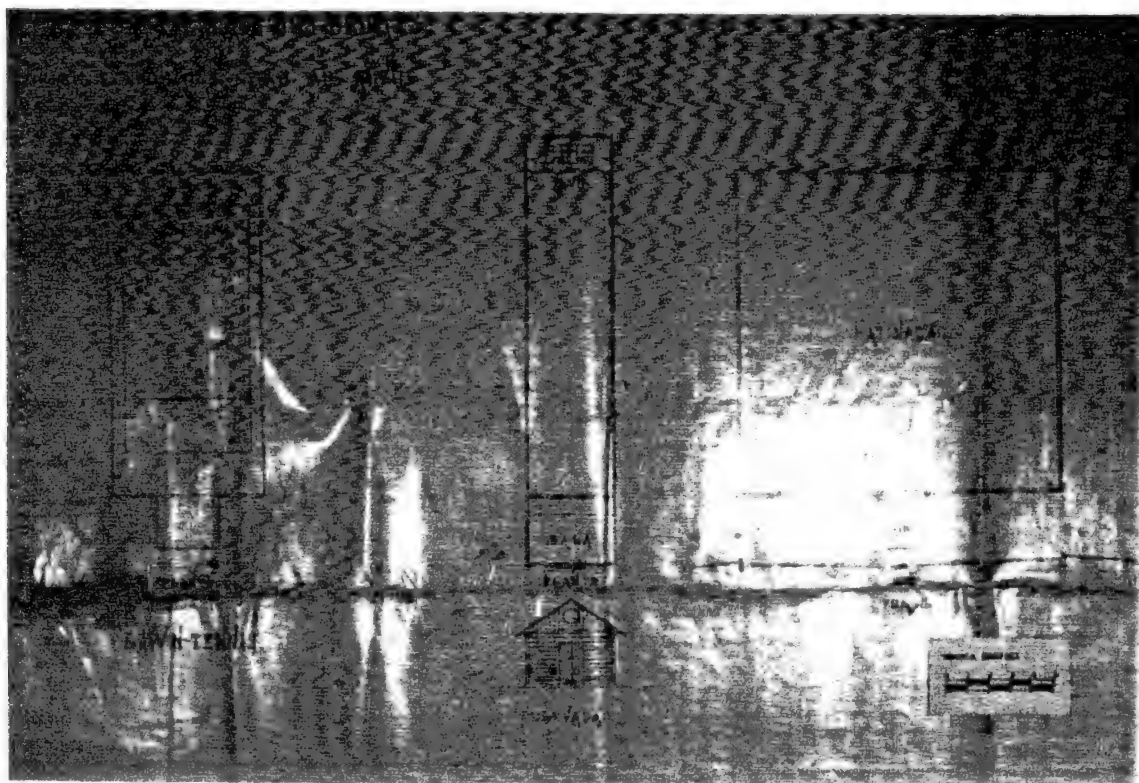



**FOTO 30b** - Planta esquemática da quadra de tênis, tiro ao alvo e rink de patinação.

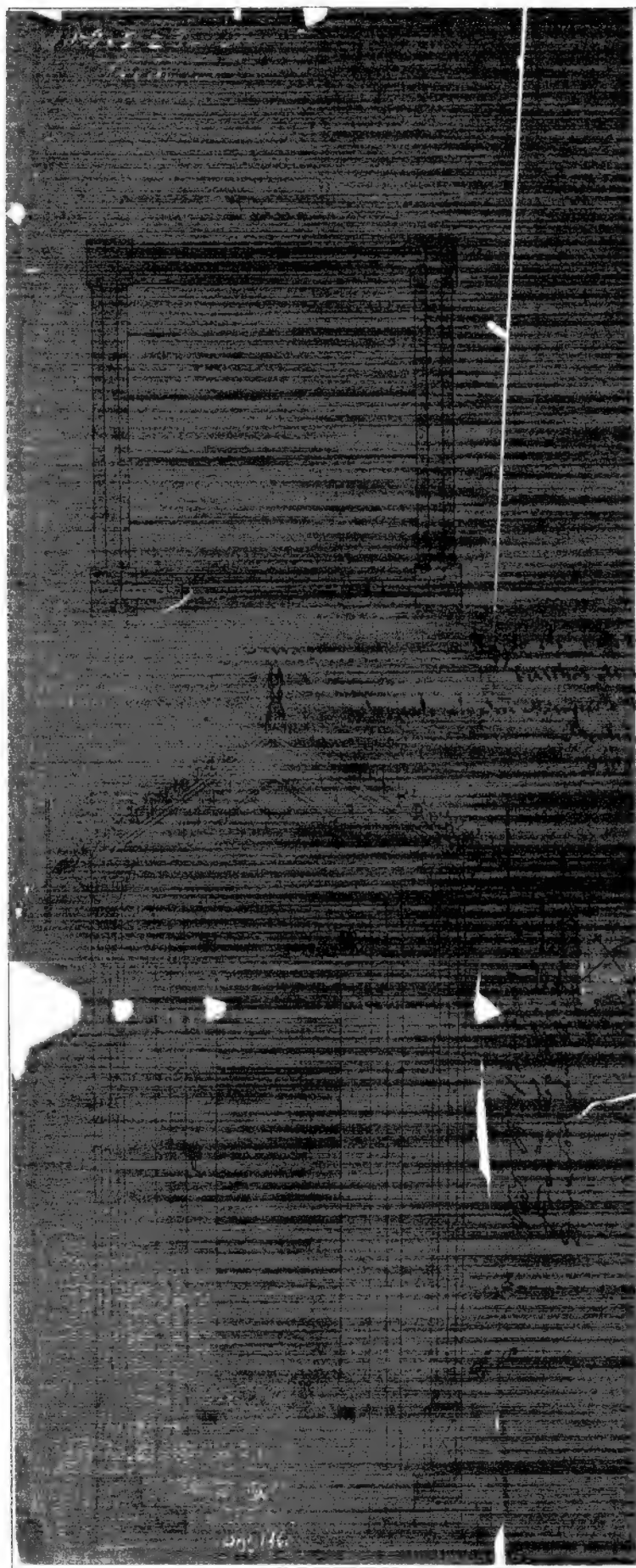



**FOTO 31** -Projeto de J. Barroso para barracas de madeira para banhistas, a serem instaladas do Rio Vermelho à Barra. em 1909.

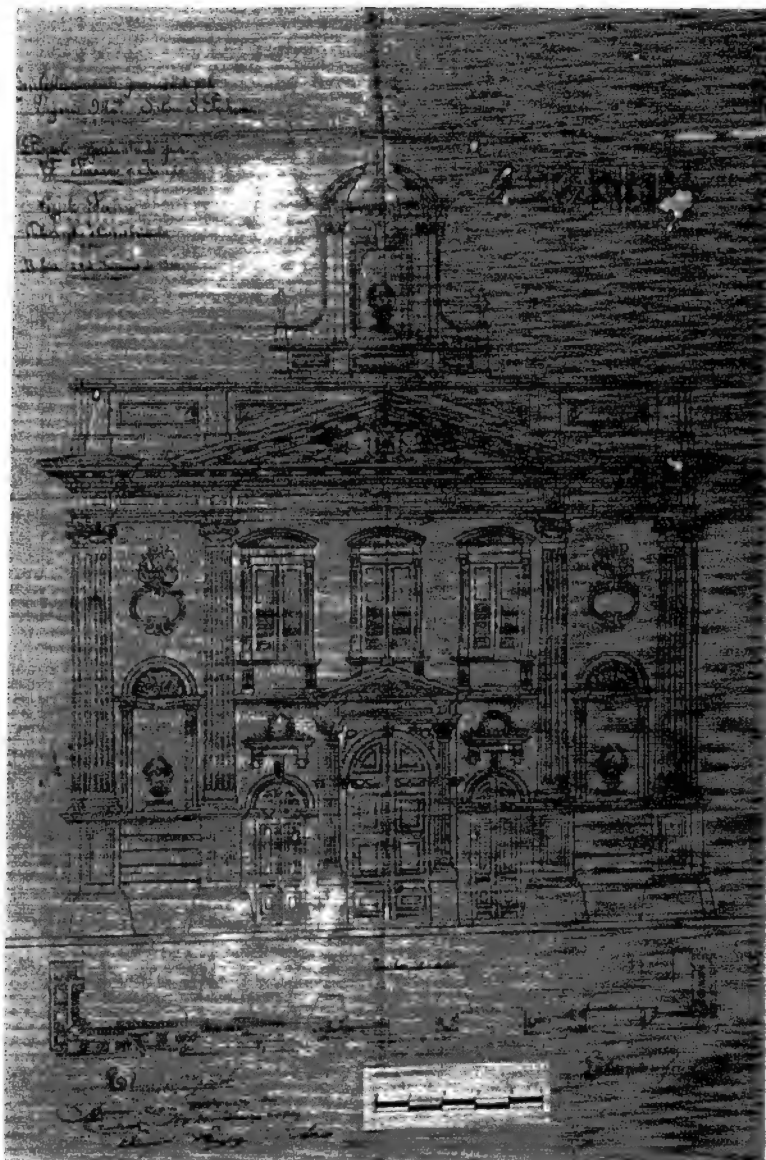



**FOTO 32** - Projeto de embelezamento da da igreja da Victória, de F. Ferraro & Irmão e E. Fermi, em 1909.

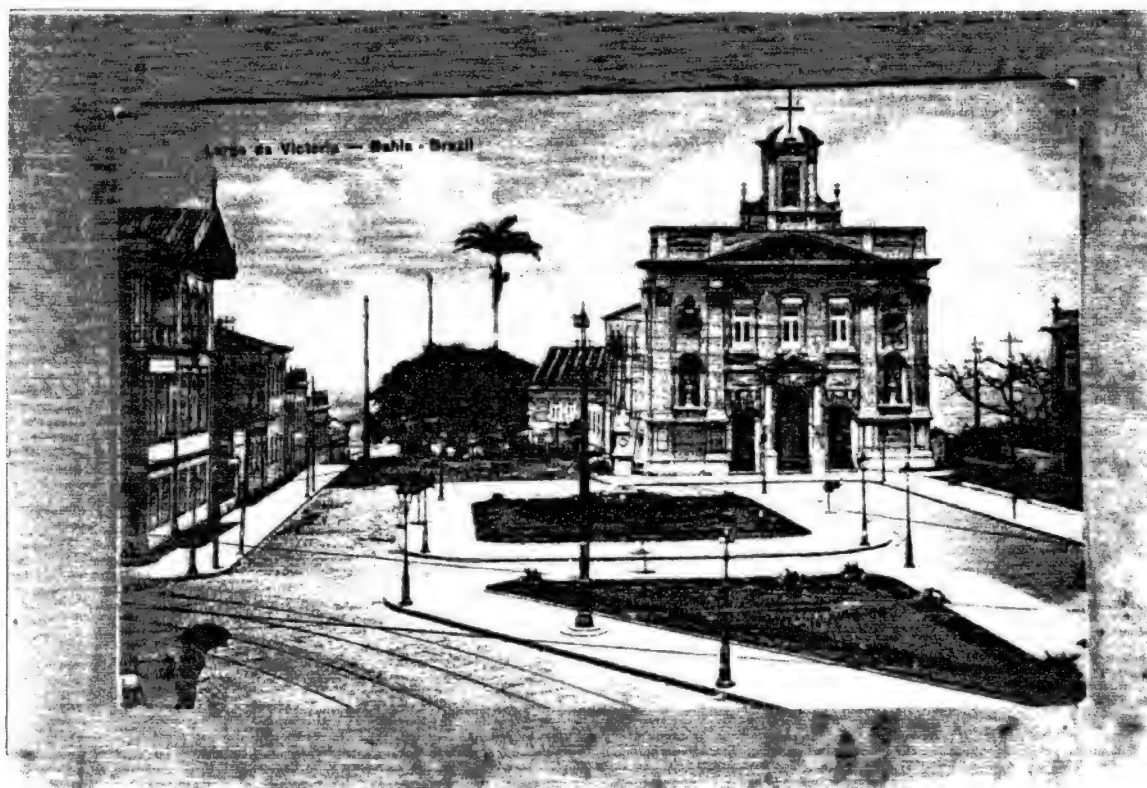



**FOTO 33** - Vista do Largo da Victória, no início deste século.

locativos, revelando uma postura que se concretizará na década seguinte, com as grandes obras de remodelação da cidade.

### 3.3. O embelezamento do distrito

É no período compreendido entre 1910 e 1920 quando se dão as maiores transformações no distrito da Victória, fruto principalmente das intervenções urbanas realizadas durante o primeiro governo Seabra, entre 1912 e 1916. O surto de modernização preconizado pelo Estado atinge a parcela mais elitista da população, que vislumbra nesse discurso a realização dos seus ideais de civilidade, e passa a apoiá-lo incondicionalmente. A cidade moderna está por se fazer: novas ruas, novos edifícios, novos cidadãos. A prosperidade econômica do estado, neste período, concorre para a efetivação de tais mudanças.

No distrito da Victória, um dos espaços eleitos para representar a modernidade da capital, cresce nessa década em mais de 80% o número de solicitações para a realização de obras, em relação ao período anterior, sendo bastante significativo o número de requerimentos que buscam autorização para reconstruir (reformar) os imóveis, intervenção esta que quase sempre diz respeito apenas à remodelação ou aformoseamento das fachadas .

A partir de 1912, a análise dos projetos arquitetônicos, realizada até então por técnico da Directoria de Obras Municipaes da Intendência, será efetuada também por um outro do Estado, quando a construção em causa estiver inserida na área alvo do "Plano de Melhoramentos da Cidade". Este, abrange trechos do distrito compreendidos nas Mercês, Polytheama, Aflitos, Gamboa, Garcia, Graça, Barra e, principalmente, no Corredor da

Victória[56] - onde está em curso a execução do projeto da Avenida Sete de Setembro -, trechos que passam por um processo de valorização imobiliária em função das intervenções realizadas pelo estado, que conta com a cumplicidade dos proprietários de imóveis da área. Pode-se afirmar que é neste período que se consolida o perfil da ocupação dos diversos setores do distrito, tanto física como socialmente, através de ações governamentais que privilegiam espaços de domínio da burguesia.

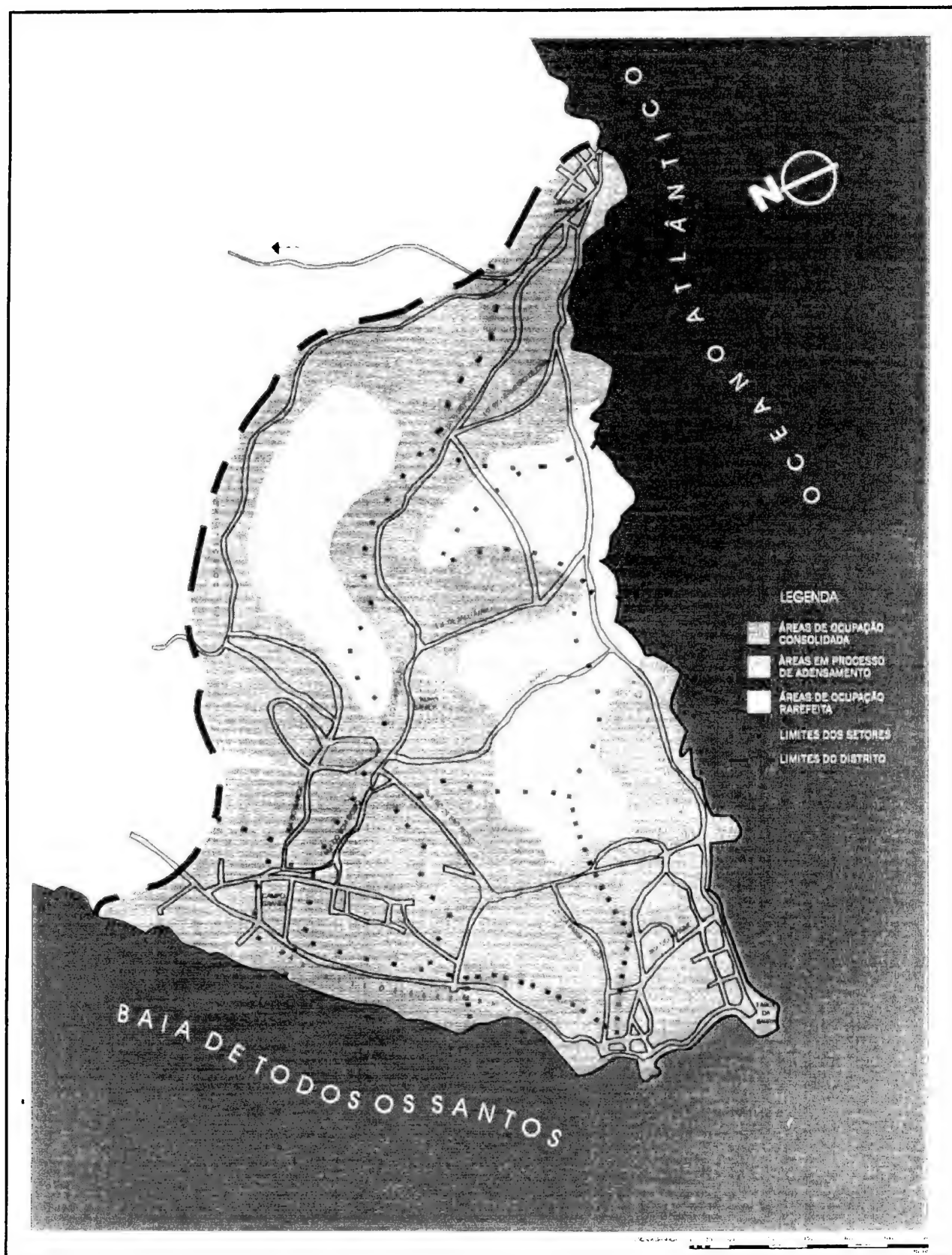
As tendências de crescimento do distrito, contudo, não apresentam grandes modificações, à excessão dos trechos que sofrem reforma urbana (Cf. PRANCHA 05). Mais uma vez, é o setor do Garcia que comparece como o de maior adensamento, com quase 30% do total de construções (Cf. TABELA 01). O adensamento das áreas, até então de arruamento indefinido e esparsas edificações, vai conferindo ao setor características mais urbanas, o que é exemplificado pelo paracer do Engº João Tuvo, técnico da Directoria de Obras Municipaes, que, analisando o projeto encaminhado pelo Sr. Euzebio de Oliveira e Silva para a construção de um pequeno chalet à Travessa da Rua da Matta, em 1916, afirma:

> *"(...) Quanto a fachada da propriedade á construir deve o requerente substituir o systema de chalet por um typo de* ***casa urbana****, apresentando portanto projecto de nova fachada"*[57].

A precariedade da estrutura viária neste setor do distrito, onde já era bastante significativo o ritmo de adensamento, faz com que o Estado passe a investir na melhoria do sistema já existente e na sua ampliação, principalmente nas vias que promovem a articulação com as áreas mais distantes do centro, de importância para a implantação do

---

[56]Durante este período, inúmeros processos referentes à construção e reforma de edifícios são encaminhados à comissão responsável pelo "Plano de Melhoramentos da Cidade", que, inclusive, estava encarregada da fiscalização das obras, e com quem deveriam se entender os requerentes com relação aos recuos dos imóveis, nas áreas supra-citadas.

[57]Grifo nosso. Projeto para a construção de um chalet à Travessa da Rua da Matta-Garcia, de autoria do Engº Archimedes Marques, em 1916. Ficha nº 916/39/Victória - AHM.

FONTE. Mapa Topografico da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios executado por Carlos Augusto Weyll, em 1850 (CEAB)
Planta da Cidade do Salvador, elaborada pelo Engº. Teodoro Sampaio, em 1905 (CEAB)
- Atualização do mapa da Cidade do Salvador, elaborado em 1931 (CEAB)
Processos formados pelas solicitações de licenciamento de obras, no distrito da Victória, entre 1890 1930 (AHM)

A VICTÓRIA NA RENASCENÇA BAHIANA
A OCUPAÇÃO DO DISTRITO E SUA ARQUITETURA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

**OCUPAÇÃO DO DISTRITO DA VICTÓRIA ENTRE 1910 - 1920**

PRANCHA **05**

AUTOR ARQ. MARIA DO CARMO BALTAR ESNATY DE ALMEIDA

transporte urbano. Durante o primeiro governo Seabra, ainda no primeiro ano daquela gestão, em 1912, celebra-se contrato, aprovado pelo Decreto nº 1159, de 24 de agosto, para a realização de serviços na Avenida Dois de Julho, cujas obras devem estender-se a certas ruas do perimetro adjacente[58].

A Barra, que nesta década conta com quase 16% das construções do distrito, concentra a ocupação ao longo do litoral, interiorizando-se paulatinamente através das construções que surgem nas "Quintas da Barra". A área compreendida, contudo, entre a via que margeia o oceano e aquelas de penetração - a Baixa da Graça (atual Av. Princesa Isabel), a Rua Umberto de Savóia (atual Av. Princesa Leopoldina) e a Rua do Bosque da Barra - apresentam ainda características rurais, no final do decênio. É o que pode ser observado quando da análise da solicitação do Sr. José do Patrocinio da Silva que, em 1917, requer licença para construir um chalet *"numa roça onde existe uma mina"*, nas Quintas da Barra. O engenheiro que analisa a questão não vê qualquer inconveniente, visto

> *"(...) tratar-se de construcção em zona que deve ser considerada como a dos districtos de Santo Antonio, Fazenda Garcia, etc."*[59].

Entretanto, nas áreas mais urbanizadas do setor, já não mais se admite essa arquitetura típica dos arrabaldes ou zonas balneárias: quando em 1919, por exemplo, o Sr. Idelfonso de Abreu Farias solicita autorização para edificar um pequeno chalet à Rua do Bosque da Barra, é informado pelo técnico da Directoria de Obras poder ser este aprovado,

> *"(...) sendo, porém, modificado o systema da respectiva fachada por outro que não seja de **chalet**, dotando de platibanda"*[60].

---

[58]BAHIA. Mensagem ... 1913, op. cit., p. 51/2.

[59]Projeto para a construção de uma casa situada nas Quintas da Barra, de autoria do Engº Archimedes Marques, em 1917. Ficha nº 917/12Victória - AHM.

[60]Projeto apresentado pelo Sr. Idelfonso de Abreu Farias para a construção de uma casa à Rua do Bosque da Barra, de autoria do Engº Custódio Bandeira, em 1919. Ficha nº 920/02/Victória - AHM.

O setor do distrito que abrange áreas das Mercês, Polytheama, Aflictos e Gamboa mais que duplica o número de solicitações para a execução de obras, em relação ao período anterior. Destas, nos trechos correspondentes à passagem da avenida, os requerimentos referem-se, na sua maioria, à reconstrução (reforma) dos edifícios, que privilegiam nos projetos o tratamento das fachadas (Ver FOTOS 34 e 35 , por exemplo). A aprovação de tais propostas está vinculada a um projeto estético do estado para a cidade , onde gabaritos, taxas de ocupação e o aspecto figurativo das edificações são determinados por um "modelo consensual" utilizado pelos técnicos responsáveis pela reforma urbana, detentores do "saber científico" que legitima as intervenções na cidade, sem que isto esteja na forma da lei. Ilustra bem a situação o projeto apresentado pelo Sr. Antonio Tristão para a edificação de uma casa térrea à Rua Conselheiro Pedro Luiz (hoje, trecho da Av. Sete de Setembro), nas imediações da Igreja do Rosário, em 1920. O despacho constante no processo, do engenheiro sanitário João Tuvo, afirma que

> *"(...) sendo a Avenida Sete de Setembro a principal rua desta capital, onde não devem ser conservadas as edificações de um só pavimento, sou de parecer que o prédio de nº 21, situado á Rua Cons. Pedro Luiz, que o requerente pretende reconstruir, deve ter dois pavimentos, pelo menos, a bem da esthetica geral da rua, tornando portanto preciso a apresentação do respectivo projecto*[61] *".*

É, contudo, a Victória, nesta década, o local que melhor reflete o projeto ideal de cidade proposto pelo Estado: bela, fluida e higiênica. O alargamento da avenida *"que vae do São Bento a Barra"* faz com que a grande maioria dos edifícios aí localizados sejam modificados, seja porque comprometem o traçado daquela que será a principal via da cidade, seja porque precisam modernizar-se, *"a bem da esthetica e da hygiene*

---

[61]Tendo tramitado em outras instâncias, o projeto é finalmente aprovado, com a ressalva feita pelo técnico que o analisou, tendo o requerente assinado um termo de obrigação (infelizmente, não anexado ao processo), onde dá ciência dos termos nos quais foi concedida a licença. Projeto apresentado pelo Sr. Antonio Tristão para a construção de uma casa à Rua Cons. Pedro Luiz, de autoria do Engº Archimedes Marques, em 1920. Ficha nº 920/13/Victória - AHM.

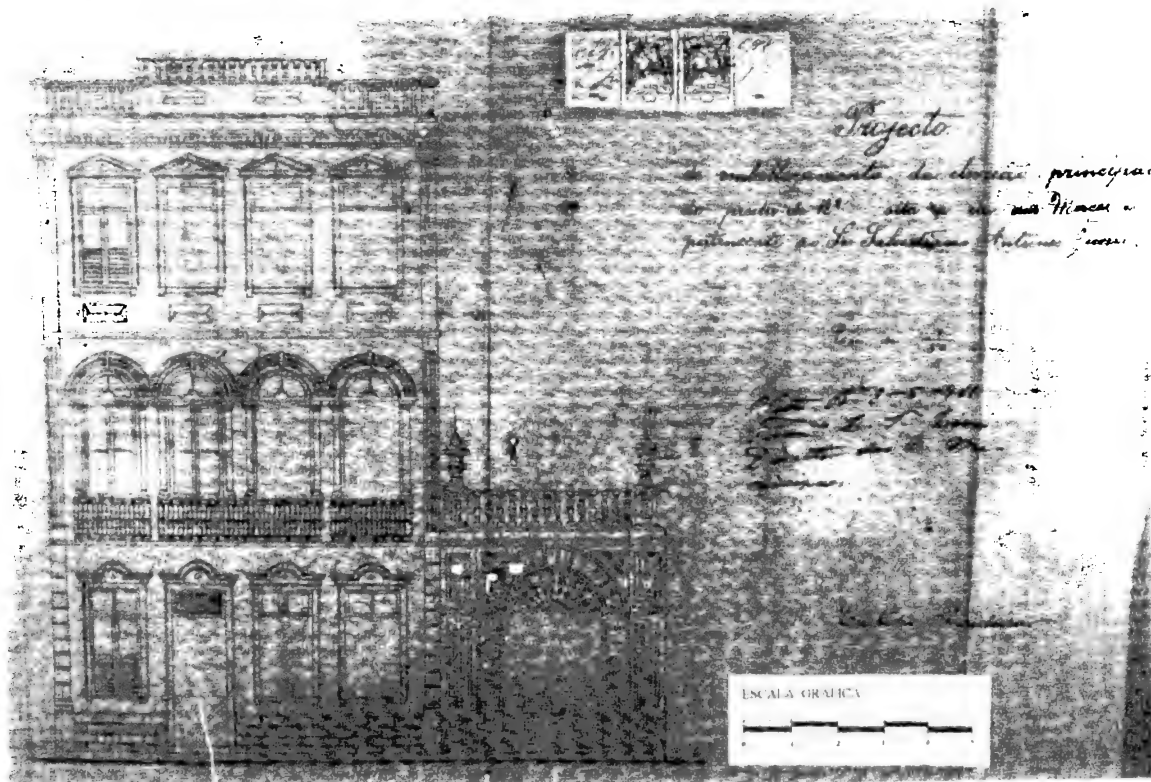



**FOTO 34** - Projeto de embelezamento da fachada de imóvel sito à Rua das Mercês, em 1911, de autoria de Custódio Bandeira

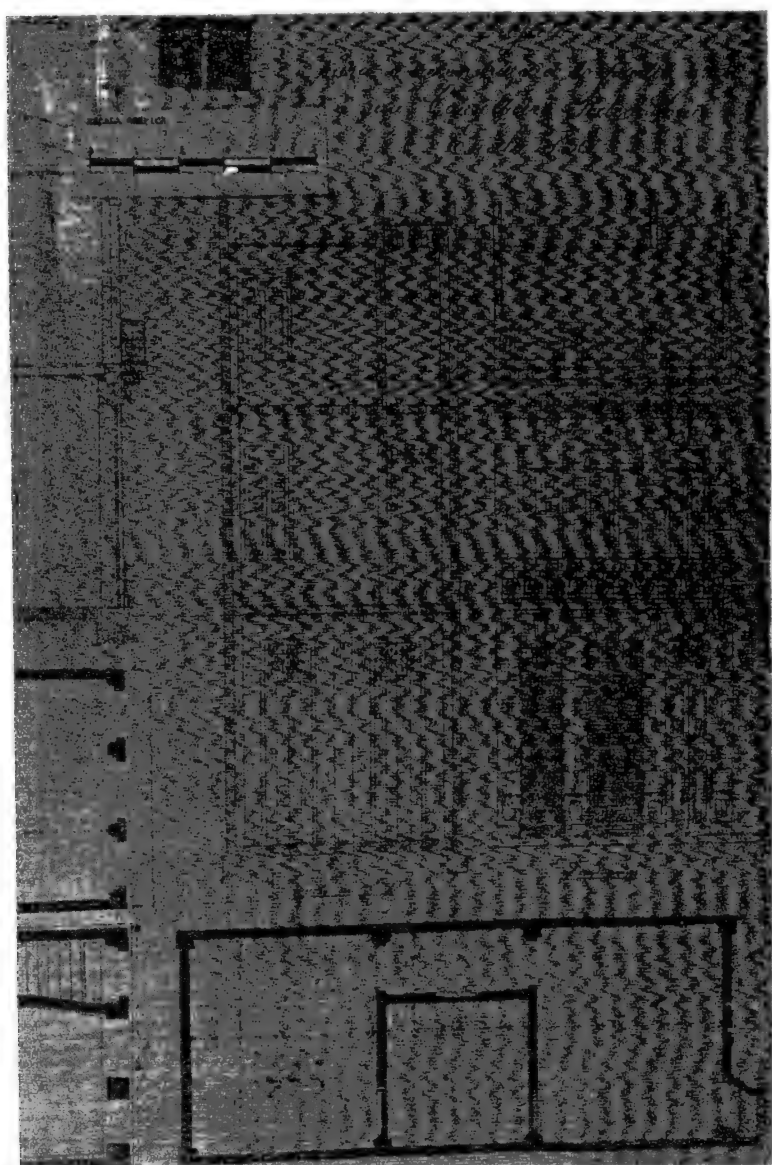



**FOTO 35** - Projeto para a reconstrução de prédio nº 20, à Rua Conselheiro Pedro Luiz, de autor desconhecido, em 1915.

*domiciliar"*. No contrato aprovado pelo Decreto nº 1183, aos 09 de outubro de 1912, determina-se a execução da obra por empreitada,

> *"(...) a preço unitário de obra concluída e entregue, correndo por conta do Estado as desapropriações"*[62].

Os boulevards parisienses parecem ser a inspiração para este trecho da avenida: de amplas dimensões e devidamente arborizada, deve comportar belos edifícios em lotes dotados de jardins. A planta de alinhamento da *"Avenida do Estado"*, no trecho correspondente ao Corredor da Victória, realizada pela Secção Technica de Melhoramentos do Municipio, revela, além da preocupação com a fluidez, uma proposta estética onde os edifícios com seus jardins e gradis, passeios e a arborização da via são elementos da construção de uma imagem da modernidade do local.

A arborização dos logradouros, inclusive, parece ser, neste período, um item de relevância na remodelação das cidades brasileiras. É o que nos indica, por exemplo, um artigo da *Gazeta de Notícias*, de 13/01/1913, que afirma:

> *"(...) É um problema, em toda parte interessante, o da arborização das cidades. São Paulo tem nisso o maior interesse e cuidado. Em Bello Horizonte a Prefeitura (Executivo Municipal) acaba de verificar que se acham empregados na capital mineira 22 especies da nossa flora. O Rio, posto que neste particular estivesse em atrazo, cuida, agora, muitissimo, da questão das arvores"*.

Com relação ao caso soteropolitano, mais especificamente à Avenida Sete de Setembro, revela:

> *"(...) A nossa 'Avenida do Estado' vae ser arborizada a 'oity' e 'platano'. Talvez se façam algumas experiencias com a magnolia, que só tem o defeito de sujar as ruas. A primeira encomenda de oity, feita no Rio, conta com 3 mil pes do lindo arbusto"*[63].

---

[62]BAHIA. Mensagem ..., 1913, op. cit., p. 52.

[63]ARBORIZAÇÃO da cidade: Arbustos preferidos para a Avenida do Estado. **Gazeta de Notícias**. Salvador. 13 jan. 1913. p. 01.

Com efeito, este tipo de árvore é largamente utilizado ao longo da nova Avenida, principalmente nos trechos compreendidos entre o São Bento e o Largo da Victória, e ainda, na Rua da Graça e Rua Umberto de Savóia, comparecendo de forma marcante na imagem destes locais, o que é revelado, por exemplo, pelas inúmeras fotografias que se têm destas áreas.

A Avenida se constrói. Apesar de contar com o apoio da burguesia aí instalada, que enxerga na intervenção uma valorização do seu patrimônio imobiliário, as negociações nem sempre são tranqüilas. Em 1912, por exemplo, quando o projeto da avenida ainda não começara efetivamente, o Sr. Bernardino Vicente Araújo, residente à Rua Dr. José Marcellino, nº 10 (Corredor da Victória), solicita à Intendência licença para modificar a fachada de seu prédio, assim como para transformar o sótão deste em andar. Após uma discussão sobre o alinhamento da casa, o engenheiro da Directoria de Obras Municipaes solicita que o edifício seja demolido, para que tenha recuo, ao que se opõe o requerente, visto que obtivera autorização para construí-la no ano anterior. Mais uma vez, o técnico do Município replica:

> *"O alinhamento que diz o peticionário ter obtido [em 11/1911] para reconstrucção da casa a que allude é prejudicial ao local, porquanto importaria em continuar estreita a rua, na zona que lhe é adjacente, apresentando mao aspecto, como acontece com a casa de nº 08 que foi, contra as informações d'esta repartição, reconstruida fora do devido alinhamento e ficando seu jardim na area destinada a rua e portanto condemnado a desaparecer o que tem produzido justas e publicas censuras (...)".*

E continua, considerando sobre as condições exigidas para a aprovação da proposta:

> *"(...) constantes na delimitação da rua e da esthetica que vai apresentar a casa, penso que este gradil deve ser construido sobre o alinhamento proposto por este funccionario, devendo a elevação desta*

*propriedade apresentar o mesmo recuo observado no jardim da casa de nº 18 (...)"*[64].

De fato, a partir da segunda década do século XX, quando houve um incremento nas reformas urbanas em Salvador, os jardins e também os gradis, que no limite do lote definiam o limiar entre público e o privado, parecem ter assumido um papel de relevância na composição arquitetônica, sendo freqüente a apresentação de projetos específicos para estes elementos, quando do encaminhamento à Intendência de solicitações de licença para construção ou reforma.

Entretanto, é em 1913 quando se muda de fato o aspecto da rua. Tendo efetuado desapropriações e indenizações para o alargamento da via[65] · estabelece o governo do Estado um prazo para a apresentação de novas propostas arquitetônicas, que serão submetidas à apreciação da Intendência e da Secção de Melhoramentos da Cidade[66]. É o

---

[64]Parecer do Engº Jayme David para o projeto de reforma apresentado pelo Sr. Bernardino Vicente de Araújo, de autoria do Engº Arthur Santos, para o imóvel sito à Rua José Marcellino, nº 10, em 1912. Ficha nº 415/Victória - AHM.

[65]Ver relatório do Engº Arlindo Fragoso sobre as despesas do Governo do Estado com as obras executadas na capital, durante o primeiro governo Seabra. In: BARROS, F. Borges. **Dr. J. J. Seabra**: *Sua vida, sua obra na República*. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1931. p. 415-29.

[66]É o que se apreende, por exemplo, do processo do Sr. Manoel de Souza Campos Filho que, em 1913, encaminha proposta de construção de um imóvel sito ao Largo da Victória, nº 98, de autoria do italiano Michele Carelli, onde refere-se ao prazo estabelecido pelo Estado para a apresentação de um novo projeto, que expiraria no dia 04/05/1913 (Ficha nº 492/Victória - AHM). É curioso confrontarmos o fato ao relatório, já citado, do Engº Arlindo Fragoso, onde o requerente é indenizado pelos *"terrenos cedidos no jardim do predio n. 98"*, em 15/04/1913, donde se conclui que as negociações com os proprietários e a determinação de prazos se dava antes da legalização efetiva das desapropriações (Cf. BARROS, op. cit., p. 420).
De fato, em pronunciamento à Assembléia Legislativa, em 1913, Seabra referia-se às desapropriações e aos contatos feitos com os proprietários:

> *"(...) Activei-as por este motivo [ a demora], eu mesmo e de tal modo se tem conduzido o Governo nesse melindroso encargo, que até hoje, e espero que assim será até o fim, não foi mister lançar mão do judiciário. Solicitos em me attender aos convites, os proprietarios, em geral, não se abroquelam em descompassado exigir, antes honram, tractando e contractando as indemnisações por seus predios a mutilar ou destruir, da collaboração a que o Governo ôs chama e pela qual tem sido possivel, entre vontades tão entendidas, a generosa manifestação da mutua tolerancia"* (BAHIA. Mensagem ..., 1913, op. cit., p. 53).

momento da "modernização" do Corredor da Victória, imagem conferida pela substituição da arquitetura então existente - ou, pelo menos, dos seus aspectos figurativos - por outros edificios condizentes com a estética oficial, ainda que individualizada pelo gosto dos proprietários. Pretende-se uma otimização da ocupação do solo, ao tempo em que se busca uma unidade volumétrica do conjunto urbano: casas térreas são substituídas por outras de dois pavimentos[67], sótãos devem transformar-se em andares com altura mínima de 4,00m[68] (Cf. FOTO 36).

A *Avenida do Estado*, cujo ponto terminal é o Largo do Pharol da Barra, este, ponto inicial da do Município - a Avenida Beira-Mar -, deve seguir até o Rio Vermelho. Em 1913, o Governador Seabra, em mensagem à Assembléia Legislativa, admira-se com os resultados conseguidos até então:

> *"(...) É extraordinaria a quantidade de material importado para essa importante obra e cresce, todos os dias, o pessoal que a utilisa"*[69].

As obras que aí se realizam, que demandam grandes somas, são também descritas por um periódico, num artigo que relata a visita do Intendente, Dr. Júlio Brandão, a estas áreas. Com relação aos serviços para a construção da Avenida Beira-Mar, informa:

> *"(...) Avistava-se, já, dahi [do Farol da Barra], o grande corte da costa, onde uma população de operarios formigava [...] As obras*

---

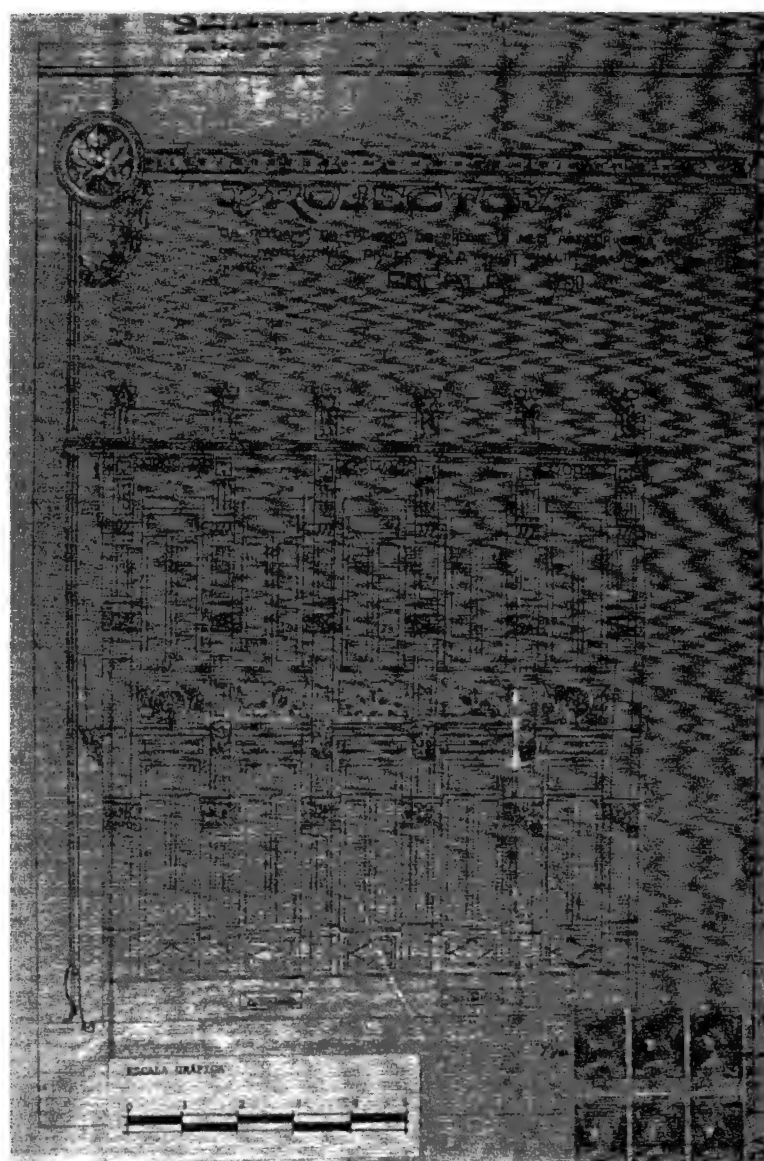
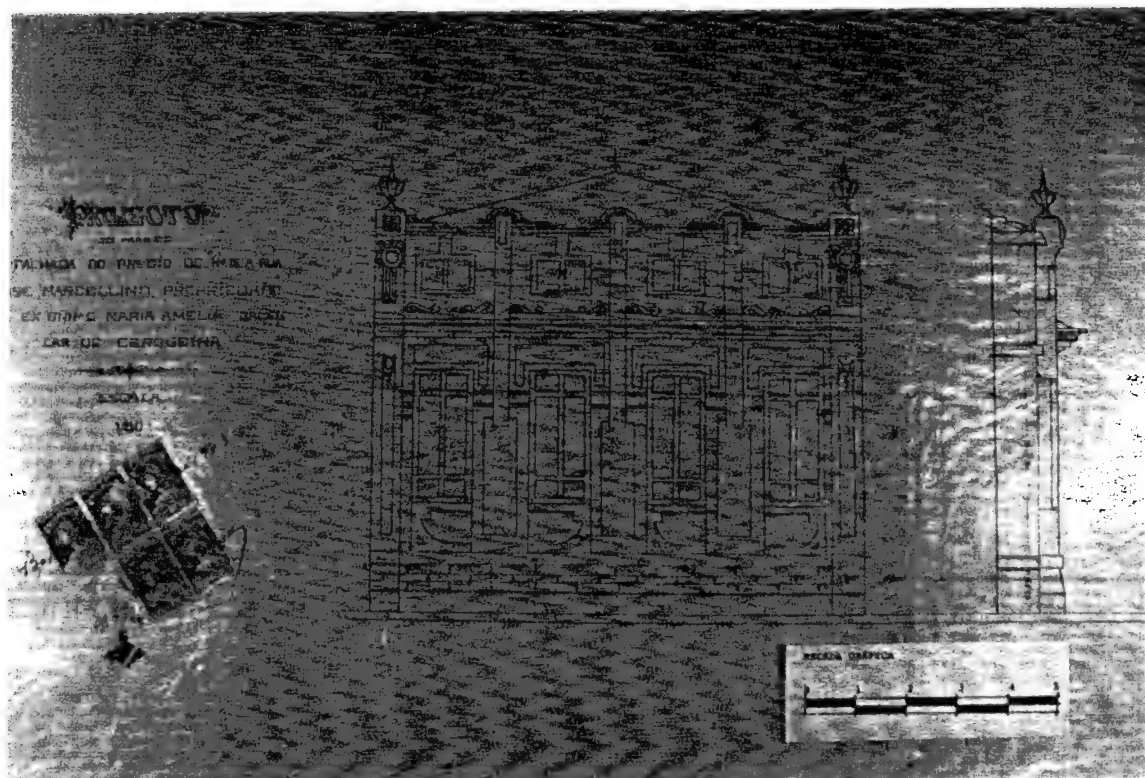
[67]Ver projeto apresentado pelo Sr Horácio Urpia Júnior, em 1913, para a construção de uma casa de dois pavimentos à Rua Dr. José Marcellino (Corredor da Victória), nº 89/91, no local de outras duas, térreas e conjugadas, por ocasião do alargamento da rua. Projeto do Engº Arthur Santos. Ficha nº 517/Victória - AHM.

[68]Ver projeto apresentado pela Sra. Maria Amélia Barcelar de Cerqueira, de autoria do Engº Carlos Souza, para a construção de uma casa sita à Rua Dr. José Marcellino, nº 15, em 1913. Contando com um pavimento, mais porão e sótão, a proposta foi indeferida pela Directoria de Obras Municipaes, solicitando o técnico que o projeto fosse modificado:

> *"(...) ao invés de trazer o sótão para o nível da fachada e fazer um andar, deve projectar novo andar com altura minima de 4,00m"*. Ficha nº 508/Victória - AHM.

[69]BAHIA. Mensagem ..., 1913, op. cit., p.52.

**FOTO 36a** - Projeto de reforma da fachada do imóvel à Rua José Marcellino, nº 15, em 1913, de autoria do Engº Carlos Souza. Proposta reprovada pela Intendência.

**FOTO 36b** - Projeto apresentado em substituição ao anterior, em 1913. Proposta aprovada pela Intendência

*então, atacavam as pedreiras e os terrenos doados pelos Guinle*[70] *e pretendiam chegar ao Rio Vermelho"*[71].

A polêmica quanto à liberação das áreas por onde passaria a Avenida ficava por conta de *"um certo Sr. Bibiano"*[72], a quem se refere o Dr. Paes Leme, responsável pela obra, que exigia 100 contos de indenização, o que é, a seu ver, *"o capricho de um particular"*.

De fato, é de grande interesse da família Guinle a construção da Avenida. O Dr. Eduardo Guinle, *"principal sócio, senão dono, da Companhia de Melhoramentos"*[73], com sede no Rio de Janeiro, garantira no exterior o empréstimo que fez o Estado para realizar as reformas urbanas, além de possuir ligações com a empresa de transportes Linha Circular,

> *"(...) sem cujo concurso muito difficil seria a obra da Avenida e pelo qual, sem nenhum onus para o Estado , se comprometteo o referido capitalista"*[74].

Neste período, a idéia da rua, do jardim e das praças, amplamente arborizadas, funcionando como filtros do espaço urbano, já parece ter sido assimilada. A arborização, além do caráter salubrista, é empregada com uma dimensão cívica: a árvore é um símbolo de civilidade, de cultura, de patriotismo[75]. O ajardinamento dos logradouros indicam

---

[70]Refere-se provavelmente ao trecho. hoje, compreendido entre a Barra e Ondina.

[71]MELHORAMENTOS Municipaes; A visita do Dr. Intendente. **Gazeta de Notícias**. Salvador. 05 jul. 1913. p.01/02.

[72]Provavelmente. Bibiano Ferreira Campos. que. desde 1895. explorava o loteamento da Cidade Balneária de Ondina.

[73]BAHIA. Mensagem ... 1914. op. cit., p. 11.

[74]Id., ib. O empréstimo foi motivo de grande polêmica na cidade. principalmente durante o ano de 1914. quando eram frequentes nos jornais da cidade artigos contra e a favor dos procedimentos adotados para a obtenção dos recursos no exterior.

[75]Hugo SEGAWA informa-nos que o culto à árvore é uma tradição antiga, mas reconhecida modernamente como uma criação francesa do início dos Oitocentos. que se disseminou pela Europa e Estados Unidos. sendo o "Dia da Árvore"comemorado pela primeira vez. no Brasil aos 07 de junho de 1902. em Araras. São Paulo. com o intuito de "conservar o bosque municipal". Op. cit., p. 70/1.

ainda, um tanto tardiamente, as novas formas de sociabilidade, já difundidas na Europa durante o século XIX, mostrando-se indispensável aos bairros burgueses.

Desta forma, os jardins e praças do distrito também são alvo das melhorias em curso. O Campo Grande e a Praça da Acclamação, merecem cuidados especiais.

> *"O Campo Grande ( jardim propriamente dito ), ficará composto de duas partes: uma de disposição ingleza, com um esbatido de arvores, ao fundo e outra area de configuração geometrica, para passeos, jogos, etc, na parte mais transitada da praça"*[76].

Também o Jardim da Graça, acha-se em obras, então, já bastante adiantadas; estas, a cargo da Companhia Constructora, inclusive com o calçamento em paralelepípedos de grande parte da Ladeira da Barra-Avenida. Grande admiração já causa o largo, onde

> *"(...) O ajardinamento prompto offerece um lindo aspecto, com suas grutas artificiaes, as suas azinhagas escarpadas e taludes graciosos, precipitando-se pela ladeira abaixo"*[77] (FOTO 37).

Sendo um dos locais eleitos para representar a nova imagem da cidade, o distrito da Victória será objeto de várias outras ações do Estado. São deste período: o calçamento de uma área de 20.000 m², com macadam alcatroado, no Garcia (serviço, então, já iniciado nas ruas Leovigildo Filgueiras e Bom Gosto do Canella); construção de passeios no Largo da Graça e Ladeira da Barra, com ladrilhos encomendados a Mosaic Til & C.; demolição e reconstrução da muralha do Forte de São Pedro, para alargamento da Rua Visconde de São Lourenço; construção de 40.000 m² de calçamento pelo systema Bethulite-Guarrite, nas ruas Marechal Floriano e outras adjacentes; restauração do 2° arco

---

[76]GAZETA de Notícias, de 05/07/1913, op. cit. p. 01/02.

[77]Id., ib.

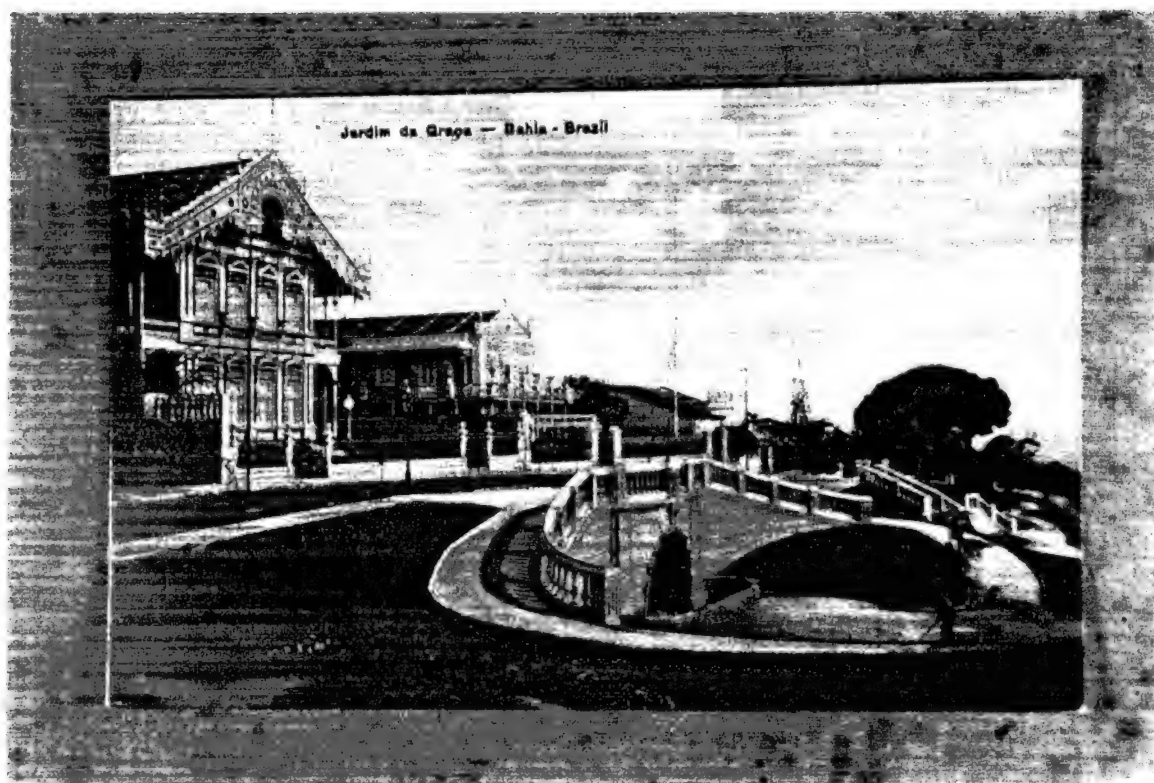



**FOTO 37 -** Largo da Graça, início do séc. XX

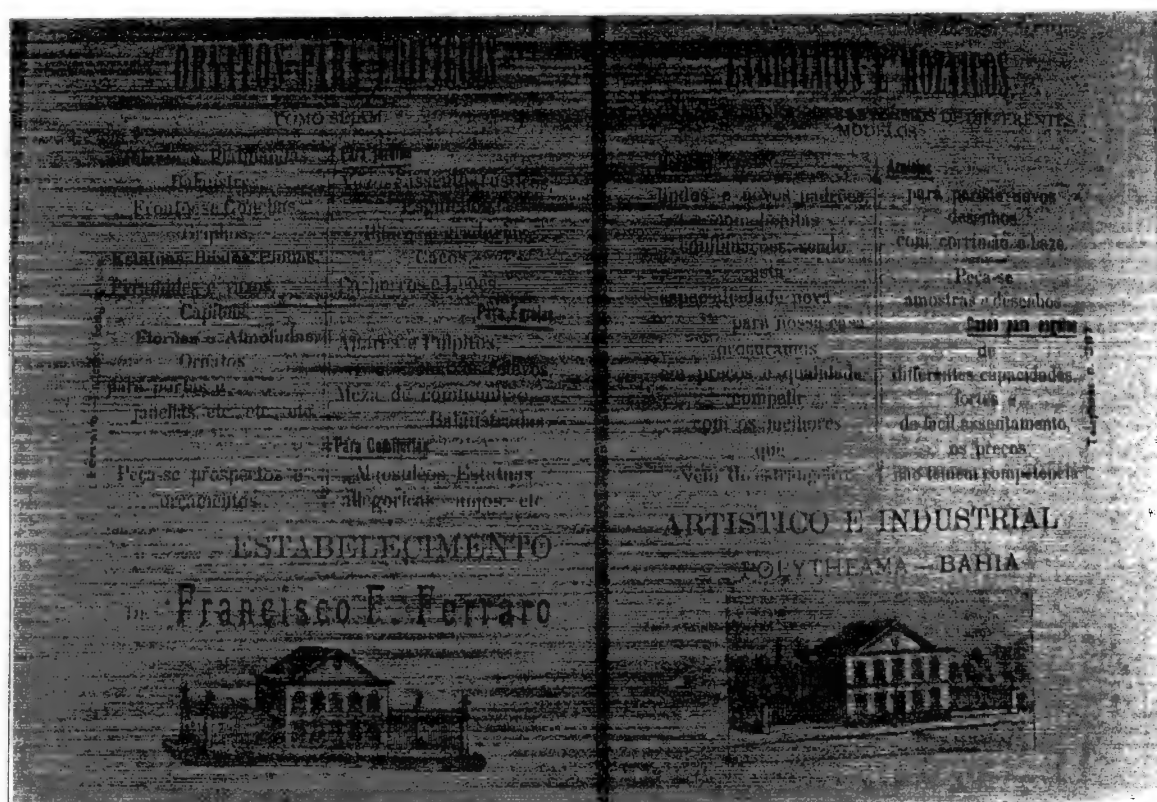



**FOTO 38 -** Propaganda da fábrica de ornatos para edifícios F. Ferraro.

do Garcia; construção de uma nova ladeira ligando a Rua da Federação ao Campo Santo; e ainda, o saneamento e regularização das Quintas da Barra[78].

De uma maneira geral, os diversos setores do distrito mantêm a tendência de ocupação delineada nas décadas anteriores, ressalvando-se as áreas que foram alvo do projeto de melhorias urbanas, desenvolvido em parceria entre o Governo do Estado e a Intendência. Consolida-se o adensamento do distrito, que é intensificado com a ocupação dos loteamentos já existentes nos vários setores, assim como com a criação de outros, como é o caso do Lotemento Parque Lucaia, de 1917, feito pela Imobiliária Correia Ribeiro[79], no Rio Vermelho, área que começa a interiorizar-se, após consolidada a ocupação da orla marítima.

Ao contrário das freguesias centrais, onde o comércio comparece de forma preponderante no espaço urbano, o uso predominantemente residencial do distrito da Victória, desde a década anterior, convive com um comércio de pequeno porte, que se instala em vários pontos dos diversos setores. Identificamos ainda algumas fábricas, cujas datas de inauguração não são conhecidas, encontrando-as já em funcionamento: a fábrica de ornatos para edifícios, de Francisco Ferraro, situada no Polytheama, que, até 1909, é a única do gênero na cidade[80] (FOTO 38); e ainda, uma fábrica de sabão, na Rua dos Protestantes, no Garcia[81].

---

[78]Id.,ib.

[79]BAHIA. FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO, op. cit., p. 66.

[80]Deste *estabelecimento artistico e industrial* temos a primeira notícia em propaganda veiculada pelo ALMANAK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia (op. cit.), de 1902. Em 1909, nos itens *"Fabrica de Ladrilhos"* e *"Ornamentos e Construcções"* já surge, além da Fábrica Ferraro, o estabelecimento 'Serrão Filho', sito à Rua Dr. Seabra, 24. Neste período, da Fábrica Ferraro encontramos solicitações para construção de depósitos anexos. Ficha nº 464/Victória - AHM.

[81]Projeto para a construção de uma fábrica de sabão, de autoria de Arthur Santos, no Garcia, em 1917. Ficha nº 917/01/Victória -AHM.

Outros equipamentos vão paulatinamente se implantando na área ou reformando suas instalações: uma sub-estação telegráfica instala-se, em 1913, na Barra[82] ; o Colégio Antônio Vieira, já em funcionamento no Garcia, é ampliado em 1914[83]; em 1916, é reformado o Hospital da Real Sociedade Espanhola, na Barra[84].

### 3.4. A normatização do saber urbanístico

O processo de modernização da cidade, particularmente do distrito da Victória, que se fora delineando paulatinamente ao longo de todo o século XIX, e que tem nos primeiros anos deste século a sua concretização, busca a partir da década de 20 o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle do uso e ocupação do solo. Aos 05/11/1920, é promulgado o Acto nº 127, que institui o Código de Posturas Municipaes[85], que, pela primeira vez, distingue as zonas urbanas daquelas suburbanas e rurais, tomando por base a delimitação dos districtos de Paz e policiais urbanos e suburbanos. Ainda não apresenta, contudo, um zoneamento explícito das distintas áreas da cidade, mas algumas

> *"(...) restrições de ocupação produziam este efeito ao incidir diferenciadamente sobre porções do território"*[86].

---

[82]Projeto de Rossi Baptista. Ficha nº 526/Victória - AHM.

[83]Trata-se da construção de um chalet ricamente trabalhado, de autoria de Custódio Bandeira, no Garcia, em 1914. Ficha nº 550/Victória - AHM.

[84]Projeto de Alberto Borelli, em 1916. Ficha nº 916/34/Victória - AHM. Deste mesmo arquiteto é o risco do Gabinete Português de Leitura, em 1915.

[85]SALVADOR. Codigo de Posturas Municipaes da Cidade do Salvador. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1921.

[86]ARAÚJO. op. cit. p. 177.

Assinado pelo Intendente municipal no final de 1920, o Código de Posturas é fruto de um projeto elaborado pelo Sr. Francisco Luiz da Costa Drumond, a pedido do executivo e apresentado em março de 1917[87]. A inexistência de uma legislação desta ordem, até então, fora lastimada por técnicos que ficavam sujeitos à burocracia do serviço público, adotando por vezes, em seus projetos, parâmetros estabelecidos para outras cidades do país[88]

A Victória, distrito urbano, terá na norma tratamentos diferenciados para os vários setores que o integram, como, por exemplo:

_ Apresentando ainda alguns setores de ocupação rarefeita, no distrito da Victória, são dispensadas da exigência de serem muradas ou gradeadas as propriedades situadas nos chamado *segundo distrito* (disposição também válida para os segundos distritos de Santo Antônio e Brotas), assim como aquelas situadas no *povoado* denominado Garcia (Postura nº 09). Esta disposição revela que, ainda neste período, os setores mais internos do distrito apresentam características suburbanas;

_ É obrigatório o recuo frontal dos prédios e a criação de um jardim (Postura nº 18). No distrito da Victória se farão algumas distinções: o recuo mínimo das edificações para jardim, na Av. Sete (trecho da Victória) é de 3,00m a 10,00m e, na Rua da Graça, de

---

[87]Cf. CARDOSO, op. cit., p.88. O autor considera que, ainda que

> *"(...) não se possa depreender como uma responsabilidade direta das administrações Seabra/ Moniz, não deixa de se afigurar como uma decorrência deste periodo o surgimento do primeiro código de posturas de Salvador".*

periodo no qual se deram os maiores investimentos nas obras de remodelação e modernização da cidade.

[88]É o caso, por exemplo, do Engº Theodoro Sampaio que encaminha à Intendência, em 1913, documento anexado à solicitação de licença para construir uma vila operária no Queimado, onde lastima o fato de que

> *"(...) o nosso municipio não forneça instrucções a respeito e até o presente não tenha o seu regulamento (...)".*

Afirma ainda que, quanto à salubridade, o projeto obedecera ao regulamento sanitário paulista. Citado por CARDOSO, op. cit., p. 88-9.

8,00m a 15,00m, o que denuncia uma preocupação em garantir um certo padrão de ocupação nessas áreas de domínio da burguesia;

_ A testada mínima das edificações, fixada em 6,00m, reduz-se no distrito da Victória e Fazenda Garcia[89] [sic] para 4,50m (assim como nos distritos de Brotas, Santo Antônio, povoados do Tororó, Capellinha e "similhantes") (Postura nº 20), o que indica que serão trechos apropriados por uma população de baixo poder aquisitivo;

_ Fica vedada a construção e reconstrução de prédios de um só pavimento na Avenida Sete de Setembro e Rua da Graça, assim como as ruas Monsenhor Theodolino, Chile, Misericórdia, Lapa e Visconde de Rio Branco (Postura nº 29), áreas de maior valor imobiliário, o que coloca na forma da lei uma prática da Directoria de Obras dos períodos anteriores[90];

_ As construções em forma de *chalet* só serão permitidas nos arrabaldes, subúrbios, ou outro local a juízo da Directoria de Obras, mas nunca no alinhamento da rua (Postura nº 36). Ao longo dos anos 20, a aplicação deste dispositivo na análise dos projetos encaminhados à Intendência indicará os setores do distrito da Victória que ainda possuem características suburbanas (como se verá mais adiante);

---

[89]Não são muito claros no texto do Código os conceitos de *distrito*, *segundo distrito* ou *povoado*, sendo confusa em alguns pontos a referência a determinadas áreas, como é o caso, por exemplo, do Garcia, tratado na Postura nº 09 como povoado, e na nº 20 como distrito.

[90]Cf. o projeto para a construção de um açougue à Rua da Graça, de autoria do Engº Arthur Santos, e de propriedade do Sr. Castor Boullosa, de 1914. O engenheiro que analisa o projeto emite parecer contrário a sua aprovação, solicitando que o referido prédio tenha mais um pavimento e maior frente, para que tenha *"aspecto ellegante"*. Já o Delegado de Hygiene do distrito opina favoravelmente, já que, segundo ele, na mesma rua existem outros imóveis térreos. A proposta é finalmente aprovada. Ficha nº 572/Victória - AHM.
Polêmicas deste tipo parecem confirmar a existência de um modelo estético utilizado no licenciamento das construções, que pretendia regular a produção da arquitetura, e que, em muitos aspectos, é explicitado em 1920, no Código de Posturas.

Como já visto, muitas dessas medidas já eram adotadas na prática pela seção de obras públicas da Intendência e, curiosamente, o caráter legal imposto pela norma não chega a alterar substancialmente o conteúdo das informações técnicas fornecidas pela municipalidade aos requerentes, que, de uma maneira geral, respaldam-se no código apenas nas questões relativas às áreas mínimas dos cômodos das habitações.

Em 1926, a Lei Municipal nº 1146[91], de 19 de julho, aperfeiçoará o anterior instrumento de controle do solo. Utilizando as antigas distinções entre o urbano, suburbano e rural, divide a cidade em zonas, e cria uma zona central, que comporta um "bairro commercial", onde são proibidas as atividades poluentes. Com relação ao distrito da Victória, este se enquadrará em duas dessas zonas:

_ Na Segunda Zona ou Zona Urbana: os trechos do distrito que, contíguos ao distrito de São Pedro, compreendem as áreas da Avenida Sete, Polytheama, Rua Visconde de São Lourenço, Praça Dois de Julho, Rua Bom Gosto do Canella, Ladeira do Campo Santo, Rua Rio de São Pedro, Largo da Graça, Avenida Umberto de Savóia, Barra Avenida, Avenida Antunes, Rua do Bosque da Barra, terminando na Avenida Oceânica, na embocadura de um córrego que ali existia[92]. Fica ainda compreendida a esta zona, o arrabalde do Rio Vermelho;

_ Na Terceira Zona ou Zona Suburbana: toda a parte já arruada do distrito, não incluída no perímetro anterior[93].

---

[91]SALVADOR. Lei Municipal nº 1146, de 19/06/1926. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1927.

[92]Provavelmente, em trecho, hoje, correspondente à interseção da Rua Marquês de Caravelas com a Avenida Oceânica.

[93]SALVADOR. Lei nº 1146, op. cit., p.16.

À exceção da incorporação da Ladeira do Campo Santo e do arrabalde do Rio Vermelho à zona urbana, o perímetro definido praticamente coincide com aquele delimitado em meados do século passado. Nem mesmo trechos do Garcia, onde, nos anos 20, as principais vias de penetração já apresentam uma ocupação consolidada, são inclusos na área urbana, isto, a despeito de ter sido ele o setor de todo o distrito que mais cresceu durante toda a Primeira República.

Esta medida, de considerar determinados trechos do distrito como suburbanos, parece ser ratificada pelo Art. 305[94] da referida lei, que dispõe sobre a construção das avenidas. Segundo a legislação, os grupos de habitações denominados avenidas só podem ser construídos em subúrbios e em alguns outros locais aí estipulados, ficando estes, no distrito da Victória, restritos à Fazenda Garcia, Federação, Curva Grande (também no Garcia), São Lázaro, Calabar e Estrada Dois de Julho, caminho para o Rio Vermelho. Tais posturas, agora explícitas nas legislações que se aperfeiçoam no trato do urbano, ratificam uma hierarquia espacial estabelecida desde os finais do século anterior, além de revelar uma faceta do projeto segregacionsta do período, determinando no território locais específicos para os diferentes grupos sociais.

Na terceira década deste século, intensifica-se a urbanização do distrito. Reformam-se e constroem-se também equipamentos de serviços e lazer, que servem à pequena burguesia do local e aos ricos comerciantes aí instalados: em 1921, constrói-se o posto telefônico do Rio Vermelho[95]; de 1922, são as ampliações dos Club Francez[96] e do Club Inglez[97] que,

[94]Id., ib., p. 130.

[95]Projeto de Eurico Coutinho, em 1921. Ficha nº 921/33/Victória - AHM.

[96]Reforma interna do edifício, em 1922. Sem autor. Ficha nº 922/32/Victória - AHM.

[97]Projeto de ampliação, de autoria de Carlos Souza, em 1922. Ficha nº 922/36/Victória - AHM.

desde os finais do século passado encontravam-se estabelecidos na Praça Duque de Caxias (Campo Grande); do ano seguinte, é a construção do Club Bahiano de Tennis[98], na Barra Avenida; e ,em 1929, constrói-se a nova estação telegráfica da Barra[99] e reforma-se o cinema do Parque Avenida Saudável, no Rio Vermelho[100].

Os anos 20 apontam no distrito da Victória algumas mudanças, quanto a ocupação do solo, em relação aos decênios anteriores, e também quanto ao teor das solicitações de licença. Na terceira década deste século, é bastante expressivo o número de requerimentos encaminhados à Intendência que solicitam autorização para a construção de dependências de serviço, garagens e banheiros, o que indica que a ocupação de grande parte do distrito já está consolidada, realizando então os proprietários obras de ampliação em seus imóveis.

Intensifica-se nesta época o adensamento da Barra, que conta com cerca de 21% do total de construções do distrito, principalmente na Rua Coqueiros do Pharol (atual Rua Marques de Leão) e adjacências, onde imóveis destinados à classe média, com área aproximada de 150,00m² [101] (FOTO 39), mesclam-se a outros mais imponentes com área aproximada de 400,00m² [102], todos dotados de jardins, cujas proporções variam de acordo

---

[98]Projeto do Engº Julio Viveiros Brandão, situado à Rua Umberto de Savóia, Barra Avenida. Ficha nº 923/21/Victória - AHM.

[99]Não consta o autor do projeto, sendo este de responsabilidade da Western Telegraph Company Limited. Ficha nº 929/25/Victória - AHM.

[100]Ficha nº 929/56/Victória - AHM.

[101]Ver, por exemplo, de 1924, o projeto apresentado pelo Engº Eurico da Costa Coutinho, de sua propriedade, para a construção de *"três casas no lugar de quatro casebres"*, sitas no Pharol da Barra (Ficha nº 924/35/Victória - AHM); ou ainda, o projeto do Engº Mauricio Rocha para a edificação de duas casas de propriedade dos Srs. Pedro Ribeiro Filho e Clemente Mariani Bittencourt, à rua Coqueiros do Pharol, em 1928 (Ficha nº 928/04/Victória - AHM).

[102]Ver projeto apresentado pelo construtor Victoriano Antonio de Almeida, em 1921, para a residência do Sr. José Antonio Cruz, na Rua Coqueiros do Pharol (Ficha nº 921/25/Victória - AHM); ou o projeto do

com as dimensões do lote e a classe social do proprietário. Essa ocupação difere daquela encontrada no Porto da Barra, no mesmo setor, onde os edificios implantam-se no alinhamento da rua (FOTO 40), e ainda daquela da Ladeira da Barra onde, neste momento, edificam-se belos prédios destinados à população mais abastada[103] (FOTO 41).

O Garcia mantém sua média de adensamento, neste período, contabilizando quase 23% das construções do distrito, dentro dos padrões já definidos anteriormente.

Contudo, uma mais expressiva ocupação se faz sentir no setor que abrange a Graça e a Barra Avenida que, em relação à década anterior, mais que duplica seu ritmo de crescimento. Essa ocupação se dá pricipalmente ao longo da Rua da Graça, da Rua Rio de São Pedro (atual Euclides da Cunha) e daquelas transversais, criadas com o loteamento Villa Flora[104], em 1924, além da Rua Umberto de Savóia (atual Rua Princesa Leopoldina) e da Rua da Baixa da Graça (atual Rua Princesa Isabel).

Na Rua da Graça, implantam-se os grandes palacetes dos ricos comerciantes, intensificando-se uma tendência já delineada na década de 10, ocupação esta que atinge o Largo da Graça e a Rua Umberto de Savóia[105] (FOTO 42). As demais áreas são de dominio da classe média, que se instala em sobrados com pequenos jardins[106].

---

construtor Aristides Mercês para a residência do Dr. Simões Filho, também à rua Coqueiros do Pharol, em 1924 (Ficha nº 924/28/Victória - AHM).

[103]Ver projeto para a construção de uma casa para o Dr. Joaquim Roiz de Gamboa, de autoria do Engº Júlio Brandão, sita à Ladeira da Barra, em 1923 (Ficha nº 923/37/Victória - AHM).

[104]Projeto para divisão de lotes e arruamentos da propriedade Villa Flora, encaminhada pelo Sr. Manuel Luiz do Rego. Não consta o autor. Ficha nº 924/88/Victória - AHM. Na justificativa do projeto, afirmava o requerente que se pretendia lotear *"a porção do terreno que consideram vantajosa ao arejamento e embellezamento do local"*.

[105]Ver, por exemplo, projeto apresentado pelo Engº Júlio Brandão para a residência do Sr. H. M. de Cerqueira Lima, à Rua da Graça, em 1923 (Ficha nº 923/16/Victória - AHM); projeto do Archtº Rossi Baptista, em 1925, para uma casa do Sr. Raul Schmidt, à Rua do Rio São Pedro (Ficha nº 925/03/Victória -

Também o Canella passa a ser procurado pela pequena burguesia como local de moradia. As ruas do Canella (atual Rua Araújo Pinho), do Bom Gosto do Canella (atual Rua Padre Feijó) e Dendenzeiros do Canella (atual Rua Marechal Floriano) são os locais escolhidos para a edificação de pequenos sobrados, com área construída de, aproximadamente, 200,00m², muitas vezes geminados, dois a dois, com jardim no recuo frontal[107] (FOTO 43).

A Federação e o Rio Vermelho desenvolvem-se então num ritmo similar, sendo ocupados por camadas menos favorecidas da população, em pequenas casas e chalets[108], estes últimos ainda admitidos pela Intendência, o que demonstra que, nesta época, estas áreas ainda são consideradas como de características suburbanas ou de arrabalde.

No setor que faz limite com o distrito de São Pedro, são a Gamboa e os Aflictos os locais onde se intensificam as construções. Casas térreas e pequenos sobrados são propostos em

---

AHM); ou ainda, o projeto apresentado pelo Engº Cardoso Antunes para a edificação de uma casa para o Cel. Hermelino E. de Assis, ao Largo da Graça, nº 17, em 1930 (Ficha nº 930/11/Victória - AHM).

[106]Ver projeto do Engº Júlio Brandão, em 1923, para a construção de uma casa de propriedade do Sr. Ramiro Campos, à Rua do Rio São Pedro, nº 40 (Ficha nº 923/25/Victória - AHM); ou ainda, do mesmo autor, contratado pela Cia. Commercio, Immoveis e Construcções, para o Sr. Alvaro Bahia, em 1924, na Villa Flora (Ficha nº 924/83/Victória - AHM), entre outras tantas, tão similares entre si.

[107]Ver, por exemplo, o projeto apresentado pelo Engº Júlio Conti, em 1923, para a construção de uma casa à Rua Dendezeiros do Canella, de propriedade da Sra. Alice Tuvo Mesquita de Oliveira (Ficha nº 923/14/Victória - AHM); o projeto do Engº Jayme David para a construção de duas casas à Rua Direita do Canella, de propriedade do Sr. Octaviano Muniz Barreto, em 1925 (Ficha nº 925/40/Victória - AHM); ou ainda o projeto para a construção de duas casas, em 1927, à Rua do Bom Gosto do Canella, de propriedade do Sr. Armando de Lemos Peixoto e autoria do Engº J. Souza Carneiro (Ficha nº 927/60/Victória - AHM).

[108] Ver, por exemplo, o projeto apresentado pelo Sr. Raphael Levy Miranda, de autoria do Engº Jayme David, para a construção de um chalet à Rua da Federação, em 1925 (Ficha nº 924/57/Victória - AHM); ou ainda, no mesmo ano e do mesmo autor, a proposta para a construção de uma casa *"estylo chalet"*, apresentada pela Sra. Idalina Pires Costa, na Rua da Paciência-Rio Vermelho (Ficha nº 925/ 08/Victória - AHM).

ruas sinuosas, desenvolvendo projetos que exploram, quase sempre, a declividade de sítio[109].

O final da chamada Primeira República encontrará, portanto, o distrito da Victória como uma área de ocupação consolidada, que se segmentara de maneiras distintas nos seus vários setores. Ao longo de todo o período, são os setores do Garcia, da Barra e do Rio Vermelho aqueles mais se adensam, comparecendo juntos com quase 60% do total de solicitações para construção, o que indica a efetiva ocupação de áreas que, até o final do século passado, possuíam povoamento disperso (Cf. PRANCHA 06).

O distrito da Victória afirma-se então como o principal vetor de expansão urbana, nos primeiros tempos republicanos. Consolidando-se em determinados trechos a tendência já apontada no início dos Oitocentos, da ocupação da área pela burguesia, a expansão urbana identificada no distrito reflete ainda uma outra característica do projeto estatal de cidade: a segregação e hierarquização espacial, que destina setores específicos a determinadas faixas da população. Os dois vetores de expansão identificados no período, mostram que, enquanto os abastados comerciantes instalam-se próximos ao mar, as camadas mais pobres ocupam setores mais internos do distrito, que chegam ainda ao final da Primeira República apresentando características suburbanas. Esses padrões de ocupação são estimulados e induzidos pela ação do estado, seja pela criação de uma legislação específica, que restringe o uso do solo; seja pela implantação da infra-estrutura urbana, que privilegia alguns locais; seja pela prática cotidiana da Directoria de Obras Municipaes, que, pretendendo-se científica, elege subjetivamente a imagem do espaço público.

---

[109]Ver projeto do construtor Gustavo Santos para a edificação de uma residência de propriedade do Sr. Antonio Souza Teixeira, à Gamboa de Cima, em 1922 (Ficha nº 922/17/Victória - AHM); ou o projeto apresentado pelo Archtº Carl Wustefeld, da Empreza Emilio Odebrecht & Cia., para a construção de duas casas geminadas de propriedade do Sr. Manoel Joaquim de Carvalho, à Rua da Gamboa, em 1928 (Ficha nº 928/07/Victória - AHM).

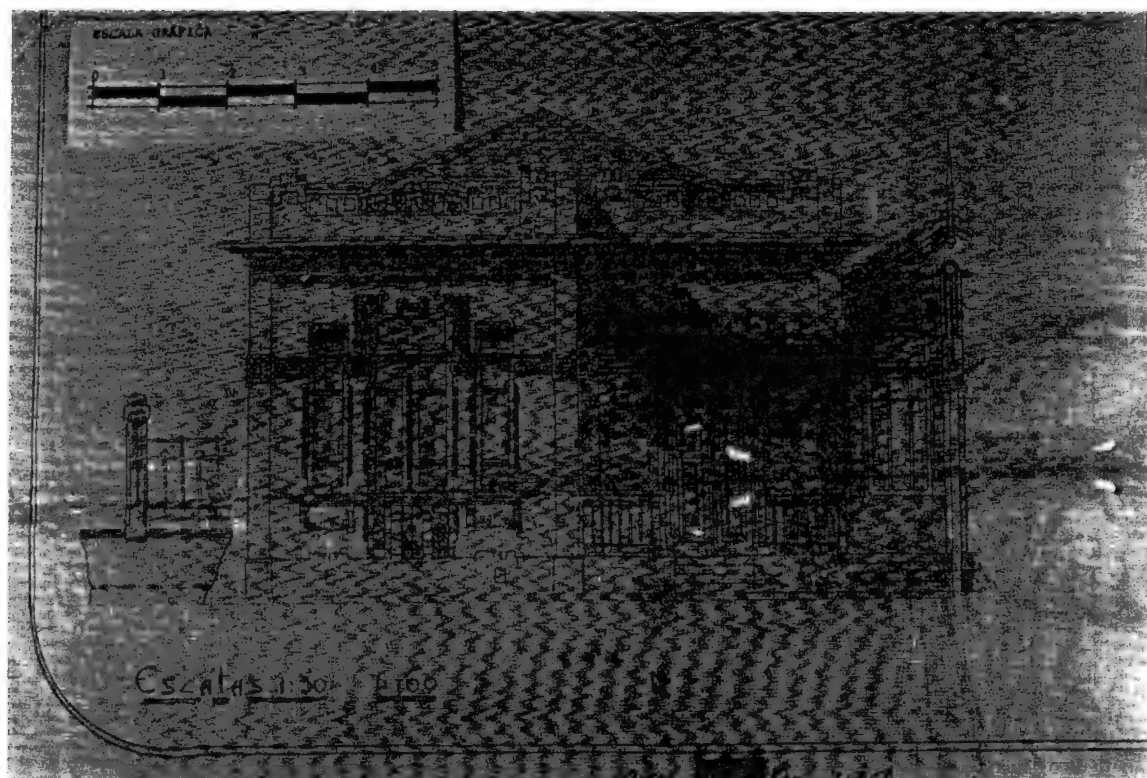



**FOTO 39a** - Projeto para a construção de casa à Rua Coqueiros do Pharol, na Barra, em 1916. Fachada Principal.

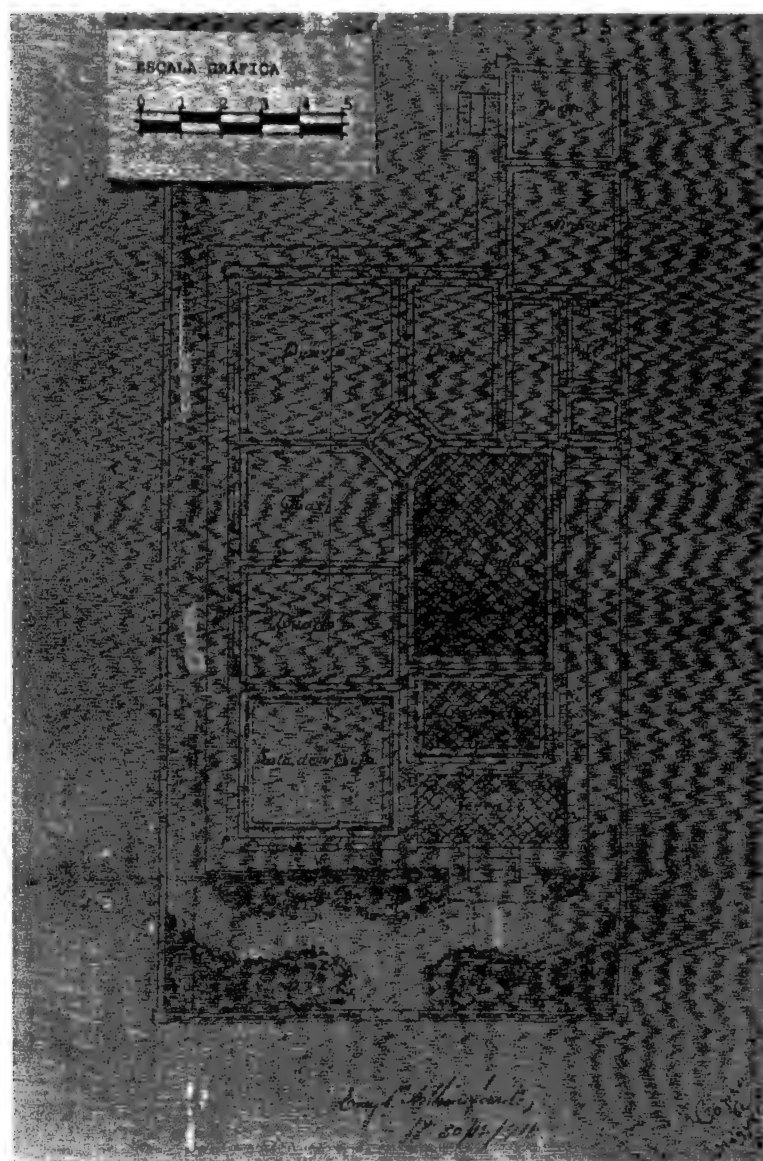



**FOTO 39b** - Planta Baixa.

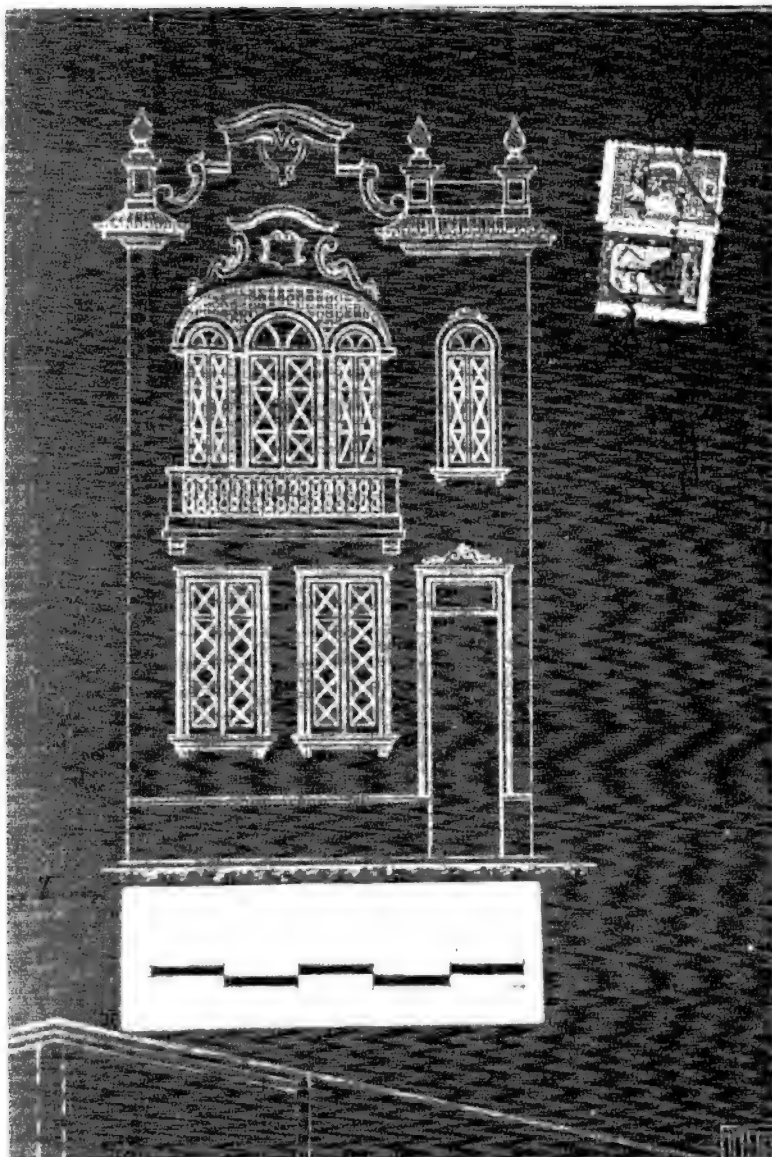



**FOTO 40a** - Projeto para a reforma de imóvel ao Porto da Barra, nº 19, em 1928. Fachada Principal.

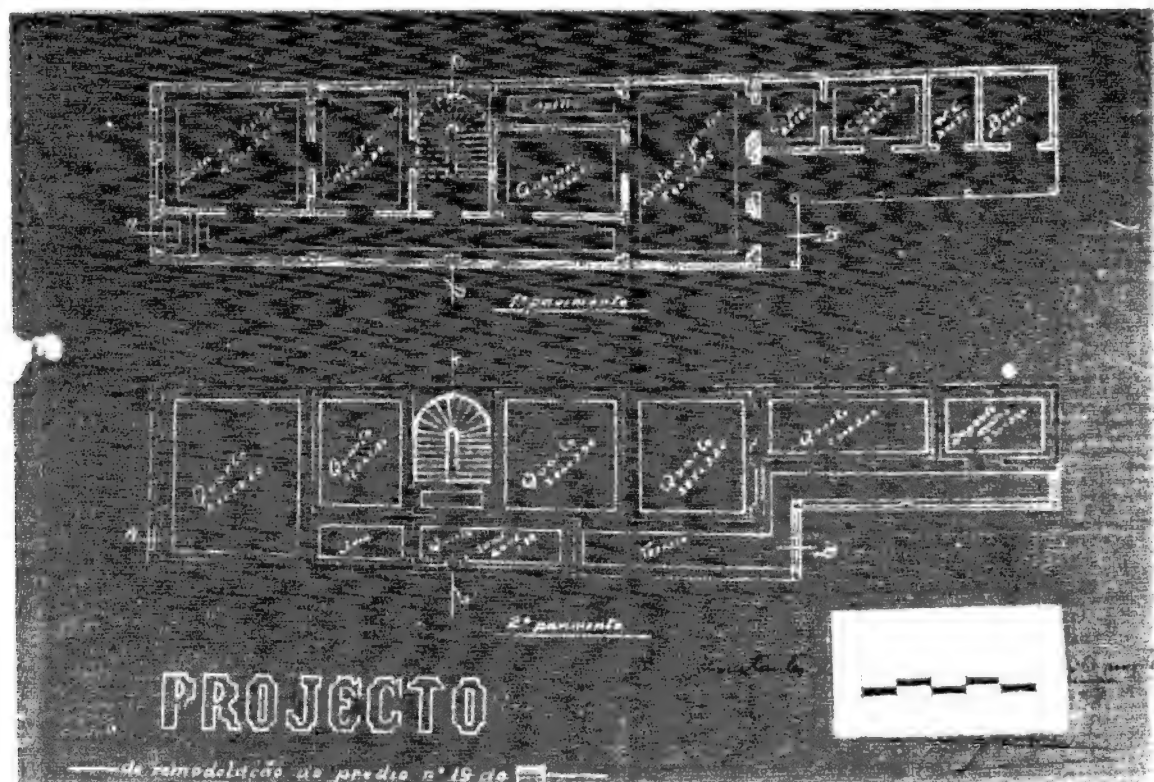



**FOTO 40b** - Planta Baixa.

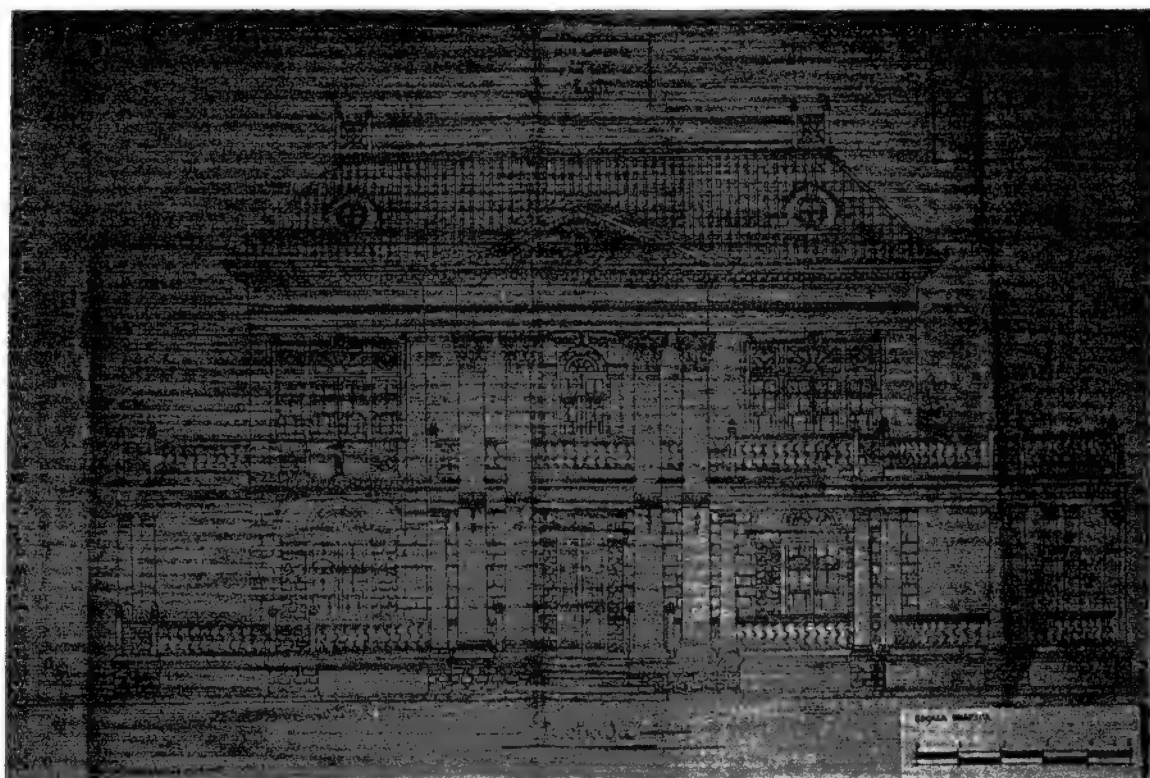



**FOTO 41a** Projeto para a construção de casa à Ladeira da Barra, em 1923, de Júlio Brandão. Fachada Principal.

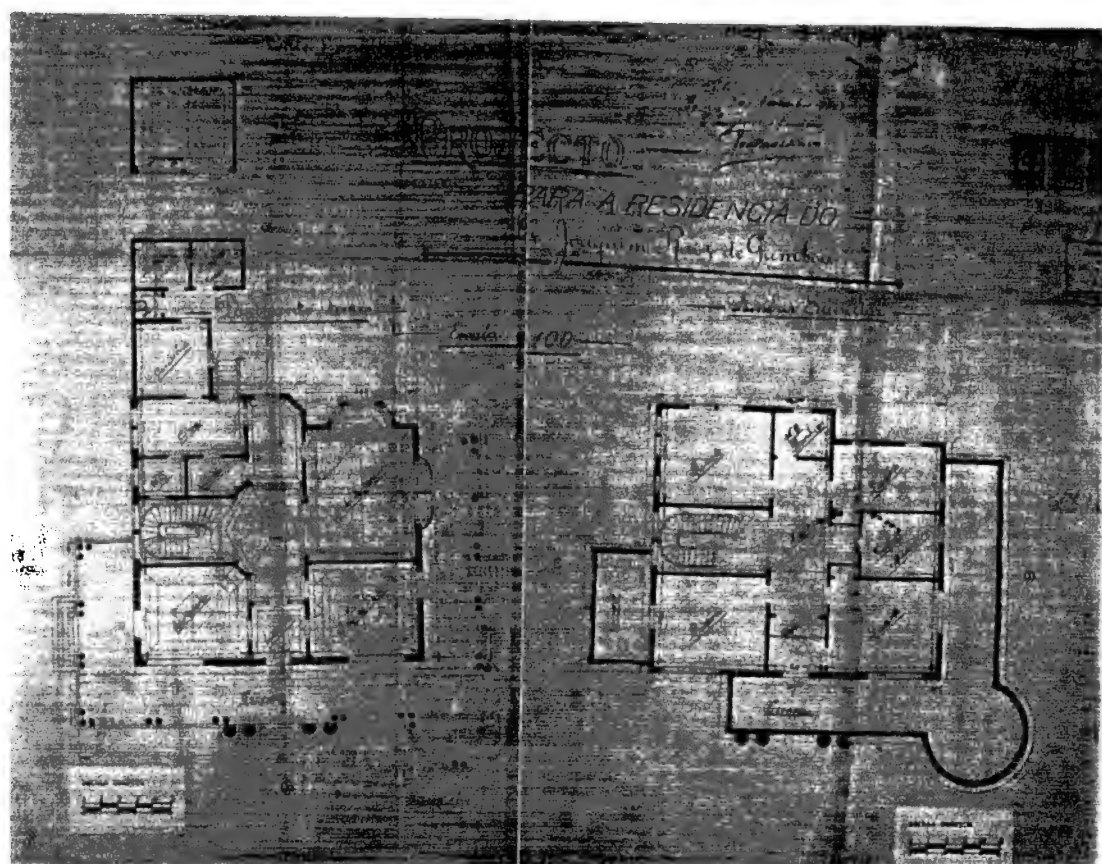



**FOTO 41b-** Planta Baixa

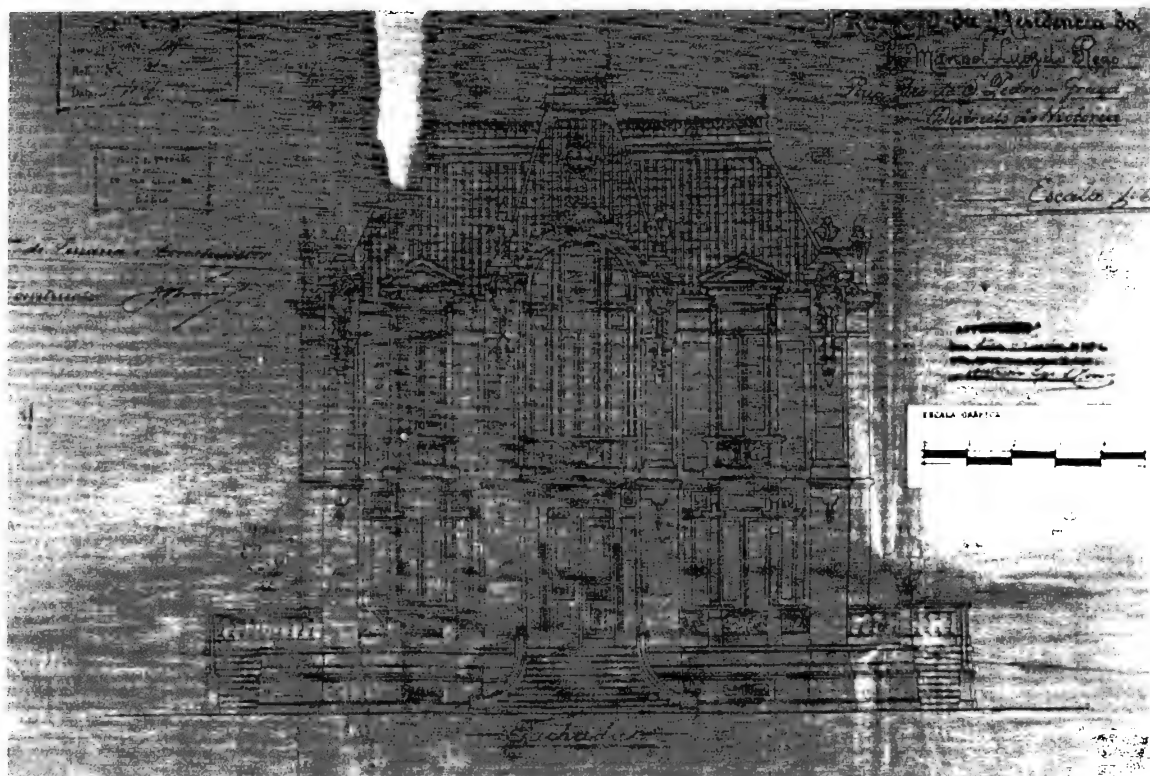



**FOTO 42a** Projeto de Júlio Brandão, em 1924, para a construção de imóvel à Rua Rio de São Pedro. Fachada Principal.

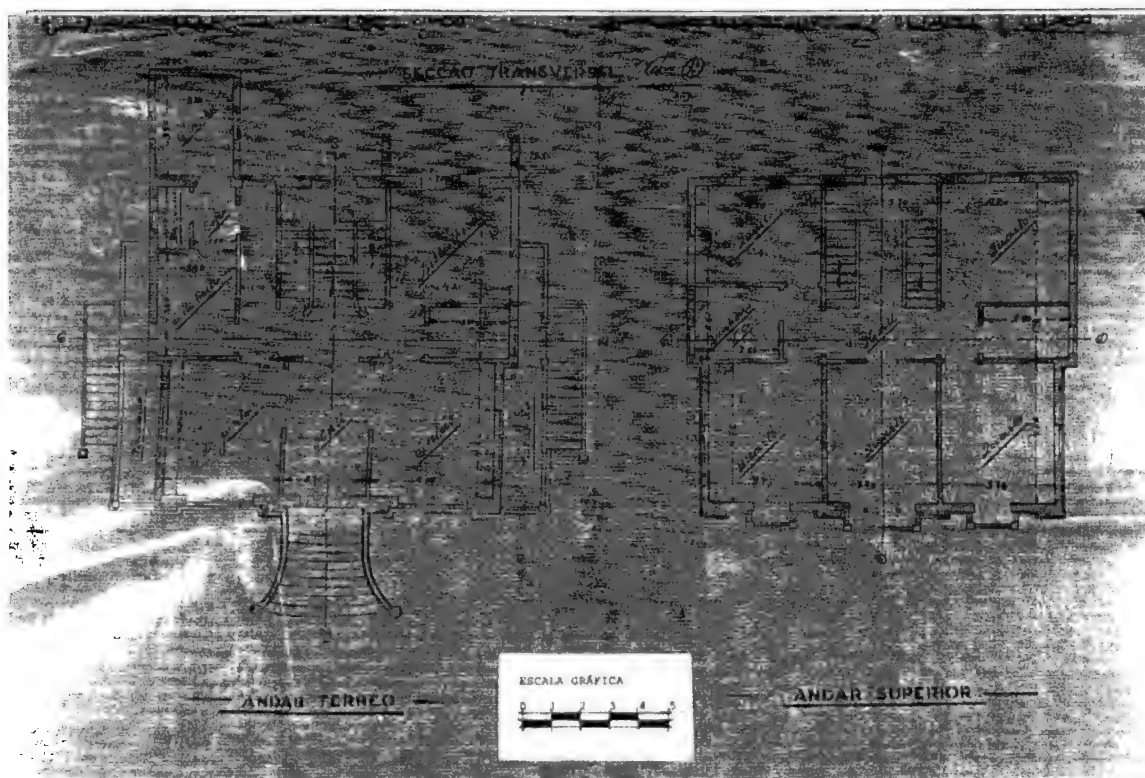



**FOTO 42b** Planta Baixa

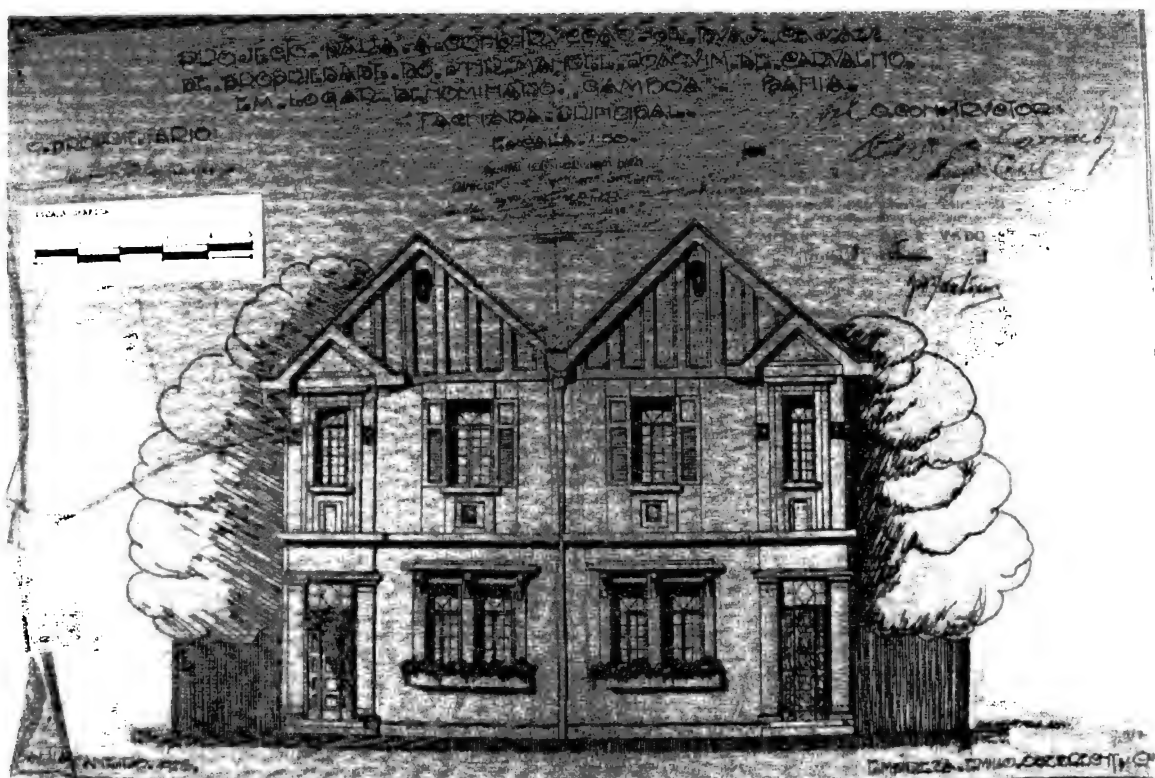



**FOTO 43a** Projeto para a construção de duas casas à Gamboa, em 1928, sob a responsabilidade da Empresa Emílio Odebrecht. Fachada Principal.

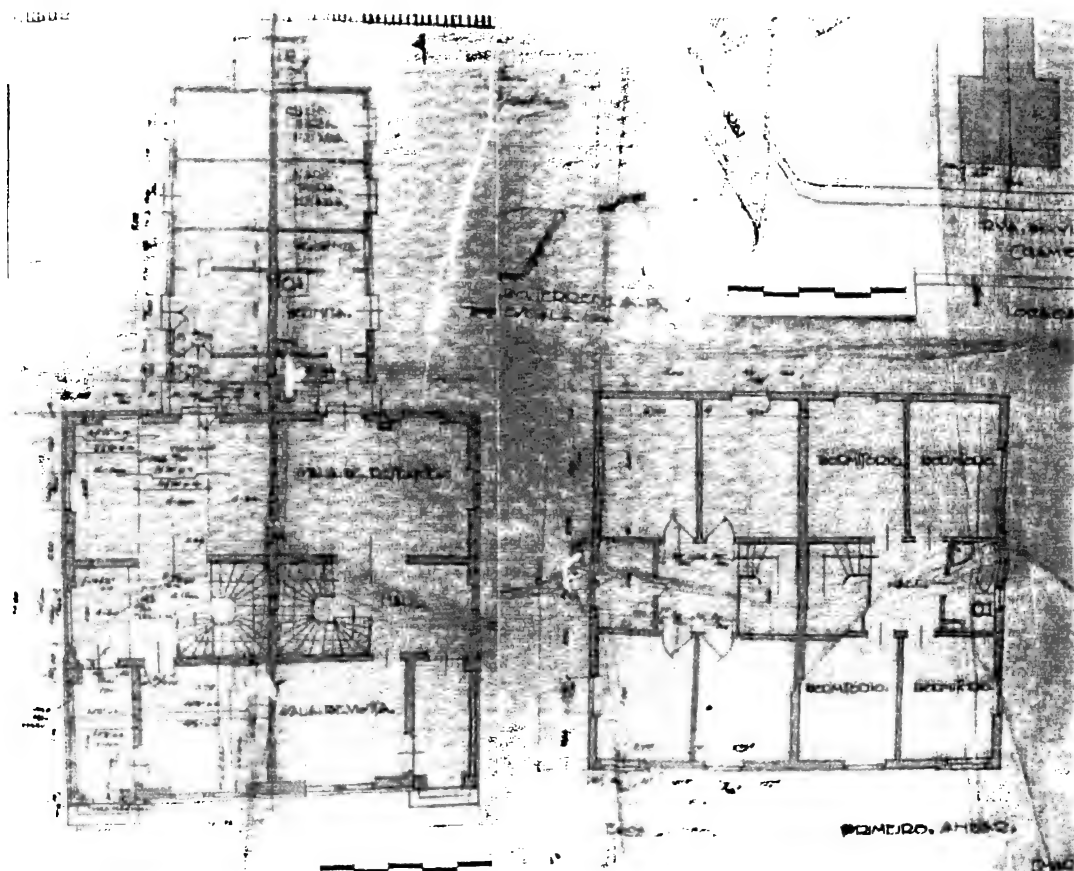
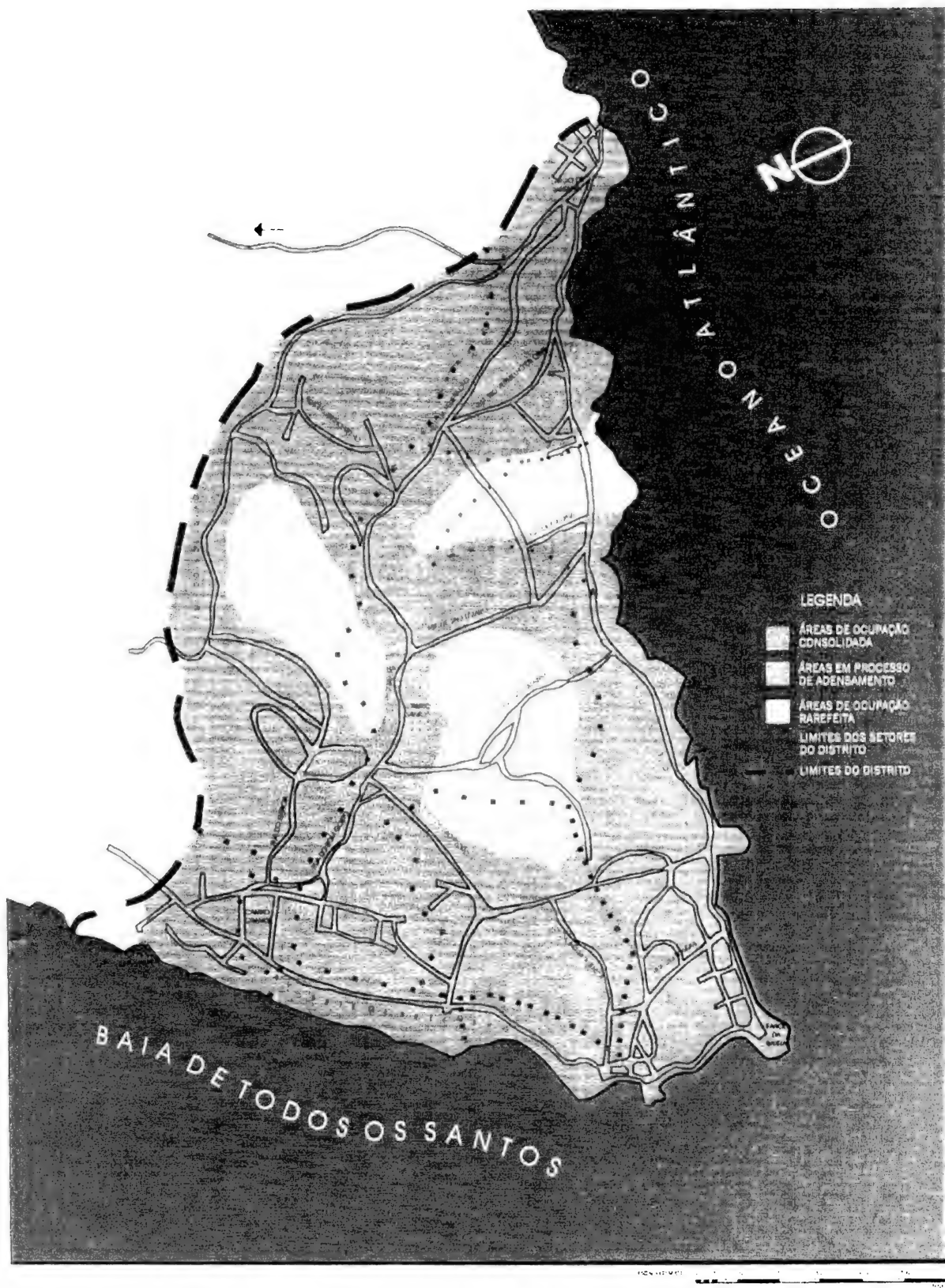



**FOTO 43b** Planta Baixa

FONTE: Mapa Topografico da Cidade de S. Salvador e seus subúrbios executado por Carlos Augusto Weyll, em 1850 (CEAB)
- Planta da Cidade do Salvador, elaborada pelo Engº Teodoro Sampaio, em 1905 (CEAB)
- Atualização do mapa da Cidade do Salvador, elaborado em 1931 (CEAB)
Processos formados pelas solicitações de licenciamento de obras, no distrito da Victoria, entre 1890 1930 (AHM)

A VICTÓRIA NA RENASCENÇA BAHIANA

A OCUPAÇÃO DO DISTRITO E SUA ARQUITETURA NA PRIMEIRA REPUBLICA

**OCUPAÇÃO DO DISTRITO DA VICTÓRIA ENTRE 1920 - 1930**

PRANCHA

**06**

AUTOR ARQ. MARIA DO CARMO BALTAR ESNATY DE ALMEIDA

# CAPÍTULO IV

## *A arquitetura residencial do distrito da Victória*

# CAPÍTULO IV

## A ARQUITETURA RESIDENCIAL DO DISTRITO DA VICTÓRIA

### 4.1. O projeto estético do Estado e a arquitetura

#### 4.1.1. O modelo haussmanniano

Conforme já visto em capítulos anteriores, a intervenção do Estado sobre o espaço urbano, na Salvador da Primeira República, revela os indícios da construção de um projeto estético oficial para a cidade. Este projeto, que se fora construindo ao longo de todo o século XIX e cujos primeiros sinais podem ser identificados já no final do século anterior, tem nas primeiras décadas dos Novecentos o seu ápice.

Na verdade, o processo de modernização da velha soterópolis, do qual fazia parte o seu embelezamento, constitui-se numa das facetas de um processo mais amplo que atingiu as principais cidades brasileiras, na virada do século. A crescente urbanização de diferentes pontos do país, relacionada aos novos surtos econômicos e à articulação do capital estrangeiro no espaço da cidade, favorecendo a importação de ideologias e modelos de comportamento europeus, criará o clima propício para o florescimento de uma *belle époque* tropical, que assume características distintas nos diversos locais onde se faz notar.

Para os brasileiros do século XIX, a Civilização é sinônimo de tudo que se refere à França e à Inglaterra, e, seguindo o exemplo português, desde o período colonial, procuram nestes dois países as matrizes da modernização almejada. Além disto, o investimento de grandes capitais de origem francesa e inglesa no país, principalmente nos setores tecnológicos, essenciais à implantação de infra-estrutura urbana, ratificam uma dependência que não se dá apenas a nível econômico, mas também cultural. Desta forma, quando da implementação

dos melhoramentos urbanos nos diversos centros do país, os modelos adotados não serão outros, senão os modernos padrões arquitetônicos e urbanísticos já desenvolvidos em várias cidades européias, cujo principal referencial são as reformas executadas em Paris pelo Barão Haussmann.

O pensamento urbanístico que se constrói ao longo das primeiras décadas do século XIX em Paris[1], e que vêm a influenciar decisivamente as remodelações ocorridas no governo de Napoleão III, preconiza na planificação das cidades a dialética entre os interesses públicos e privados, o que, no mais das vezes, consiste na possibilidade de reformar o território pré-existente, re-formando-o sobre ele mesmo. De fato, o projeto haussmanniano para Paris redesenha a cidade, ancorando-se sobre quatro temas básicos[2]: implantação do serviço de abastecimento de água e esgotos; um projeto paisagístico, que inclui a criação de parques e a arborização da cidade; o chamado Plano de Paris, que determina o novo traçado das vias e o parcelamento urbano; e a Arquitetura e as Belas-Artes, responsáveis pela nova imagem da cidade.

Interessa-nos aqui, mais particularmente, o papel desempenhado pela Arquitetura neste contexto dos melhoramentos urbanos que, a despeito da modernidade da infra-estrutura então implantada, consistem basicamente num projeto de embelezamento da cidade[3]. Do ponto de vista administrativo, o embelezamento foi o principal motor da transformação de

[1]A este respeito, ver PINON, Pierre. *Les conceptions urbaines au milieu du XIXe siècle*. In: DES CARS, Jean; PINON, Pierre. **Paris - Haussmann**; *Le pari d' Haussmann*. Paris: Picard, 1991. p. 44-50.

[2]Estes temas são desenvolvidos por CHATELET, Anne-Marie. *La conception haussemannienne du rôle des ingénieurs et architectes municipaux*. Id., ib., p. 257-66.

[3]Cf. PINON, Pierre. *La construction d'un nouveau paysage parisien*. Id., ib., p. 181-91.

Paris, que, não por acaso, tem seus espaços controlados por uma legislação draconiana, que confere ao conjunto a unidade estilística pretendida[4].

Na construção da nova paisagem parisiense, busca-se um sentido monumental que não se restringe aos grandes edifícios públicos ou aos monumentos. Ao contrário, para Haussmann o monumento é a própria cidade, o conjunto dos seus elementos. O edifício não é mais um objeto arquitetural autônomo, mas, em primeiro lugar, um dos elementos de um espaço urbano rigidamente normatizado, ao qual a produção de arquitetos e construtores deve se adequar.

A unidade do conjunto urbano decorre principalmente do controle da composição dos edifícios, de suas fachadas, então regularizadas em suas alturas, disposição dos elementos arquitetônicos e tipos de revestimento[5]. A arquitetura conforma então a imagem da rua-tipo parisiense, identificada no mundo inteiro como a rua haussmanniana, aquela de passeios arborizados, margeados por edifícios de alturas e larguras uniformes, com fachadas em pedra e estuque e tetos de zinco ou ardósia - a marca do Segundo Império.

> *"(...) Como as paisagens e o embelezamento eram os itens que mais se fixavam na imaginação popular, os planejadores da cidade não separaram eficiência e beleza. [...] A Paris do Segundo Império era ao mesmo tempo extraordinariamente simbólica e cuidadosamente prática"*[6].

---

[4]Pierre PINON, no artigo supra-citado, considera que, neste período, buscou-se com tenacidade uma banalização da paisagem parisiense, esta, não entendida de forma pejorativa, mas, no sentido da construção de uma imagem uniforme da cidade. p. 182/3.

[5]Monique ELEB informa-nos que a regularização da disposição de janelas e da dimensão das aberturas já era praticada pelos arquitetos neoclássicos, mas que, apenas neste período, transforma-se em lei. A seu ver, foi esta base da concepção arquitetônica, aliada às normas higiênicas, em geral, que "condicionaram" o trabalho de criação do arquiteto, e controlaram a imagem das edificações. Cf. *L' appartement de immeuble haussmannien*. Id., ib., p. 284-95.

[6]NEEDELL, op. cit, p. 51/2.

A modernização, a infra-estrutura urbana, o saneamento são confundidos com os princípios estéticos, de forma que permitam a expressão dos padrões burgueses de viver.

Cenários urbanos, espaços de representação de uma nova ordem ditada pela burguesia e edifícios que seguem o gosto da "Beaux-Arts" garantem a Paris, a capital do século XIX, uma imagem da modernidade, tão cobiçada por outros centros urbanos que, então, também se transformavam em virtude das novas relações econômicas, ainda que assimilem o modelo de intervenção haussmanniana de formas distintas[7].

No caso brasileiro, as repercussões das transformações da capital francesa, durante a segunda metade dos Oitocentos, foram notadas, de maneira mais significativa, só nos primeiros anos republicanos, no Rio de Janeiro, a capital do país[8]. Lugar-comum, apesar de pouco investigada, é a afirmação de que as reformas urbanas aí implementadas por Pereira Passos, com a cumplicidade do Presidente Rodrigues Alves, entre 1903 e 1906, têm a Paris de Haussmann como modelo[9]. Como também o fora na maioria das cidades sul-americanas, também no Rio, as reformas parisienses são adotadas mais como

---

[7]A Paris de Haussmann é tomada, na segunda metade do século XIX, como o modelo da cidade ideal, e a ela pode-se aplicar a definição de ARGAN quando afirma que

> *"(...) A cidade ideal, mais do que um modelo propriamente dito, é um* módulo *para o qual sempre é possível encontrar múltiplos ou submúltiplos que modifiquem a sua medida, mas não alterem a sua substância (...)".* Op. cit., p. 74.

[8]Na, então, capital do país, os contatos com a França, mais particularmente, não são recentes. No século XVII, o engenheiro militar Michel de l'Escolle trabalha no Brasil e é a ele, provavelmente, que o Rio deve a regularidade de seu traçado. Ao início do século XVIII, será um seguidor de Vauban, Jean Massé, que tentará domesticar a paisagem tropical.(Cf. PEREIRA, Margareth da Silva. *Paris-Rio: le passé americain et le gout du monument.* In: LORTIE, Andre. **Paris s'exporte: modele d'architecture ou architectures modeles**. Paris: Pavillon de l'Arsenal / Picard, 1995. p.141-8). Contudo, é após a Missão Artística de 1816, fruto da vinda da família real para o Brasil, que se estabelece uma relação mais contundente com os padrões franceses de civilização.

[9]A este respeito, ver NEEDELL, op. cit., onde o autor estabelece uma relação entre as remodelações urbanas do Rio e a formação acadêmica francesa de Pereira Passos; e também: *As Transformações Urbanas no Século XIX*, de Maria Pace CHIAVARI (In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**: *uma cidade em questão II.* Rio de Janeiro: Index, 1985. p.569-98), onde a autora contesta a tradicional comparação do Rio remodelado com a Paris do Prefeito Haussmann.

*"um modelo político e metodológico e como referência emotiva: instrumento de propaganda (o Haussmann tropical) e de ilusão (Paris nos trópicos)"*[10];

do que como referência técnica, concreta. Não se pode, contudo, desconsiderar o conhecimento dos técnicos brasileiros a respeito das remodelações ocorridas em Paris, mas também em Viena, Lisboa, Bruxelas ou Buenos Aires, tendo, muitos deles, realizado sua formação acadêmica na Europa, a exemplo de Pereira Passos. São estes técnicos que conduzem as obras de melhoramentos nos principais centros do país, e que pretendem, através do embelezamento das cidades, imprimir-lhes a marca da modernidade.

Em Salvador, este processo de modernização toma como modelo para a remodelação da cidade a capital da República, o Rio de Janeiro[11], que, desde a transferência da família real para o Brasil, em 1808, dita os modernos padrões arquitetônicos e urbanísticos para o restante do país. Teoricamente, pode-se afirmar, contudo, que as remodelações idealizadas e, em parte, postas em prática, para Salvador adotam a mesma temática do caso parisiense, observando numa outra escala os requisitos de fluidez, salubridade e estética.

Durante o período delimitado para este estudo, a Primeira República, a prática da Directoria de Obras Municipaes revela a existência de um projeto estético para a cidade, o que se reflete no controle da produção da arquitetura que, também aqui, funciona como um elemento vinculado a um projeto mais abrangente, de construção de uma imagem moderna e civilizada da cidade.

---

[10]DEL BRENNA, Giovanna Rosso. *O Rio de Janeiro "de Pereira Passos"*. In: ____, op. cit., p. 09.

[11]São comuns nos periódicos em circulação na cidade, principalmente nos anos compreendidos entre 1912 e 1916 - o primeiro Governo Seabra -, artigos que estabelecem comparações entre a "velha" Salvador e a moderna capital da República, referindo-se a esta última como um modelo a ser seguido.

Ainda que sejam escassos os estudos sobre a Salvador do período republicano, uma opinião quase que consensual define o distrito da Victória como um espaço de domínio da burguesia local. A esta afirmação contrapõem-se os dados fornecidos pelo levantamento dos licenciamentos de obras realizados pela Intendência Municipal, que, como já visto no capítulo anterior, indica um maior adensamento dos setores ocupados por parcelas da população de menor poder aquisitivo, como Garcia, Barra, Rio Vermelho e Campo Santo / Federação (Ver GRÁFICOS 01 e 02). De fato, o caráter burguês que identifica esta área da cidade, até hoje, é também fruto de uma postura governamental que privilegia, durante a Primeira República, os setores do distrito ocupados pelas classes mais abastadas - como o Corredor da Victória, Campo Grande, Canella, Graça / Barra Avenida, e ainda trecho das Mercês - valorizado pelas reformas promovidas durante o primeiro Governo Seabra -, transformando-os em referencial da modernidade da cidade.

O distrito da Victória se apresenta, portanto, como uma das mais importantes áreas da cidade no estudo da aplicação de um padrão estético na construção de uma nova imagem urbana, e ainda, do papel desempenhado pela arquitetura neste processo, visto que, além do contraponto existente entre setores com características distintas de ocupação, engloba trechos eleitos pelo poder público para representar a moderna capital do estado.

### 4.1.2. O controle estético da arquitetura e o aformoseamento do distrito da Victória

A afirmação de que há, durante a Primeira República, um projeto estético para a cidade, pauta-se basicamente na análise dos requerimentos encaminhados à Intendência de Salvador, relativos ao distrito da Victória, solicitando licença para construir, reformar ou demolir imóveis, e, principalmente, nos pareceres elaborados pelos técnicos daquela repartição em resposta aos projetos arquitetônicos apresentados. O conjunto desta

documentação revela, ora implícita, ora explicitamente, a existência de uma proposta de embelezamento para este distrito, sempre imbricada aos ideais de fluidez do espaço urbano e de salubridade.

A análise dos processos de licenciamentos de obras indica que, no distrito da Victória, o controle da produção arquitetônica se dá com maior rigor nos setores de domínio da burguesia, o que parece ratificar a indução da ocupação de determinados trechos da área, tantas vezes promovida pelo poder público através da implantação de infra-estrutura urbana. Ao mesmo tempo, verifica-se uma gradual mudança no enfoque das informações técnicas que apontam, em momentos distintos, as diferentes preocupações do Estado com relação à ocupação do distrito, e indicam a paulatina estruturação dos serviços públicos diante das demandas da cidade: do inicial cuidado com o alinhamento dos edifícios e a definição dos logradouros, passa-se a exigir com maior rigor medidas que garantam a salubridade dos prédios, e, por fim, detém-se no aspecto figurativo das unidades arquitetônicas. Ou seja, observa-se que o foco das análises, que no início do período estudado relacionam com freqüência o edifício ao seu entorno imediato, arquitetura à cidade, desloca-se gradativamente para a análise dos imóveis isolados.

Nos primeiros anos republicanos, as maiores exigências da Directoria de Obras da Intendência dizem respeito à conformação do espaço público pela arquitetura; ou seja, à implantação dos edifícios em relação aos logradouros - ruas, largos ou praças -, e aos imóveis contíguos, buscando uma certa uniformidade do conjunto urbano, ora dando relevância aos edifícios, ora à paisagem, mas procurando sempre garantir o caráter destes espaços.

Esta postura da municipalidade apresenta duas atitudes distintas, que estão relacionadas ao nível de ocupação dos diferentes setores. Naqueles de ocupação mais consolidada, a

exemplo das Mercês / Polytheama, Campo Grande, trecho do Corredor da Victória e do Canella, as preocupações da Directoria são a de inserir adequadamente as novas edificações no conjunto já existente[12]- onde devem observar *"o alinhamento dos nativos"*-, e ainda, de promover a renovação de trechos degradados, principalmente aqueles contidos em áreas ocupadas pela burguesia, o que garantiria uma maior valorização imobiliária. Exemplo interessante é o da solicitação do Sr. Domingos Robians Gonçalves para a construção de uma pequena casa à Baixa do Canella, em 1891. Quando da vistoria ao local, o engenheiro da municipalidade constata que o requerente já possui nas imediações do dito terreno uma série de casas, semelhantes a um cortiço, e condiciona a liberação da licença à demolição daquelas, e à construção, em seu lugar, de uma rua com, no mínimo, 7,00 m de largura[13].

Já nos setores em fase de adensamento, onde o alinhamento é tido como *"capaz de garantir o bom aspecto da rua"*[14], a exemplo do Garcia, Barra e Rio Vermelho, esta postura institucional, de manter uma certa unidade do conjunto urbano, apresenta-se com maior evidência, onde, além do aspecto do conjunto, importa a conformação do sistema viário, geralmente, ainda inexistente[15].

---

[12]É o caso, por exemplo, do projeto apresentado pelo Engº José Celestino dos Santos para a construção de uma casa para o Sr. Joaquim Sérvulo d'Assumpção, à Rua do Forte de São Pedro, em 1890, cuja licença é concedida por manter o alinhamento dos imóveis já existentes (Ficha nº 002/Victória - AHM).

[13]Cf. projeto à Baixa do Canella, de autor desconhecido, em 1891 (Ficha nº 008/Victória).

[14]Cf. despacho do técnico que analisa o projeto apresentado pelo Sr. Manoel Pinto Novaes para a construção de uma casa à Estrada do Garcia, em 1896 (Ficha nº 078/Victória -AHM).

[15]Na primeira década da República, é comum que a municipalidade forneça o alinhamento do novo edifício relacionado à implantação do que lhe é vizinho, seguindo-lhe o recuo. Nas áreas ainda não ocupadas, toma-se algum outro ponto por referência, como é o caso, por exemplo, do projeto apresentado pelo Sr. Fritz Schröter para construir uma casa nas Quintas da Barra, em 1891, sendo informado que a mesma deveria manter o *"alinhamento de uma cerca de arame farpado que cerca um terreno próximo ao do supplicante"* (Ficha nº 006/Victória - AHM).

A definição de largos e praças, também neste período, é realizada pela disposição dos edifícios, onde a volumetria resultante é pensada de modo a realçar algum elemento do conjunto - o monumento -, conferindo a estas áreas características de destaque no espaço urbano. Isto pode ser demonstrado pela conformação do Largo dos Aflictos, quando, em 1894, pretende-se reconstruir uma casa de oitão em lote fronteiro à igreja. Segundo o engenheiro que analisa a proposta, a casa existente deve ser demolida, por se encontrar muito arruinada, e, em seu lugar, construída uma outra, desde que o requerente ceda para

> *"(...) o logradouro público, no Largo dos Aflictos, terreno em 2,60 m de largura em toda a extensão da lateral da casa",*

liberando, portanto, a visão do mar, e que também mantenha o alinhamento das casas e jardins do resto da rua, construindo igualmente um gradil de ferro[16].

Este processo sugere ainda elementos para a investigação de uma relação que se evidencia no trato do espaço urbano: a cidade x o mar, ou melhor dizendo, a cidade x a paisagem[17]. O exemplo citado, onde a conformação do largo fronteiro à Igreja dos Aflictos exige a liberação de trecho de um lote para a criação de um belvedere, mostra a permanência de

---

[16]Cf. projeto apresentado pelo Sr. Agostinho Dias Lima, de autor desconhecido, para a construção de uma casa na Ladeira dos Aflictos, em 1894 (Ficha nº 029/Victória - AHM).

[17]Hugo SEGAWA, op. cit., informa-nos das paulatinas transformações na educação de olhar para a natureza e para a paisagem, a partir do século XVII, na Europa, onde a pintura serve como um dos elementos fundamentais para a habilitação dos sentidos (daí, inclusive, deriva o termo *pinturesco* ou *pitoresco*). Da análise fornecida pelo autor, é possível apreender que esta nova relação estabelecida com a natureza aproxima os conceitos de *paisagem ideal* ao de *cidade ideal*, conceitos estes que informaram as concepções das cidades oitocentistas e as transformações urbanas executadas.
Também o PATETTA, op. cit., aponta na construção de uma nova "idéia de arquitetura" e, portanto, de cidade, uma nova conotação da relação entre homem x natureza, evidenciada a partir da segunda metade do século XVIII, na Europa, onde o *sublime* se antepõe ao *belo*, e onde se delineia o caráter nacionalista da temática do *pitoresco*. Esta poética, que assume maior valor de expressão na Inglaterra, dissolve a antítese tradicional entre jardim e arquitetura, de um lado, e paisagem natural, do outro. Funde-se então numa única visão estética de natureza a poesia, a pintura, o jardim, a arquitetura e a cidade, condicionando implicitamente toda a experiência romântica.

uma relação dos espaços de caráter monumental da cidade com a paisagem marítima[18], que, ao longo do tempo, assume conotações distintas.

Em Salvador, a apreciação do mar já parece ter sido assimilada pela cultura burguesa como valor estético, desde o início do século XIX, seja pela influência dos muitos estrangeiros que aí passam a residir, cujas ricas descrições da cidade indicam uma nova postura em relação à natureza, seja pela implantação de equipamentos que favorecem a fruição da paisagem. O Passeio Público é certamente o exemplo que melhor expressa esta relação. Como já visto, o Passeio, que foi criado nos primeiros anos dos Oitocentos, sempre despertou a admiração de viajantes que, além da riqueza da "natureza domesticada", encantavam-se com o panorama do mar[19] avistado dos belvederes, espaços destinados à contemplação. No início deste século, em 1906, esta postura ainda pode ser identificada, quando da análise do projeto de um centro recreativo - o Colyseu Bahiano[20] -, a ser aí instalado. Apesar de aprovado, alerta o técnico que o analisa para o fato da construção tirar parte da vista da baía, o que não seria desejável.

A esta nova relação com a natureza atrela-se também a difusão dos jardins, a arborização dos logradouros públicos, a criação de praças, o adensamento dos bairros mais distantes do centro - que devem aliar esta postura estética aos interesses do capital e aos preceitos

[18]Esta relação já pode ser identificada, inclusive, na escolha do sítio para a implantação da cidade, em 1549, com a disposição do centro administrativo em torno de uma praça voltada para o mar, ou ainda na implantação, por exemplo, de igrejas como aquela primitiva da Victória, a antiga Sé e seu adro, a de Santo Antônio d'Além do Carmo e o belvedere que lhe é fronteiro, e mesmo na disposição de elementos arquitetônicos, como a belíssima *loggia* do edifício-sede da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, todos voltados para o mar.

[19]Spix e Martius, por exemplo, que viajaram pelo Brasil durante 1817 a 1820, descrevem o panorama que daí se descortina da seguinte forma:

> *"(...) Do pavilhão construído com bom gosto, o olhar vagueia aqui sobre grupos de ilhas verdejantes da bela baía, ou pousa saudoso no infinito azul do oceano, que cintila o sol poente com irizações deslumbrantes (...)"*. Citado por SEGAWA, op. cit., p. 123.

[20]Cf. Cap. 03, nota nº 51.

higienistas -, e a arquitetura, que reflete a consciência, ou antes, a intencionalidade do Estado de fazer da cidade um produto artístico.

De fato, são do início da República, em Salvador, as primeiras tentativas de controle da arquitetura, de uma forma mais sistemática, por parte do Estado, através da legislação, movimento paralelo à estruturação do corpo técnico-administrativo da Intendência. Data de 20/07/1893 a Resolução Municipal nº 021 que proíbe

> *"(...) a qualquer cidadão edificar ou reedificar predios ou fazer-lhes quaesquer modificações sem previa apresentação de planta, a qual obedecerá ás condições de hygiene, esthetica e architectura de acordo com a largura das ruas e aptidão das praças e bem assim como sua posição topographica"*[21].

Tal norma proíbe ainda a construção de cortiços e prédios insalubres.

Desta mesma época, é a Resolução nº 028, de 12/08/1893[22], que estabelece a obrigatoriedade de fornecer a Secção de Engenharia do Município planta para a edificação ou reedificação de prédios, quando solicitada, mediante o pagamento de emolumentos; estes descritos em tabela da Instrucção nº 01, de 27/08/1894[23]. Ao analisar-se esta norma, verifica-se uma maior discriminação na cobrança do desenho da fachada do imóvel - cujo valor varia de acordo com o número de pisos e sua largura -, e da planta baixa, relacionada à área construída. Ressalta-se ainda que

> *"(...) as fachadas ornamentadas custarão mais de 10 a 50%, segundo a natureza da ornamentação"*.

---

[21]SALVADOR. Actos do Governo do Município da capital do anno de 1893. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1923, p. 122.

[22]Id., ib., p.139.

[23]SALVADOR. Leis e Resoluções do Conselho Municipal do Estado da Bahia do anno de 1894. Salvador: Litho-Typographia de J. G. Tourinho, 1900. p. 152/3.

No distrito da Victória, apenas entre 1893 e 1894, encontram-se alguns poucos projetos fornecidos pela Directoria de Obras Municipaes, conforme solicitação dos requerentes[24]. Como o número de projetos é bastante reduzido, torna-se impossível verificar a existência ou não de uma estética oficial na produção da arquitetura. Contudo, a análise destas propostas indicam antes, na concepção projetual, a mesma linha que norteia o mercado profissional de então, onde a grande maioria dos imóveis distinguem-se pelo tratamento da superfície da fachada (Cf. FOTO 44).

Apesar dos primeiros esforços da municipalidade para garantir um certo controle da produção arquitetônica, esta só ocorrerá com maior evidência quando o setor de obras apresentar uma maior estrutura técnico-administrativa, o que só se dá nos anos 10. As maiores preocupações da administração local, no início da República referem-se à fluidez e à configuração da malha viária, principalmente das áreas recentemente ocupadas.

Na virada do século, a criação de uma praça na Fazenda Garcia, em trecho de arruamento pouco definido, é mais um exemplo da preocupação do Estado com a conformação do espaço público, ao tempo em que indica o papel relevante que estes elementos da morfologia urbana desempenham na composição do monumental. Em 1900, quando o Sr. Valentim Pinto Leite da Silva solicita autorização para edificar uma casa, é informado que deve

> *"(...) a propriedade projectada ser construida no prolongamento da casa de Eduardo dos Santos, ficando respeitado o projecto da praça do local"*[25].

---

[24]Neste período, foram elaborados pela Secção de Obras da Intendência projetos para a construção de um chalet à rua do Garcia, para o Sr. Constâncio José de Souza, em 1893 (Ficha nº 016 -Victória/AHM); de uma casa à rua Forte de São Pedro, para o Sr. Manoel Coelho dos Santos, em 1894 (Ficha nº 017 -Victória/AHM); e, ainda no mesmo ano, para o Sr. Alfredo de Barros, uma pequena casa para à Estrada de São Lázaro (Ficha nº 018 -Victória/AHM).

[25]Ver projeto para a construção de uma casa à Fazenda Garcia, em 1900, do Sr. Valentim Pinto Leite da Silva (Ficha nº 139/Victória - AHM).

No mesmo ano, quando o Sr. Eduardo da Silva Nascimento requer licença para construir, no mesmo local, responde-lhe a Intendência que

> *"(...) a casa projectada pelo suppte deve ser construida no prolongamento das elevações das de José Quirino e Valentim [...] até um ponto distante 7m30 a aresta N.E. da casa de Joaquina afim de ficar limitada a praça projectada no local"*[26].

Já em 1902, quando o Sr. João Pompílio Ferreira Lopes resolve construir na mesma praça, é informado que deve seguir o alinhamento da capela aí existente, criando um jardim fronteiro, exatamente com as mesmas dimensões daquele que lhe é contíguo, do templo[27]. Mais uma vez, identificamos na atitude da municipalidade o cuidado de definir um conjunto arquitetônico, com o realce de um de seus elementos - no caso, a capela -, o que parece indicar um modelo estético para as pequenas praças da cidade, principalmente para os setores em fase de adensamento.

As preocupações do Estado com o aspecto estético do distrito da Victória, que, num primeiro momento, se detém nas questões relativas ao alinhamento dos edifícios, pouco a pouco, são direcionadas para as características figurativas de cada unidade arquitetônica que, juntamente com os requisitos higiênicos, constituem a parte mais substancial dos pareceres técnicos do Município. No início deste século, já se pode identificar nos setores ocupados pelas classes mais abastadas a busca de um controle estético da produção da arquitetura enquanto unidade, a fim de garantir a qualidade do conjunto: em 1900, a proposta para a construção de um Salão de Bilhar, na Rua Forte de São Pedro, deve modificar os arcos neo-mouriscos por outros ogivais[28]; em 1903, o projeto apresentado pelo

---

[26]Ver projeto de Manoel R. F. Muniz para uma casa sita à Fazenda Garcia, de propriedade do Sr. Eduardo da Silva Nascimento, em 1900 (Ficha nº 141/Victória - AHM).

[27]Cf. projeto do Engº José Barroso par a construção de uma casa à Fazenda Garcia, em 1902, de propriedade do Sr. João Pompílio Ferreira Lopes (Ficha nº 227/Victória - AHM).

[28]Ver Cap. 03, nota nº 11.

Sr. Julio Luiz Alves para a edificação de uma casa à Rua Senador Carlos Costa Pinto, nº 26, é reprovado, visto que, *"(...) na fachada a largura dos mainéis, que é de 0,25 m, não é admissivel"*[29]; em 1906, o Sr. Manoel Octávio Velloso dos Santos deve modificar o projeto à Rua do Rio de São Pedro, dotando-o de platibanda,

> *"(...) de modo que para a rua não fique a beirada de telhas, devendo as águas do telhado cahir sobre uma calha collocada na parte posterior da platibanda, de onde seguirão por conductores embutidos nas paredes passando por baixo do revestimento do passeio"*[30].

De fato, desde o final do século passado, o número de projetos encaminhados à Intendência que apresentam beiral simples é bastante reduzido, e, a partir dos primeiros anos do século XX, com uma certa freqüência encontraremos restrições do poder público ao emprego destes elementos. Esta tendência de esconder os beirais sob platibandas e lambrequins, ao tempo que nega o modelo da casa colonial, revela um desejo de modernização da sociedade, onde a arquitetura assume um papel representativo.

A insinuação de um modelo estético, ainda que não explicitado na sua totalidade, passa a ser aplicada de forma quase que consensual pelo corpo técnico da Intendência, transpondo para a cidade padrões arquitetônicos e urbanísticos desenvolvidos em outros centros. Uma outra faceta deste processo, com certeza, será revelada quando do estudo da formação acadêmica (ou não) dos profissionais que atuaram, tanto no serviço público, regulando as intervenções na cidade, quanto no mercado da construção civil, durante a Primeira República, em Salvador. Um estudo do gênero permitirá o confronto dos modelos aprendidos na Academia com a prática profissional corriqueira.

---

[29]Ver projeto apresentado pelo Sr. Julio Luiz Alves, de autoria de Victorio Meirelles, à Rua Senador Carlos Costa Pinto, em 1903 (Ficha nº 248 - AHM).

[30]Cf. projeto para edificar uma casa à Rua do Rio de São Pedro, de autoria do Engº Custódio Bandeira e propriedade do Sr. Manoel Octávio Velloso dos Santos, em 1906 (Ficha nº 291/Victória - AHM).

Um "modelo ideal", que mescla

> *"(...) os requisitos necessarios á hygiene domiciliar e á esthetica das edificações modernas (...)"*[31],

exigido pelo poder público quando da análise das propostas arquitetônicas, começa a ser absorvido por parte da população local que passa a utilizá-lo como justificativa para efetuar melhorias em seus imóveis. Em 1909, o Sr. Eduardo José Fernandes, ao solicitar licença para reformar sua casa à Rua da Paciência, afirma em seu requerimento ter em vista *"(...) melhorar as condições hygienicas e estheticas do predio ora existente (...)"*[32]; da mesma forma, a Sra. Francisca Epiphania Brandão justifica a ampliação de seu imóvel à Ladeira da Barra, em 1910, com a construção de mais um pavimento, *"(...) constituindo assim um predio elegante e de construcção de architectura moderna"*[33].

É, contudo, a partir da segunda década deste século, mais particularmente, a partir do primeiro Governo Seabra, em 1912, que este "projeto" estético se mostra com maior clareza. É prioridade neste "projeto" o controle da produção arquitetônica dos trechos por onde passa a Avenida Sete de Setembro, *"a principal via da cidade"*, onde os aspectos do conjunto urbano e dos imóveis, individualmente, devem refletir a pujança que a economia propicia à cidade.

---

[31] Cf. despacho do engenheiro da Directoria de Obras que analisa o projeto para a reconstrução de duas casas à Rua do Forte de São Pedro, de autoria de Custódio Bandeira, e propriedade do Sr. Venâncio Gonçalves Cal. em 1911 (Ficha nº 409/Victória - AHM).

[32] Ver projeto para a reforma de uma casa à Rua da Paciência, de autoria do Engº J. Barrozo, para o Sr. Eduardo José Fernandes, em 1909 (Ficha nº 334/Victória - AHM).

[33] Projeto de ampliação para edifício sito à Ladeira da Barra, de autoria de Custódio Bandeira e de propriedade da Sra. Francisca Epiphania Brandão, em 1910 (Ficha nº 362/Victória - AHM).

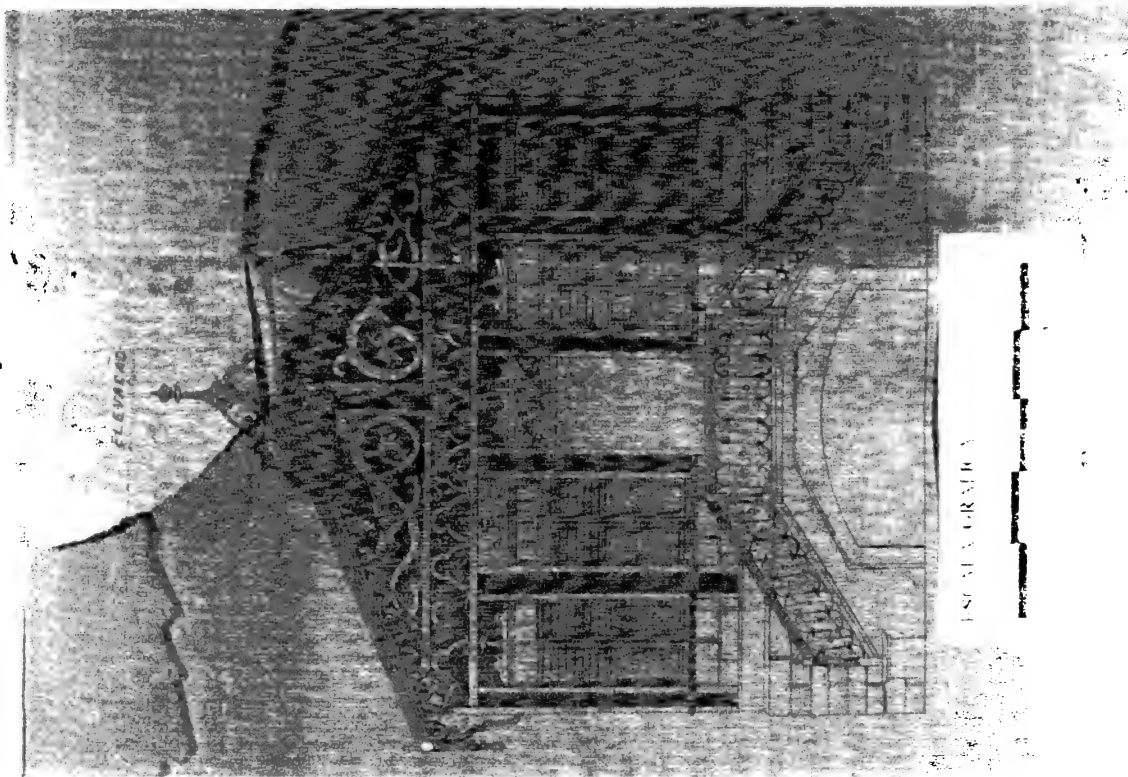



**FOTO 44** - Projeto para a construção de um chalet à Rua do Garcia, em 1893, de autoria de um técnico da Intendência.

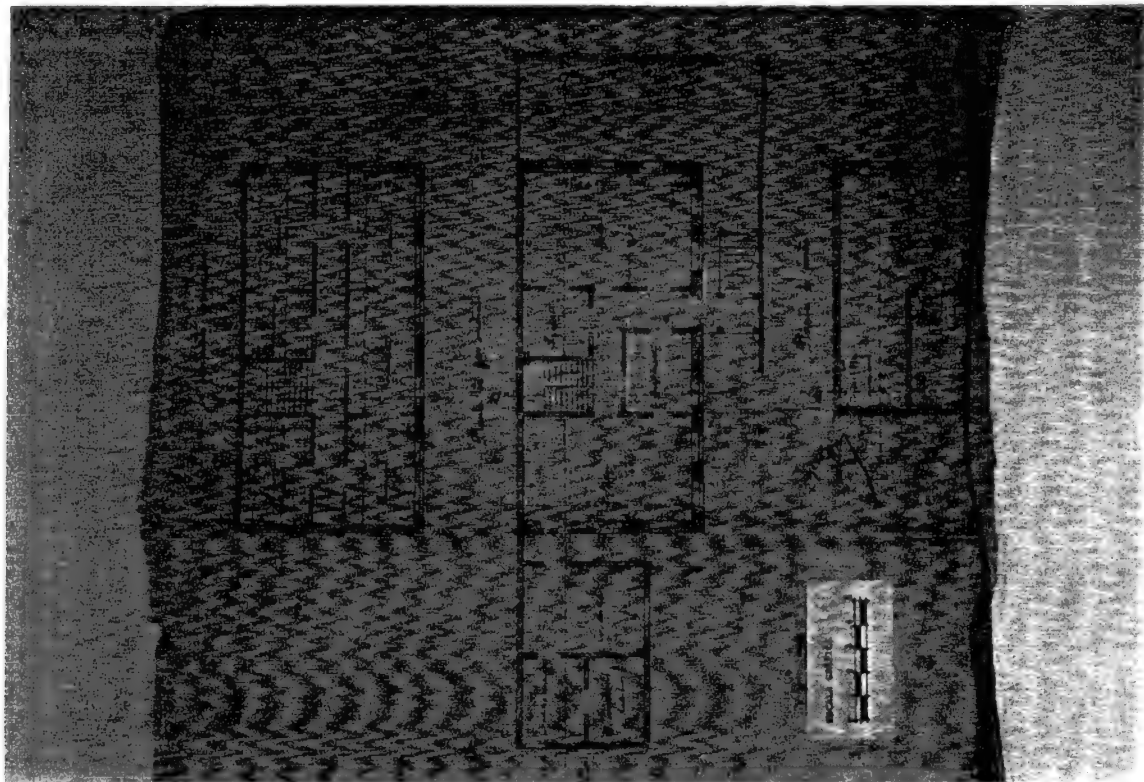



**FOTO 45a** - Projeto de ampliação e reforma de imóvel sito ao Pharol da Barra, nº 54, de Custódio Bandeira, em 1912. Planta Baixa

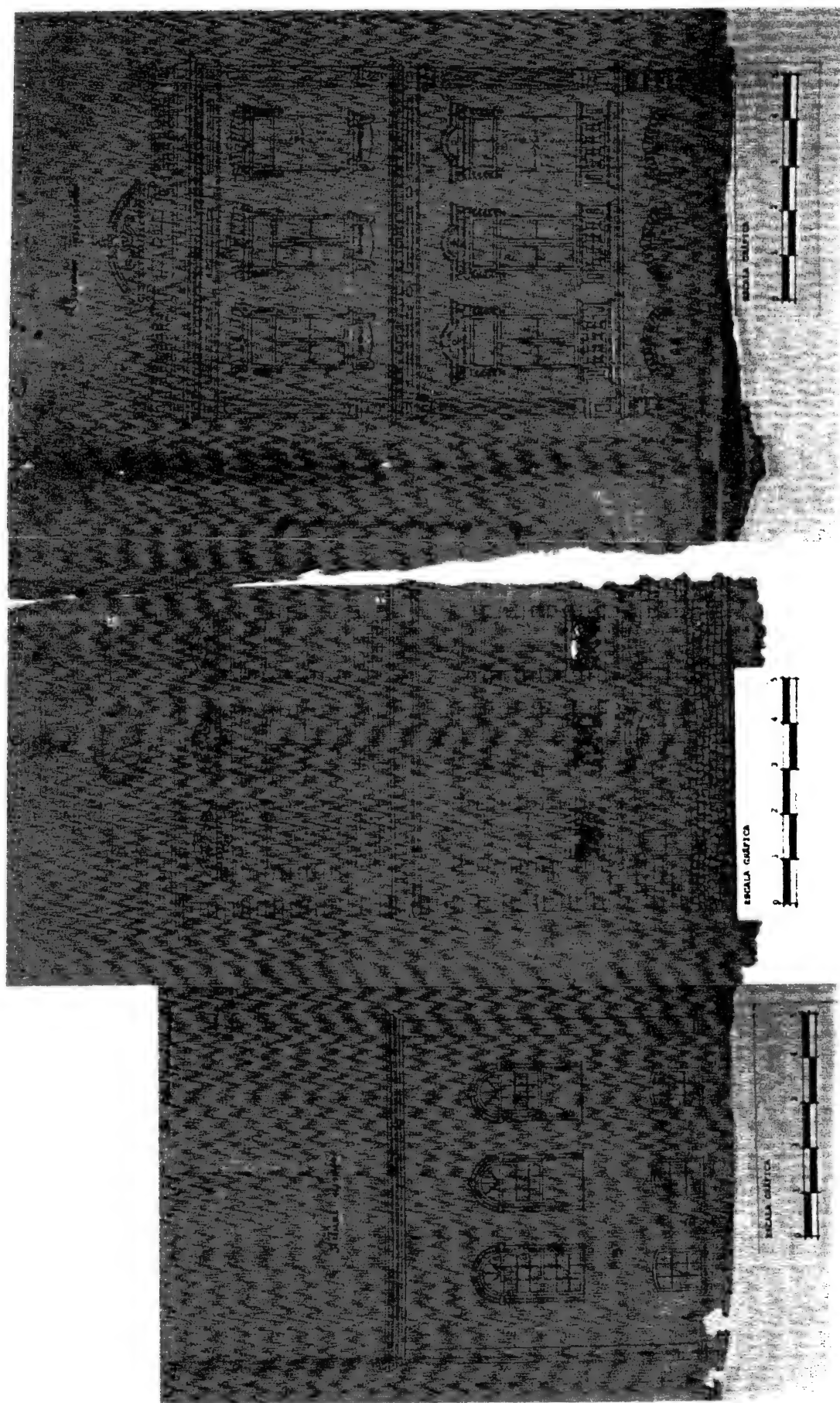



**FOTO 45b** - Da esquerda para a direita: cadastro da fachada existente: primeira proposta apresentada. reprovada pela Intendência : proposta modificada. aprovada pela Intendência.

O Corredor da Victória , a Barra (principalmente, ao longo da orla), a Graça e as Mercês são setores onde a vigilância do poder público com relação à *"hygiene domiciliar e a esthetica"* são redobrados, conforme pode ser observado nos pareceres técnicos que estão contidos nos processos de licenciamento de obra referentes a estas áreas. Neste período, pode-se identificar a construção de um modelo arquitetônico que serve como parâmetro para a análise dos projetos apresentados à Intendência, onde o conceito de beleza empregado não deixa de ter um certo grau de subjetivismo, ainda que, de uma maneira geral, possa-se falar de um "consenso estético" entre os técnicos da municipalidade.

Alguns projetos ilustram bem estas questões. Em 1912, por exemplo, o Sr. Manoel de Souza Campos Filho, proprietário de uma casa de porão-alto mais um pavimento, de fachada singela, com três aberturas em arco pleno, situada ao Pharol da Barra, apresenta um projeto para a construção de mais um andar. Ao ser analisado pelo Engº João dos Santos Tuvo, técnico da Intendência, este afirma que

> *"(...) a licença pode ser concedida, parecendo-me, entretanto, que o requerente deveria melhoral-o, adoptando para a fachada um estylo mais leve e elegante, compativel com o local onde está situado, porque me afigura um tanto pezado o projecto, não satisfazendo aos reclames da construcção moderna em arrabaldes".*

Tal parecer é ratificado pelo Director de Obras Municipaes, que solicita ao requerente que apresente nova proposta para a fachada. Projeto alterado, é, por fim, aprovado[34] (Ver FOTO 45).

A análise dos dois projetos apresentados indica que suas diferenças consistem, basicamente, no tratamento das superfícies, ou seja, à exceção do coroamento do edifício - que, na proposta reprovada, se apresenta como um frontão escalonado, e, na aprovada,

---

[34]Ver projeto do Engº Custódio Bandeira para a ampliação de uma casa ao Pharol da Barra, 54, de propriedade do Sr. Manoel de Souza Campos Filho, em 1912 (Ficha nº 434 - AHM).

como uma platibanda mais graciosa, que alterna os cheios e vazios e é ladeada por acrotérios -, a volumetria é praticamente a mesma, distinguindo-se uma da outra pelo emprego da ornamentação da fachada.

Ocorre que, para a maioria dos edifícios, a adoção de estilos não implica em grande rigor formal, estando a composição da fachada vinculada ao tratamento decorativo das superfícies, integrando numa ordem qualquer os elementos funcionais e a ornamentação. Um dos muitos manuais de construção, então adotados, por exemplo, informa que, além das proporções entre comprimento e altura, nas composições das fachadas

> *"(...) As divisões verticais do edifício, como o eixo das portas e janelas, os das pilastras divisórias, etc., e a divisão horizontal em andares devem ter entre si uma certa harmonia que, combinada com os motivos arquictetónicos e decorativos, concorra para dar à fachada um carácter adequado ao destino da edificação (...)"*[35].

Neste caso, o *"estylo mais leve e elegante"*, adequado aos arrabaldes e solicitado pelo técnico da Intendência, é conferido ao edifício pelo emprego de uma ornamentação em linhas clássicas, o que parece indicar este padrão arquitetônico como parâmetro de controle dos aspectos estéticos das edificações. Percebe-se então que o conceito de *estylo* que informa esta prática do profissional - tanto daquele que concebe, quanto daquele que analisa o projeto-, pode ser tomado como

> *"(...) o conjunto de caractéres distintivos das diferentes épocas e escolas, [...] [que se manifesta]* ***principalmente em detalhes ornamentais e decorativos***[36]*, chegando a abranger os próprios sistemas arquitectónicos a que correspondem proporções particulares (...)"*[37].

---

[35]SEGURADO. José Emílio dos Santos. **Edificações**. Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand. s/d. p. 130.

[36]Grifo nosso.

[37]SEGURADO. op. cit., p. 64.

Vale salientar que, para a cultura romântica, todos os estilos são igualmente legítimos e a utilização de um ou de outro tinha uma finalidade expressiva, ideológica, racional e funcionalista; esta última, caracteriza sobretudo a produção arquitetônica a partir do século XIX, que desenvolve uma pertinência específica de um estilo com uma tipologia edificável.

De fato, a formação acadêmica de muitos dos profissionais que, então, atuam no mercado da construção civil, em Salvador, muitos deles oriundos das Escolas Polytechnicas e de Belas Artes, detém-se no estudo da ornamentação dos edifícios[38], tomando por referência o grande número de revistas, álbuns, enciclopédias de arquitetura ou obras como as de César Daly, Félix Narjoux, Victor Petit, Lambert e Planat[39], importadas e difundidas por todo o país. Também os muitos manuais e catálogos, comuns no país, no início do século, adotados na formação dos profissionais menos graduados da construção civil, detalham o emprego da ornamentação. Estes, específicos para cada uma das atividades ligadas à construção e à decoração na arquitetura, já eram utilizados em todo o mundo. Manuais para serralheiros, carpinteiros, ferreiros ou estucadores, traziam lâminas com figuras e caracterizações escritas que nem sempre eram utilizadas devido à diferença lingüística[40]. A adoção dos modelos propostos nestes manuais e catálogos, muitas vezes, assumem proporções tais, que todo o edifício é copiado, segundo uma imagem dada. É o caso, por

---

[38]A Escola Nacional de Belas Artes, por exemplo, criada pela Missão Artística de 1816, no Rio de Janeiro, e que se torna a referência no ensino da *boa architectura*, possuía no seu currículo a disciplina "Desenho de Ornatos", substituída em 1890 por "Elementos da Arquitetura Decorativa e Desenho Elementar de Ornatos". Esta muda em 1911, para "Desenho de Ornatos, Elementos de Arquitetura e Composições Elementares de Arquitetura", e, finalmente, em 1931, para "Arquitetura Analítica".
Além disto, buscava-se conferir um caráter mais erudito na formação dos profissionais no que diz respeito ao emprego da ornamentação: em 1890, o currículo da Escola passa a oferecer as disciplinas "Arqueologia, Etnografia" e "Mitologia". Curiosamente, isto ocorre quando, de uma maneira geral, a arquitetura abandona por completo a busca de um rigor filológico no uso da ornamentação. Cf. MUSEU Nacional de Belas-Artes. **O Século XIX: O Romantismo**. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas-Artes, 1979.

[39]Estas são algumas das muitas obras ainda encontradas na Escola de Belas Artes e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Cf. PEREIRA, in: LORTIE, op. cit. p.144.

[40]Cf. CARVALHO, Maurício Rocha. **Ecletismo Arquitetônico na Cultura Pernambucana**. Recife, 1992. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco. p. 65-9.

exemplo, da solicitação, em 1919, para a construção de uma galeria[41] coberta com toldo, onde funcionaria um café, no Largo do Pharol da Barra. À petição, junta o responsável pela proposta, o Engº Arthur Santos, um recorte de um periódico, onde o edificio representado, com pequenas alterações serve de modelo ao projeto. É curioso observar ainda que a imagem do que aparenta ser uma pequena casa numa área suburbana adequa-se a um tipo de equipamento comercial num setor da cidade tido como balneário. A utilização do recorte como um dos elementos do projeto apresentado (onde são colocadas as inscrições "Barra Café"), parece querer legitimar a qualidade arquitetônica da proposta[42] (FOTO 46).

Ainda em 1912, o Dr. Manoel da Silva Lemos é notificado pela Directoria Geral de Saúde Pública a efetuar uma série de modificações em imóvel de sua propriedade, situado ao Becco do Jogo, nas Mercês, apresentando para tanto um projeto arquitetônico. Ao ser analisado pelo engenheiro sanitário, este solicita o alteamento do telhado. Encaminhado à análise da Directoria de Obras, mais uma vez, o Engº João Tuvo afirma que

> *"(...) para levantamento do telhado [...], conforme exige o illustre Engº Sanitario em seu parecer, julgo imprescindivel tambem, para complemento da obra, afim de melhorar a esthetica da fachada, o alteamento da janella, da porta e do pé-direito, devendo ser substituida por cornijamento a actual beirada de telhas"*[43].

---

[41]Segundo um requerimento encaminhado ao Intendente Municipal, em 1911, pela Cia. Industrial Constructora, empresa que detinha a exclusividade da implantação destes equipamentos na cidade, a respeito da locação de alguns *"chalets-galerias"* no distrito da Conceição da Praia, apreende-se que se tratavam de pequenos módulos em estrutura de ferro, *"(...) de bello aspecto, todos fechados de portas de ferro de correr, ladrilhados e com abundante distribuição d'água (...)"*, que deveriam substituir os defectiveis kiosques, e, agrupados, poderiam abrigar as feiras que se realizavam ao ar livre. Cf. Requerimento da Cia. Industrial Constructora ao Intendente Municipal, aos 05 ago. 1911. Material sem catalogação. Distrito da Conceição da Praia - AHM.

[42]Cf. projeto do Engº Arthur Santos para um café de propriedade do Sr. Augusto Sawabini, situado no Largo do Pharol da Barra, em 1919 (Material sem catalogação/ Victória --AHM).

[43]Ver projeto do Engº Custódio Bandeira para reforma da casa do Dr. Manoel da Silva Lemos, sita ao Becco do Jogo, em 1912 (Ficha nº 440/Victória - AHM).

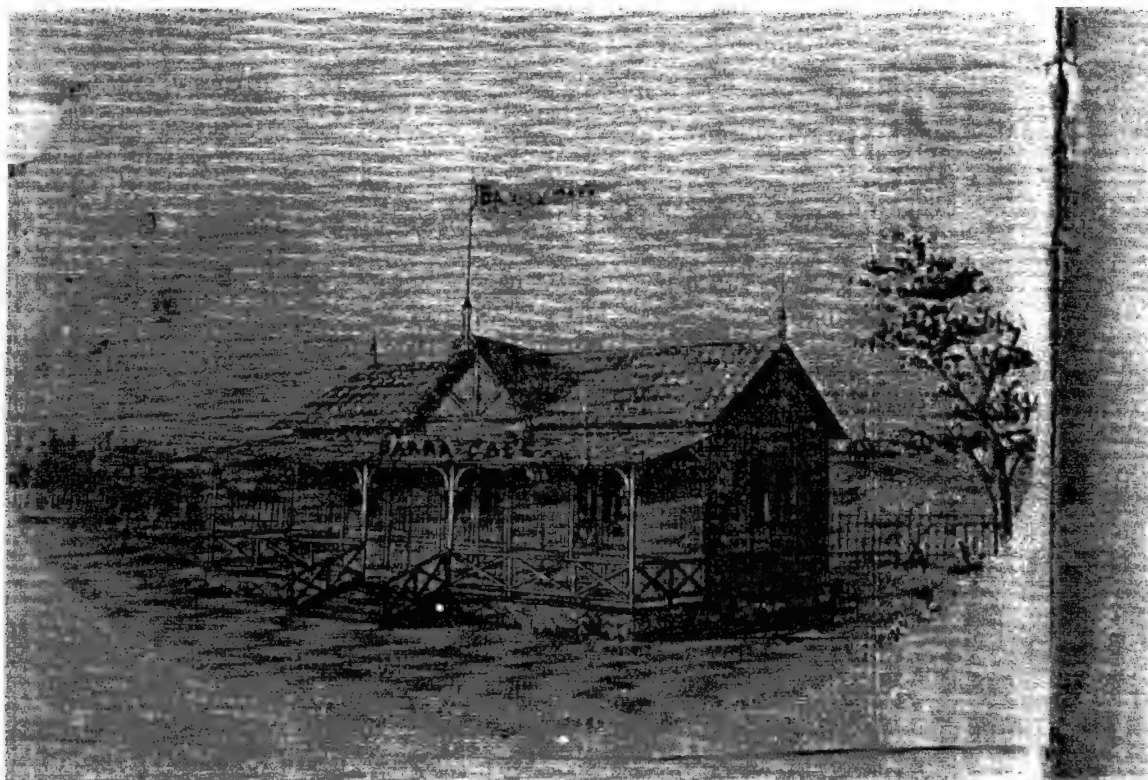



**FOTO 46a** Recorte de um periódico que acompanha o projeto do Engº Artur Santos para a construção de um café, ao Largo do Pharol da Barra, em 1919.

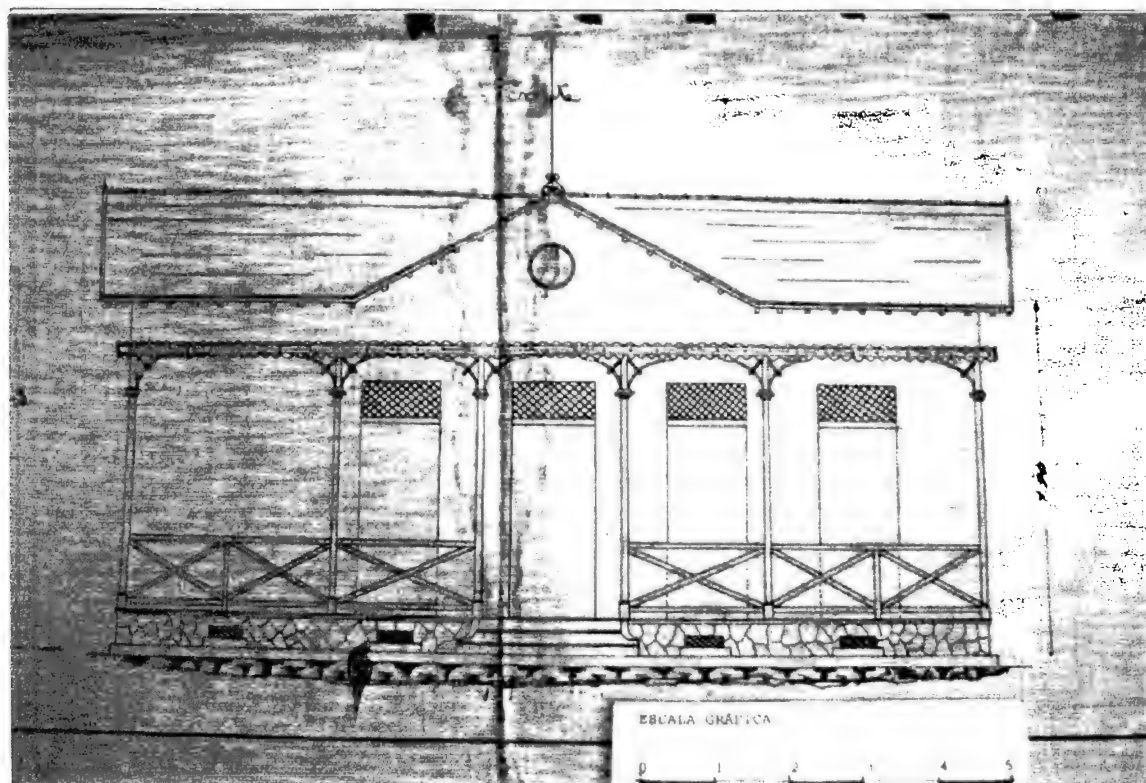



**FOTO 46b** fachada Principal.

Mais uma vez, identificamos na autoritária postura da municipalidade a preocupação em garantir a qualidade dos aspectos figurativos da arquitetura, e onde, novamente, o tradicional tipo de cobertura da casa colonial, com beiral simples, é negado.

É, contudo, o Corredor da Victória o local que melhor reflete a prática do Estado no controle da produção da arquitetura, principalmente durante os anos do Governo Seabra. Para a via, que tem a maior parte dos seus prédios reformados, neste período - seja devido às demolições exigidas para a construção da Avenida do Estado (conforme se observa na *Planta Parcellar nº 2 da Avenida Sete de Setembro*[44], de dezembro de 1912), seja devido ao desejo de "modernizar" as edificações (segundo indicam as solicitações dos proprietários que acompanham os projetos arquitetônicos) -, pretende-se um conjunto uniforme na sua volumetria. O rigor dos novos alinhamentos[45], a exigência de um material gráfico mais completo quando da apresentação do projeto à Intendência[46], o controle do gabarito das edificações são algumas das medidas que visam transpor do nível ideal para o real a proposta de embelezamento do distrito.

No Corredor da Victória, a arquitetura torna-se o meio pelo qual a elite da Salvador republicana define de uma forma nova o seu papel dirigente, distinguindo no conjunto a prevalência de uma classe, e, individualmente, a afirmação de cada um dos ricos proprietários no espaço urbano. Na arquitetura aí produzida, é possível identificar a aceitação de certas normas *a priori* - ao que Argan chamaria de comportamento

[44]PLANTA Parcellar nº 2 da Avenida Sete de Setembro, compreendendo o trecho do Campo Grande ao Largo da Victória. Escala: 1/500. Salvador, dezembro de 1912 (Fonte: CEAB / UFBA).

[45]Cf. caso já citado no Cap. 03, nota nº 64.

[46]Ver, por exemplo, o projeto de reforma da casa da Sra. Cardina Rogner, de autoria de Carlos Souza, situada ao Corredor da Victória, em 1913. Este, foi indeferido por

> *"(...) faltar os planos com as respectivas cotas e indicações do corte [...], além disso a fachada acha-se mal desenhada"*(Ficha nº 498/Victória - AHM).

arquitetônico -, com a finalidade de afirmar, acima do privado, um caráter cívico comum. Ainda que não se possa falar de erudição, referindo-se à totalidade da arquitetura aí existente[47], observa-se, de um modo geral, a predominância de uma linguagem classicista e monumental nas habitações de maior porte, como que à busca de uma legitimação social. A eleição deste repertório formal pela elite, com a anuência do Estado, aponta novamente uma base clássica nas idealizações da cidade (Ver FOTOS 47, 48 e 49).

De fato, Luciano Patetta[48] demonstra que, apesar de todos os pontos de concordância entre a produção arquitetônica do denominado período eclético (cujos termos conceituais em que são tomados neste trabalho estão explicitados na Apresentação), esta apresenta várias tendências que, contudo, conseguem estabelecer uma surpreendente unidade. O autor, além de relacionar os aspectos teóricos da questão, explica esta unidade, a nível figurativo e formal, ao atribuir toda a pesquisa estilística e a experiência projetual ao uso de um único sistema compositivo, o renascentista. Além de, por si só, ser considerado um *revival*, é este sistema utilizado acima de tudo como fundamento de composição do período, o que se dá tanto na esfera acadêmica, quanto naquela mais informal, onde inúmeras publicações difundem os "tipos" edificáveis, apropriados ao gosto burguês. É lícito supor, portanto, através das indicações fornecidas pelos projetos encaminhados à Intendência, no período

---

[47]A despeito da visão preconceituosa e eurocentrista do Príncipe Maximiliano de Habsburgo (op. cit.), este, quando em Salvador esteve, em 1860, com uma certa ironia já se referia à arquitetura da Victória, a seu ver, pouco erudita, onde destacavam-se

> *"(...) cintilantes e alegres os telhados, enquanto mastros altos, em tal quantidade que atingem o ridículo, indicam que ali mora, exclusivamente o Corpo Consular, como que reunido em uma colônia"* (p. 70).

Noutro trecho de seu diário de viagem, o autor, com alguma má vontade, refere-se ao

> *"(...) baixo nível da sensibilidade brasileira para a arte, que é uma mera brincadeira infantil com o que há de mais elevado ainda não assimilado, revela-se na maneira pela qual Hebe, Amor e Apolo estão agrupados, em inúmeros exemplares, nas alamedas e andares térreos. Tal falta de compreensão para a arte, em lugar da qual surge um coquetismo com meios paliativos, repete-se como um estribilho por todo o império brasileiro, imprimindo ao mesmo a marca desagradável de uma economia de novo rico"* (p. 80).

[48]Op. cit.

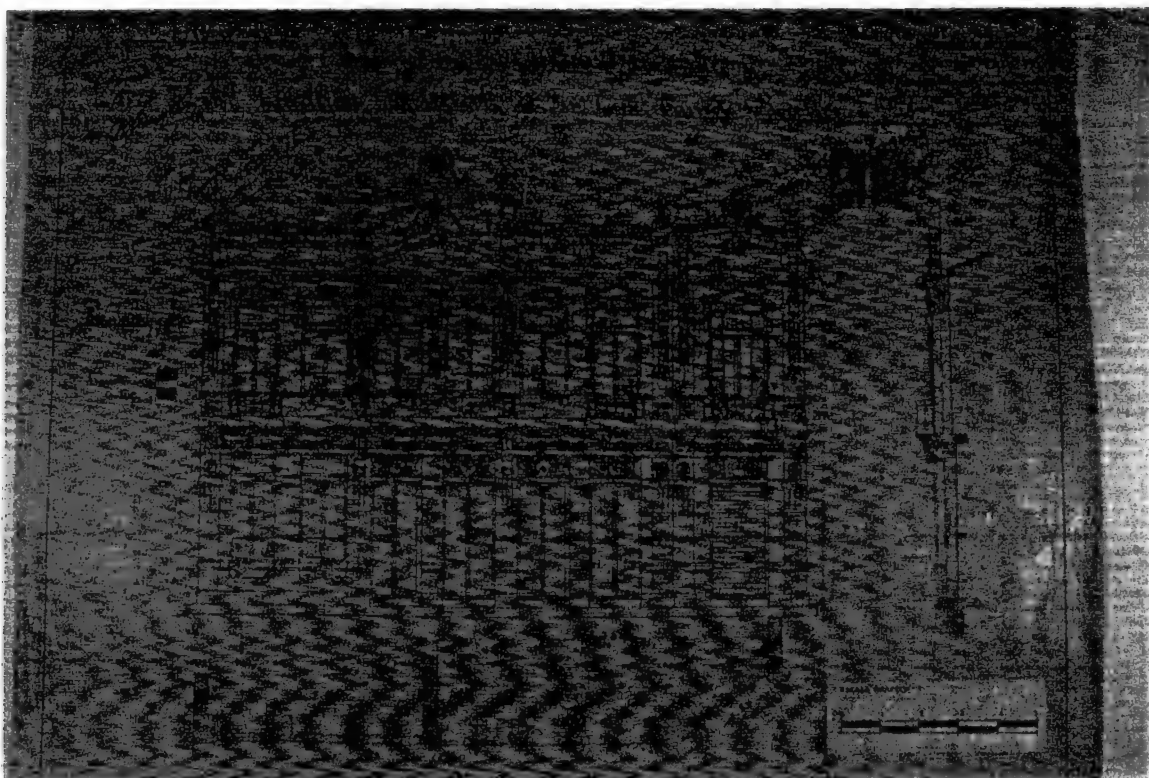



**FOTO 47a** Projeto de nova fachada para o imóvel à Rua José Marcellino, nº 100/102, em 1914. Notar o emprego de um repertório clássico na composição da fachada

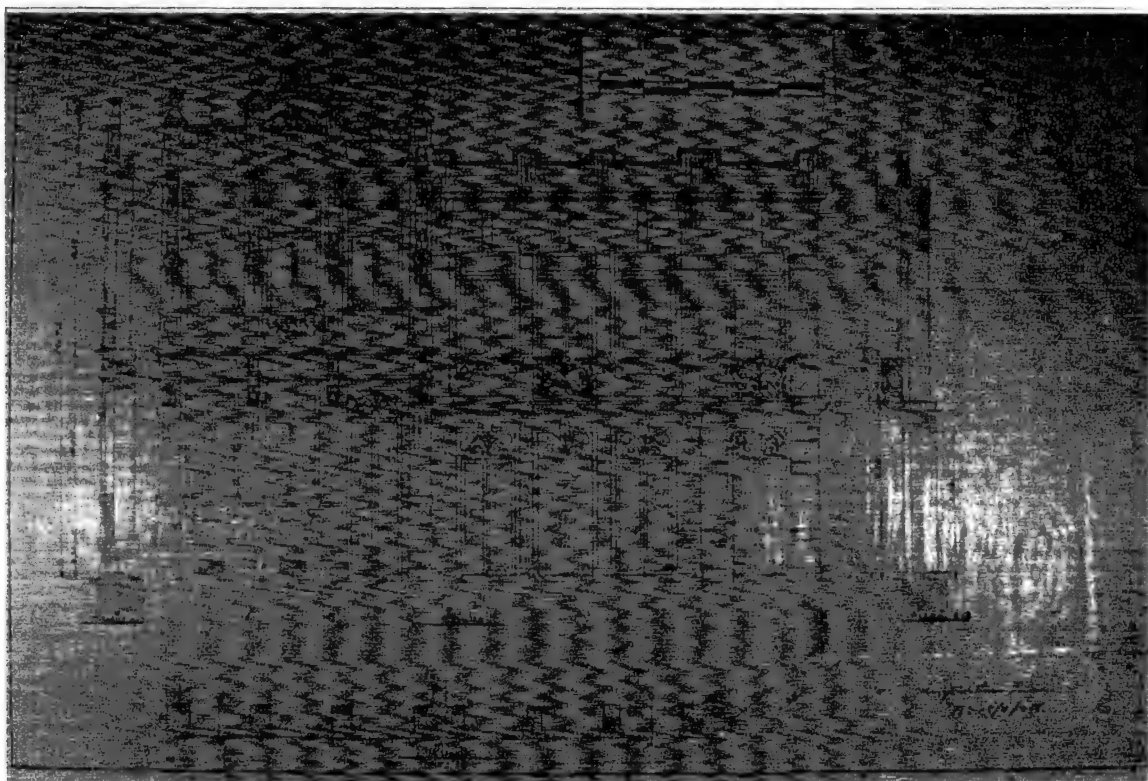



**FOTO 47b** Modificações efetuadas na proposta anterior, por desejo do proprietário, ainda em 1914. Notar o novo arranjo dos elementos na composição da fachada.

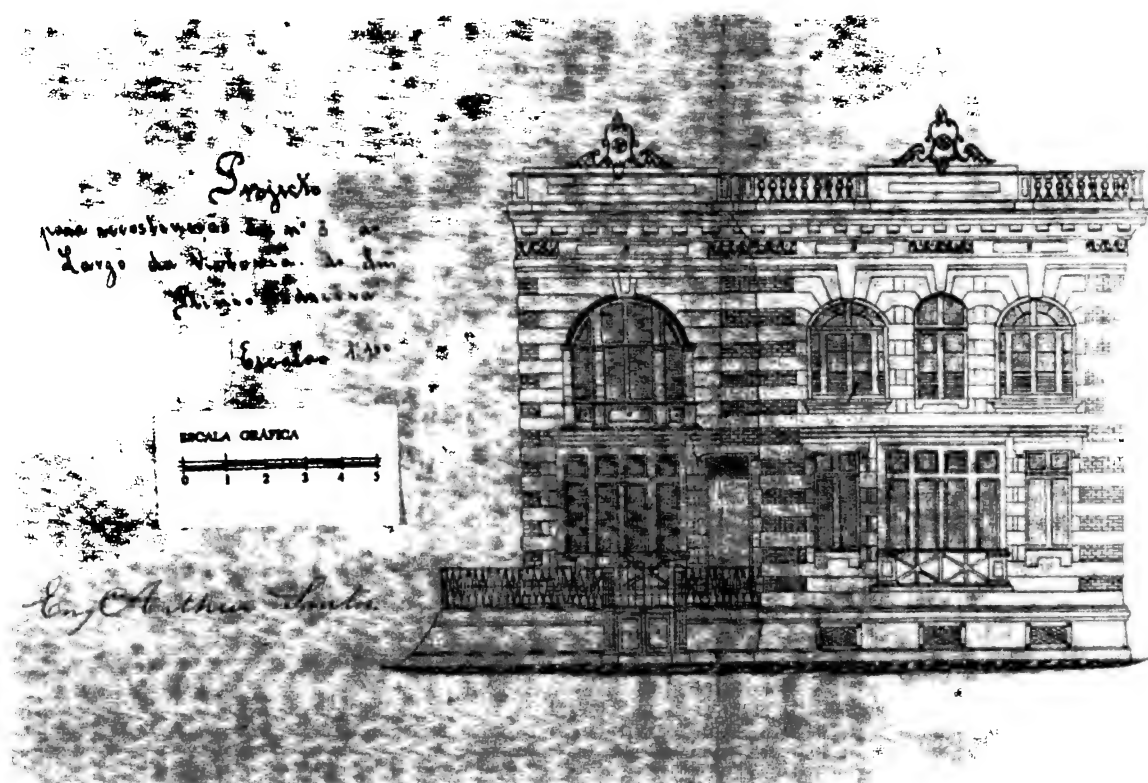



**FOTO 48 -** Projeto para a reconstrução da fachada do imóvel ao Largo da Victória, em 1911, de autoria do Engº Arthur Santos.

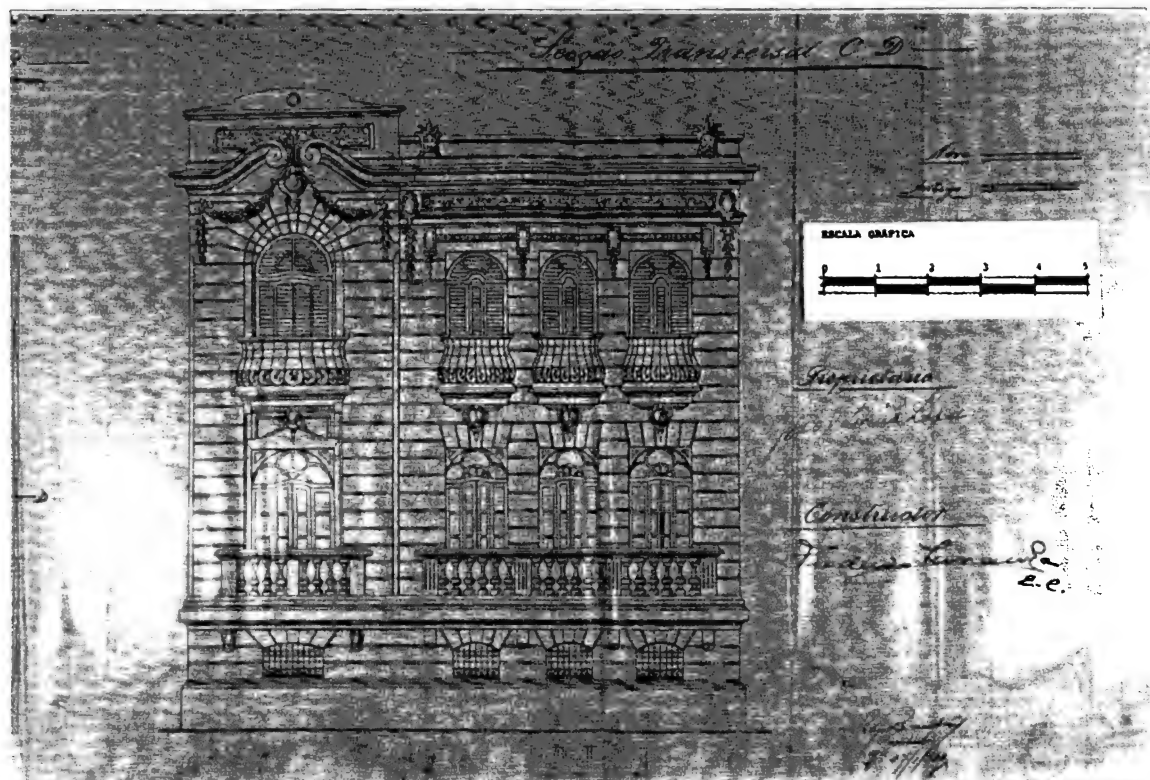



**FOTO 49 --** Projeto de reforma do imóvel à Rua da Victória, em 1926, de autoria do Engº Frederico Saraiva.

estudado, que a unidade do conjunto urbano pretendida pelo Estado, no período proposto para este estudo, relacione-se a adoção de um padrão clássico de composição.

Este processo de construção de uma "cidade ideal" apresenta, em alguns momentos, contradições internas, que se constituem, na verdade, em ajustes da aplicação de um modelo que ainda não tinha a forma da lei. Ilustra a situação o projeto apresentado em 1916 pelo Sr. José Augusto Vintim & Irmão para a construção de uma casa de uso misto à Rua José Marcellino (Corredor da Victória), 89. No primeiro parecer técnico, o Engº João Tuvo rejeita a proposta, achando que esta deve ter dois pavimentos, *"(...) e não um só como indica o projecto"*, o que é ratificado pelo Director de Obras e pelo engenheiro da Directoria de Hygiene e Assistencia Publica Municipal. Contudo, o chefe deste último, o Engº Antonio Ferrão Lins, opina que a licença deve ser concedida, desde que obedeça ao projeto apresentado. Afirma que,

> *"(...) quanto a informação da repartição de obras que pensa em levantar um pavimento superior, acha esta directoria que não há lei obrigatoria a tal, e relativamente ás prescripções hygienicas não ha incoviniente absolutamente que seja edificado o pavimento, isto é, o edificio terreo e principalmente quando se trata de casas destinadas a negocios, que trazem ainda semelhantes edificações a facilidade em casos de desastres, sobretudo a extinção de incendios"*[49].

Também por este período, a prática do setor de obras da municipalidade passa a controlar a implantação de determinados tipos arquitetônicos no território, relacionando-a à delimitação do perímetro urbano. Na área urbana do distrito, não é admitida a construção de chalets, considerada, então, uma tipologia típica das áreas suburbanas[50]. Esta tipologia, que havia se difundido na cidade na segunda metade do século passado[51] era executada, muitas

[49]Infelizmente, não consta no processo o parecer final, se aprovado ou não. Ver projeto para a edificação à Rua José Marcellino, 89, de uma casa de uso misto, de autoria de Arthur Santos e propriedade de José Augusto Vintim & Irmão (Ficha nº 916/21/Victória - AHM).

[50]Cf. exemplos citados no capítulo anterior.

[51]Mais uma vez, Maximiliano de Habsburgo, ao relatar sua ida à casa do cônsul, no Corredor da Victória, informa-nos que

vezes, dentro das tradicionais técnicas construtivas, fascinando mais pela alusão que fazia à modernidade, sendo encontrada, inicialmente, em áreas de características suburbanas[52]. Ao cairem no gosto popular, os chalets difundem-se pelos setores então em fase de adensamento, sendo estilizados a tal ponto que a relação com o modelo primitivo resume-se ao caimento das águas dos telhados, ou ao tratamento da fachada. Paulatinamente, desaparecem da cidade, devido, em parte, às pressões do poder público.

> *"(...) Curiosamente, desaparecem da cidade exatamente no momento em que, [...] seu nexo com o modelo haussmaniano [no qual, eram empregados como elementos do mobiliário urbano] se tornava mais evidente: numa trajetória que fornece elementos de reflexão tanto para a história do costume, quanto para a história das formas (...)"*[53].

De fato, chalets e quiosques (ou "kiosques", como eram chamados, na época, à francesa) já haviam sido banidos das áreas centrais da capital da República, no início do século, sob o pretexto da higiene, da moral e da estética. Relacionados ao Historicismo Tipológico (que relaciona formas a uma determinada função), chalets e quiosques tornam-se nas cidades brasileiras objetos exóticos e pitorescos e, a despeito de terem sido adotados como signos da modernidade, no início do século, no Rio de Janeiro, são considerados responsáveis pelo aspecto subdesenvolvido da capital[54].

Entretanto, em Salvador, mais especificamente no distrito da Victória, durante os anos 20, um grande número de edificios que, figurativamente, assemelham-se aos chalets são

---

> *"(...) Ao lembrar a região de Claremont [na Inglaterra] de que tanto gosto, a Vittoria cativou-me, então decisivamente. na tentativa de uma arquitetura melhor, vemos, nas casas, principalmente na ruela em cujo fim mora nosso cônsul, alguns vestígios alemães e, até mesmo, um chalé suiço".* Op. cit., p. 112.

[52]Ver, por exemplo, o Solar dos Carvalhos, na Graça, cujas primeiras referências da sua construção datam de 1896. Cf. BAHIA, Governo do Estado; SIC / IPAC. op. cit., p. 293/4.

[53]DEL BRENNA, Giovanna Rosso. *Ecletismo no Rio de Janeiro*. In: FABRIS, op. cit., p.39.

[54]Id., ib., p. 36-9.

construídos pela burguesia que se instala, principalmente, nos novos loteamentos da Graça e nas proximidades das Quintas da Barra, entre a Rua do Bosque e a Barra Avenida. Dentro de uma nova linguagem formal, estes edifícios, que já possuem um agenciamento espacial mais próximo dos padrões racionalistas, são chalets estilizados, executados de acordo com as novas técnicas construtivas. A referência ao modelo primitivo é dada pela volumetria, onde se destacam as coberturas com acentuadas inclinações, elementos pré-fabricados e relevos em estuque, em substituição àqueles originais em madeira (Ver FOTOS 50, 51, 52 e 53).

Vale salientar que, em nenhum momento, estas edificações são denominadas de chalets - nem nas solicitações de licença, nem nos pareceres técnicos da municipalidade -, ao contrário dos primeiros tempos republicanos, quando a quase totalidade dos edifícios com duas águas perpendiculares à rua assim eram chamados[55]. Provavelmente, ao emprego do termo já estava associado um sentido de atraso e subdesenvolvimento, que banira das áreas urbanas da cidade esta tipologia edificável. Este fato não deixa de ser curioso, especialmente se considerarmos que a imagem do chalet, tantas vezes relacionada às zonas balneárias e suburbanas, é repetidamente reproduzida, enquanto o termo desaparece, estabelecendo ainda um interessante contraponto com a legislação que, então, se aperfeiçoa[56].

---

[55]Nos primeiros anos da República, a palavra *chalet* indicava tanto os pavilhões para a venda de artigos diversos nas ruas e praças da cidade (logo conhecidos como "kiosques"), quanto cafés, restaurantes e similares, e ainda as residências no estilo das habitações rurais da Europa, especialmente as suíças, que se proliferavam nos bairros suburbanos das cidades brasileiras (Cf. DEL BRENNA, in: FABRIS, op. cit., p. 36). Ainda neste período, no distrito da Victória, ainda que esporadicamente, encontramos solicitações de licença para a construção de kiosques, referindo-se a habitações.

[56]Interessantes informações provavelmente serão obtidas quando do estudo desta questão em outras áreas da cidade.

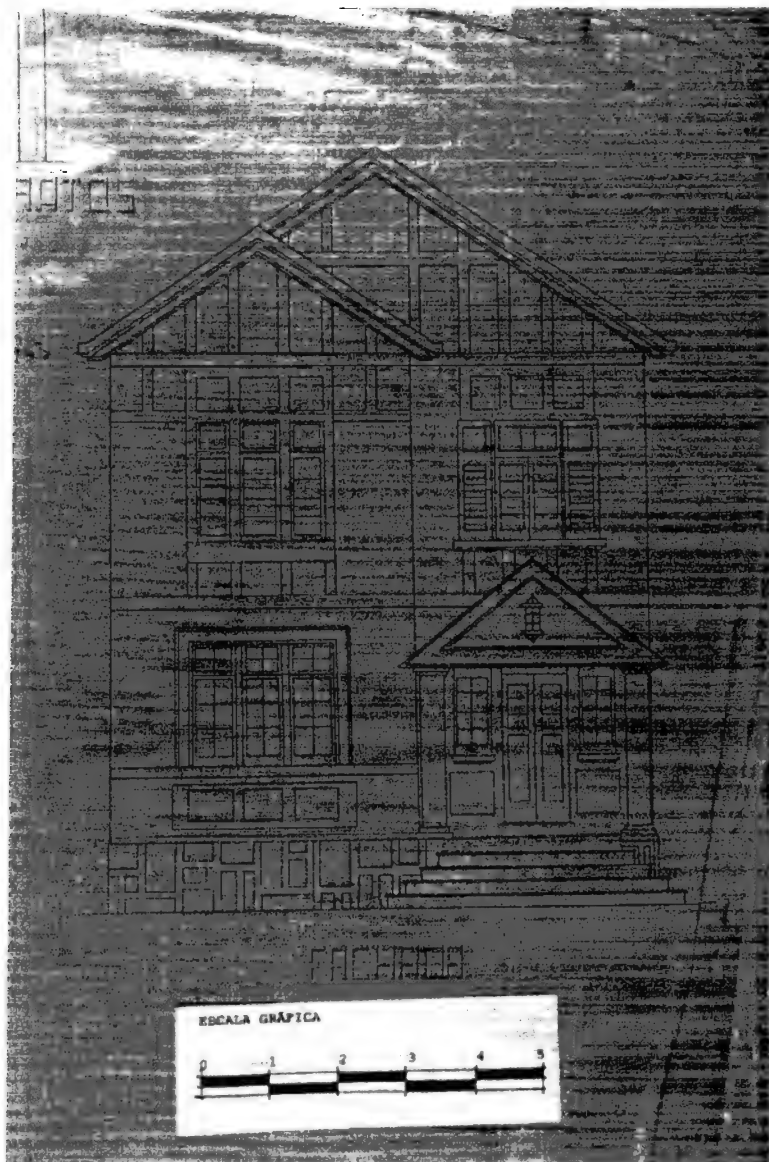



**FOTO 50a** - Projeto para a construção de um imóvel à Rua Nova da Alegria, na Barra, em 1927. Fachada Principal.

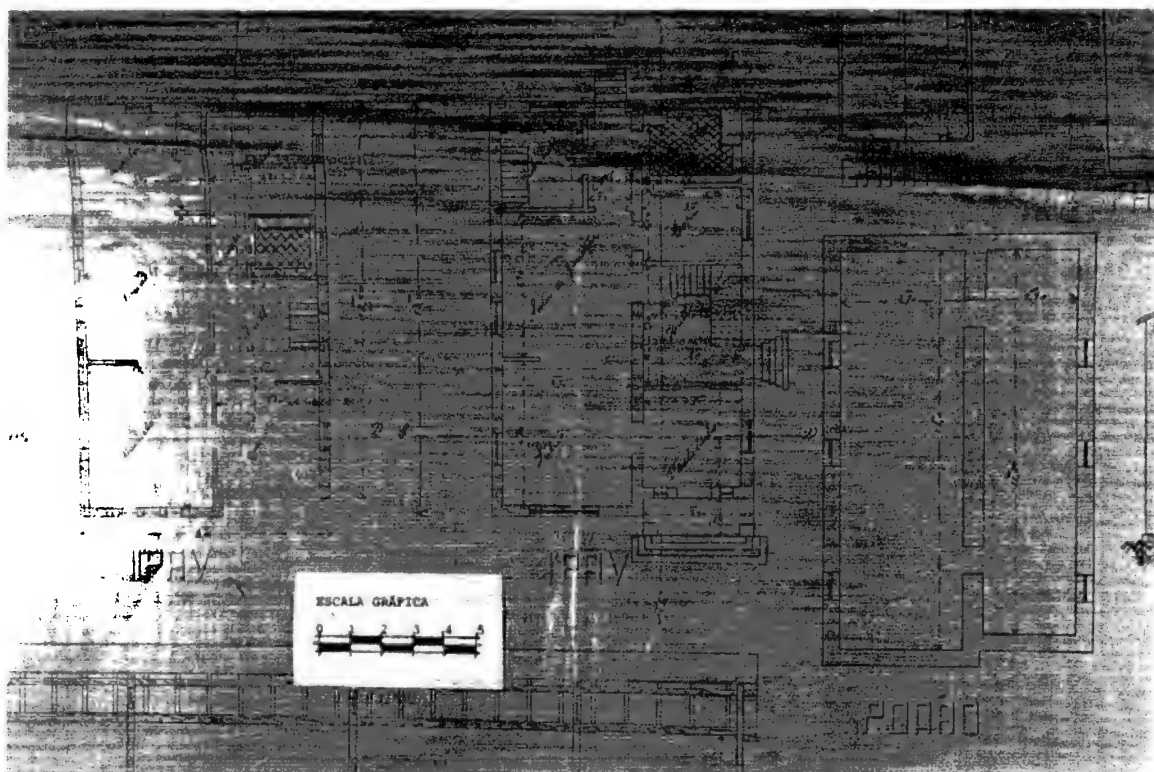



**FOTO 50b** - Planta Baixa

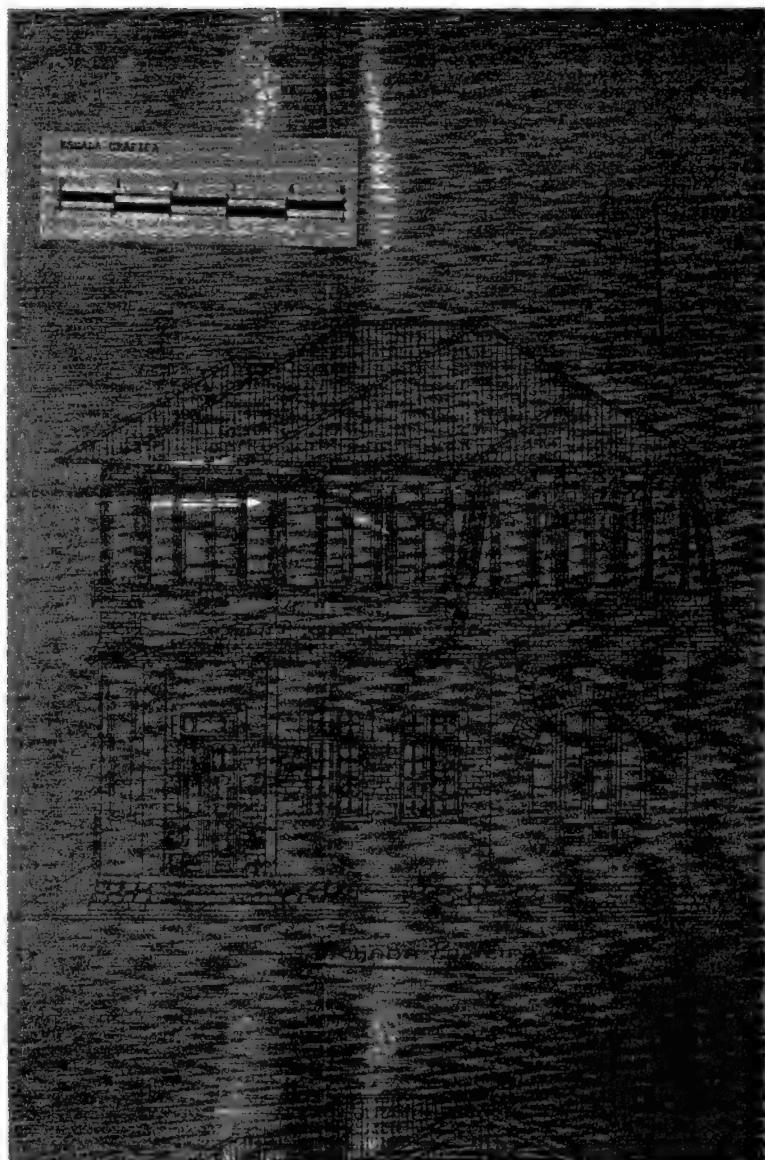



**FOTO 51a** - Projeto de Júlio Brandão para a construção de uma casa à Rua Rio de São Pedro, em 1923. Fachada Principal.

**FOTO 51b** - Planta Baixa

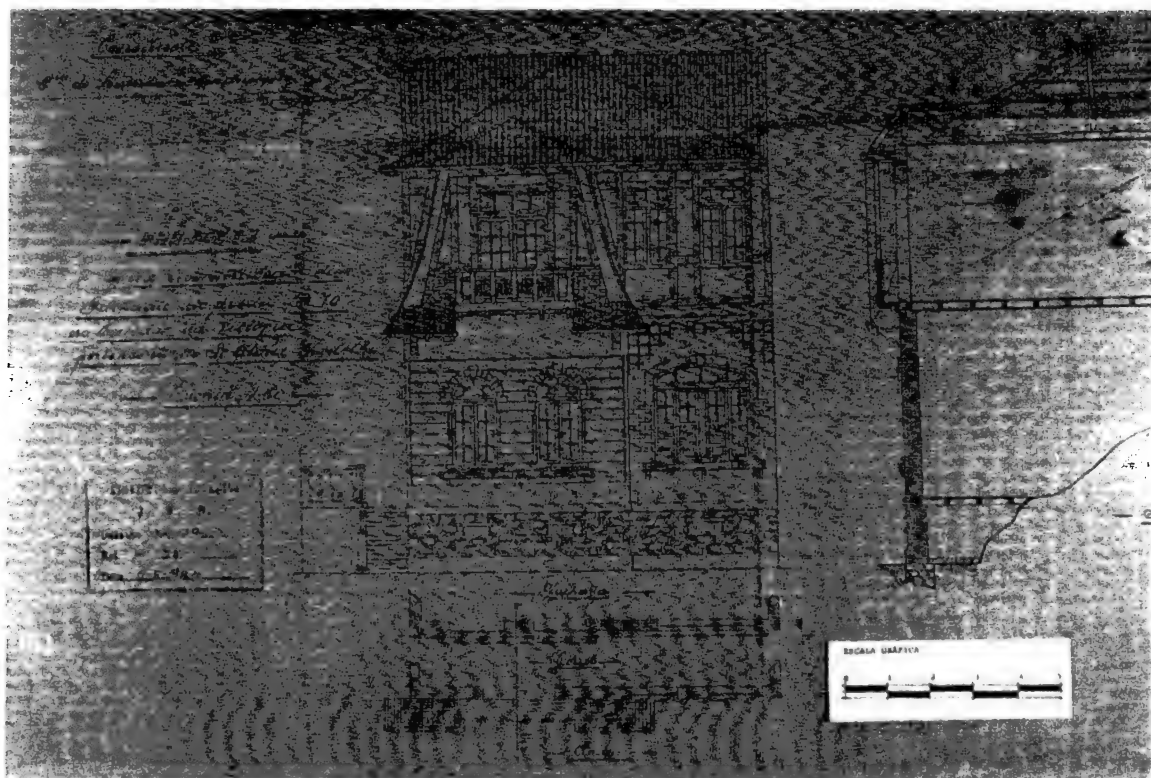



**FOTO 52-** Projeto de Júlio Brandão para a reconstrução da fachada do imóvel à Rua da Victória em 1924.

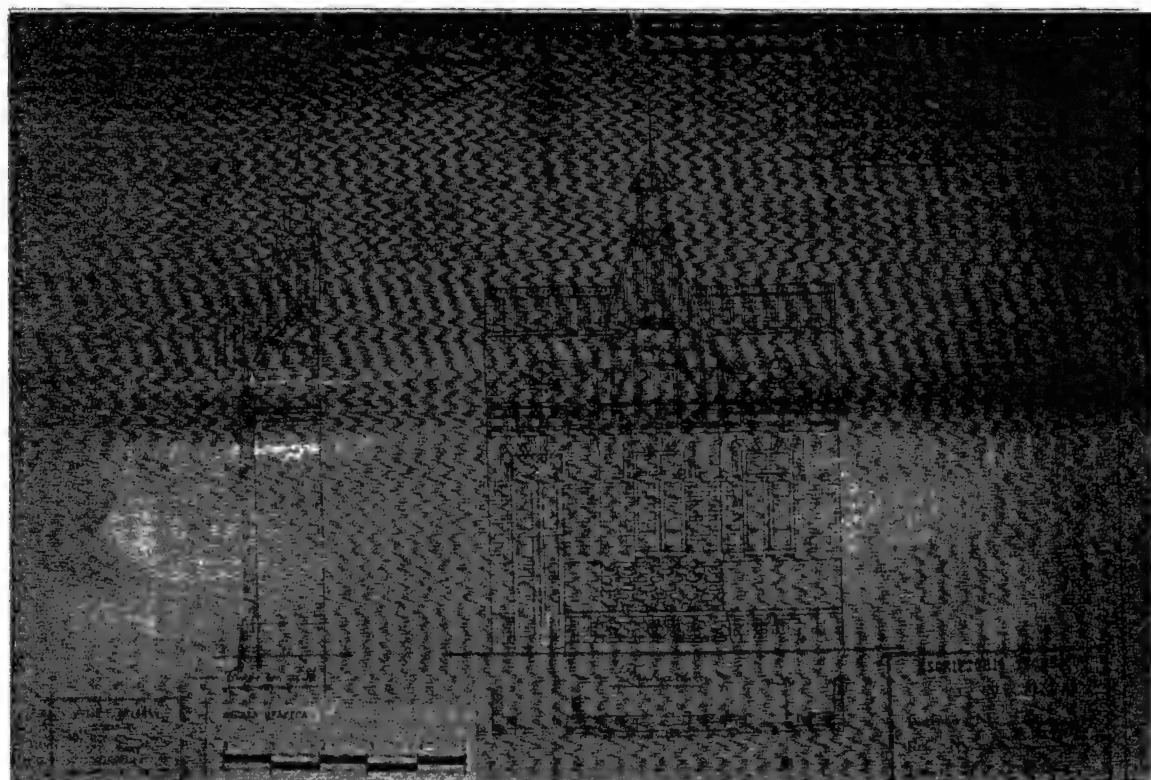



**FOTO 53 -** Projeto de Júlio Brandão para a fachada do imóvel à Rua Banco dos Ingleses, em 1923.

Ocorre que a prática institucional que se desenvolvera até então, ganha a forma da lei, em 1920, aperfeiçoando-se assim os instrumentos de controle de ocupação do solo. As medidas que já são adotadas, na prática, pela Intendência são organizadas num código[57], que começa a explicitar o projeto estético do Estado para a cidade. Várias são as posturas que regulam volumétrica e figurativamente os aspectos das edificações[58], e, apesar da norma, deixam margem para uma interferência do poder público sobre o projeto arquitetônico, a depender da *"conviniencia esthetica"*[59].

A busca de uma imagem moderna para a cidade, que fica explícita na legislação, revela o desejo de romper com tudo que lembrasse o passado colonial: estabelece-se a obrigatoriedade de se guardar as "proporções arquitetônicas" na abertura das fachadas (Postura 32); proíbe-se a construção de edifícios, ou sua modificação, com beirais de telhados, nos quais telhas e biqueiras sejam aparentes nas fachadas principais e nas laterais visíveis da rua, determinando-se a obrigatoriedade de construir platibandas nas edificações que não sejam chalets (Postura 35); veda-se as construções de sótãos, sotea e similares, visíveis da via pública (Postura 42); exige-se a conservação dos prédios (Postura 58); controlam-se as ruínas (Postura 74)[60]. Apesar de já discriminar muitos dos aspectos que visam o controle estético da arquitetura, a legislação é genérica e deixa margem ao subjetivismo da análise técnica.

---

[57]SALVADOR. Código de Posturas Municipaes da Cidade, op. cit.

[58]A este respeito, ver o Cap. 03

[59]É o caso, por exemplo, da postura nº 41, que trata dos chanfros que devem ter os edifícios situados em esquina, no limite da rua, ficando a cargo da Intendência, *"por conviniencia esthetica"*, modificar o parâmetro estabelecido. Id., ib., p. 21/2.

[60]Cf. ARAÚJO, op. cit., p. 184.

Em 1926, a legislação que inside sobre a ocupação do território da cidade é novamente aperfeiçoada[61], como já visto no capítulo anterior, quando, oficialmente, começa-se a estabelecer uma hierarquização do espaço urbano, através de um zoneamento. Mais uma vez, os cuidados com a conformação estética dos edifícios, que na legislação anterior fora tratada de maneira genérica, tornam-se um pouco mais específicos. Na Secção V, a lei trata da *Architectura das fachadas* e cria uma *Commissão de esthetica*, composta por três membros de exclusiva escolha do Intendente, à qual são submetidas **as fachadas**[62] que a municipalidade julgar conveniente, reservando-se o direito de negar a aprovação àquelas rejeitadas pela comissão[63].

Como já visto, a regulamentação de uma prática cotidiana da Directoria de Obras, não chega a alterar substancialmente o teor das informações fornecidas pela Intendência aos requerentes, donde se pode concluir que um certo grau de subjetivismo que orienta a prática dos técnicos da municipalidade é subjacente à legislação. Apesar de já se contar com um zoneamento para a cidade, e com regras específicas para determinados trechos, o planejamento urbano ainda é algo embrionário, e a análise dos projetos, setorizada.

Até o final da Primeira República, são mantidas as tendências, já delineadas no início do século, de privilegiar determinados setores do distrito, garantindo-lhes uma "adequada" conformação estética, agora, respaldada pela legislação. É o que é exemplificado pelo projeto apresentado pelo Sr. Antonio Tristão, que, em 1920, pretende reformar uma casa térrea com sótão, à Av. Sete, na altura das Mercês. Informa-lhe o Engº João Tuvo que

---

[61]Cf. SALVADOR. Lei Municipal nº 1146, op. cit.

[62]Grifo nosso.

[63]SALVADOR. Lei nº 1146, op. cit., p. 50-2.

*"(...) sendo a avenida 7 de setembro a principal rua desta capital, onde não devem ser conservadas as edificações de um só pavimento, sou de parecer que o prédio nº 21, situado á Rua Consº Pedro Luiz, que o requerente pretende reconstruir, deve ter dois pavimentos, pelo menos,* ***a bem da esthetica geral da rua***[64]*, tornando portanto preciso a apresentação do respectivo projeto"*[65].

A relação entre estética e salubridade, pouco a pouco, vai assumindo novas conotações, e, a medida que vai se explicitando um projeto estético oficial para a cidade, os preceitos higiênicos são empregados como o respaldo científico para o controle dos aspectos estéticos da produção da arquitetura. Um outro despacho do Engº Sanitário João Tuvo, em 1922, ao indeferir um projeto, parece colocar bem esta situação. Ele opina:

*"(...) Infelizmente ainda se acha muito arraigado no espirito de alguns proprietários a idéia de prejudicar amiude, a bôa orientação da esthetica predial, incidindo na desharmonia dos edificios. O mal penetra os predios pela inobservancia das divisões adstrictas á capacidade do ar, a facil distribuição de luz direta, é tão grave que, em dado momento, é* ***habitat*** *de germes pathogenicos, primeiro contra o habitante da rua ou do bairro"*[66].

Ou seja, as condições mínimas de salubridade devem ser controladas a fim de garantir a "estética predial" e, em consequência, a harmonia do conjunto urbano.

De fato, após a normatização dos requisitos higiênicos da habitação, aos quais, eventualmente, se faz menção, encontramos nos pareceres técnicos, com maior freqüência, observações relativas aos aspectos figurativos dos edificios, seja no que concerne as suas

---

[64]Grifo nosso.

[65]Cf. projeto para a reforma de uma casa à Av. Sete de Setembro, de autoria do Engº Archimedes Marques e propriedade do Sr. Antonio Tristão, em 1920 (Ficha nº 920/13/Victória - AHM).

[66]Parecer técnico ao projeto apresentado pelo Sr. José Bernardino de Sá, de autoria do Engº Leodegario L. Souza, em 1922, para a construção de 04 casinhas à Rua do Polythema. Tendo sido indeferido, o projeto é reapresentado alguns meses depois, contando apenas com uma unidade, e é aprovado. (Ficha nº 922/26/Victória - AHM).

características individuais, seja no que concerne a sua relação com o entorno. Exemplo curioso é o da proposta encaminhada à Intendência para

> *"(...) reparos e asseio no predio e respectivas dependencias e elevação de duas fachadas principais"*

de imóvel sito à Rua da Graça, pelo Sr. Alberto Moraes Marthins Catharino, em 1924. Tratando-se de um edifício em *"estylo neocolonial"*, quando de sua análise são feitas as seguintes considerações:

> *"(..) o projeto anexo para a reconstrucção do predio nº 19 a Rua da Graça vai de encontro á postura 35 que proihibe construcção ou reconstrucção de predios com beiras de telhado apparentes, entretanto tratando-se do estylo colonial, pode se dizer officialmente adoptado pelo Governo Federal na Exposição de 1922[67] onde grande numero de pavilhões obedeciam a este estylo, penso que a licença poderá ser concedida (...)".*

Apesar da ressalva feita posteriormente pela Directoria de Hygiene e Assistencia Publica Municipal, que, mais uma vez, afirma que

> *"(...) o estylo do projecto para reconstrução do referido predio, com* ***beira de telhado apparente****, fere o dispositivo da 'Postura 35'"*,

a proposta é aprovada[68] (Ver FOTO 54).

---

[67]O técnico da Intendência refere-se à Exposição Internacional do Centenário da Independência, inaugurada em 1922, na capital federal. Foi a oportunidade de afirmação do estilo neocolonial, considerado como o *"símbolo da emancipação artística do país"*, cem anos após sua emancipação política. O sucesso do novo estilo, fruto de um grande debate no campo artístico e que contava com José Mariano Filho como um apaixonado defensor, teve profundas repercussões: além do êxito local, foi o estilo elogiado por inúmeros estrangeiros, encantados com o exotismo da proposta, o que reforçava o entusiasmo brasileiro pelo movimento que, a partir de então, passa a contar com apoio oficial declarado. A este respeito, ver BRUAND, op. cit., p.52-9.

[68]Cf. projeto de reforma para uma casa à Rua da Graça, 19, de autoria do Engº Julio Brandão e de propriedade do Sr. Alberto Moraes Marthins Catharino, em 1924 (Projeto sem numeração - AHM). Convém investigar através de outras propostas arquitetônicas que adotam o neocolonial, assim como de outras fontes, até onde a legislação tolheu a difusão deste vocabulário na cidade, que, na quase totalidade dos projetos encontrados, apresenta-se simplesmente como mais uma opção estilística.

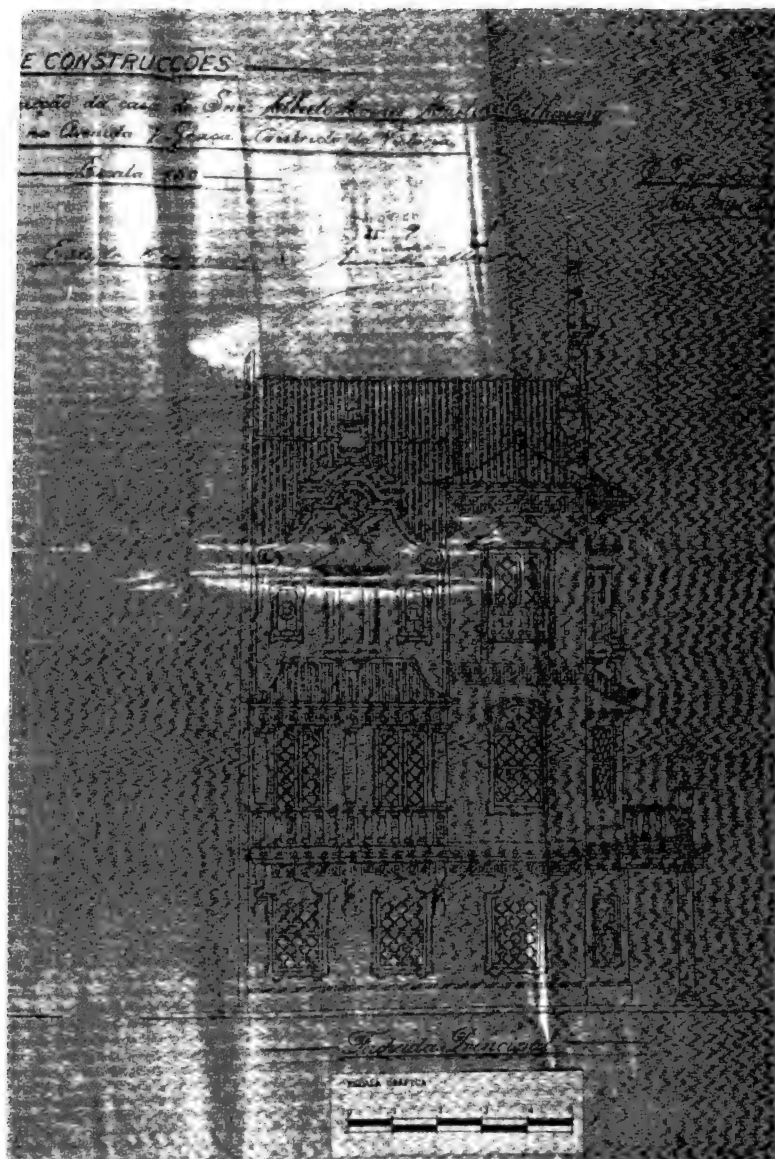



**FOTO 54a** - Projeto de reforma de imóvel à Rua da Graça, em 1924, de autoria de Júlio Brandão.
Fachada Principal.

**FOTO 54b** -Fachada lateral

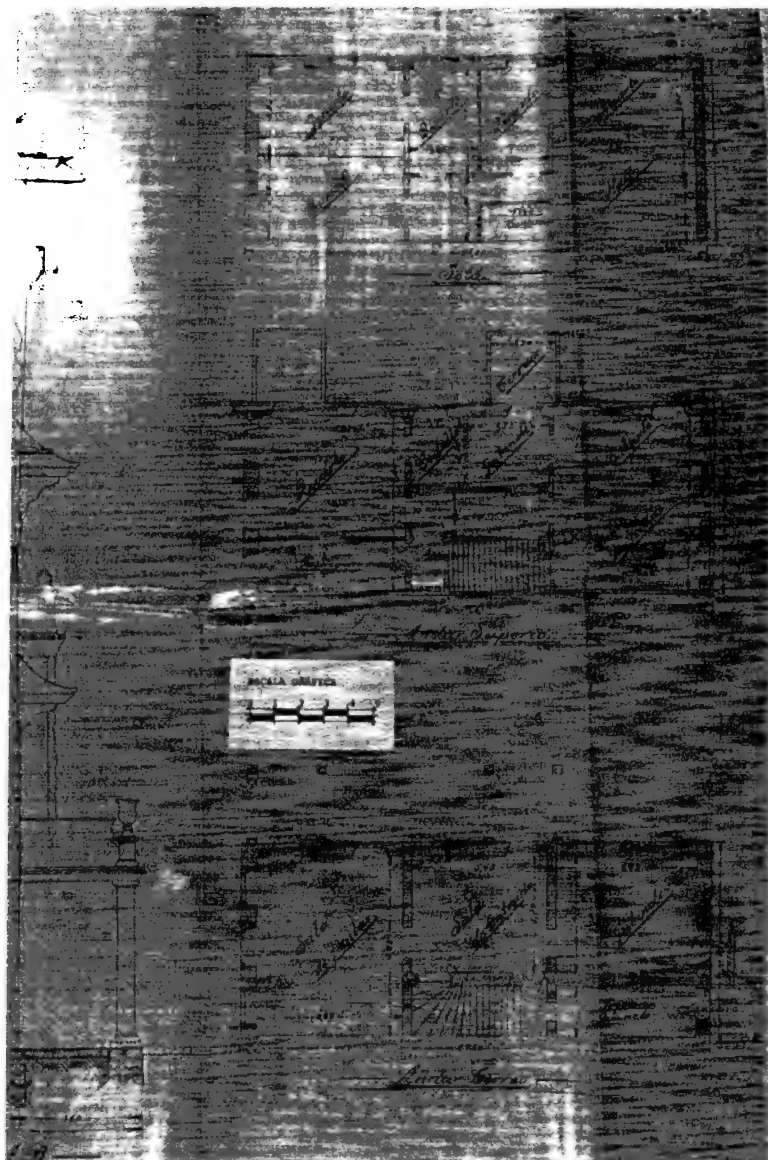



**FOTO 54c** - Planta Baixa

**FOTO 55** - Projeto de Júlio Brandão para a construção de uma casa à Rua da Graça, em 1924.

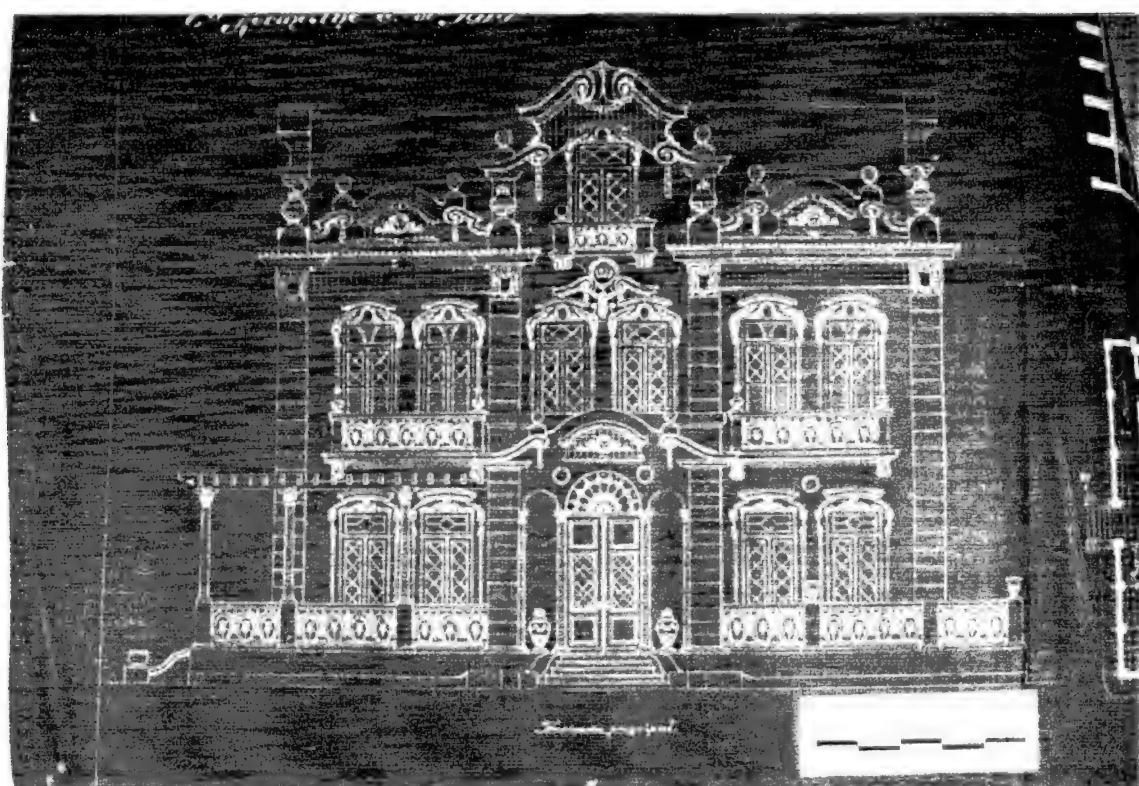
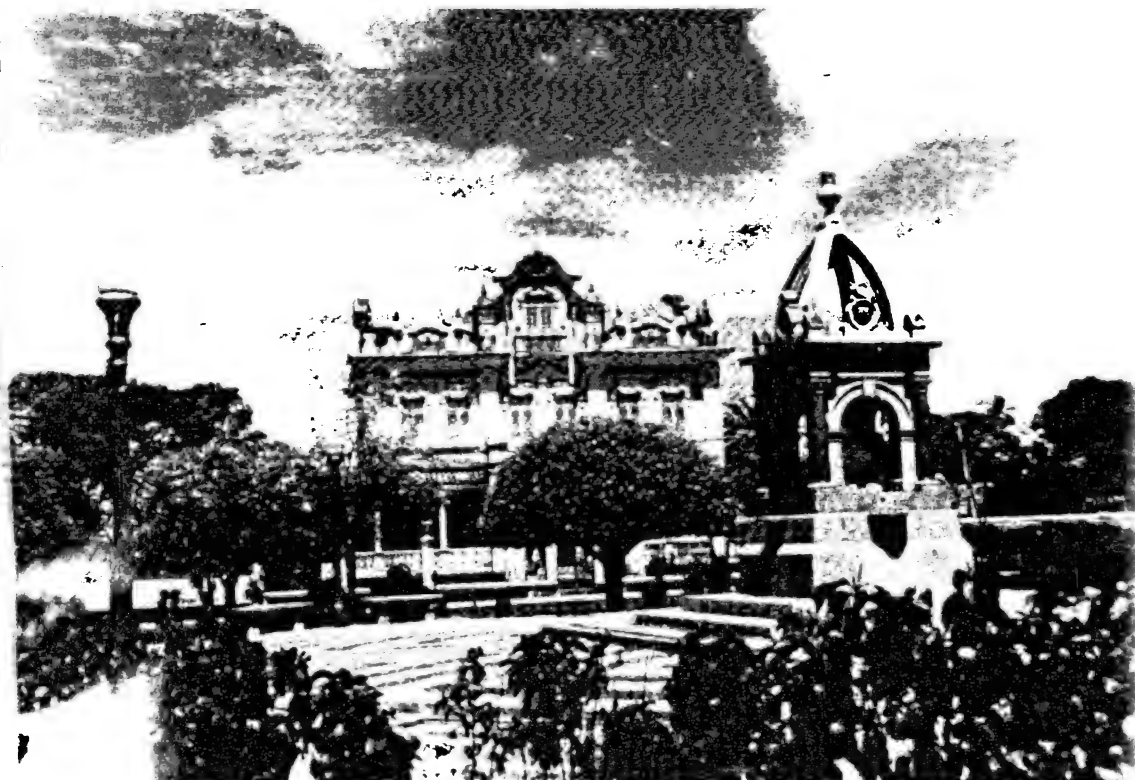



**FOTO 56 -** Vista do Largo da Graça, nos anos 40.

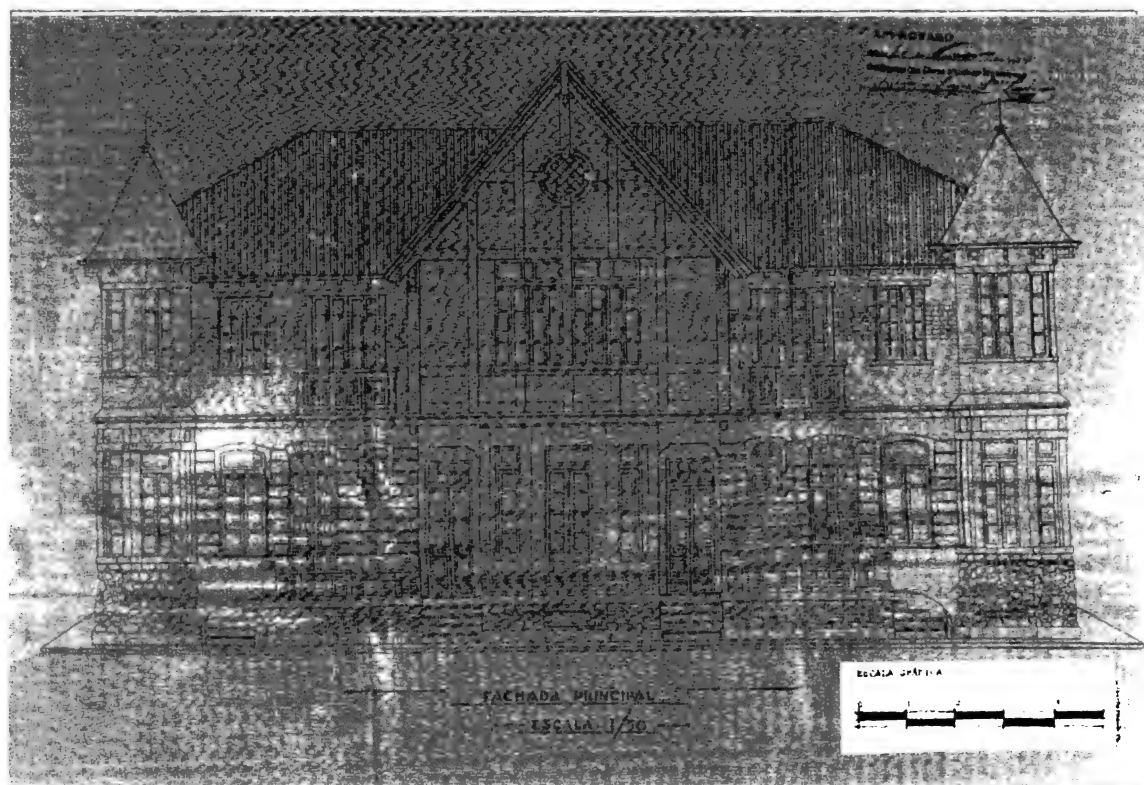



**FOTO 57 -** Projeto para a construção de três casas conjugadas, numa travessa da Rua da Graça, em 1924,de autoria de Júlio Brandão.

A "conveniência estética", prevista em lei, permite ao poder público o controle da produção das unidades arquitetônicas, que finda por estabelecer dentro do espaço urbano uma hierarquia dos diversos setores do distrito. O tratamento diferenciado de cada uma destas partes, também do ponto de vista estético, ao buscar conferir uma maior unidade do conjunto urbano e garantir as qualidades intrínsecas de cada um dos edifícios, ratifica as formas de ocupação do solo que sempre favoreceram as áreas de domínio da burguesia, como o Corredor da Victória, Graça, Barra Avenida e alguns trechos dos outros setores. O controle estatal chega, às vezes, a alterar completamente o projeto apresentado, visando adequá-lo figurativamente ao que fora idealizado para o setor no qual se insere.

Alguns exemplos ilustram esta questão. Em 1924, o Dr. Manoel Luiz do Rego encaminha à Intendência duas propostas: a primeira, para a construção de uma casa de características neocoloniais à Rua da Graça; e a segunda, para a construção de três casas conjugadas, que se inserem numa única composição, semelhante a um chalet, situada numa travessa da citada rua (Ver FOTOS 55, 56 e 57). No despacho do engenheiro sanitário, este afirma que, quanto à primeira solicitação não há problemas para a aprovação (o que indica que, apesar de estarem contrárias às disposições do código, as propostas neocoloniais são admitidas); já quanto à segunda, opina negativamente,

> *"(...) tendo em vista tratar-se de uma rua novamente aberta, que deverá ser adoptada a formação de **grupos de duas casas**, com janellas lateraes em todos os commodos, de modo a receberem luz e ar directamente do exterior".*

Além disto, os quartos não possuem cubagem admissível[69]. Percebe-se então que as preocupações quanto à conformação deste novo trecho ocupado são prioritárias em relação às questões higiênicas.

---

[69]Cf. projetos de autoria do Engº Julio Brandão para a construção de casas sitas à Rua da Graça e numa travessa desta, de propriedade do Sr. Manoel Luiz do Rego, em 1924 (Ficha nº 924/15/Victória - AHM).

Ainda no mesmo ano, o Sr. Agrario Joaquim de Cerqueira apresenta projeto de construção de uma casa à Rua Salvador Pires (nos Aflictos), sendo informado pelo técnico que analisa o projeto não ser possível fazer o sótão que pretende o requerente, pois este iria contra as posturas municipais, ainda que não especifique a que normas se refere[70]. Tendo contestado o proprietário, o engenheiro da municipalidade afirma que o projeto só pode ser aprovado se a platibanda for elevada, de forma a esconder o andar, não sendo visto da rua. Este parecer é ratificado pelo Director, que acata a decisão desde que tal modificação *"(...) não vá ferir a esthetica do predio"*[71].

Já em 1928, este controle estético da arquitetura faz com que a Intendência indefira o projeto apresentado para a construção de uma casa à Ladeira do Papagaio, no Rio Vermelho, permitindo a sua aprovação desde que o peticionário

> *"(...) junte o cálculo da lage de cimento armado; dopte a fachada de melhor esthetica; e melhore o mau aspecto que deixa a parede corrida dos fundos das dependencias, projectada para a via publica, sem relevos que lhe quebrem a monotonia"*[72] (Ver FOTO 58).

De fato, também os manuais de construção do período, aos quais já nos referimos, recomendavam a utilização de pilastras e faixas, elementos verticais e horizontais, mais ou menos salientes, dividindo as fachadas que, porventura, tivessem grandes extensões, *"(...) afim de corrigir a monotonia (...)"*[73].

---

[70]Desde 1920, o Código de Obras do Município proibia a

> *"(...) construcção, ou reconstrucção de sotão, sotéa, ou obra similhante, da cumieira para a frente dos predios visiveis da via publica (...)"*(Postura nº 42),

sob a pena de uma multa de 30$000 (trinta mil réis). SALVADOR. Codigo ..., op. cit., p. 32.

[71]Ver projeto para a construção de uma casa, de autoria do Engº Oswaldo Martins e de propriedade do Sr. Agrario Joaquim de Cerqueira, sito à Rua Salvador Pires, em 1924 (Ficha nº 924/83/Victória - AHM).

[72]Ver projeto apresentado para a construção de uma casa à Ladeira do Papagaio, pelo Sr. Carlos Moreira, de autoria do Engº Oswaldo Martins, em 1928 (Ficha nº 928/74/Victória - AHM). Tendo modificado o projeto, conforme orientação da Intendência, este é aprovado.

[73]SEGURADO, op. cit., p. 130.

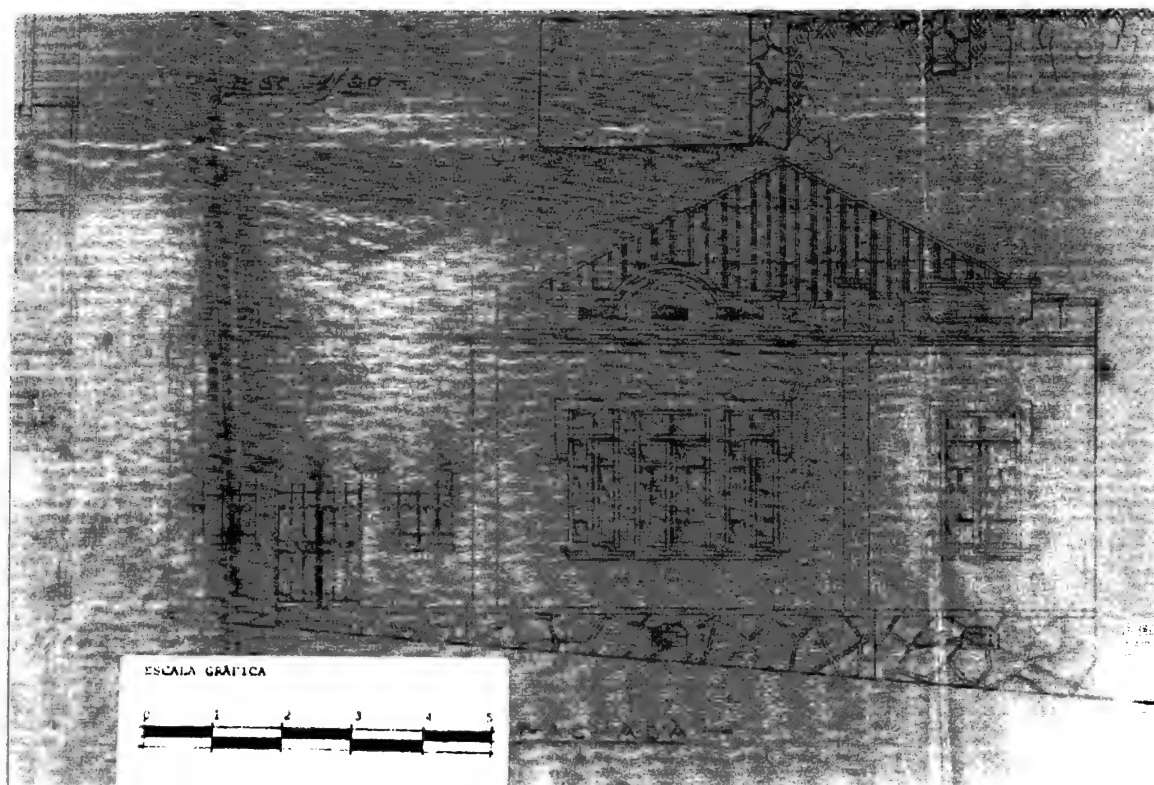



**FOTO 58a** Projeto para a construção de casa à Ladeira do Papagaio, em 1928, de autoria do Engº Oswaldo Martins. Fachada reprovada pela Intendência.

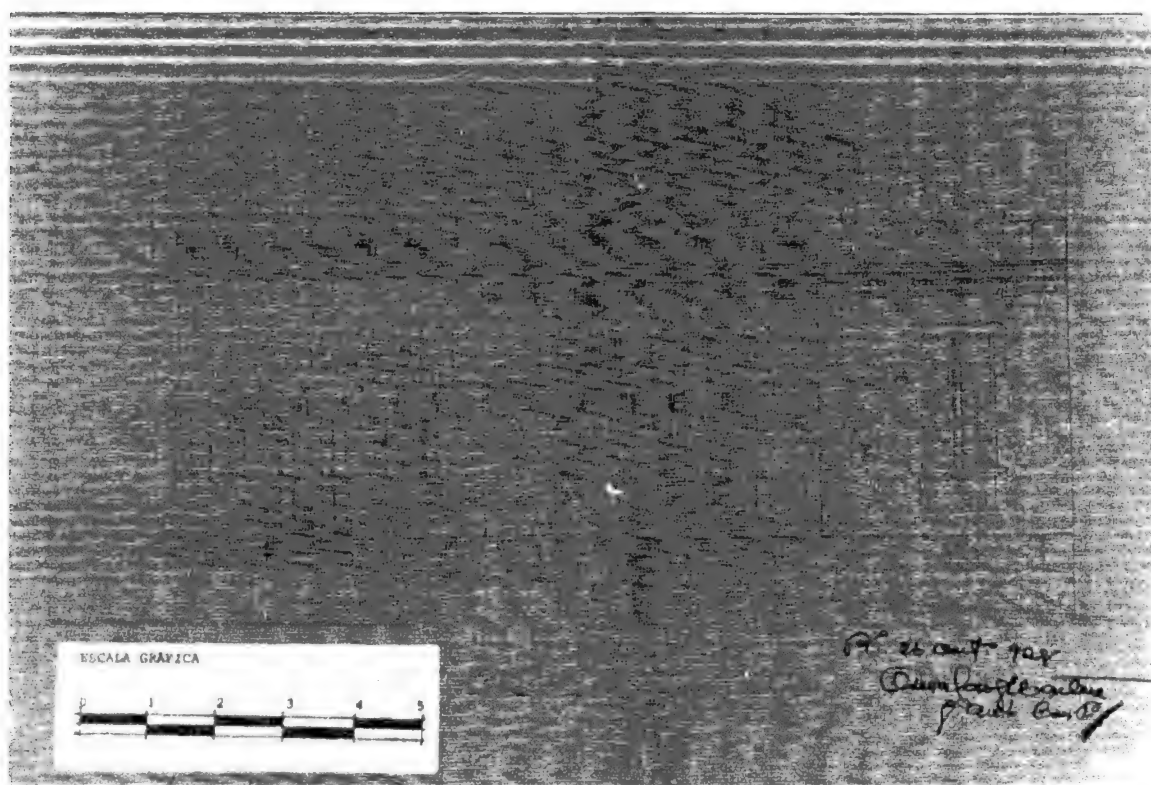



**FOTO 58b-** Proposta com as modificações solicitadas ao projeto anterior. Fachada aprovada pela Intendência.

Apesar de se afirmar que os projetos

> *"(...) são considerados isoladamente e assim analysados quanto à estabilidade e esthetica"*[74],

é flagrante a preocupação do poder público com a relação do edifício e seu entorno, com o conjunto urbano daí resultante. É o que se apreende, por exemplo, da proposta de edificação de uma casa à Rua da Gamboa de Cima, em 1928, refutada pelo Engº Rubem Ferreira, da Divisão Technica, visto que, além de, estruturalmente, não atender aos requisitos exigidos pela municipalidade - no caso de se utilizar concreto armado, era necessária a apresentação dos cálculos estruturais -,

> *"(...) não corresponder as suas fachadas as dos edifícios confrontantes, muito mais artísticos".*

Um novo projeto, contando com os cálculos estruturais e fachadas "mais artísticas", é posteriormente aprovado[75] (Ver FOTO 59).

A existência de um "modelo consensual" que orienta a análise dos projetos arquitetônicos, é também observada em 1929, quando a Intendência reprova o projeto apresentado pela Sra. Isbella Padilha de Souza para a *"construcção de um predio typo 'american-homes'"*, na Ladeira da Barra. Tratando-se de uma casa concebida dentro de novos padrões, seja a nível figurativo ou de articulação espacial, já mais próximos daqueles difundidos pelo Movimento Moderno, é recusada, num primeiro momento, pelo técnico que analisa o projeto, que considera *"(...) inadaptavel ao local o typo de construcção 'american-homes'"*. Só após alguma polêmica, o projeto é aprovado[76] (FOTO 60).

---

[74]Despacho do engenheiro da municipalidade em resposta à solicitação do Sr. José Garrido y Garrido para construir uma casa à Barra Avenida, de autoria do Engº Oswaldo Martins, em 1928, que é indeferido por utilizar parede-meia com o imóvel contíguo (Ficha nº 928/06/Victória - AHM).

[75]Cf. projetos apresentados pelos Srs. Oscar Rozendo e Arthur Gonçalves para a construção de uma casa, de autoria do Engº Carlos Souza, sita à Rua da Gamboa de Cima, em 1928 (Ficha nº 928/40/Victória).

[76]Cf. projeto apresentado pela Sra. Isbella Padilha para a construção de uma casa à Ladeira da Barra, junto ao nº 23, de autoria do Archtº Rossi Baptista, em 1929 (Ficha nº 929/37/Victória - AHM).

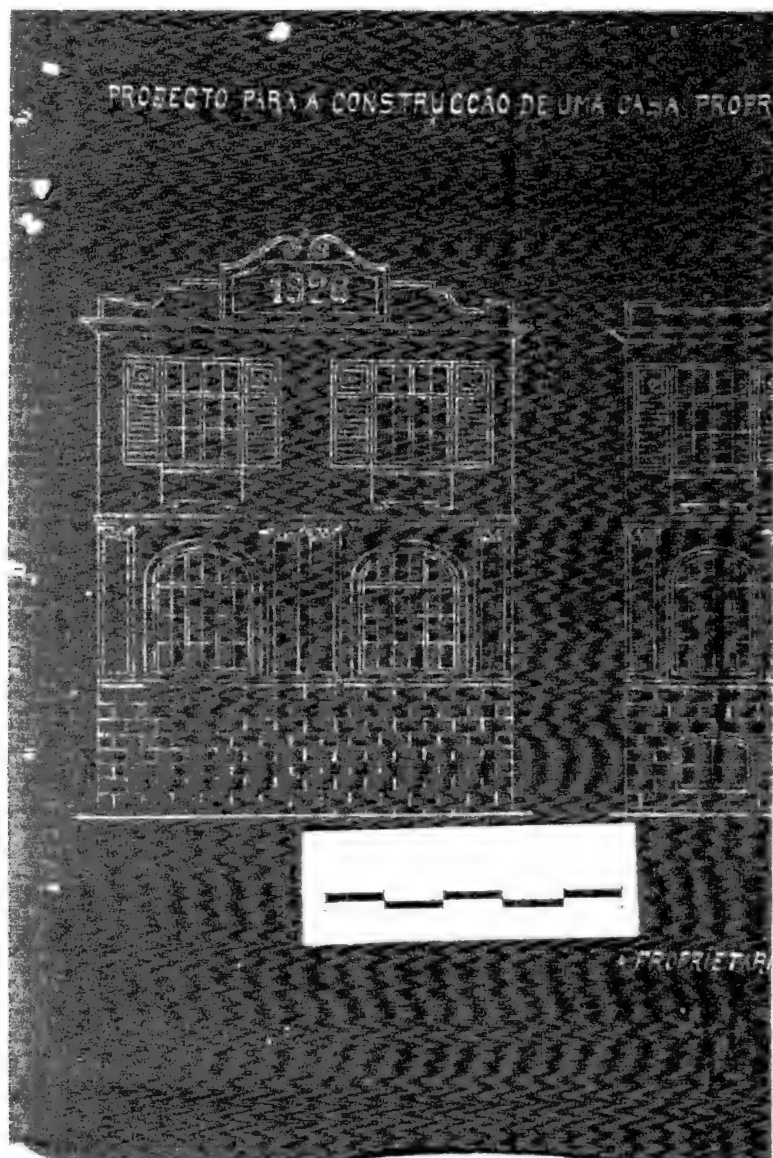



**FOTO 59a** - Projeto de uma casa à Rua Gamboa de Cima, de autoria do Engº Carlos Souza, em 1928. Proposta renovada pela Intendência. Fachada Principal.

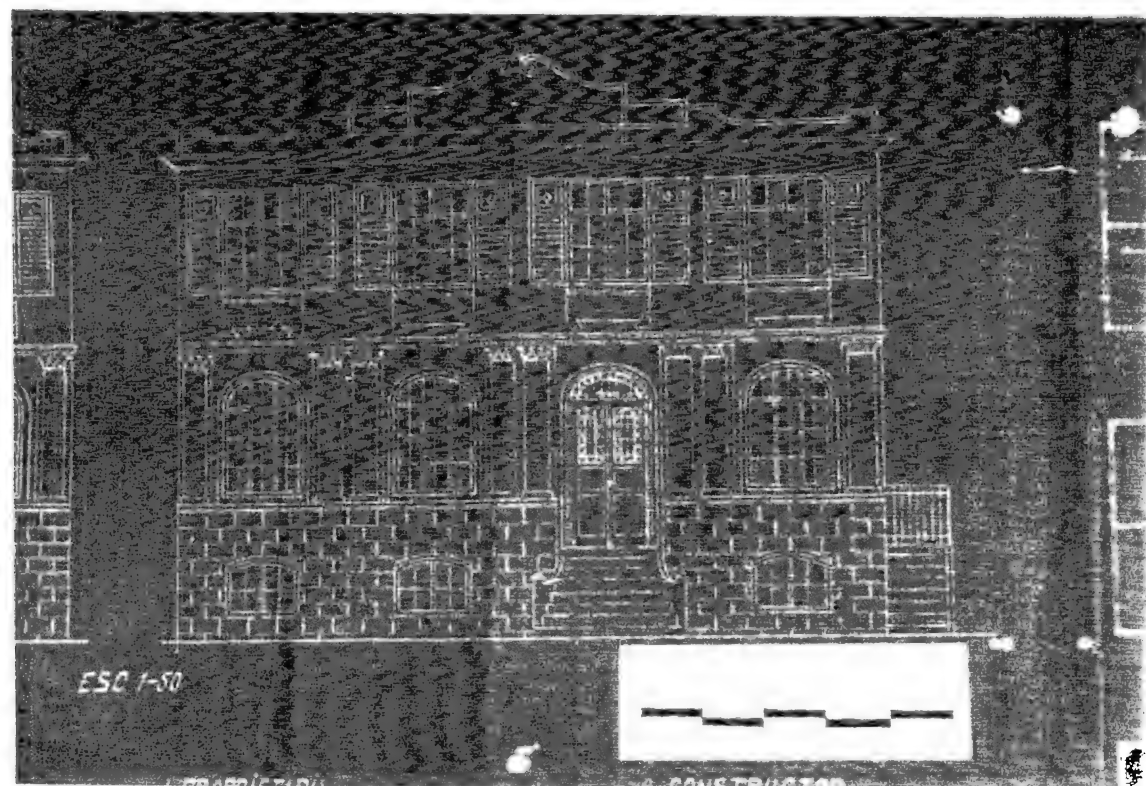



**FOTO 59b** - Fachada Lateral

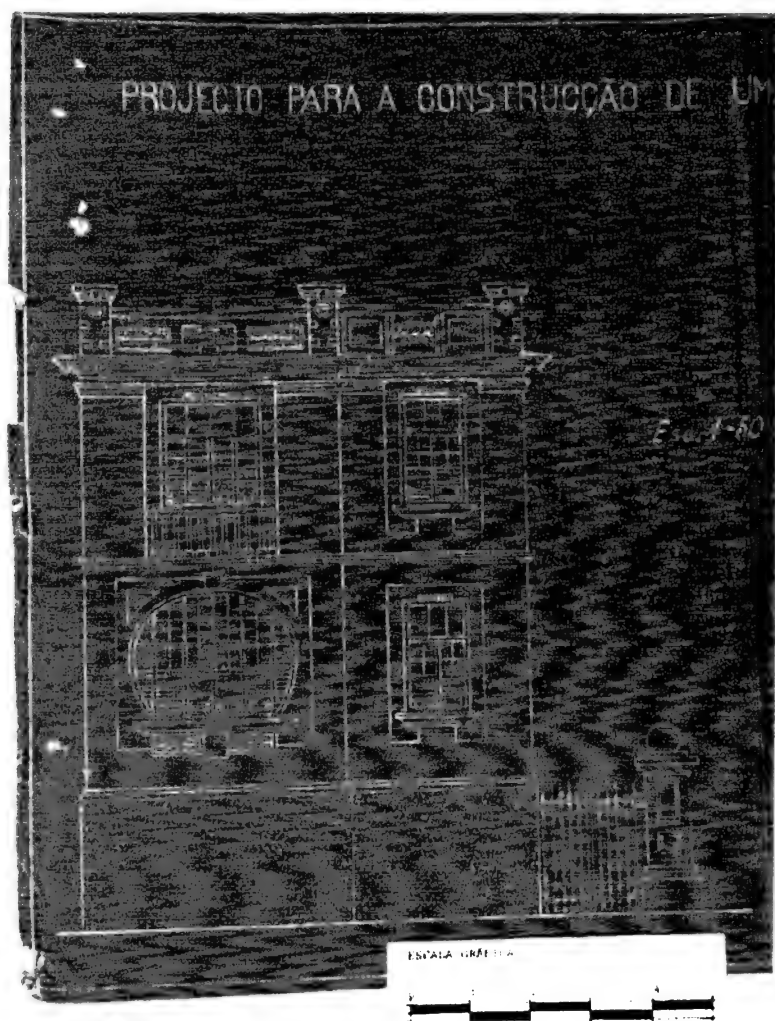



**FOTO 59c**- Projeto modificado aprovado pela Intendência. Fachada Principal.

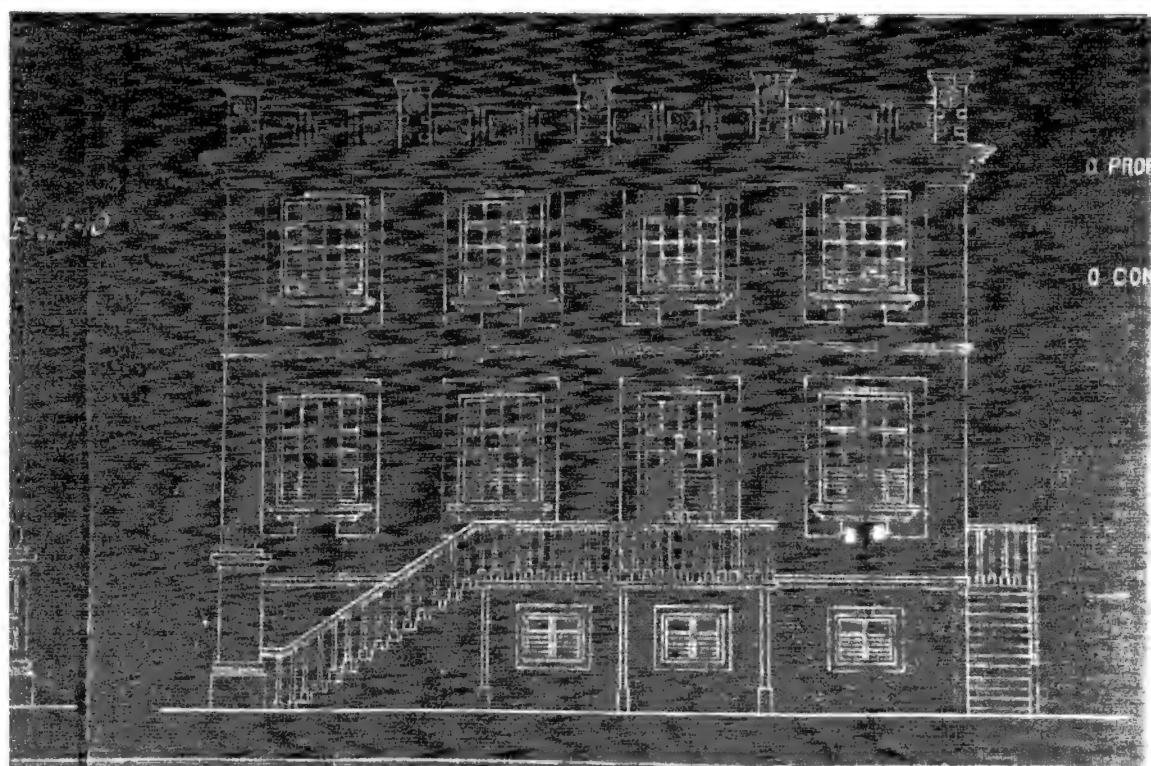



**FOTO 59d** -Nova Fachada Lateral

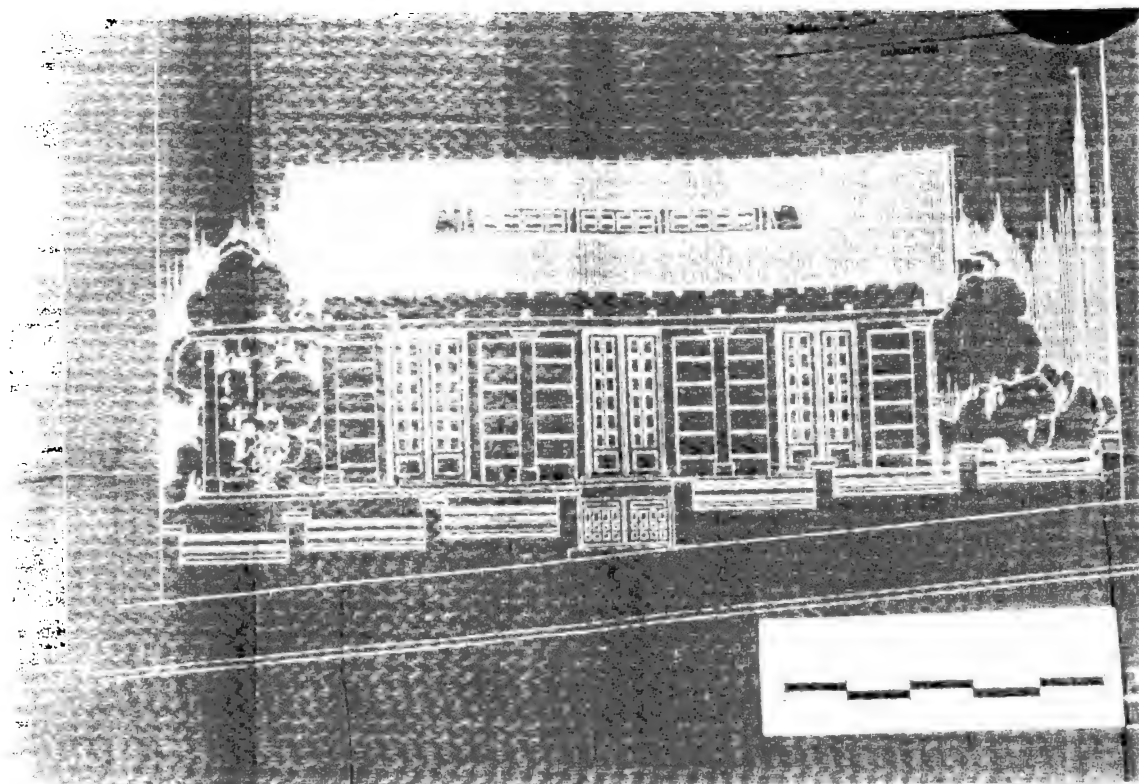



**FOTO 60a-** Projeto de Rossi Baptista, à Ladeira da Barra, em 1928. Fachada Principal.

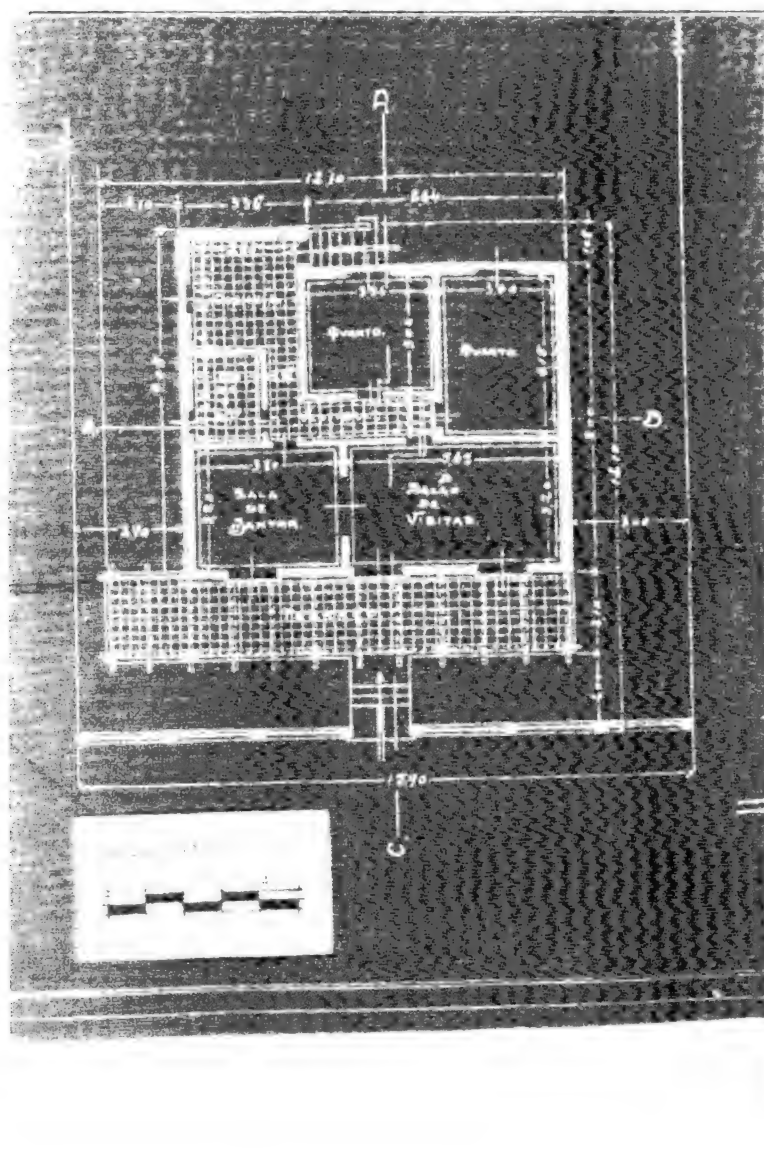



**FOTO 60b -** Planta baixa.

Como visto, o Estado utiliza a arquitetura como um dispositivo que, determinando as formas de ocupação do solo, é capaz de garantir a satisfatória execução de um "projeto" de embelezamento do distrito. Este "projeto", que se consolida ao longo da Primeira República, contribui para a construção de uma hierarquia espacial que atribui novos significados aos setores ocupados pela burguesia, transformando-os em referencial da modernidade. O sentido monumental e, por vezes, iconoclasta adotado na condução deste processo é resultado de uma grande ambição do Estado, principalmente encontrada no primeiro Governo Seabra, de dotar a cidade de uma imagem que a identificasse com os outros centros desenvolvidos no mundo, uma imagem da Civilização. A monumentalidade - relativa - está na maioria das vezes limitada às fachadas dos edifícios que orlam as ruas amplas e arborizadas dos bairros burgueses, e estabelece um contraponto com os esquemas de distribuição espacial , ainda tão tradicionais. É que a urgência da realização de uma imagem tangível da modernidade, necessária aos anseios dos grandes investidores, na maioria das vezes, deixa pouco espaço para o conteúdo das intervenções, tanto urbanísticas, quanto arquitetônicas.

A arquitetura assume, assim, neste período, uma função disciplinadora do espaço urbano, determinando sua estrutura e sua figura. Subordinada à nova lógica da organização da cidade, a arquitetura emprega os "estilos" e suas combinações como uma maneira eficaz de tornar legível a nova ordem hierárquica, funcional, espacial e social, isto, através de uma nova linguagem formal dos edifícios que contribui para a (re)composição de ambientes urbanos enriquecidos por novos significados e símbolos.

O projeto de aformoseamento do distrito da Victória é apenas uma parte de um outro, mais amplo, proposto para a cidade, que também contempla áreas como o Bairro Comercial ou os distritos de São Pedro e da Sé, o que é confirmado pelas legislações criadas na década de 20. A compreensão deste processo na sua totalidade vincula-se a realização de outros

estudos que investiguem com acuidade os demais distritos, estabelecendo-lhes uma co-relação, o que permitiria uma leitura mais completa desta página da história da cidade.

## 4.2 Os espaços domésticos da burguesia: os sobrados e os palacetes do distrito da Victória

> *"A domesticidade, a intimidade, o conforto, o conceito de lugar e de família são, literalmente, grandes conquistas da Era Burguesa"*[77].

Esta afirmação de Lukacs, ao referir-se ao interior da casa burguesa, parece sintetizar o conjunto das transformações que sofre a habitação, a partir dos finais do século XVIII, na Europa. A absorção dos conceitos de privacidade e conforto, intimamente ligados àqueles higienistas, propiciam a criação de um novo modelo da habitação que está condicionado aos novos códigos sociais. A ordem da vida privada burguesa passa então a ser estabelecida pelos ritos que compartimentam o tempo em espaços apropriados da casa, o que, rapidamente, é exportado para o restante do mundo[78].

Modelos que se aproximam das *villas* italianas ou que adotam o gosto do pitoresco, nas suas várias tendências, difundem-se por inúmeras cidades, no século XIX, propagadas pelas grandes reformas urbanas dos centros europeus, e, principalmente, pelas atividades econômicas ligadas ao comércio internacional, que divulgam os novos hábitos de morar da classe dominante, a burguesia.

---

[77]Citação de John Lukacs, in: RYBCZYNSKI, Witold. **La Casa: Historia de una Idea**. Buenos Aires: Emecé, 1993, p. 61.

[78]A respeito das transformações ocorridas na habitação, da construção dos conceitos de domesticidade, de privacidade e conforto, ver a obra supra-citada, e também PERROT, op. cit.

Salvador não é indiferente a este processo. A presença de grande número de estrangeiros residentes na cidade, a partir da Independência, as ambições de aculturação da burguesia local que, com frequência, busca na Europa os referenciais da modernidade e o intenso desenvolvimento do comércio, que faz com que a habitação consuma uma série de artefatos que compunham a atmosfera interior de um lar europeu-, propiciam as transformações da casa soteropolitana.

Ao longo da Primeira República, a casa burguesa procura romper com os padrões da habitação colonial. Desde a sua implantação no lote, recuada em relação à rua, até a disposição interna dos seus cômodos, que incorpora novos espaços ao programa arquitetônico, busca adaptar-se a um funcionamento que prescinde da mão-de-obra escrava, então extinta em 1888. Estas mudanças, contudo, são construídas paulatinamente, enfrentando as resistências de uma forte tradição do modo de morar e viver, fazendo com que a casa indique as contradições de uma época que, ao mesmo tempo que se pretende moderna e progressista, atrela-se insistentemente ao passado colonial. O distrito da Victória reflete bem a ambigüidade deste período na arquitetura residencial dos seus vários setores, que se comportam de formas distintas, variando com as aspirações dos diferentes segmentos sociais que os ocupam.

O setor que compreende as áreas das Mercês/ Polytheama/ Aflitos/ Gamboa, cuja arquitetura residencial, no início da República, já observa uma tipologia similar àquela das freguesias do centro, não incorpora efetivamente as transformações ocorridas na casa, a nível de agenciamento espacial, conforme se percebe nos projetos encaminhados à análise da Intendência, durante o período estudado. A modernidade almejada pela classe abastada que aí reside, mesmo durante o período onde foi maior o número de obras no setor - quando da abertura da Avenida Sete de Setembro -, reflete-se principalmente nas fachadas dos

imóveis, que procuram adequar-se ao projeto estético oficial[79]. A habitação, contudo, permanece utilizando o modelo colonial do sobrado implantado no alinhamento de lotes estreitos, desenvolvendo-se ao longo de um corredor lateral e possuindo dependências em anexo. As primeiras modificações deste esquema de organização espacial só são sentidas a partir de meados dos anos 20, quando residências construídas na Gamboa, utilizam um novo agenciamento para distinguir as zonas social, íntima e de serviço, aliadas às preferências estilísticas dos proprietários[80] (FOTOS 61e 62).

Também o Campo Grande, notadamente setor de moradia de ricos comerciantes e que já apresentava uma ocupação considerável no final do século passado, mantém na sua arquitetura os padrões da casa tradicional, encontrados nos edifícios, então, aí existentes[81], correspondendo a, aproximadamente, 70% do total de projetos do setor. Distinguem-se estes pelas dimensões, rebuscamento dos seus volumes e tratamento das superfícies, incorporando muitas vezes o jardim lateral, tendo a fachada delimitando a rua. Alguns destes edifícios, obras dos técnicos italianos que aqui atuaram, oferecem os sinais do

---

[79]Ver, por exemplo o projeto de embelezamento da fachada apresentado pelo Sr. Salustiano Antunes Guerra para um imóvel à Rua das Mercês, de autoria do Engº Custódio Bandeira, em 1911 (Ficha nº 395/Victória - AHM); ou ainda, aqule apresentado em 1914 pelo Sr. Francisco Amado da Silva Bahia, de autoria do Engº Arthur Santos, para o prédio à Rua Consº Pedro Luiz, em virtude do corte da Avenida (Ficha nº 571).

[80]Cf. proposta para a construção de uma casa em rua sem nome, sob o viaduto da Av. Sete, de autoria do Engº Carlos Souza e propriedade do Sr. Manoel Alexandrino da Luz (Ficha nº 924/36/Victória - AHM); ou ainda, o projeto para a construção de uma casa à Rua da Gamboa/ Av. Sete, do Sr. Custódio dos Reis Principe Jr. e cujo construtor era o Sr. Waldemiro de Oliveira (Ficha nº 925/ 23/ Victória - AHM), entre outras tantas construídas neste trecho, por este período.

[81]Fotografias da área, executadas a partir da segunda metade do século passado, mostram que, de uma maneira geral, o conjunto arquitetônico da praça apresentava, figurativamente, características neoclássicas, linguagem adotada nas residências e edifícios de caráter público (ô Club Inglez ou o templo do ingleses, por exemplo) dos estrangeiros e dos ricos comerciantes que aí habitavam.
Também Maximiliano de Habsburgo se refere às casas situadas em torno do Campo da Vittoria, *"(...) em geral, em leve estilo grego e italiano (...)"*. Op. cit., p.78.

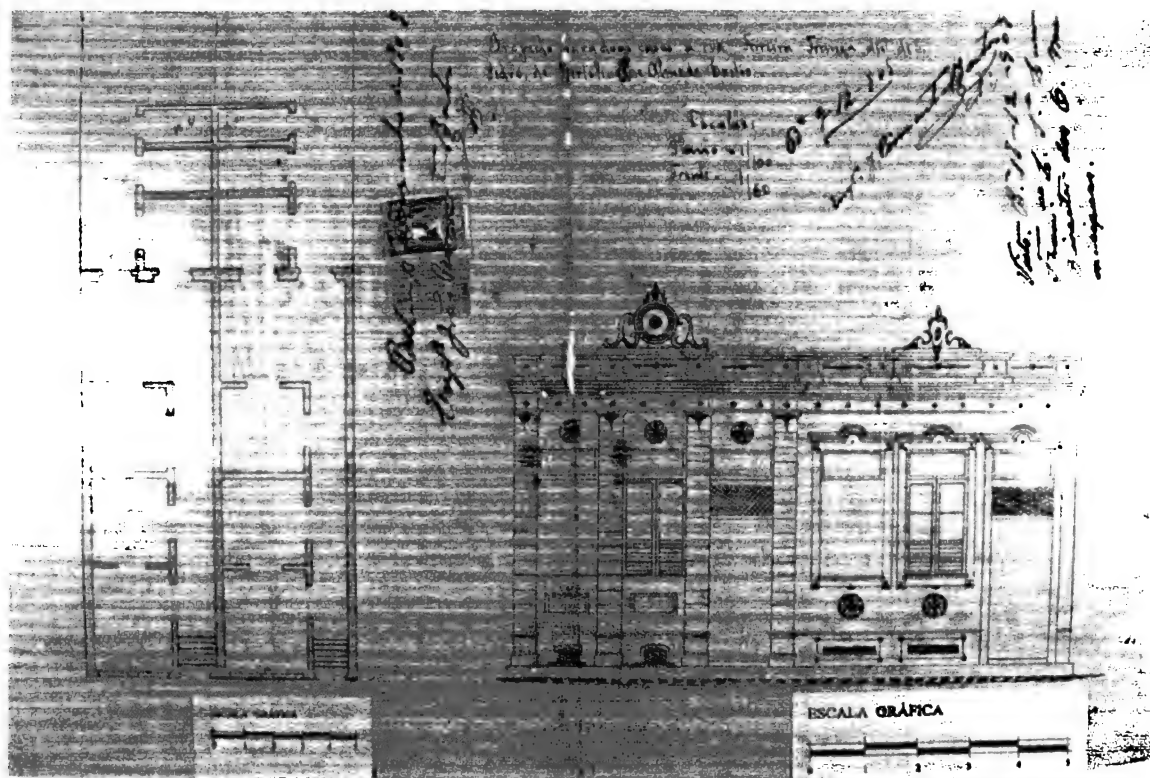



**FOTO 61-** Projeto de duas casas à Rua Ferreira França, em 1911, de autoria de Pimenta Bastos

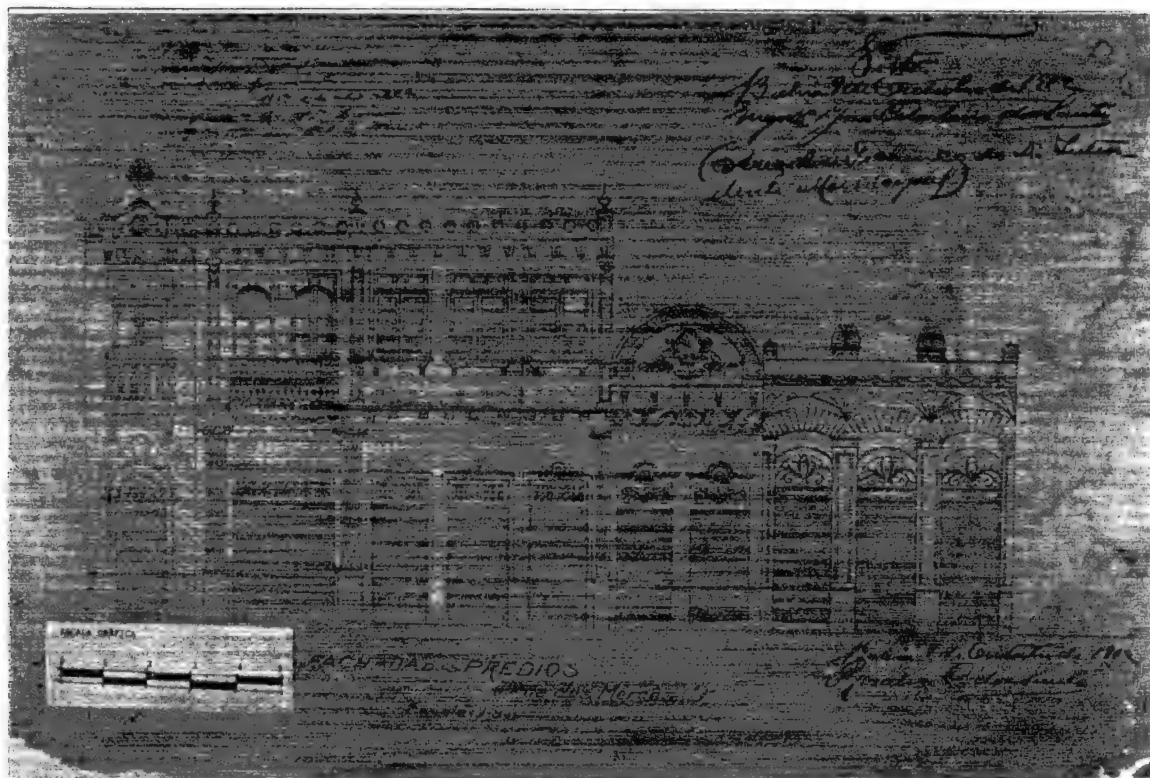



**FOTO 62- -** Projeto de reforma de imóvel à Rua das Mercês, em 1912, de autoria de Rosalvo Celestino dos Santos.

prestígio que a importação de modelos, principalmente quando executada por um estrangeiro, conferem a esta burguesia[82] (FOTO 63).

Espaço de representação da Salvador do período republicano, o Campo Grande apresenta apenas nos anos 20 modificações mais sensíveis na arquitetura doméstica. Exemplo disto é o projeto apresentado em 1922 pelo Sr. Alfredo Henrique de Azevedo para a construção de uma casa à Praça Duque de Caxias (atual, Dois de Julho), nº 02[83]. Construída em dois pavimentos, destina todo o térreo à zona social, numa sucessão de terraços, saletas e salões que, ao mesmo tempo que resguardam a privacidade dos espaços da família, atenuam a relação com a rua. À intimidade da família destinava-se o primeiro andar, que já conta com as modernas instalações sanitárias; os serviços, ainda não incorporados no corpo principal do edifício, situam-se num anexo, interligado por uma varanda. A racional segregação das funções e a adoção de linhas mais puras e geométricas na composição volumétrica, contrasta com o pitoresco de um torreão, um tanto incompleto, um tanto "arruinado", onde a vegetação cresceria "desordenadamente" (FOTO 64).

De fato, existência doméstica e social dos burgueses, completamente integrados a uma nova ordem social, finda por determinar um zoneamento da habitação, onde duas partes são logo identificadas: uma, é inteiramente consagrada à intimidade, à família, e exige da arquitetura disposições que garantam a liberdade e o segredo da vida privada; a outra, é destinada ao mundo exterior, dos negócios e dos prazeres, à vida pública. A estas duas partes junta-se uma terceira, ligada aos serviços domésticos. Espaços privados, espaços de representação, e outros, que podem ser classificados como espaços de exclusão, espelham a racionalidade da

---

[82]Ver, por exemplo, o projeto de aformoseamento da fachada do edifício situado à Pça. Duque de Caxias, 04, elaborado pelo Archtº Michelle Carelli para o Dr. Augusto Leone, em 1912 (Ficha nº 429/Victória - AHM).

[83]Projeto para a construção de uma casa à Pça. Duque de Caxias, 02-Campo Grande, sob a responsabilidade de Antonio Valentim Ferreira. Ficha nº 922/24/Victória - AHM. No edifício funciona, hoje, o Clube Cruz Vermelha.

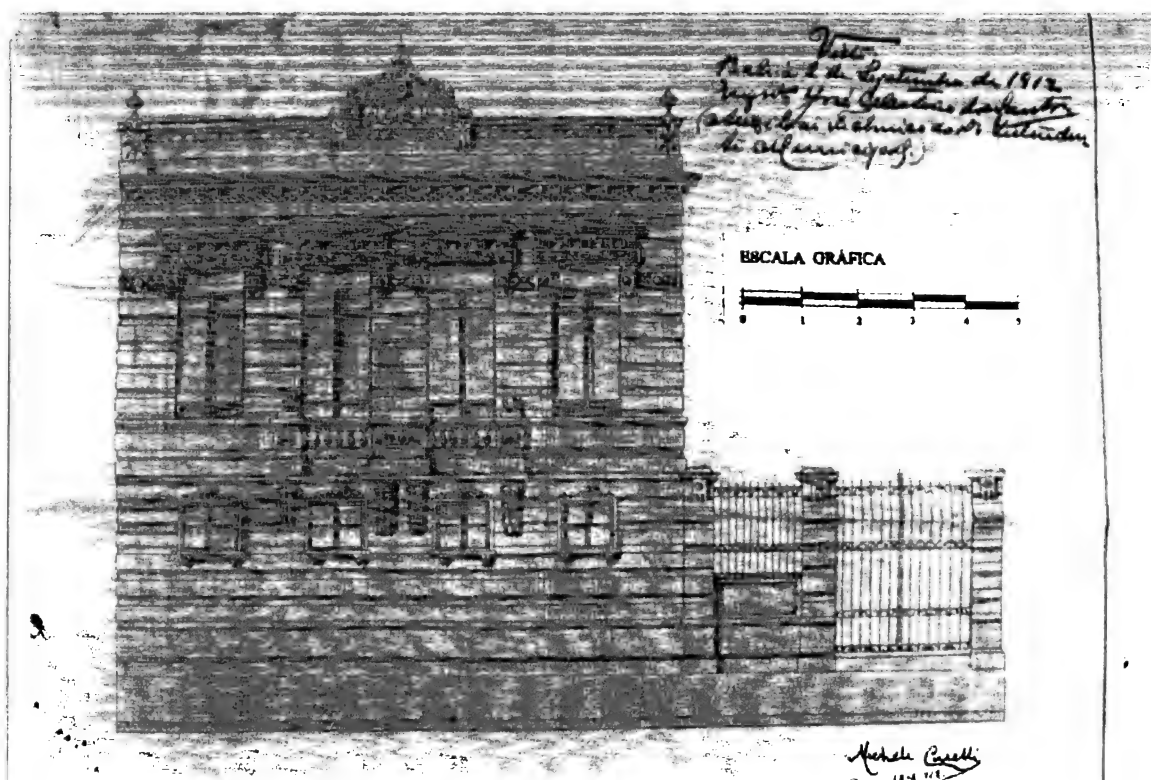



**FOTO 63 -** Projeto de aformoseamento da fachada do imóvel sito à Pça. Duque de Caxias, de autoria de Michele Carelli, em 1912.

**FOTO 64a -** Projeto de uma casa à Pça. Duque de Caxias, em 1922. Fachada Principal

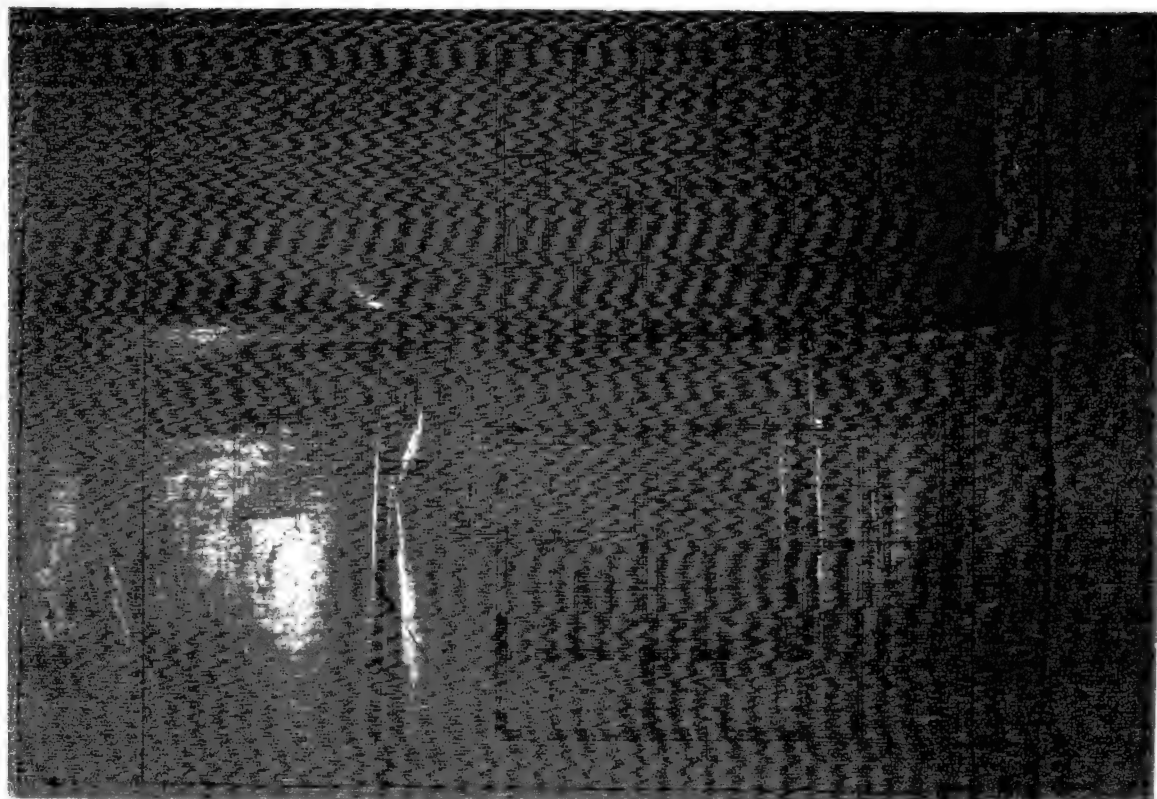



**FOTO 64b** - Plantas baixas

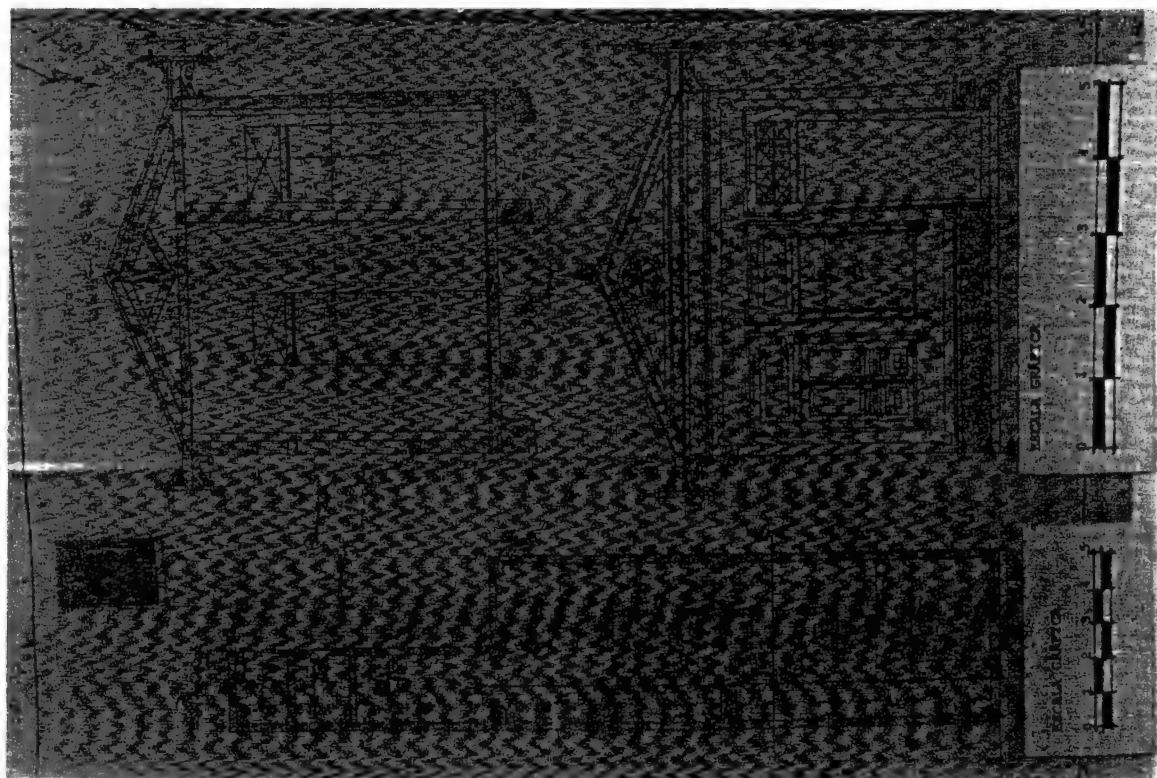



**FOTO 65** - Projeto de uma casa à Rua da Matta, em 1916.
Fachada principal e planta baixa.

projetação da casa, estabelecendo uma hierarquia que será herdada pelo Movimento Moderno.

Esta tripartição perfeita do zoneamento da habitação corresponde a três dissociações, ao mesmo tempo, espaciais e de classe, materializando assim uma ideologia: é necessário poder receber com fausto, proteger a vida íntima e as relações de família e ser servido sem a interferência dos olhares indiscretos da criadagem. Os projetos das habitações das classes mais abastadas respondem a estas exigências e permitem a compreensão precisa das hierarquias, da distribuição dos papéis e do poder dos diferentes grupos domésticos.

Os setores que compreendem as áreas do Campo Santo/ Federação e o Garcia apresentam situações semelhantes entre si. Ocupadas por uma população de baixo poder aquisitivo, a arquitetura doméstica destas áreas, durante a Primeira República, revela a longa permanência de uma maneira de morar herdada da Colônia, e de todas as relações sociais aí implícitas. A quase totalidade dos projetos apresentados à Intendência a serem construídos nestas áreas (em ambos os setores, o equivalente a, praticamente, 95% das propostas) é relativa a casas de corredor lateral ou central, que não dispõem de comodidades como a cozinha ou o banheiro no edifício, admitindo-os num anexo. Sua implantação, com pequenos jardins frontais, muitas vezes é resultado de exigências da municipalidade, principalmente devidas à implantação do transporte urbano. A individualização de cada unidade domiciliar se dá através da utilização dos mais diversos estilos, que, ao revelarem as aspirações estéticas de cada proprietário, identifica-o no espaço urbano (Cf. FOTO 65).

Chalets, que procuram expressar o caráter suburbano destas áreas[84], casas de linhas neoclássicas[85], mais sóbrias, ou aquelas profusamente decoradas, utilizam um idêntico

[84]Cf. os exemplos já citados, nos capítulos anteriores.

modelo de organização espacial, do qual, só esporadicamente, encontraremos pequenas modificações. Estas, referem-se basicamente ao uso de varandas externas à casa como circulação, num primeiro ensaio de distinguir o zoneamento da moradia[86] (FOTO 66). De acordo com o levantamento realizado no Arquivo Histórico Municipal, só nos anos 20, encontraremos exemplares destinados à classe média, no Garcia, cujo agenciamento compartimenta as diferentes funções da casa em espaços distintos, e que, figurativamente, já buscam uma linguagem mais racionalista[87] (FOTO 67).

Também o Rio Vermelho, proporcionalmente, apresenta um quadro semelhante aos seus setores vizinhos, Federação e Garcia, onde, cerca de 90% das propostas para construção, observam a disposição interna dos cômodos de uma da casa colonial. Contudo, a presença da burguesia na área, que se instalara desde o final do século ao longo da orla, promove a

---

[85]Ver. por exemplo, projeto de autor desconhecido, apresentado pelo Sr. Affonso Henrique Pereira, em 1894, para a construção de uma casa à Rua do Garcia (Ficha nº 024/Victória - AHM), ou ainda, de 1898, o projeto apresentado para a edificação de uma casa à Rua do Trilho de propriedade da Sra. Innocencia Severiana de Britto (Ficha nº 115/Victória - AHM).

[86]Cf. projeto apresentado para a construção de uma casa à Estrada do Garcia, em 1895, de autor desconhecido, para o Sr. Domingos Silvino Marques (Ficha nº 070/Victória - AHM); projeto do Engº J. Barroso, em 1906, para a construção de uma casa à Rua da Federação, de propriedade do SR. Hermillo da Silva Machado (Ficha nº 298/Victória - AHM); ou ainda, a proposta do Engº Arthur Santos para a edificação de uma casa à Estrada de São Lázaro, em 1916, para o Sr. José Euzébio de Carvalho (Ficha nº 916/12/Victória - AHM).
A respeito do emprego de varandas na arquitetura da segunda metade do século XIX, HITCHCOCK informa-nos que, inicialmente, na Inglaterra, estas foram utilizadas como um elemento da arquitetura indiana, incorporado às recriações "de estilo"que adotavam aquele repertório formal. Contudo, rapidamente perde este caráter oriental, sendo aplicado diante de *cottages* rústicos ou de composições mais clássicas, assumindo forma de galeria ou de loggia italiana. Este emprego generalizou-se na arquitetura norte-americana, durante a segunda metade dos Oitocentos (Cf. HITCHCOCK, Henry- Russell. **L'Architettura dell' Ottocento e del Novecento**. Torino: Einaudi, 1989. p. 350/1.).
Em Salvador, em 1860, Maximiliano de Habsburgo já registrava o intenso uso de varandas e terraços nas residências do Corredor da Victória, os *"sinais de um verão ininterrupto"*, como já visto no Capítulo 02. Herança da arquitetura colonial, as varandas são continuamente empregadas como um elemento de adaptação climática.

[87]Ver, por exemplo, os projetos para uma casa à Rua Leovigildo de Carvalho, de Julio Brandão, em 1924 (Ficha nº 924/49/Victória - AHM); para uma casa à Curva Grande, de José Allionni, em 1928, que já incorpora a garagem à composição do edifício (Ficha nº 928/58/Victória - AHM) ; ou ainda, do mesmo autor, na mesma rua e no ano, uma casa feita para o Sr. Albérico Fraga (Ficha nº 928/77/Victória - AHM).

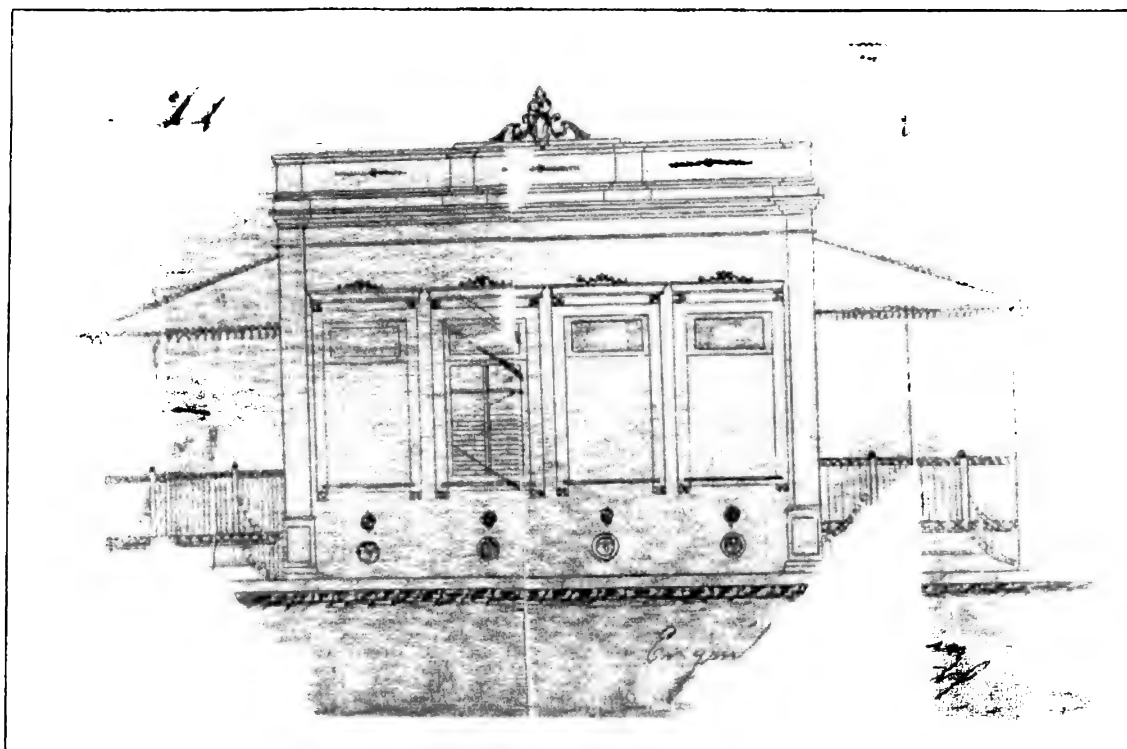



**FOTO 66a-** Projeto de J. Barroso para uma casa à Rua da Federação, em 1906. Fachada principal.

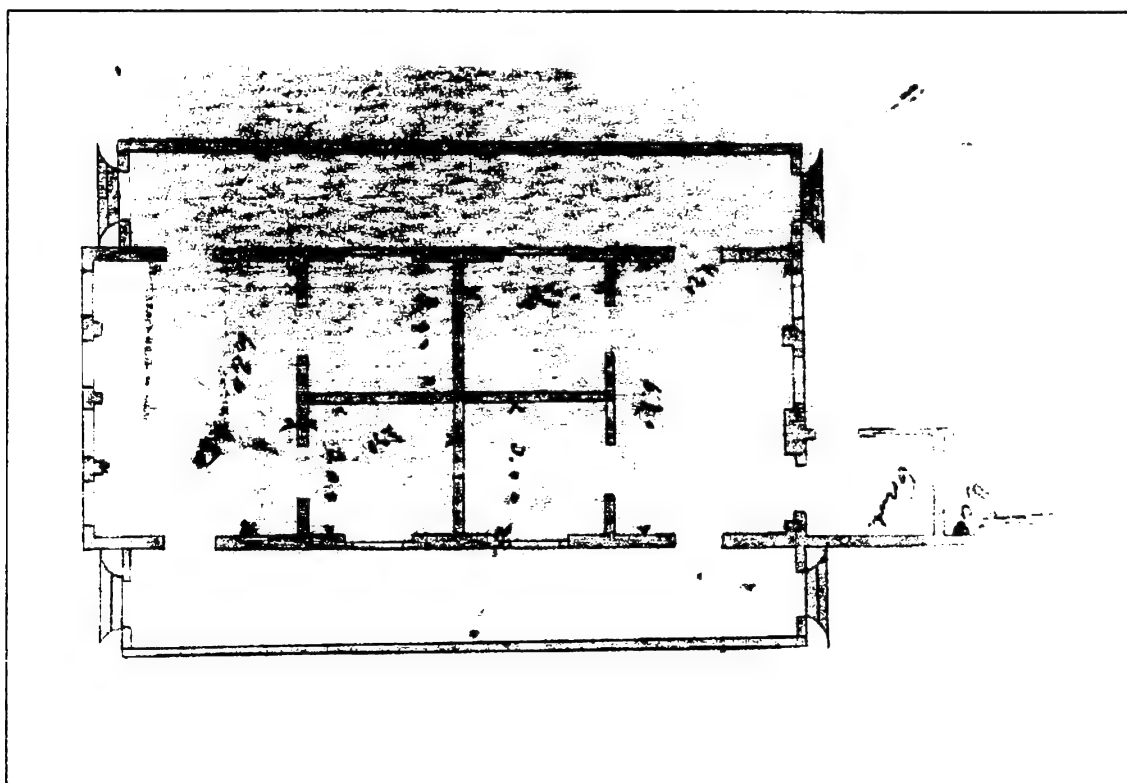



**FOTO 66b-** Planta Baixa

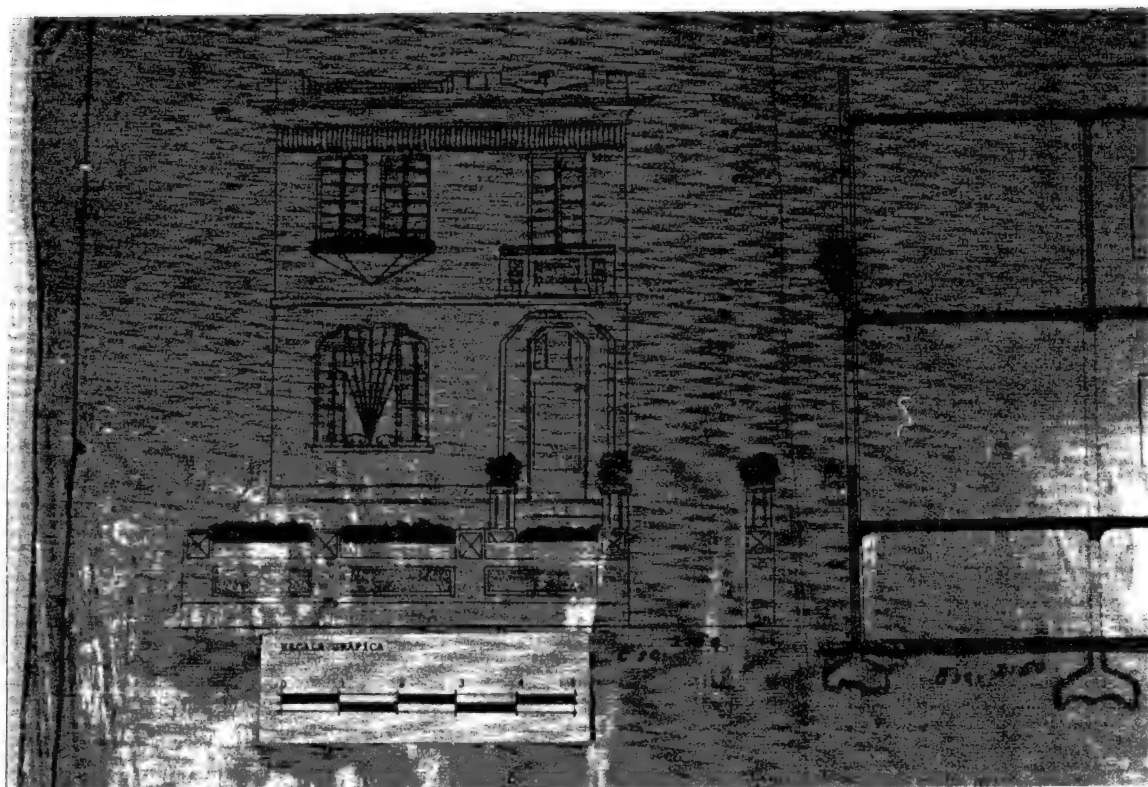



**FOTO 67a** Projeto de uma casa à Curva Grande, Garcia, em 1928, de autoria de José Allionni. Fachada Principal.

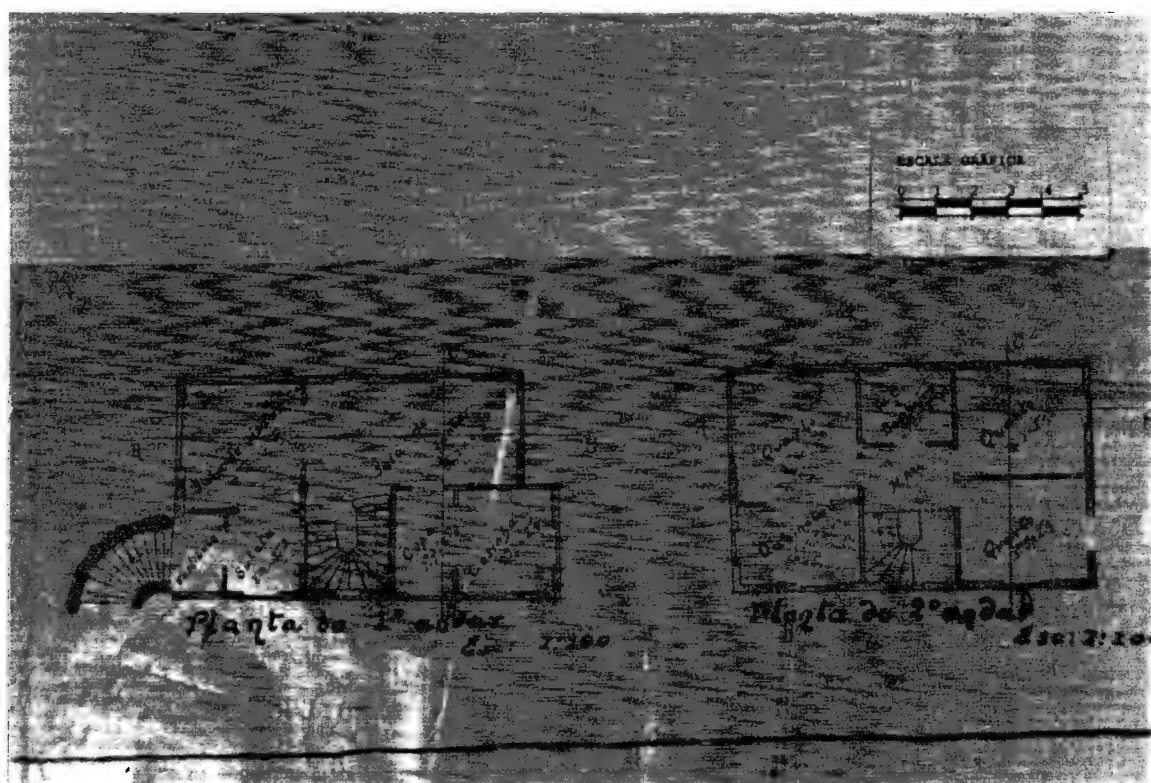



**FOTO 67b-** Planta Baixa

introdução de novos hábitos de viver e de morar na, então, aldeia de pescadores. Já em 1894, encontramos dois projetos do Arqtº Hans Schleier, um na Praça Colombo[88] e outro na Rua do Raphael[89] (FOTOS 19 e 68), que evidenciam o aburguesamento da casa que, de fato, só se faria sentir nos outros setores duas décadas depois. Projetos eruditos, definem claras funções para as diferentes zonas do edifício, desenvolvidas a partir do vestíbulo, tratamento que se reflete na sua composição volumétrica. Nestes projetos, a composição valoriza os lugares de recepção em volumes que sacam do corpo do imóvel, denunciando um desejo de ostentação que também se reflete na articulação dos cômodos desta zona da casa que, interligados e abertos para o exterior, acolhem o gosto burguês pela vida mundana.

O programa absorve as novidades ditadas pelo conforto e pela ética moderna. A distinção entre os papéis masculinos e femininos, entre a esfera familiar e a pública, se marcam pela procura de proximidades, das contigüidades dos cômodos: sala-de-espera e de visitas para os estranhos à família; gabinete para o senhor e uma sala para a senhora; os serviços de copa e cozinha próximos e, ao mesmo tempo, dispostos de forma a isolar a criadagem do convívio íntimo; os quartos, individuais, noutro pavimento, próximos às instalações sanitárias. Mesmo a circulação dos diferentes atores da casa devem ser distintas, no cotidiano e em dias de festa, realizadas por varandas e corredores, e, às vezes, por portas que só se abrem em ocasiões especiais.

A distante Cidade Balneária de Ondina, fracamente ocupada durante o período estudado, destinada à burguesia, desde a sua criação, em 1895, apresenta uma arquitetura que procura

[88]Residência do Sr. Gaspar de A. Rebello. Ficha nº 017/Victória - AHM.

[89]Residência do comerciante Albano Pereira de Carvalho. Ficha nº 022/Victória - AHM.

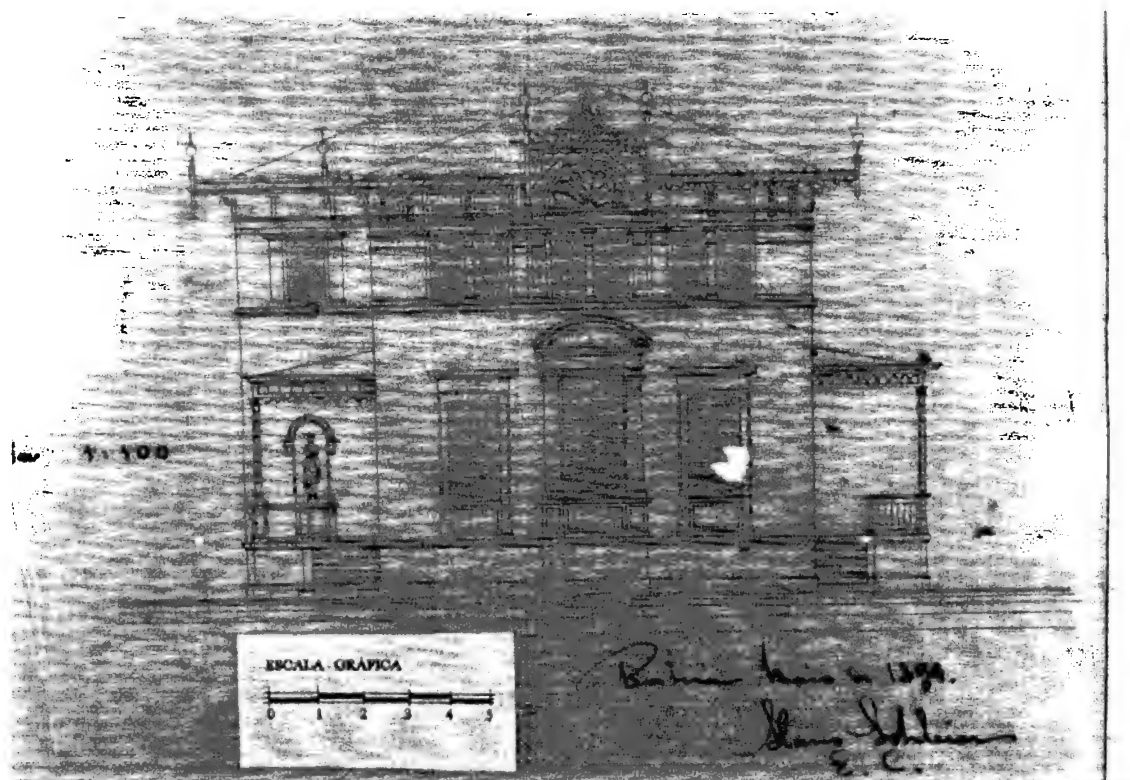



**FOTO 68a-** Projeto de Hans Scheleir para uma casa à Rua do Raphael, Rio Vermelho, em 1894. Fachada Principal.

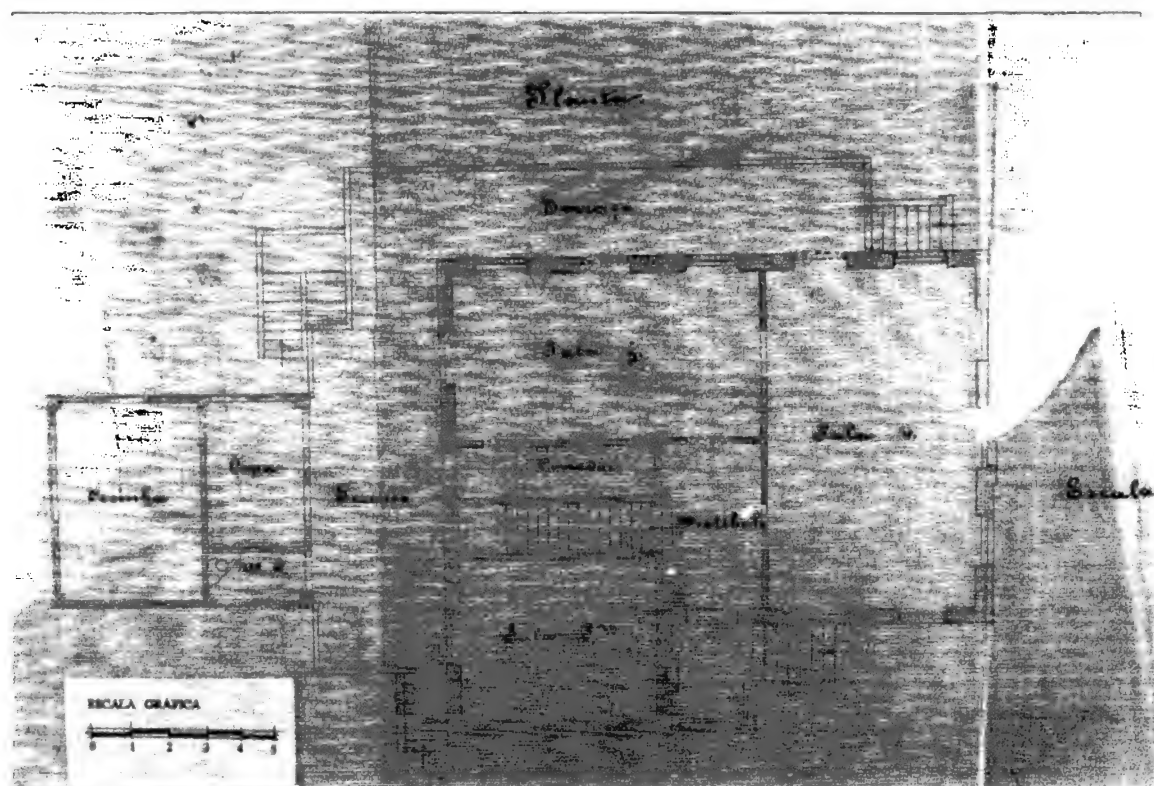



**FOTO 68b-** Planta Baixa

uma identificação com o arrabalde - os chalets[90], que se relacionam muito mais a uma idéia de habitação do que a uma forma -, e que procuram assimilar o programa arquitetônico e disposição dos cômodos das casas "modernas" (cerca de 53% do total) (Cf. FOTO 69). Estes são contemporâneos a outras tantas casas de porta e duas janelas, com corredor lateral ou central, em proporções mais ou menos equivalentes.

Curiosamente, durante a Primeira República, a arquitetura residencial do setor referente ao Corredor da Victória mostra-se conservadora, em relação às transformações físicas da casa, decorrentes dos novos hábitos de morar, a despeito de sua fama de reduto da elite local, vanguardista das modas copiadas em outros pontos da cidade. Dos projetos arquitetônicos analisados pelo setor de obras do município, nesta área, 43% desenvolvem-se dentro do esquema da casa tradicional, mesmo durante o período de modernização da rua - entre 1912 e 1916, no primeiro Governo Seabra - quando as modificações limitam-se a aformosear ricamente as fachadas dos edifícios pré-existentes (as solicitações para reformar exclusivamente a fachada somam quase 26% do total do período), com algumas excessões, o que denota prestígio social. A maioria delas, contudo, implanta-se em meio a jardins, distanciando-se da rua e dos vizinhos, quando estes eram apenas laterais, transferia-se o acesso à casa para esta fachada, buscando resguardar o âmbito do privado.

Os primeiros projetos que apontam mudanças significativas nas habitações deste setor datam dos anos 10 e são freqüentes até o final do período estudado. Além de proporem uma linguagem figurativa que identifica a modernidade deste setor do distrito, tais edifícios reelaboram o conceito da casa, do conforto e da intimidade, o que corresponde a,

[90]Ver. por exemplo, os projetos para a construção de chalets situados no Boulevard Castro Alves (nome provisório do loteamento): de autoria do Engº João Pimenta Bastos, para o Sr. Bibiano Ferreira Campos, em 1896 (Ficha nº 071/Victória - AHM); sem autor, para o Sr. Antônio Alves Câmara, no mesmo ano (Ficha nº 098/Victória - AHM); de autoria do Engº John Lilleton, para a Sra. Maria Machado, em 1897 (Ficha nº 102 - AHM), entre outros.

aproximadamente, 32% das habitações. Os programas observam requintes estabelecidos pelo aburguesamento da vida doméstica, além dos requisitos higiênicos, que, aí, permitem, por vezes, o luxo de mais de um gabinete sanitário num único edifício[91].

No Corredor da Victória, assim como nos demais trechos do distrito ocupados pelas classes abastadas, a arquitetura residencial privilegia os espaços de representação que, na maioria das vezes, chegam a ocupar todo um piso da moradia. O projeto do Engº Julio Conti para ampliação e reforma da casa do Sr. Pedro Tenorio Velloso Gordilho, em 1919, situada à rua da Victória, nº 85, é um dos exemplos mais destacados desta valorização, dedicando dois pavimentos (uma superfície superior a 500,00 m²) a uma sucessão de salas, que se distribuem a partir de um hall com uma escadaria monumental, destinadas à recepção (FOTO 70).

Na organização espacial da casa burguesa, são os salões, as salas-de-visitas, que têm um papel de destaque: possuir um salão significa mundanidade e sociabilidade, um simbolismo que é a marca da classe[92]. César Daly, um dos mais conhecidos tratadistas da arquitetura do final dos Oitocentos[93], no seu *L' architecture priveé au XIX siècle sous Napoleon III*, afirma que, aos espaços da família, devem ser atribuídas características de conforto e

---

[91]Ver projeto apresentado pelos Engº Evandro Pinho e Fructuoso Sampaio para a construção de uma casa à Av. Sete de Setembro, 14, de propriedade do Sr. Alfredo F. de Mesquita, em 1913 (Ficha nº 505/Victória - AHM), que já apresenta sanitários na área íntima da casa e naquela de serviços.

[92]Os salões das residências do Corredor da Victória, com os seus saraus e bailes que fizeram a fama da área, já são famosos desde a metade do século passado, durante o período do Segundo Império. A este respeito, ver PINHO, Wanderley. **Salões e Damas do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Livraria Martins, 1942.

[93]César Daly, arquiteto francês, foi editor, durante 29 anos, da maior revista especializada na arte de construir, ao longo do século XIX: a *Revue générale de l'architecture et travaux publics*. Esta, desempenhou um papel fundamental na difusão da modernidade arquitetural e na elaboração de um pensamento teórico inovador. Considerado por muitos como o "Pregador do Ecletismo", e ainda, o criador da arquitetura orgânica, Daly se apoiou sobre sua revista para propor a renovação da tradicional visão da história da arte, preocupando-se em articular a produção arquitetônica de então às demandas sociais de sua época. A este respeito, ver a interessantíssima obra de SABOYA, Marc. **Presse et Architecture au XIXe siécle**: *César Daly et la Revue Générale de l''Architecture et Travaux Publics*. Paris: Picard, 1991.

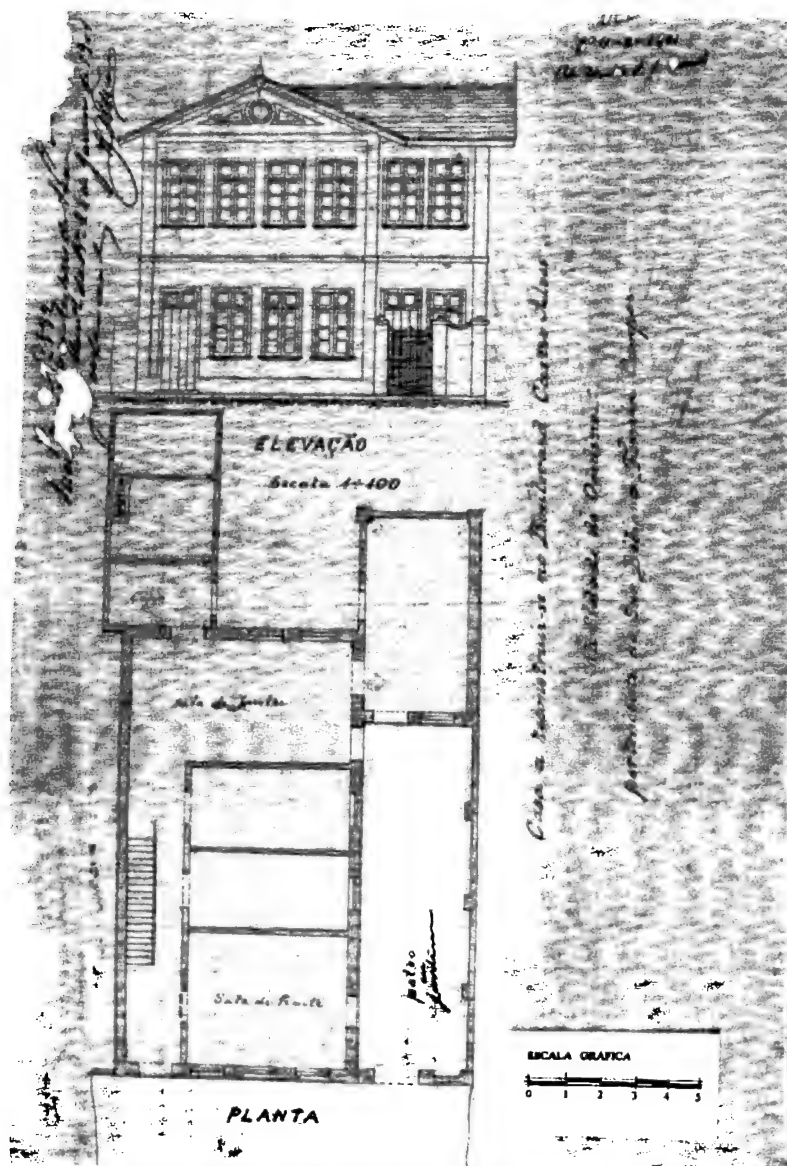



**FOTO 69** - Projeto de uma casa em Ondina, em 1901. Fachada Principal e Planta Baixa.

**FOTO 70a** - Projeto de Julio Conti para uma casa no Corredor da Victória, em 1919. Fachada Principal

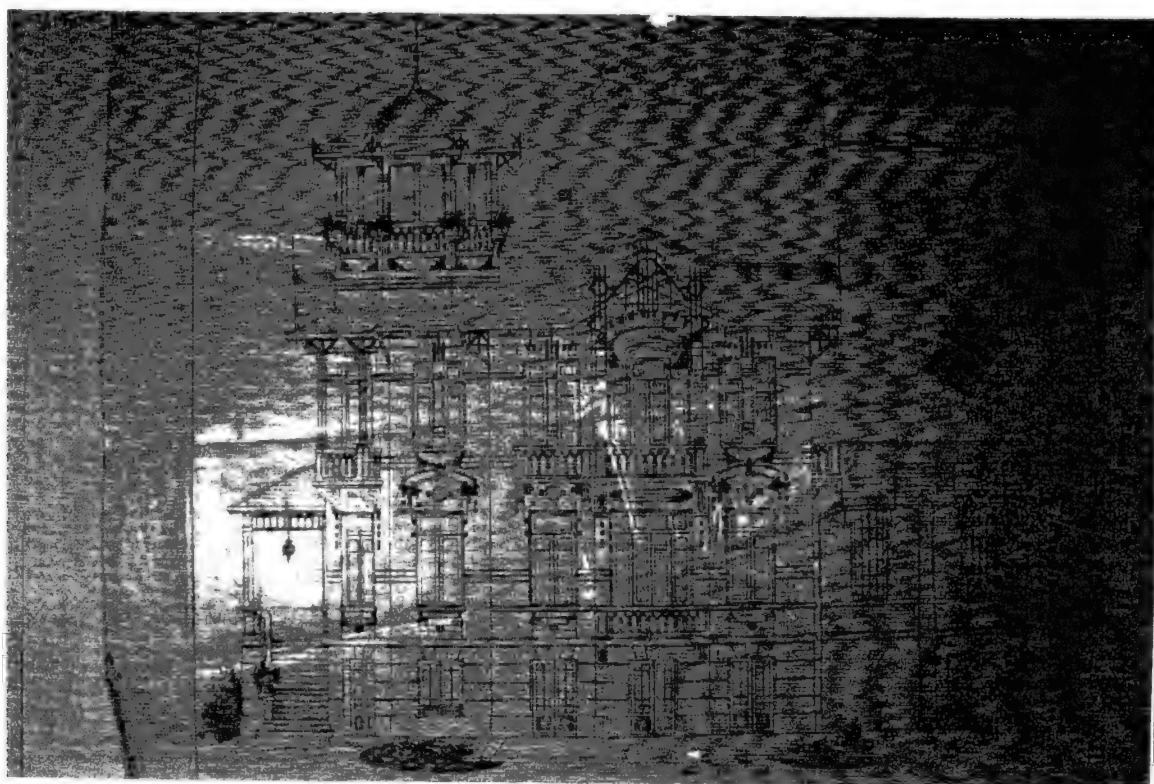
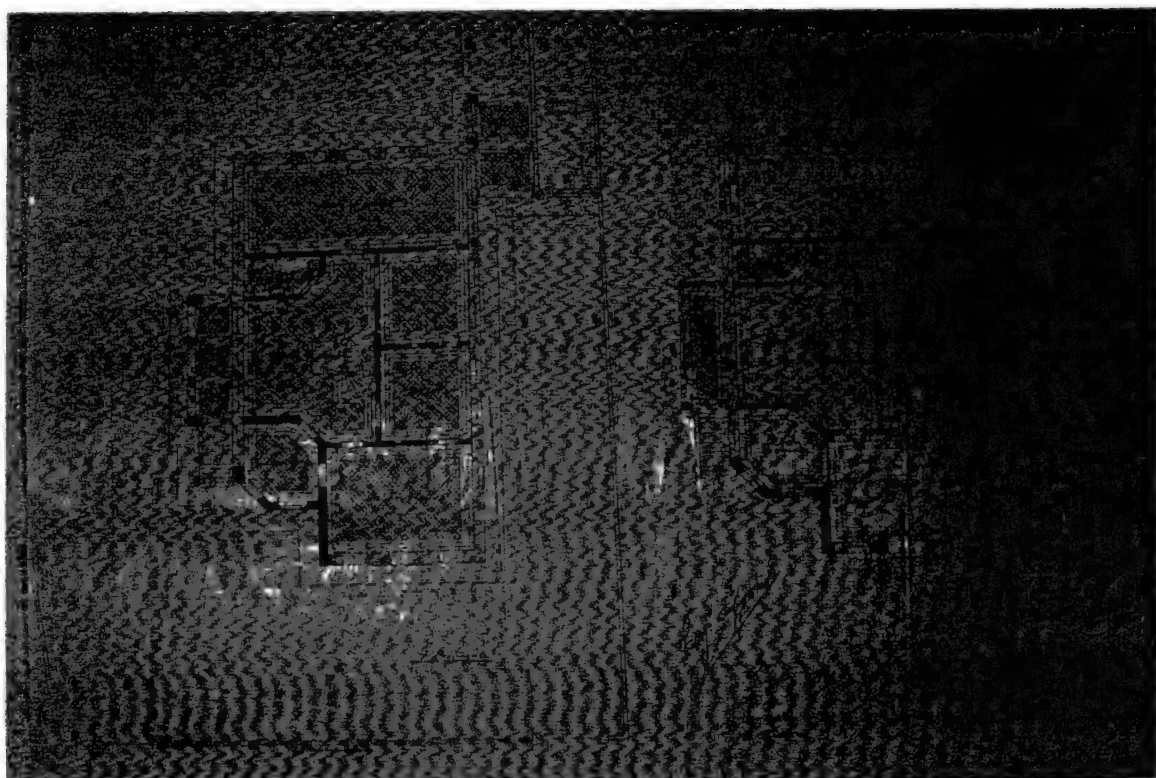



**FOTO 70b-** Plantas baixas do 1° e 2° pavimentos.

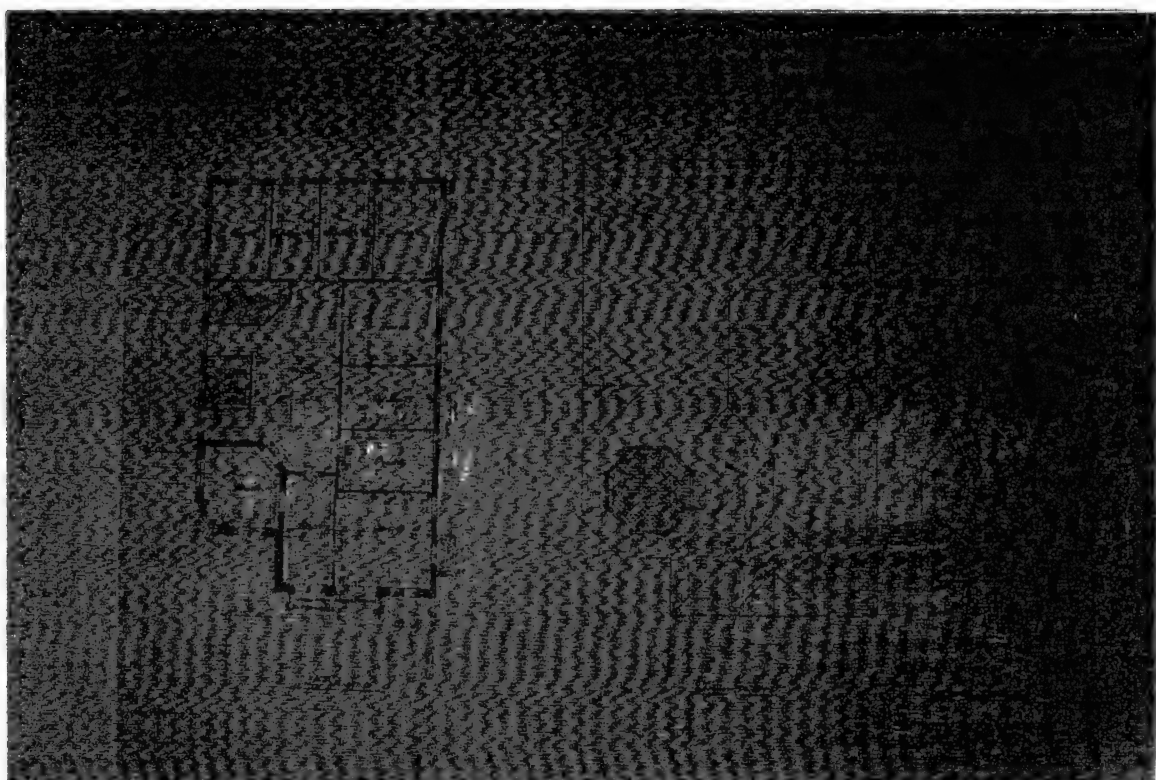



**FOTO 70c-** Plantas baixas do 3° pavimento e da torre.

intimidade, e, àqueles da vida pública, maior luxo e ostentação, os cômodos mais amplos e mais ricos[94]. Este privilégio dado aos espaços públicos da casa pode ser lido, de outra maneira, através da implantação destes cômodos e da relação que estabelecem com o exterior. Uma hierarquia espacial se define também, no plano horizontal, com a valorização da vista sobre a rua, resguardada pela extensão dos jardins, organizando a zona social da habitação ao dispor as principais peças na fachada voltada para a rua.

Também no Corredor da Victória, os programas arquitetônicos tornam-se mais complexos para atender às novas exigências da burguesia. Acrescentam-se elementos atestando a vida mundana permanente e o luxo permitido por consideráveis possibilidades financeiras. As salas de bilhar[95], geralmente situadas próximas àquelas de jantar, são presenças indispensáveis e, juntamente com o *fumoir*, demarcam os espaços exclusivamente masculinos da casa[96]. Também os gabinetes (ou escritórios), tantas vezes assimilados nas habitações da pequena classe média, e que revelam o status do trabalho masculino no âmbito familiar, possuem no agenciamento doméstico um local preciso, próximo às salas de visitas e do hall ou sala de espera, tendo muitas vezes uma entrada independente[97]. Para as mulheres, além da sala da senhora (às vezes, chamada de *boudoir*), uma sala de costura;

---

[94]Cf. ELEB. in: DES CARS & PINON. op. cit., p. 287.

[95]Uma das novidades dos programas arquitetônicos, na Europa do século XIX, a sala de bilhar rapidamente multiplicou-se por castelos e residências burguesas de certa importância. As mesas destinadas ao jogo, surgidas no Velho Mundo no final da Idade Média, tornam-se indispensáveis nos meios burgueses, já tendo feito a fama, em Versalhes, nos tempos de Luís XIV, de inúmeras personalidades. Cf. PERROT, op. cit., p. 343.

[96]Na Europa da virada do século, que inspirava o cotidiano da burguesia baiana, nas classes mais privilegiadas, o *fumoir* e a sala de bilhar permitiam ao senhor da casa receber seus amigos sem a presença feminina (ainda que esta fosse responsável pelo aspecto dos espaços masculinos da habitação). A moda inglesa do *club* inspirava estas práticas. Cf. ELEB, Monique; DEBARRE, Anne. **L'Invention de l'habitacion moderne: Paris 1880-1914**; *Architectures de la vie privée, suite*. Paris: Hazan / Archives d'Architecture Moderne, 1995. p. 26.

[97]Manuais e tratados sobre construção, no século passado, insistem veementemente na disposição dos gabinetes de trabalho independente do restante da casa, numa situação que implicasse estarem eles muito próximos à entrada principal ou possuírem um acesso individual. Id., ib., p. 24.

para as crianças e suas preceptoras, salas de estudo; outras específicas para o almoço e o jantar, uma sala de música, contígua ao salão principal e uma infinidade de saletas, formam cenários de um novo ritual doméstico[98] (Cf. FOTO 71, por exemplo).

Os espaços destinados aos serviços, na habitação, talvez sejam os maiores testemunhos das resistências da sociedade de então às transformações em curso. Na quase totalidade das habitações do Corredor da Victória, cozinhas e dependências de empregados observam a disposição tradicional destes cômodos, deslocados do corpo principal do edifício, em anexos situados nos fundos, isolados ou a este ligados através de varandas ou corredores, distantes dos espaços de recepção. O mesmo ocorrerá nos demais setores do distrito, independentemente da classe social, e, só muito esporadicamente, encontram-se algumas modificações que admitem a cozinha e quartos para criados no porão, à moda inglesa. Mudanças mais sensíveis só serão percebidas, e ainda assim em pequena escala, a partir de meados dos anos 20, nas habitações da pequena burguesia que ocupa os novos loteamentos do distrito, desenvolvidas dentro de padrões mais racionalistas de projetação, onde a cozinha procura uma ligação mais imediata com a sala de jantar.

Como já visto, durante a Primeira República, na Barra, camadas menos favorecidas da população e a classe média ascendente ocupavam trechos distintos do setor. A arquitetura residencial produzida por estes grupos confere características diferenciadas ao espaço urbano, ao tempo que indica o nível de aburguesamento de seus habitantes. A partir de 1894, encontramos os primeiros projetos que buscam conciliar os arraigados hábitos de morar (refletido em cerca de 60% das propostas arquitetônicas deste setor) ao tipo de

---

[98] Ver, por exemplo, alguns projetos, como: no Largo da Victória, n° 03, do Eng° Arthur Santos, para o Sr. J. Moraes Pinheiro, em 1911 (Ficha n° 392/Victória - AHM); também no mesmo largo, n° 22, do italiano *Eng°-Architecto* Julio Conti, para o Cel. José Abraham Cohin, em 1914 (Ficha n° 565/Victória - AHM); na Rua da Victória, n° 75, de Frederico Saraiva, para o Sr. João Pedreira Lapa, em 1926 (Ficha n° 926/05/Victória - AHM), entre outros.

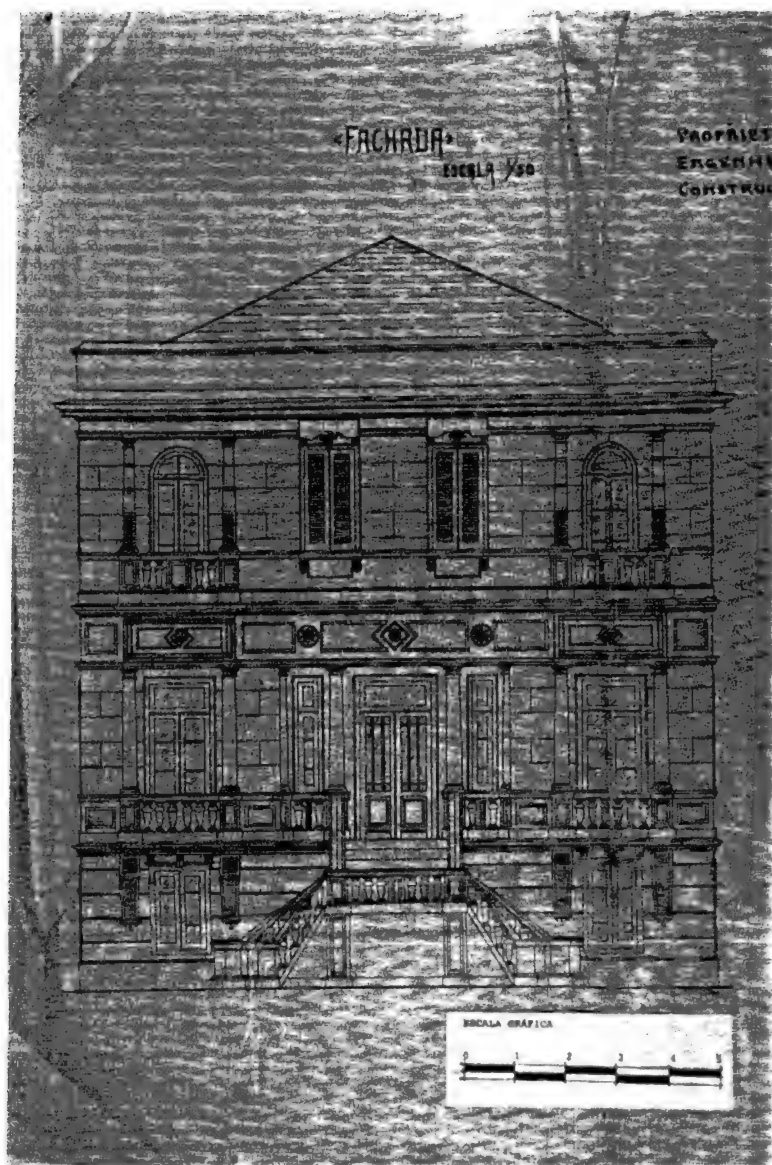



**FOTO 71a** - Projeto de reforma ampliação de imóvel à Rua da Victória, 79 em 1928.
Fachada principal.

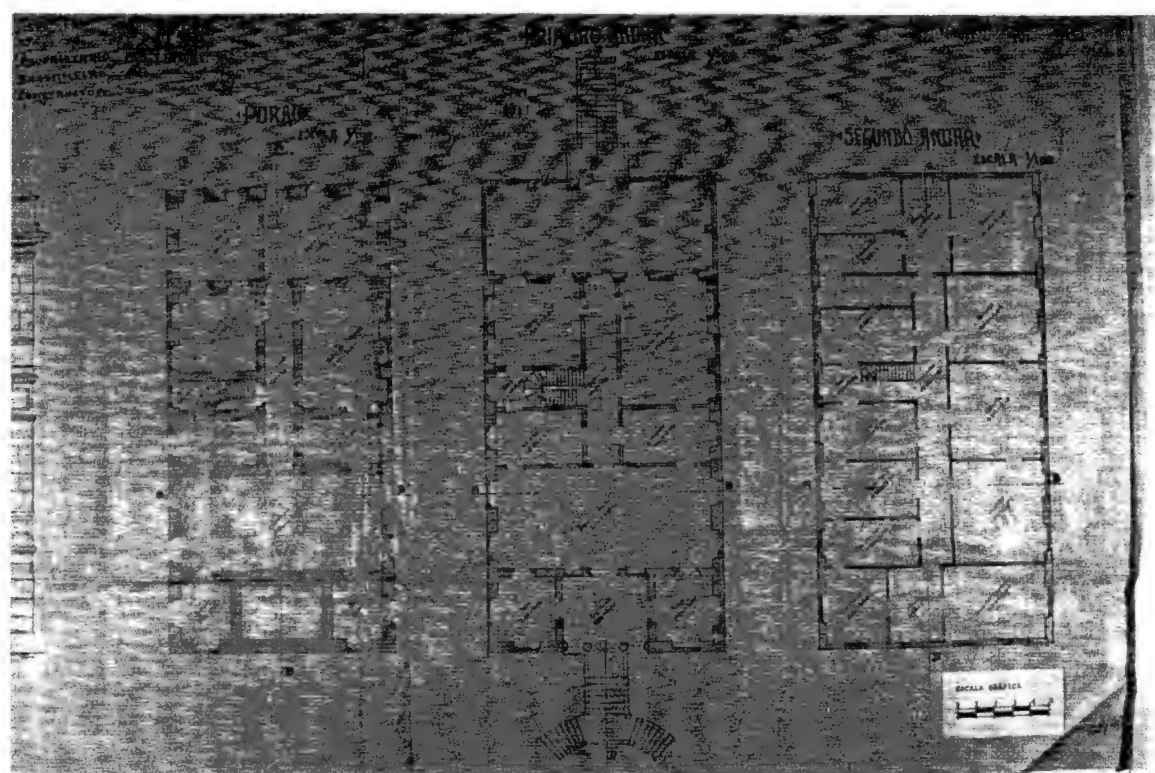



**FOTO 71b** - Plantas Baixas do porão, 1° e 2° pvtos.

habitação adequado aos arrabaldes, principalmente nas Quintas da Barra. De fato, a partir de meados da década de 10, é neste trecho do setor onde se concentram as propostas já elaboradas dentro de uma nova articulação dos cômodos da casa, com programas mais extensos, tipologia também encontrada na Ladeira da Barra.

O Porto da Barra e imediações apresentam uma arquitetura híbrida, que, paulatinamente, começa a absorver os novos padrões, seja na ampliação dos seus programas, seja na sua relação com o lote e a rua, seja nos seus aspectos figurativos. A partir da década de 20, os loteamentos criados na Rua do Bosque e transversais com a Baixa da Graça (Barra Avenida) abrigam uma população que já assimilara completamente a idéia da casa burguesa, funcional, higiênica, individualizada pelos seus valores formais[99] (Cf. FOTO 72).

É, contudo, no setor que compreende as áreas da Graça e Barra Avenida onde encontramos um perfil de mudanças mais significativas na arquitetura residencial do distrito. Paralelamente às tradicionais casas de corredor lateral (que contabilizam a metade dos projetos apresentados à Intendência, neste setor, durante o período estudado), desde o início da República, figuram as primeiras propostas que exigem do habitante uma nova maneira de morar[100] em edifícios que oferecem um amplo e variado programa arquitetônico que segrega funções a espaços específicos (Cf. FOTO 73). Na década de 10, este processo se intensifica com a construção dos grandes palacetes na Rua e Largo da Graça, expandindo-

[99]Um panorama desta situação pode ser fornecido pela análise de alguns projetos, como: para o Sr. José Joaquim Gomes Parada, nas Quintas da Barra, em 1894, sem autor (Ficha nº 042/Victória - AHM); para o Sr. Manoel Dias de Moraes à Rua Barão de Sergy, em 1910, a construção da Villa Olivia, de autoria de Aurélio Dias de Moraes (Ficha nº 354/Victória - AHM); no mesmo ano, de autoria do Engº Custodio Bandeira, uma reforma da casa sita à Ladeira da Barra, *"um predio elegante e de construcção de archtectura moderna"*, no dizer da requerente, a Sra. Francisca Epiphania Brandão (Ficha nº 362/Victória - AHM); para a Sra. Anna Conde, de autoria do Engº Arthur Santos, nas Quintas da Barra, em 1916 (Ficha nº 916/11), dentre outros.

[100]Cf. os interessantíssimos projetos, por exemplo, do Archtº Hans Schleier para a construção da casa do Sr. Joaquim Vidal Gama, à Rua da Graça (Ficha nº 046/Victória - AHM) ou o de autoria do Archtº Teixeira Ribeiro, para uma casa situada na mesma rua, de proprietário desconhecido (Ficha nº 056/Victória - AHM), ambos, de 1895.

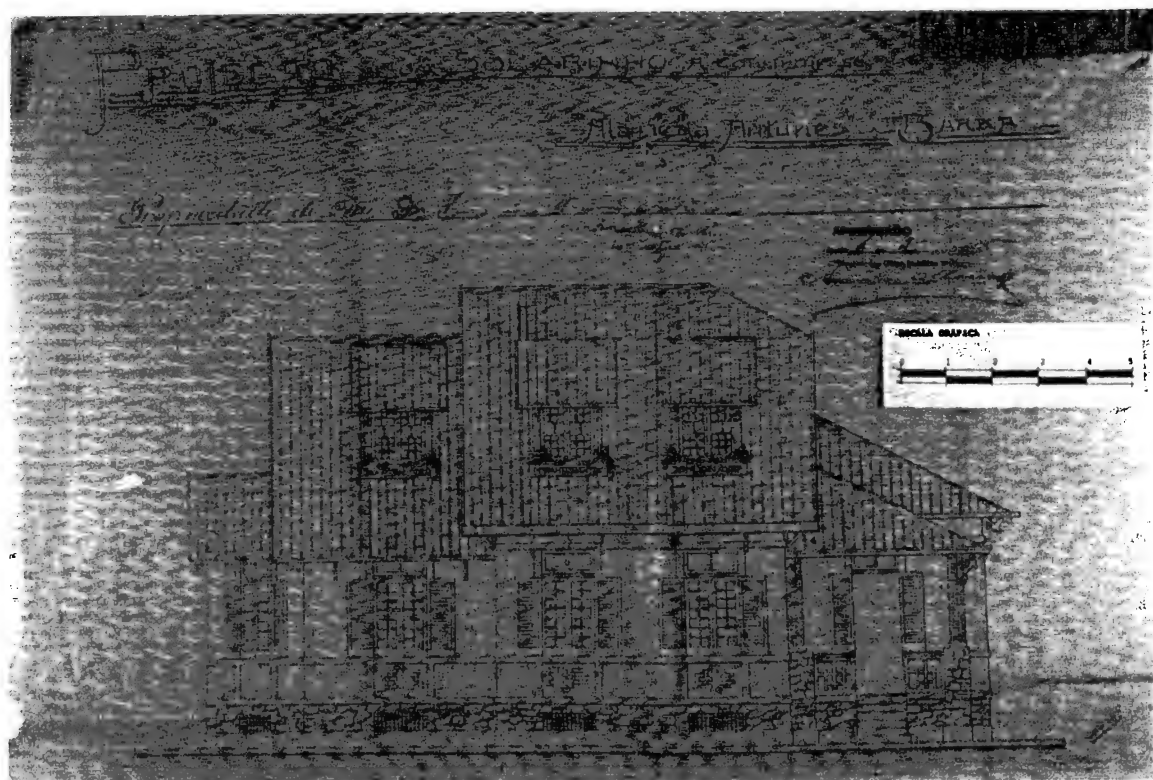



**FOTO 72a** - Projeto de um "solarinho" à Alameda Antunes, na Barra, em em 1925.
Fachada principal.

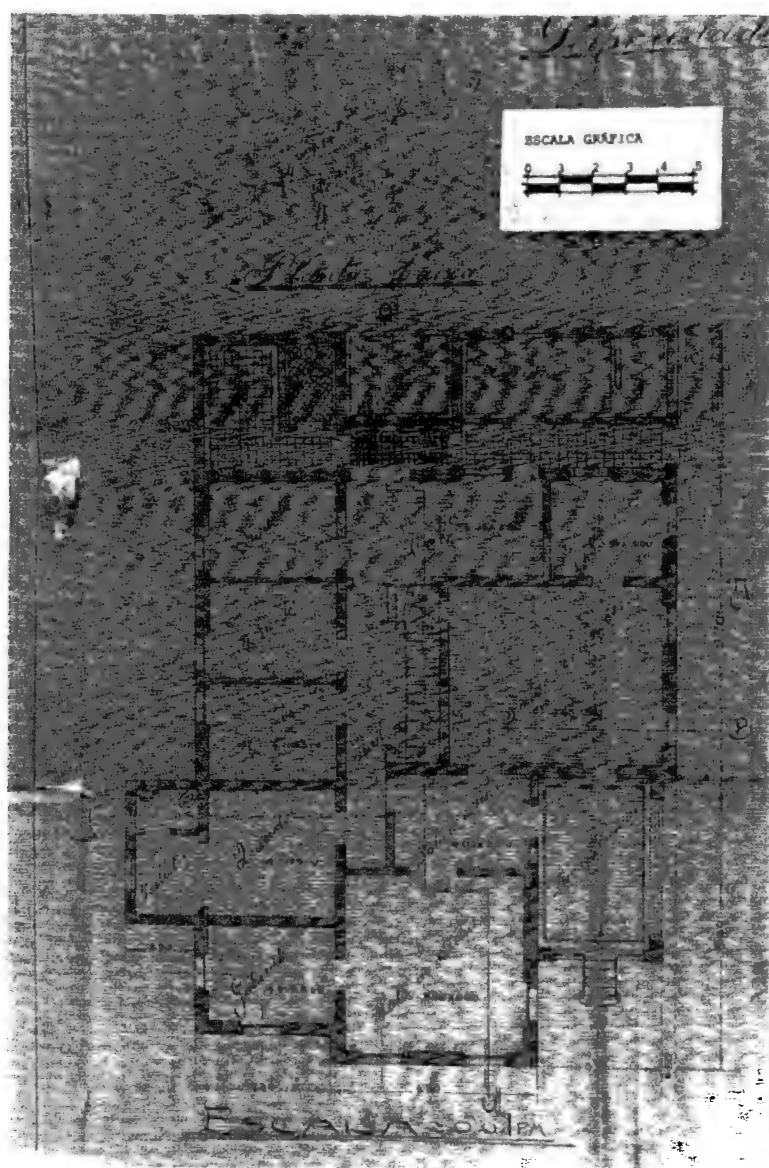



**FOTO 72b** - Planta Baixa

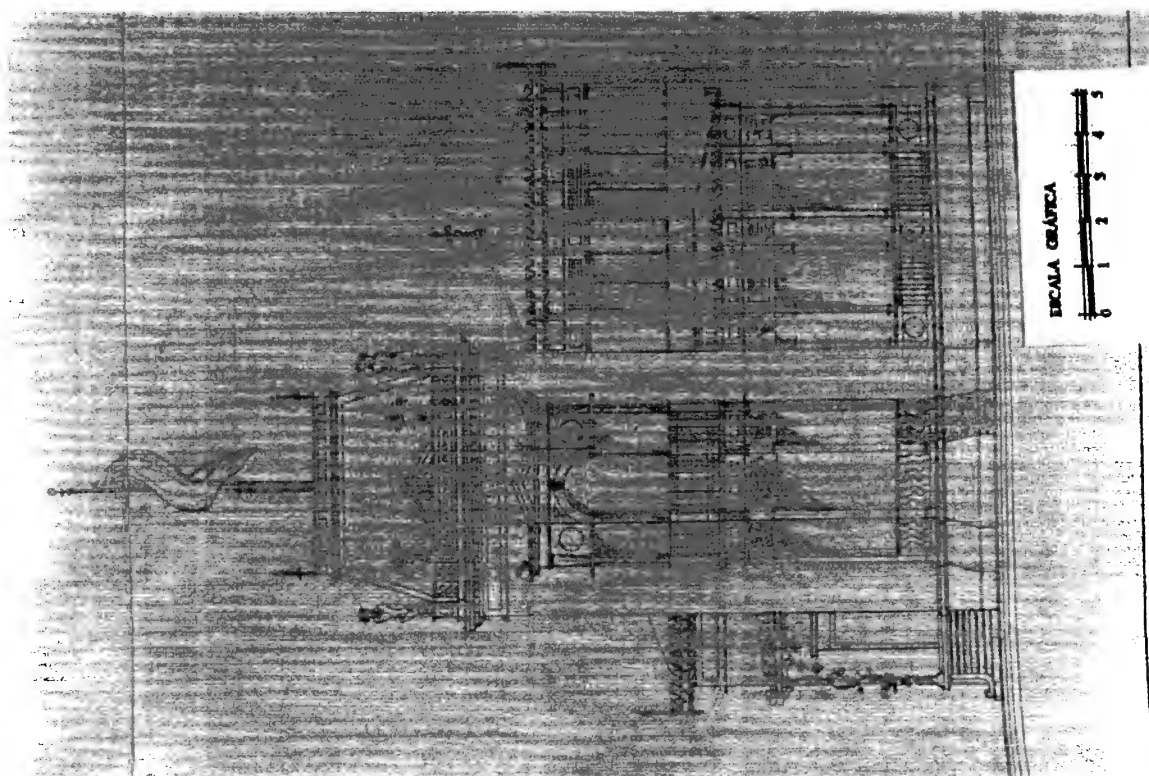



**FOTO 73a** - Projeto de Hans Scheleir para uma casa à Rua da Graça, em 1895. Fachada principal.

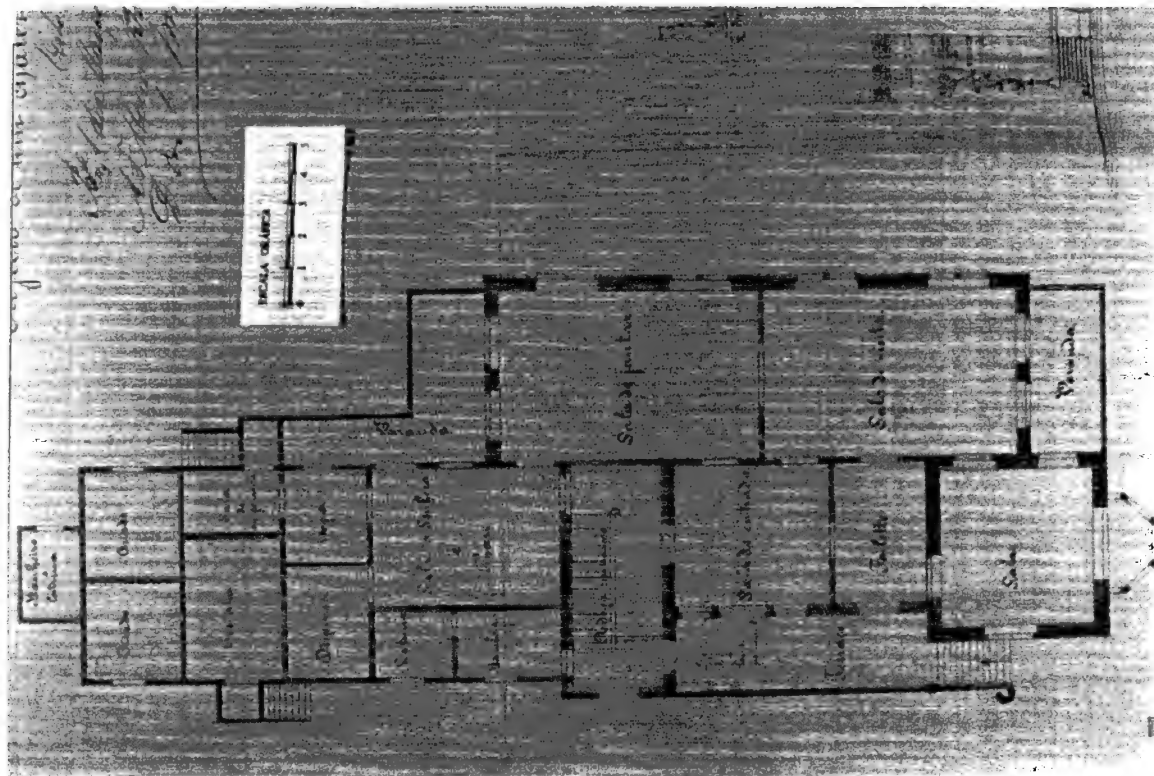



**FOTO 73b** - Planta baixa

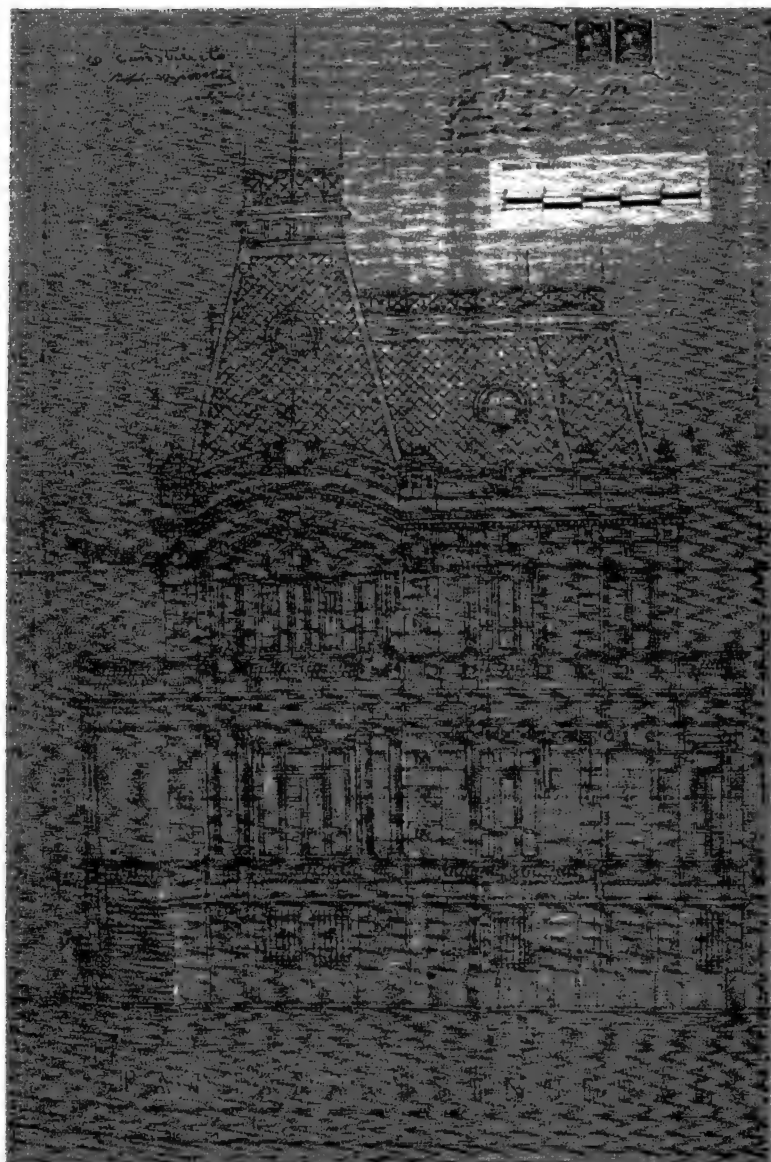



**FOTO 74a** - Projeto de Rossi Baptista para uma casa à Rua da Graça, em 1912. Fachada principal

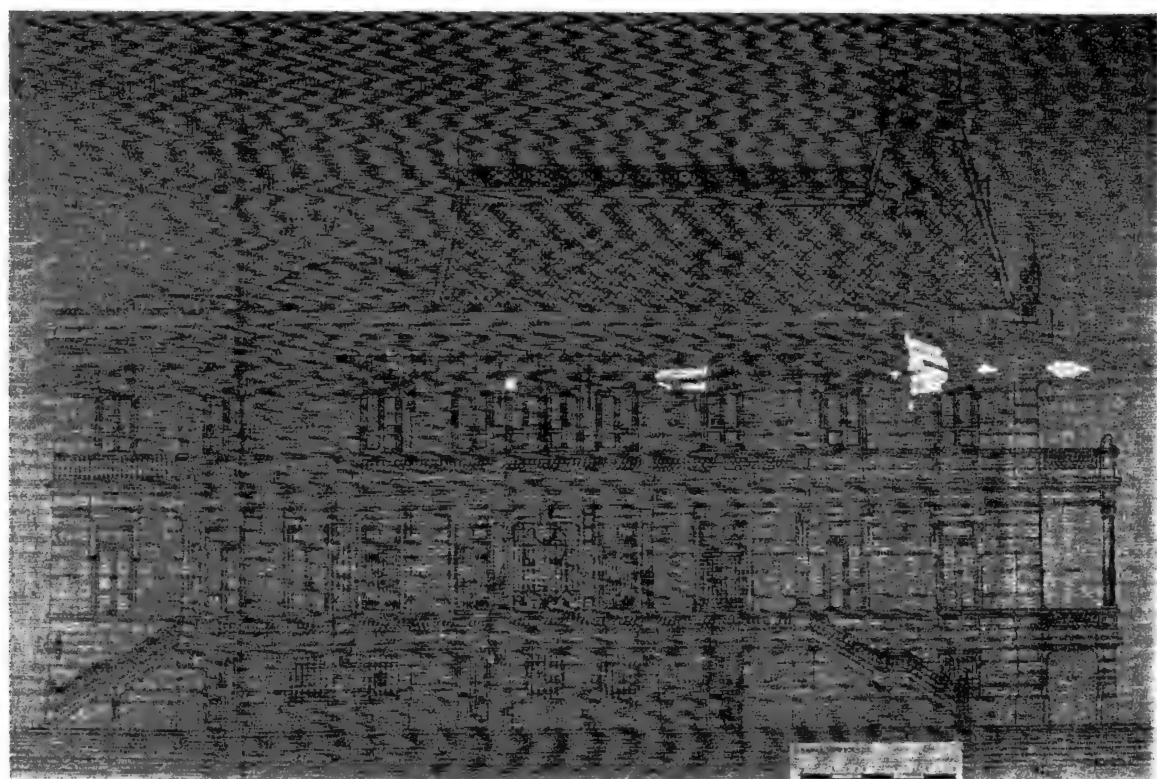



**FOTO 74b** - Fachada lateral

se pela Barra Avenida e loteamentos criados na Rua do Rio São Pedro[101] (Ver FOTO 74). Estes, ocupados por uma classe formada por profissionais liberais, que mais rapidamente rejeitam os antigos padrões de moradia, formam-se com casas muito similares entre si nos agenciamentos, com um zoneamento bem definido, admitindo ainda a utilização dos novos repertórios formais que surgem a partir dos anos 20, como o neocolonial e, o que se convencionou chamar, proto-racionalismo[102] (Ver, por exemplo, FOTO 75).

Situação semelhante encontramos também no Canella, nos anos 20, época em que se intensifica sua ocupação. A classe média, em residências próprias ou de aluguel, habita casas racionalmente organizadas e já mais despojadas da profusão decorativa que vigorara na década anterior[103] (Cf. FOTO 76). Isoladas no lote ou geminadas duas a duas, sugerem em suas fachadas uma diversidade que não existe no seu interior. A organização espacial obedece um esquema que varia muito pouco: no térreo, um corredor lateral serve de vestíbulo; uma sala de visitas, voltada para a rua, comunica-se com uma sala de jantar próxima à cozinha; do vestíbulo, uma escada conduz aos quartos e banheiro, no andar superior. Observando um modelo de agenciamento espacial, que sugere uma produção seriada, estes edifícios já não refletem uma demanda específica dos habitantes, como na concepção da casa particular. Apesar disto, é o modelo de organização espacial da

---

[101]Cf. projeto do Palacete Martins Catharino, à Rua da Graça, de autoria de Rossi Baptista, em 1912 (Ficha nº 414/Victória - AHM); projeto do Engº Julio Brandão para o Dr. Manoel Luiz do Rego, na Rua da Graça, em 1924 (Ficha nº 720/Victória - AHM); também de Rossi Baptista, para o Sr. Raul Schmidt, à Rua Rio São Pedro, em 1925 (Ficha nº 925/03/Victória - AHM), por exemplo.

[102]Cf. projeto do Engº Arthur Santos para o Sr. Francisco Romão Antunes, em 1912, na Barra Avenida (Ficha nº 413/Victória - AHM); reforma da casa do Sr. George Harwey Duder, realizada pelo Engº José Portella Passe, em 1914, na Rua do Rio São Pedro (Ficha nº 547/Victória - AHM); do Engº Julio Brandão para o Sr. H. M. de Cerqueira Lima, em 1923, no Largo da Graça (Ficha nº 684/Victória - AHM); ou ainda, à Rua Nova da Alegria, projeto do Engº João de Souza Carneiro para o Sr. Antonio Navarro Lucas, em 1927 (Ficha nº 927/48/Victória), entre outros.

[103]Ver projeto apresentado pelo Sr. Rodrigo Sampaio para a construção de uma casa à Rua do Canella, de autoria do Archtº Rossi Baptista, em 1924 (Ficha nº 924/39 - AHM), além dos exemplos citados no Capítulo 03.

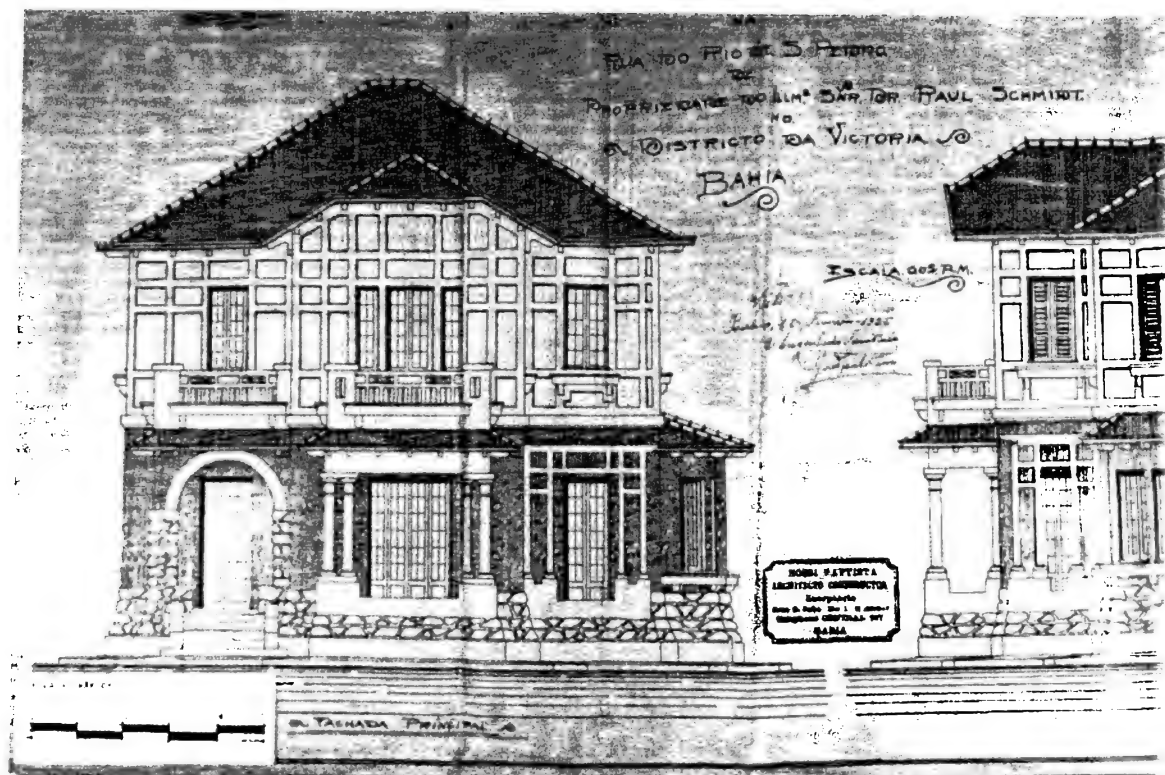



**FOTO 75a -** Projeto de Rossi Baptista para uma casa à Rua do Rio de São Pedro, em 1925. Fachada principal.

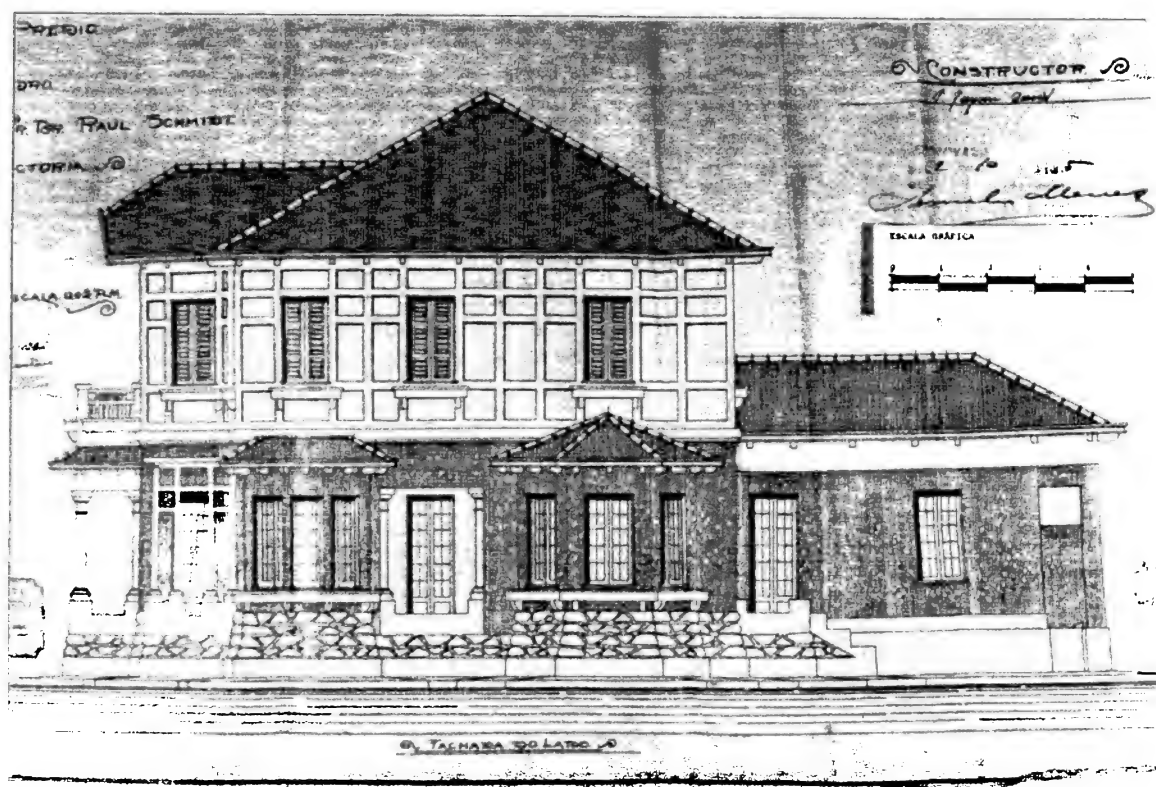



**FOTO 75b-** Fachada lateral.

**FOTO 75c** - Planta baixa. pavimento terreo.

**FOTO 75d** - Planta baixa. pavimento superior

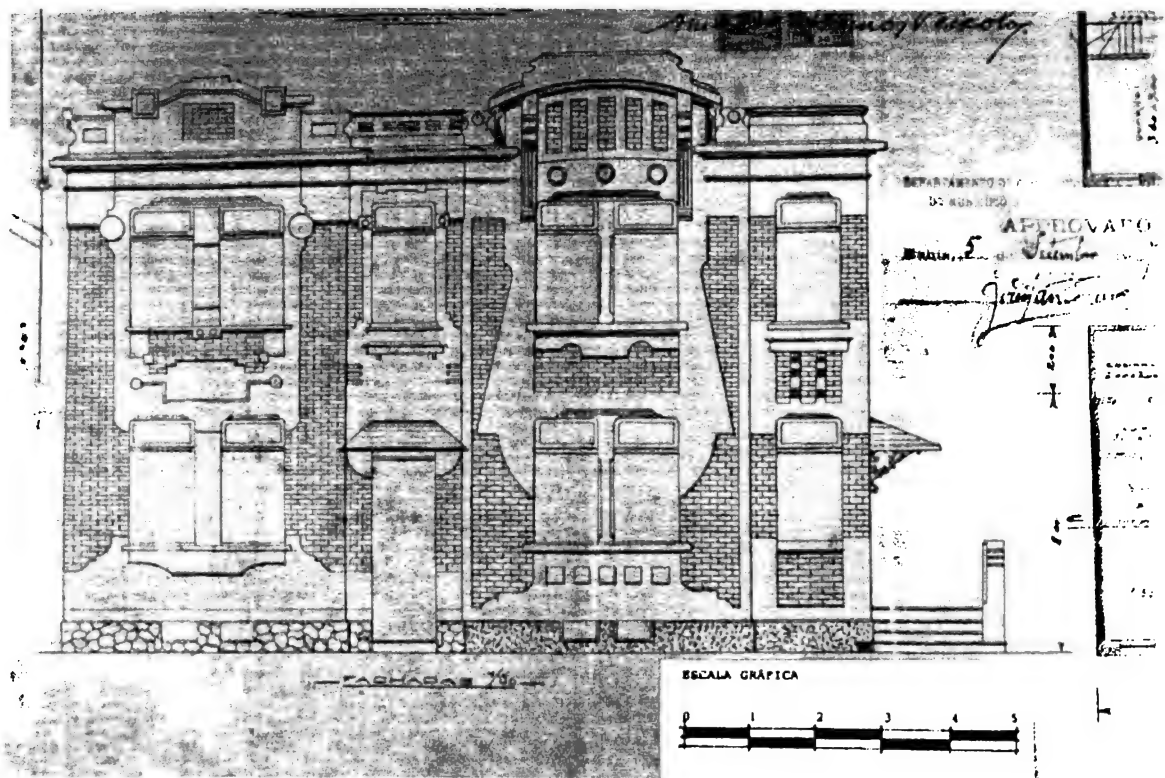



FOTO 76a - Projeto de duas casas geminadas à Rua Bom Gosto do Canella, em 1927.
Fachada principal.

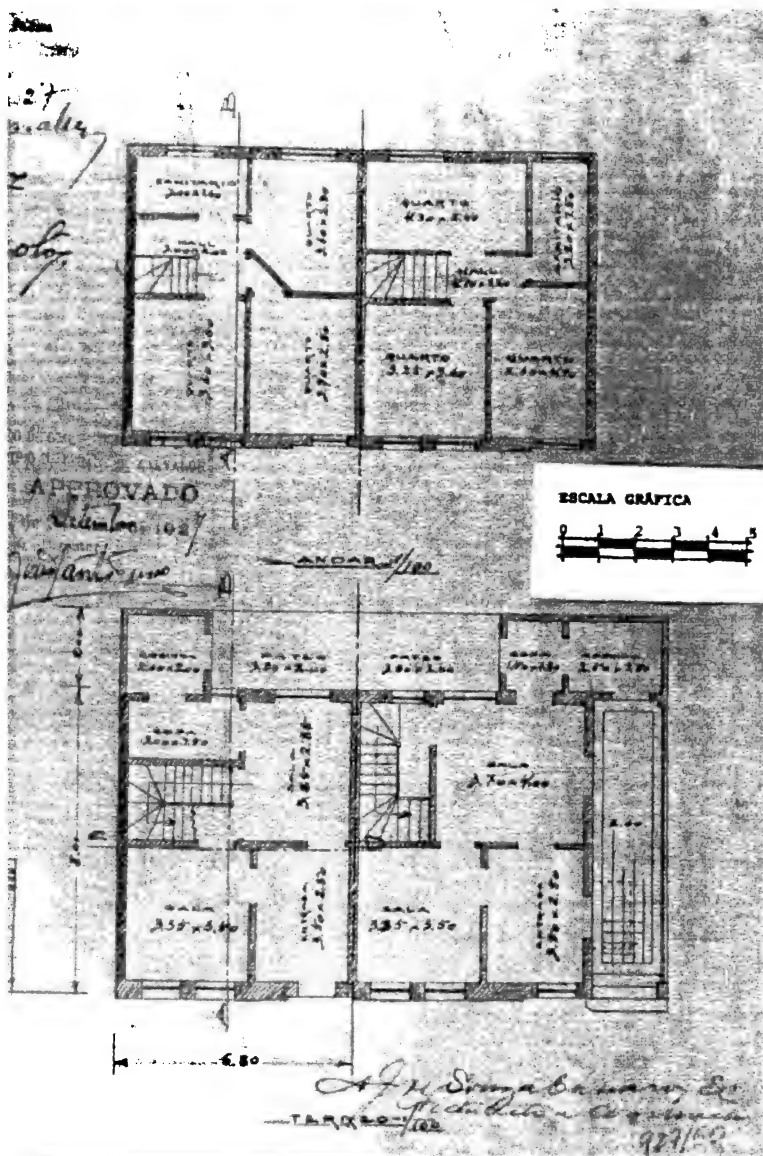



**FOTO 76b** - Planta Baixa

habitação tradicional, sob uma imagem "moderna", que responde pela metade das propostas arquitetônicas do setor[104].

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a arquitetura residencial do distrito da Victória, reflete a ambigüidade do período, um dilema entre a modernidade e uma forte herança do passado colonial. As permanências dos hábitos de viver e morar, condicionados pelo funcionamento de uma habitação dependente do trabalho escravo - condição que não apresenta modificações sensíveis a nível social, imediatamente após a abolição da escravatura - transparecem em cerca de 70% de todos os projetos encaminhados para a análise da Intendência, durante a Primeira República. Tal fato revela uma velada resistência de todos os segmentos sociais à maneira burguesa de ser, de viver, de morar, preconizada pelo discurso estatal. A modernidade almejada e a conquista da individualidade no espaço da cidade, no entanto, se expressa nos aspectos figurativos dos imóveis que, tantas vezes datados ou ostentando em relevo as iniciais do proprietário, denunciam o desejo de ser "civilizado", burguês, e, acima de tudo, moderno.

[104]Ver, por exemplo, o projeto de autoria do Engº Arthur Santos para a edificação de uma casa à Rua Araújo Pinho, em 1916, de propriedade do Dr. Edgardo Henrique Albertazzi (Ficha nº 916/28/Victória - AHM), ou ainda, a proposta apresentada pelo mesmo requerente, em 1921, para construir uma outra casa, vizinha à primeira, sob responsabilidade do Sr. Alfredo Nicina da Almeida (Ficha nº 921/15 - AHM). A despeito das características formais, com elementos art-déco, estes edifícios apresentam cômodos dispostos ao longo de um corredor lateral, com as dependências situadas num anexo.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, é possível verificar algumas das inúmeras transformações que, durante o século XIX, procuram construir um projeto de modernização para a cidade de Salvador. Da velha cidade colonial àquela "civilizada" e "moderna", são as idealizações urbanas da elite local - ao buscar aliar o discurso progressista do Estado aos interesses do capital privado -, que se refletem de forma decisiva no espaço físico da cidade, e, apesar de constituírem apenas um dos vários processos sociais em curso, neste período, indicam elementos imprescindíveis para a compreensão de todo o projeto.

O período conhecido por Primeira República (1890-1930) apresenta particular interesse na investigação deste processo, em Salvador, como visto durante o desenvolvimento da pesquisa. É um momento de favoráveis possibilidades econômicas e políticas, permitidas pelo crescimento mercantil da cidade, e, em conseqüência, pela afirmação de uma classe social formada por ricos comerciantes. É o momento de aplicar ao cotidiano o pensamento urbanístico que se delineara nos meios acadêmicos e que, então, adequa-se aos projetos políticos da burguesia. É o momento da expansão dos limites urbanizados da cidade, da ocupação de novas áreas, da construção de edifícios que atendam aos novos programas de uma sociedade moderna.

Sob o lema da *hygiene* e da *esthetica*, o Estado promove as grandes remodelações urbanas, atendendo, por outro lado, a uma nova lógica imobiliária da cidade que privilegia as áreas de domínio da burguesia. Uma nova hierarquia dos espaços da cidade se estrutura, onde o abandono da área central da cidade pelas classes mais abastadas - considerada como velha, suja e insalubre -, estabelece um contraponto com alguns dos antigos subúrbios, em crescente processo de valorização. Esta hierarquia, além da ocupação do território pelos

diferentes segmentos sociais, pode ser percebida a nível funcional, através da consolidação dos diversos usos do espaço urbano e sua especialização.

Como visto ao longo da pesquisa, o estudo da arquitetura residencial do distrito da Victória foi capaz de elucidar muitas das várias transformações da cidade de Salvador, durante a Primeira República. A investigação, que se utilizou da arquitetura para analisar as formas de apropriação de um distrito, converteu-se num momento particular do estudo da cidade. Tomando como fonte primária de estudo os processos formados pelas solicitações de licenças para a realização de obras em imóveis sitos no distrito da Victória, submetidos à análise do poder público, e seu cruzamento com uma série de outros dados, verificou-se a aliança existente entre o Estado e a burguesia no forjamento do processo de modernização da cidade de Salvador.

Esta relação estará evidente no distrito da Victória, lugar que, neste período, melhor representa a "modernidade" da cidade. Zona de vocação residencial, esta apresenta, já desde o início do século XIX, época em que começa a ser valorizada por suas "aprazíveis" características suburbanas, ocupações diferenciadas dos seus vários setores. Ao tornar-se um dos principais vetores de expansão da cidade, durante a Primeira República, a ocupação do distrito explicita uma outra característica do projeto estatal de modernização: a segregação e a hierarquização espacial das diferentes classes sociais.

Dos ricos palacetes em ruas arborizadas às pequenas casas de corredor lateral surgidas nas áreas de antigas fazendas, o estudo da arquitetura residencial do distrito da Victória revela a existência, neste período, de um projeto estético oficial, que procura dotar trechos da cidade de uma imagem progressista, utilizando referenciais importados de outros centros. As características deste projeto, que, estruturando-se ao longo do período estudado, apresenta em momentos diversos as diferentes preocupações do Estado com relação à ocupação do

distrito, está mais evidente nos setores ocupados pelas classes mais abastadas. Do inicial rigor com o alinhamento dos imóveis e definição dos logradouros, ao aspecto volumétrico do conjunto edificado e das unidades arquitetônicas individualmente, sempre respaldada pelos requisitos de higiene e salubridade, a proposta de embelezamento do distrito da Victória constitui-se numa parcela de um projeto muito maior, que contempla toda a cidade, em especial, trechos do Bairro Comercial e dos distritos de São Pedro e Sé, *"a zona mais importante da cidade"*.

Neste projeto estético a arquitetura assume um papel primordial, empregada como um instrumento capaz de garantir uma imagem palpável da modernidade, um instrumento de poder, imprescindível à concretização do almejado projeto civilizatório. Disciplinando o espaço urbano, a arquitetura confere legibilidade, no seu conjunto e individualmente, à nova ordem segregacionista e hierárquica da cidade. A *architectura moderna* de então, ao empregar os diversos estilos na composição de ambientes urbanos, revela o gosto oficial, que não se prende à afirmação de uma linguagem formal específica, considerando-as todas legítimas. Por outro lado, a arquitetura designa o "grau de civilidade" dos proprietários que, ampliando os programas de suas habitações para atender aos novos ritos da vida doméstica ou ornamentando ricamente suas fachadas, procuram sintonizar-se com as novas formas de sociabilidade, enquanto buscam destacar-se individualmente no espaço urbano.

Entre as novas funções confiadas à arquitetura, salienta-se aquela didática, de formar o cidadão, seja identificando uma nova organização espacial da cidade, seja utilizando a habitação como um elemento fundamental do processo de modernização. Sob este aspecto, o estudo da arquitetura residencial mostrou-se fundamental para a compreensão das transformações ocorridas neste período, visto que a habitação denuncia muitas das mudanças e das permanências do cotidiano burguês, na virada do século.

A pesquisa mostrou que é no período delimitado para estudo que surgem as mudanças mais significativas na habitação. A mesma ideologia que marca as remodelações urbanas - higiene, fluidez e estética - norteiam também a concepção da moradia moderna, estabelecendo um contraponto com uma tradicional maneira de viver, herdada do recente passado colonial. Se a nível figurativo, a arquitetura expressa os anseios de cada um dos proprietários no espaço da cidade, revelando sobretudo o seu status, novas regras de comportamento e sociabilidade promovem as grandes transformações da organização do espaço doméstico.

Assiste-se assim a uma gama de processos de desestruturação, de reorganização do agenciamento interior da habitação burguesa. O conceito de conforto se introduz mais ou menos rapidamente nas casas das diferentes classes sociais, muitas vezes até, em decorrência de uma exigência do poder público. Os modos de sociabilidade e os papéis dos diferentes membros do grupo doméstico são redefinidos e bem marcados. Assimila a habitação novos programas que se desenvolvem dentro de um claro zoneamento, onde três partes são identificadas: os espaços de representação, de recepção, que são privilegiados na composição arquitetônica; os espaços de intimidade, que passam a estar isolados daqueles alheios ao núcleo doméstico; e os espaços de serviço, que se distanciam da área social e, paulatinamente, são incorporados de maneira mais racional à moradia.

Estas transformações que modificam substancialmente a casa burguesa não ocorrem de maneira uniforme no distrito da Victória, variando de acordo com a classe social e o nível de aburguesamento de seus habitantes. Estes dados sugerem uma dialética entre os ideais de modernidade, então almejados, e um cotidiano com fortes permanências das práticas coloniais, fornecendo indícios para a elaboração de novos trabalhos que permitam o esclarecimento de mais este aspecto do processo de modernização da cidade.

No decorrer deste trabalho, verificou-se que inúmeros aspectos do processo de modernização da cidade ainda não foram contemplados com estudos específicos, o que indica um amplo campo de pesquisa a ser explorado. Das primeiras idealizações para a construção da Salvador moderna, no início do século XIX - como a proposta de transferência da capital para a península de Itapagipe -, a uma investigação sobre a construção de um pensamento urbanístico em Salvador - que englobe o saber médico sobre a cidade, a constituição e aprimoramento de um setor de obras públicas, a formação dos profissionais que atuaram, tanto no serviço público, como no mercado imobiliário -, por exemplo, são algumas das muitas pesquisas que estão por se fazer. O estudo da ocupação dos demais distritos da cidade, no período delimitado para este trabalho, com certeza, também contribuirá para a elucidação de muitos pontos que, aqui, foram apenas levantados. Além disto, um enfoque multidisciplinar na investigação do processo de modernização de Salvador só enriquecerá a discussão, analisando sob outras óticas, a questão urbana.

Também no que concerne ao estudo da arquitetura, uma pesquisa que se detenha nas primeiras manifestações do chamado período eclético, com a adoção das primeiras correntes revivalistas, e suas inserções na antiga cidade colonial, averiguando seus desdobramentos até as influências no Movimento Moderno, é um outro trabalho ambicioso, isto para não nos referirmos às questões teóricas sobre o assunto, cujos debates ainda são limitados em todo o país.

Assim, além de revelar algumas das características do processo de modernização urbana, indicar o papel da arquitetura na construção de uma "cidade ideal", ou apontar novas linhas de pesquisa ainda inexploradas, este trabalho procurou acima de tudo contribuir para a discussão sobre as bases da historiografia do urbano, seus conceitos e métodos. Partindo de um novo enfoque nas investigações sobre a cidade e sua arquitetura, buscou-se aqui superar a visão modernista, tecnicista, que, até muito recentemente, permeou a historiografia,

entendendo a cidade enquanto fato arquitetônico. Esta visão, que traz à tona o esgotamento da tradicional vertente historiográfica e é capaz de permitir uma relação mais evidente entre história x produção da arquitetura x produção da cidade, indica a fecundidade de um novo filão de pesquisas, cujos resultados ratificam a pertinência desta abordagem.

Diante disto, parecem infundados os questionamentos que insistem em distinguir os estudos da arquitetura daqueles da cidade, muitas vezes tratados como temas incompatíveis, ou ainda, estes, da investigação histórica. Como já afirmou Manfredo Tafuri, *"(...) faz-se história da arquitectura porque se procura o significado da arquitectura actual"*, ensinando-nos que não existe leitura histórica que não seja condicionada pelo nosso olhar que, no presente, projeta-se para o futuro.

# ABSTRACT

From a point of view which considers the city as an architectural fact, this work aims to study some aspects of the modernization of Salvador, during the First Republic (1890-1930), trying to clarify the role taken by architecture in the conceiving of an ideal city, and its relationship with the settlement of new urban areas.

Once the district of Victoria was choosen as the area under study, the building permissions granted over the period, were taken as sampling for the research. The analysis of the sources consulted, showed the organizing role taken by architecture over urban space, granting new meannings to the urban areas, reconceived under the modern set of ideas, where an aesthetical project, able to give comprehensibility to the modernization of the city, is outlined.

This study intends yet, to set itself into a broader discussion about the basis of historiography of the city and of the architecture, establishing the exhausting of the traditional conceptual and methodological processes, beside identifying the wealth of an area of studies, still inexplored.

# BIBLIOGRAFIA

# BIBLIOGRAFIA

ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1898. Salvador: Reis & Companhia, 1898.

ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1899. Salvador: Reis & Companhia, 1899.

ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1900. Salvador: Reis & Companhia, 1900.

ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1902. Salvador: Reis & Companhia, 1902.

ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1903. Salvador: Reis & Companhia, 1903.

ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1904. Salvador: Reis & Companhia, 1904.

ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1905. Salvador: Reis & Companhia, 1905.

ALMANACK Administrativo, Indicador, Noticioso e Litterario do Estado da Bahia para 1909. Salvador: Reis & Companhia, 1909.

ALMEIDA, Luiz Oliveira. **Hygiene dos Pobres**. Salvador: Typ. do Salvador, 1908. Tese de graduação apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia, 1922.

AMARAL, José Alvares do. ***Resumo Chronologico e Noticioso da Provincia da Bahia desde o seu descobrimento em 1500***. Salvador: Imprensa Official do Estado,

ARAÚJO, Heloísa Oliveira de. ***Inventário da legislação urbanística de Salvador: 1920 1966***; *As novas regras para o uso e o abuso do solo urbano*. Salvador, 1992. Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

ARGAN, Giulio Carlo. ***Arte e Crítica de Arte***. Lisboa: Estampa, 1988.

------. ***História da Arte como História da Cidade***. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

------. ***Arte Moderna***; *Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARGAN, Giulio Carlo, FAGIOLO, Maurizio. ***Guia de História da Arte***. Lisboa: Estampa, 1992.

AUGEL, Moema Parente. ***Viajantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista***. Salvador, 1975. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da UFBA.

AZEVEDO, Thales. ***Povoamento da Cidade do Salvador***. Salvador: Itapuã, 1969.

------. ***Italianos na Bahia e outros temas***. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1989.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. ***A Alfândega e o Mercado***; *Memória e Restauração*. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia, 1985.

BAHIA, SIC, IPAC. ***Inventário de Proteção do Acervo Cultural***. Salvador: Bigraf, 1975. v. 01.

BAHIA, FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO. ***Rio Vermelho***. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1988.

BAHIA, SEPLANTEC, CONDER. ***A Grande Salvador***; *posse e uso da terra*. Salvador: Buraeau Gráfica, 1978.

BAHIA. Exposição apresentada pelo Dr. José Joaquim Seabra ao passar, a 29 de março de 1916, o governo da Bahia ao seu sucessor o Exm. Sr. Dr. Antonio Ferrão Moniz de Aragão, empossado nesse dia no cargo de Governador de Estado. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1916.

BAHIA. Mensagem apresentada à Assembléa Geral Legislativa do Estado na abertura da 1ª sessão ordinária da 12ª legislatura pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado. Salvador: secção de Obras da "Revista do Brasil", 1913.

BAHIA. Mensagem apresentada á Assembléa Geral legislativa na abertura da 2ª sessão ordinária da 12ª legislatura pelo Dr. J. J. Seabra, Governador do Estado. Salvador: Secção de Obras da "Revista do Brasil", 1914.

BARBOSA, Ana Elisabeth et alli. ***Corredor da Vitória***. Salvador, 1987. Trabalho apresentado à disciplina "Arquitetura no Brasil", do curso de graduação da FAU/ UFBA.

BARROS, F. Borges. ***Dr. J. J. Seabra***; *Sua vida, sua obra na República*. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1931.

BAUDRILLARD, Jean. ***Para uma crítica da economia política do signo***. Lisboa: Edições 70, 1981.

BENEVOLO, Leonardo. ***Introdução à Arquitetura***. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

------. ***História da Arquitetura Moderna***. São Paulo: Perspectiva, 1976.

------ ***História da Cidade***. São Paulo: Pespectiva, 1983.

BRESCIANI, Stella (org.). ***Imagens da Cidade: séculos XIX e XX***. São Paulo: ANPUH/ São Paulo, Marco Zero, FAPESP, 1994.

BRUAND, Yves. ***Arquitetura Contemporânea no Brasil***. São Paulo: Perspectiva, 1981.

CAMARGO, Maria Vidal de Negreiros. ***Os Terceiros Dominicanos***. Salvador, 1979. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Sociais da UFBA.

CARDOSO, Luís Antônio Fernandes. ***Entre Vilas e Avenidas: Habitação Proletária em Salvador na Primeira República***. Salvador, 1991. Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

CARVALHO, Benjamin. ***Duas Arquiteturas no Brasil***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

CHOAY, Françoise. ***O Urbanismo;*** *Utopias e realidades: Uma antologia*. São Paulo: perspectiva, 1979.

COLLINS, Peter. ***Los Ideales de la Arquitectura***; *su evolución (1750-1900)*. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.

COPILAÇÃO em indice alfabetico de todas as leis, regulamentos provinciais e actos do governo - 1835-1858. [Salvador: ?, último quartel do século XIX]

COSTA, Jurandir Freire da. ***Ordem Médica e Norma Familiar***. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COSTA, Cacilda Teixeira da. ***O Sonho e a Técnica***; *A Arquitetura do Ferro no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

COSTA, Ana de Lourdes R. da. ***Ekabó! Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX***. Salvador, 1989. Dissertação apresentada ao Mestrado de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

COTRIM, Gilberto. ***História do Brasil para uma geração consciente***. São Paulo: Saraiva, 1991.

DE FUSCO, Renato. ***A Idéia de Arquitetura***. Lisboa: Edições 70, 1984.

DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). ***O Rio de Janeiro de Pereira Passos***; *Uma cidade em questão* II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

DEL RIO, Vicente. ***Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento***. São Paulo: Pini, 1990.

DES CARS, Jean, PINON, Pierre. ***Paris - Haussmann***; *Le pari d' Haussmann*. Paris: Picard, 1991.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, 1912-1916.

DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. ***Porto Alegre 1900-1920: estatuária e ideologia***. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

ELEB, Monique; DEBARRE, Anne. ***L'invention de l'habitation moderne: Paris 1880 - 1914***; *Architectures de la vie privée, suite*. Paris: Hazan / Archives d'Architecture Moderne, 1995.

FABRIS, Annateresa (org.). ***Ecletismo na Arquitetura Brasileira***. São Paulo: Nobel / EDUSP, 1987.

FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920*. ***Espaço & Debates***. Cidade e História, São Paulo, NERU, n. 34, 1991.

FONSECA, Maria Cecília Londres. ***Construções do Passado: concepções sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)***. Brasília, 1994. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

FRAMPTON, Kenneth. ***Historia Critica de la Arquitectura Moderna***. Barcelona: Gustavo Gili, 1991.

·FREIRE, Gilberto. **Vida Social no Brasil no século XIX**. Recife: Massangana, 1987.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim, FREITAS, Antônio Fernando G. de. ***Bahia Cacaueira: um estudo de história recente***. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Salvador, 1912-1916.

GIEDION, Siegfried. ***Espacio, Tiempo y Arquitectura***. Barcelona: Editorial Cientifico-Medico, 1968.

GODOFREDO FILHO. *A Influência do Ecletismo na Arquitetura Baiana*.***Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional***, Rio de Janeiro, n. 19, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. ***A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia, 1930-1964***. Salvador, 1982. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Sociais da UFBA.

HABSBURGO, Maximiliano de. ***Bahia 1860***; *Esboços de Viagem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

HITCHCOCK, Henry - Russell. ***L'Architettura dell' Ottocento e del Novecento***. Torino: Einaudi, 1989.

JENCKES, Charles. ***Movimientos Modernos en Arquitectura***. Madrid: Hermann Blume, 1983.

KAUFMANN, Emil. ***La Arquitectura de la Ilustración***; *Barroco y Posbarroco en Inglaterra, Italia y Francia*. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

KAUFMANN, E. ***De Ledoux a Le Corbusier***; *origen y desarollo de la arquitectura autónoma*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. ***E a Bahia Civiliza-se...***; *Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana; Salvador, 1912-1916*. Salvador, 1996. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da UFBA.

LEMOS, Carlos A. C. ***Alvenaria Burguesa***; *Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1989.

LORTIE, Andre. ***Paris s'exporte: modele d'architecture ou architectures modeles***. Paris: Pavillon de l'Arsenal / Picard, 1995.

LUDWIG, Selma C. ***A Escola de Belas Artes cem anos depois***. Salvador: UFBA, 1977.

LYNCH, Kevin. ***A Imagem da Cidade***. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LYRIO, Olympio Corrêa. ***Breves considerações sobre a analyse bacteriologica do ar e sua importancia na producção de molestias infecciosas***. Salvador: Imprensa Popular, 1894. Tese de graduação apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia.

MARX, Murillo. ***Nosso Chão: do sagrado ao profano***. São Paulo: EDUSP, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. ***Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX***. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de educação e Cultura, 1978.

------. ***Bahia, Século XIX***; *Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MUSEU NACIONAL DE BELAS-ARTES. ***O Século XIX: O Romantismo***. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas-Artes, 1979. Ciclo de conferências promovido pela entidade.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. ***Dez Freguesias da Cidade do Salvador***. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

NEEDELL, Jeffrey D. ***Belle Époque Tropical***; *Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

PATETTA, Luciano. ***L' Architettura dell'Eclettismo***; *Fonti, Teorie e Modelli, 1750-1900*. Milão: Citta 'Studi, 1991.

PERES, Fernando da Rocha. ***Memória da Sé***. Salvador: Macunaíma, 1973. Tese de concurso para Professor Assistente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

PERROT, Michele (org.). ***História da Vida Privada***; *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PEVSNER, N. ***Los origenes de la Arquitectura Moderna y del Diseño***. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

------. ***Academias de Arte: Pasado y Presente.*** Madrid: Catedra, 1982.

------. ***Panorama da Arquitetura Ocidental***. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

------. ***Pioneiros do Desenho Moderno***; *De Willian Morris a Walter Gropius*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

PINHO, Wanderley. ***Salões e Damas do Segundo Reinado***. Rio de Janeiro: Livraria Martins, 1942.

PITOMBO, Carlos Antônio. ***Exercicios Physicos nos internatos***. Salvador: Litho- Typ. e Encadernação Reis, 1900. tese de graduação apresentada à Faculdade de Medicina da Bahia.

PRADO Jr., Caio. ***História Econômica do Brasil***. São Paulo: Brasiliense, 1977.

ROSSI, Aldo. ***La Arquitectura de la Ciudad***. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

RUY, Affonso. ***História Política e Administrativa da Cidade de Salvador***. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

RYBCZYNSKI, Witold. ***La Casa: Historia de una Idea***. Buenos Aires: Emecé, 1993.

SÁ, José de. ***O Bombardeio da Bahia e seus efeitos***. Salvador: Officinas do Diário da Bahia, 1918.

SABOYA, Marc. ***Presse e Architecture au XIXe siécle***; *César Daly et la Revue Générale de l'Architecture et Travaux Publics*. Paris: Picard, 1991.

SAIA, Luis. ***Morada Paulista***. São Paulo: Perspectiva,1972.

SALVADOR, CONSELHO MUNICIPAL. ***Registro de Actas***. 15 jul. 1904 a 06 fev. 1905. Manuscrito.

SALVADOR, FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATTOS. ***O caboclo do Campo Grande***. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1995.

SALVADOR. Código de Posturas Municipaes da Cidade. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1921.

SALVADOR. LEI Municipal nº 1146, de 19/06/1926. Salvador: Imprensa Official do Estado, 1926.

SALVADOR. Leis e Resoluções do Conselho Municipal da Capital do Estado da Bahia do Anno de 1893. Salvador: Litho-Typographia Tourinho, 1900.

SALVADOR. Leis e Resoluções do Conselho Municipal da Capital do Estado da Bahia do Anno de 1895. Salvador: Litho-Typographia Tourinho, 1900.

SALVADOR. Leis e Resoluções do Conselho Municipal da Capital do Estado da Bahia durante o anno de 1903. Salvador: Imprensa Popular, 1906.

SALVADOR. Leis e Resoluções do Conselho Municipal da Capital do Estado da Bahia do Anno de 1901. Salvador: Litho-Typographia Tourinho, 1902.

SALVADOR. Leis e Resoluções do Conselho Municipal da Capital do Estado da Bahia do Anno de 1904. Salvador: Empreza A Bahia, s.d., s.p.

SALVADOR. Processos formados pelas solicitações de licença para a execução de obras em imóveis do distrito da Victória, em Salvador, entre 1890 e 1930, guardados no Arquivo Histórico Municipal.

SAMPAIO, Teodoro. ***História da Fundação da Cidade do Salvador***. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda., 1949.

SANTOS, Milton. ***O Centro da Cidade de Salvador***; *Estudo de Geografia Urbana*. Salvador: UFBA, 1959.

SEGAWA, Hugo. ***Ao amor do público: jardins no Brasil***. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1996.

ANEXOS

**TABELA 01 - SOLICITAÇÕES PARA LICENCIMENTO DE OBRAS NO DISTRITO DA VICTÓRIA, NO PERÍODO DE 1890 - 1930**

| SETORES DO DISTRITO | Nº DE PROJETOS / DÉCADA | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| DA VICTÓRIA | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| Mercês / Polytheama / Aflictos / Gamboa | 11 | 7,80 | 10 | 4,78 | 33 | 8,75 | 67 | 11,47 | 121 | 9,23 |
| Campo Grande | 0 | 0,00 | 1 | 0,48 | 14 | 3,71 | 9 | 1,54 | 24 | 1,83 |
| Victória | 2 | 1,42 | 6 | 2,87 | 42 | 11,14 | 24 | 4,11 | 74 | 5,64 |
| Canella | 6 | 4,26 | 3 | 1,44 | 10 | 2,65 | 53 | 9,08 | 72 | 5,49 |
| Garcia | 54 | 38,30 | 109 | 52,15 | 110 | 29,18 | 132 | 22,60 | 405 | 30,89 |
| Barra | 10 | 7,09 | 31 | 14,83 | 60 | 15,92 | 124 | 21,23 | 225 | 17,16 |
| Graça / Barra Avenida | 5 | 3,55 | 12 | 5,74 | 35 | 9,28 | 93 | 15,92 | 145 | 11,06 |
| Campo Santo / Federação | 11 | 7,80 | 14 | 6,70 | 30 | 7,96 | 38 | 6,51 | 93 | 7,09 |
| Ondina | 7 | 4,96 | 3 | 1,44 | 4 | 1,06 | 4 | 0,68 | 18 | 1,37 |
| Rio Vermelho | 35 | 24,82 | 20 | 9,57 | 39 | 10,34 | 40 | 6,85 | 134 | 10,22 |
| TOTAL | 141 | 100,00 | 209 | 100,00 | 377 | 100,00 | 584 | 100,00 | 1311 | 100,00 |

**Fonte**: Arquivo Histórico Municipal de Salvador / Ba

Período da Pesquisa - Agôsto/94 à Agôsto/95

## TABELA 02 – ÁREA DOS IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO NOS SETORES DO DISTRITO DA VICTÓRIA, ENTRE 1890-1930

**SETOR:**
**MERCÊS / POLYTHEAMA / AFLICTOS / GAMBOA**

| AREA | Nº DE PROJETOS / DECADA | | | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| CONSTRUÍDA | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| até 90,00 m² | 4 | 36,36 | 4 | 40,00 | 10 | 30,30 | 25 | 37,31 | 43 | 35,54 |
| entre 90,00 e 250,00m² | 7 | 63,64 | 3 | 30,00 | 14 | 42,42 | 40 | 59,70 | 64 | 52,89 |
| acima de 250,00m² | 0 | 0 | 3 | 30,00 | 9 | 27,27 | 2 | 2,99 | 14 | 11,57 |
| TOTAL | 11 | 100,00 | 10 | 100,00 | 33 | 100,00 | 67 | 100,00 | 121 | 100,00 |

**SETOR:**
**CAMPO GRANDE**

| AREA | Nº DE PROJETOS / DECADA | | | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| CONSTRUÍDA | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| até 90,00 m² | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7,14 | 0 | 0 | 1 | 4,17 |
| entre 90,00 e 250,00m² | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 28,57 | 3 | 33,33 | 7 | 29,17 |
| acima de 250,00m² | 0 | 0 | 1 | 100 | 9 | 64,29 | 6 | 66,67 | 16 | 66,67 |
| TOTAL | 0 | 0 | 1 | 100 | 14 | 100,00 | 9 | 100,00 | 24 | 100,00 |

**SETOR:**

**VICTÓRIA**

| AREA CONSTRUÍDA | Nº DE PROJETOS / DECADA | | | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| até 90,00 m² | 0 | 0 | 1 | 16,67 | 1 | 2,38 | 0 | 0 | 2 | 2,74 |
| entre 90,00 e 250,00m² | 1 | 50,00 | 2 | 33,33 | 13 | 30,95 | 9 | 37,50 | 24 | 32,88 |
| acima de 250,00m² | 1 | 50,00 | 3 | 50,00 | 28 | 66,67 | 15 | 62,50 | 47 | 64,38 |
| TOTAL | 2 | 100,00 | 6 | 100,00 | 42 | 100,00 | 24 | 100,00 | 73 | 100,00 |

**SETOR:**

**CANELLA**

| AREA CONSTRUÍDA | Nº DE PROJETOS / DECADA | | | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| até 90,00 m² | 5 | 83,33 | 1 | 33,33 | 0 | 0 | 14 | 26,42 | 20 | 27,78 |
| entre 90,00 e 250,00m² | 1 | 16,67 | 1 | 33,33 | 5 | 50,00 | 27 | 50,94 | 34 | 47,22 |
| acima de 250,00m² | 0 | 0,00 | 1 | 33,33 | 5 | 50,00 | 12 | 22,64 | 18 | 25,00 |
| TOTAL | 6 | 100,00 | 3 | 100,00 | 10 | 100,00 | 53 | 100,00 | 72 | 100,00 |

**SETOR:**

**GARCIA**

| AREA CONSTRUÍDA | Nº DE PROJETOS / DECADA | | | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| até 90,00 m² | 39 | 72,22 | 99 | 90,83 | 83 | 75,45 | 79 | 59,85 | 300 | 74,07 |
| entre 90,00 e 250,00m² | 13 | 24,07 | 10 | 9,17 | 26 | 23,64 | 45 | 34,09 | 94 | 23,21 |
| acima de 250,00m² | 2 | 3,70 | 0 | 0,00 | 1 | 0,91 | 8 | 6,06 | 11 | 2,72 |
| TOTAL | 54 | 100,00 | 109 | 100,00 | 110 | 100,00 | 132 | 100,00 | 405 | 100,00 |

**SETOR:**

**BARRA**

| AREA CONSTRUÍDA | Nº DE PROJETOS / DECADA | | | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| até 90,00 m² | 4 | 40,00 | 17 | 54,84 | 11 | 18,33 | 27 | 21,77 | 59 | 26,22 |
| entre 90,00 e 250,00m² | 6 | 60,00 | 13 | 41,94 | 37 | 61,67 | 80 | 64,52 | 136 | 60,44 |
| acima de 250,00m² | 0 | 0,00 | 1 | 3,23 | 12 | 20,00 | 17 | 13,71 | 30 | 13,33 |
| TOTAL | 10 | 100,00 | 31 | 100,00 | 60 | 100,00 | 124 | 100,00 | 225 | 100,00 |

**SETOR:**
**GRAÇA / BARRA AVENIDA**

| AREA CONSTRUÍDA | Nº DE PROJETOS / DECADA | | | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| até 90,00 m² | 1 | 20,00 | 9 | 75,00 | 11 | 31,43 | 10 | 10,75 | 31 | 21,38 |
| entre 90,00 e 250,00m² | 2 | 40,00 | 1 | 8,33 | 13 | 37,14 | 59 | 63,44 | 75 | 51,72 |
| acima de 250,00m² | 2 | 40,00 | 2 | 16,67 | 11 | 31,43 | 24 | 25,81 | 39 | 26,90 |
| TOTAL | 5 | 100,00 | 12 | 100,00 | 35 | 100,00 | 93 | 100,00 | 145 | 100,00 |

**SETOR:**
**CAMPO SANTO / FEDERAÇÃO**

| AREA CONSTRUÍDA | Nº DE PROJETOS / DECADA | | | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| até 90,00 m² | 8 | 72,73 | 12 | 85,71 | 19 | 63,33 | 30 | 78,95 | 69 | 74,19 |
| entre 90,00 e 250,00m² | 3 | 27,27 | 2 | 14,29 | 11 | 36,67 | 8 | 21,05 | 24 | 25,81 |
| acima de 250,00m² | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 |
| TOTAI | 11 | 100,00 | 14 | 100,00 | 30 | 100,00 | 38 | 100,00 | 93 | 100,00 |

**SETOR:**
**ONDINA**

| AREA CONSTRUÍDA | Nº DE PROJETOS / DÉCADA | | | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| até 90,00 m² | 3 | 42,86 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 3 | 75,00 | 6 | 33,33 |
| entre 90,00 e 250,00m² | 2 | 28,57 | 3 | 100,00 | 3 | 75,00 | 1 | 25,00 | 9 | 50,00 |
| acima de 250,00m² | 2 | 28,57 | 0 | 0,00 | 1 | 25,00 | 0 | 0,00 | 3 | 16,67 |
| TOTAL | 7 | 100,00 | 3 | 100,00 | 4 | 100,00 | 4 | 100,00 | 18 | 100,00 |

**SETOR:**
**RIO VERMELHO**

| AREA CONSTRUÍDA | Nº DE PROJETOS / DÉCADA | | | | | | | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1890 - 1900 | | 1901 - 1910 | | 1911 - 1920 | | 1921 - 1930 | | 1890 - 1930 | |
| | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % | Nº de Proj. | % |
| até 90,00 m² | 20 | 57,14 | 11 | 55,00 | 13 | 33,33 | 14 | 35,00 | 58 | 43,28 |
| entre 90,00 e 250,00m² | 11 | 31,43 | 7 | 35,00 | 23 | 58,97 | 25 | 62,50 | 66 | 49,25 |
| acima de 250,00m² | 4 | 11,43 | 2 | 10,00 | 3 | 7,69 | 1 | 2,50 | 10 | 7,46 |
| TOTAL | 35 | 100,00 | 20 | 100,00 | 39 | 100,00 | 40 | 100,00 | 134 | 100,00 |

**Fonte**: Arquivo Municipal de Salvador/Ba
Período da Pesquisa - Agôsto/94 à Agôsto/95

## TABELA 03 – ÁREA DOS IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO NOS SETORES DO DISTRITO DA VICTÓRIA, ENTRE 1890-1930

| SETORES DO DISTRICTO DA VICTÓRIA | ÁREA CONSTRUÍDA ENTRE 1890 - 1930 | | |
|---|---|---|---|
| | até 90,00m² | entre 90,00 e 250,00m² | acima de 250,00 m² |
| Mercês/Polytheama/Aflictos/Gamboa | 43 | 64 | 14 |
| Campo Grande | 1 | 7 | 16 |
| Victória | 2 | 24 | 47 |
| Canella | 20 | 34 | 18 |
| Garcia | 300 | 94 | 11 |
| Barra | 59 | 136 | 30 |
| Graça / Barra Avenida | 31 | 75 | 39 |
| Campo Santo / Federação | 69 | 24 | 0 |
| Ondina | 6 | 9 | 3 |
| Rio Vermelho | 58 | 66 | 10 |